

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS**

LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS

**PENSAMENTO GEOSISTÊMICO E PLANEJAMENTO TURÍSTICO: UMA
PROPOSTA PARA O CIRCUITO DAS TERRAS ALTAS DA MANTIQUEIRA, SUDESTE
DO BRASIL.**

JUIZ DE FORA
2020

LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS

PENSAMENTO GEOSISTÊMICO E PLANEJAMENTO TURÍSTICO: UMA PROPOSTA
PARA O CIRCUITO DAS TERRAS ALTAS DA MANTIQUEIRA, SUDESTE DO
BRASIL.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, área de concentração Espaço e Ambiente, linha de pesquisa Planejamento e Gestão Espacial e Ambiental, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Vicente Paulo dos Santos Pinto

Coorientador: Prof. Roberto Marques Neto

JUIZ DE FORA
2020

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Santos, Luiz Henrique de Oliveira.

Pensamento Geossistêmico e Planejamento Turístico : Uma Proposta para o Circuito das Terras Altas da Mantiqueira, Sudeste do Brasil / Luiz Henrique de Oliveira Santos. – 2020.

193 p.

Orientador: Prof. Dr. Vicente Paulo dos Santos Pinto

Coorientador: Roberto Marques Neto

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2020.

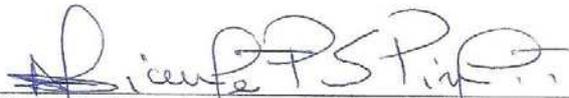
1. Circuitos Turísticos. 2. Paisagem. 3. Geossistemas. 4. Complexidade. I. Pinto, Prof. Dr. Vicente Paulo dos Santos, orient. II. Marques Neto, Roberto, coorient. III. Título.

LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS

PENSAMENTO GEOSISTÊMICO E PLANEJAMENTO TURÍSTICO:
UMA PROPOSTA PARA O CIRCUITO DAS TERRAS ALTAS DA
MANTIQUEIRA, SUDESTE DO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal de Juiz de Fora
como requisito parcial à obtenção do grau
de Mestre em Geografia.

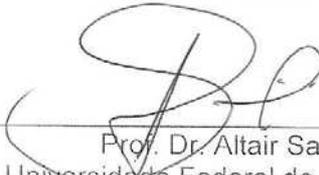
Dissertação defendida e aprovada em 10 de fevereiro de 2020.



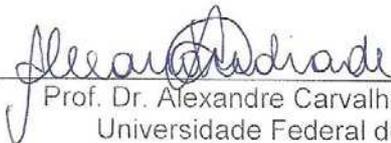
Prof. Dr. Vicente Paulo dos Santos Pinto
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Roberto Marques Netto
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Altair Sancho
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Alexandre Carvalho de Andrade
Universidade Federal de Alfenas

AGRADECIMENTOS

Certamente, sem a ajuda da minha esposa, Erika Souza da Silva Oliveira, este trabalho não seria possível. Sabermos o que passamos para realizar esta conquista. A privação financeira e de sono foram frequentes para alcançar este objetivo, que é uma conquista especial para nós.

Grato ao professor e orientador Vicente Paulo dos Santos Pinto, com o qual, agora compartilho uma grande amizade para toda vida.

Ao professor e coorientador Roberto Marques Neto, pelo qual tenho uma profunda admiração.

A todos citados nas referências bibliográficas. Por mais que tentem, o conhecimento científico não pertence a ninguém, e segue se desenvolvendo com o esforço de todos que lutam na busca pela verdade.

À Cristina Motta, gestora do Circuito Terras Altas da Mantiqueira, que, prontamente, se mostrou animada e dispôs-se a ajudar com o desenvolvimento desse projeto.

Aos colegas de trabalho, que “seguraram as pontas” para que este projeto fosse realizado com sucesso.

Aos amigos da Mantiqueira que compartilharam imagens e informações além da grata companhia. Espero que este trabalho represente um pouco do que discutimos em nossas conversas.

À Mantiqueira, por ser o que é, e ter me formado como sou.

No triste momento que vivemos, quero agradecer, também, a Deus, que, infelizmente, está com a sua imagem de paz e amor distorcida por estruturas fundamentalistas ideológicas.

EPÍGRAFE

“Nesse instante, porém, o guia voltou e, fazendo-lhes sinal para que o seguissem, conduziu-os ao longo da estreita rua, entre as casas. Dobraram uma esquina. Um cão morto jazia sobre um monte de lixo; uma mulher com bócio catava piolhos na cabeça de uma menina. O guia deteve-se junto a uma escada, levantou a mão verticalmente, depois estendeu-a horizontalmente para diante. Obedeceram à ordem muda - subiram a escada e, transpondo a porta a que dava acesso, penetraram numa comprida e estreita peça, um tanto escura, que cheirava à fumaça, gordura queimada e roupa muito tempo usada sem lavar. Na outra extremidade da peça via-se uma porta pela qual penetrava um raio de sol, assim como o barulho, muito forte e próximo, dos tambores.

Franquearam o umbral e encontraram-se num espaçoso terraço. Abaixo deles, encerrada entre as casas altas, achava-se a praça da aldeia, fervilhante de índios. Mantos brilhantes, penas espetadas em cabeleiras negras, o refulgir de turquesas, peles escuras lustrosas com o calor.

Lenina levou novamente o lenço ao nariz. No espaço livre no centro da praça havia duas plataformas circulares de alvenaria e argila socada - telhados, evidentemente, de câmaras subterrâneas, porque no centro de cada uma das plataformas se abria um alçapão, com uma escada que subia da obscuridade interior. Dali vinha um som de flautas subterrâneas que quase se perdia no rufar persistente e implacável dos tambores. Lenina gostou dos tambores. Fechando os olhos, entregou-se ao seu trovejar velado e repetido, deixou que lhe invadissem por completo o eu consciente, até que, para ela, não existissem mais do que essa única e profunda pulsação sonora. Lembrava-lhe, tranquilizadamente, os ruídos sintéticos das Cerimônias de Solidariedade e das comemorações do Dia de Ford. "Orgião-espadão", murmurou consigo mesma. Os tambores rufavam exatamente no mesmo ritmo.

Houve uma súbita explosão de canto que a sobressaltou - centenas de vozes masculinas gritando numa unissonância rouca e metálica. Algumas notas prolongadas, e o silêncio, o silêncio atroador dos tambores; depois, estrídula, como um relincho agudo, a resposta das mulheres. Em seguida, de novo, os tambores; e, ainda uma vez, emitida pelos homens, a afirmação profunda e bravia de sua virilidade.

Estranho - sim. O lugar era estranho, a música também o era; os vestuários, os bócios, as moléstias da pele, os velhos, tudo era estranho. Mas quanto ao espetáculo em si - não parecia haver nada de particularmente estranho nele.

- Isso me lembra os cantos comunitários das castas inferiores - disse Lenina a Bernard.”

*Aldous Huxley
ADMIRÁVEL MUNDO NOVO*

RESUMO

O seguinte trabalho tem como objetivo propor um zoneamento do Circuito Turístico das Terras Altas da Mantiqueira - Sudeste do Brasil, através da realização de um estudo da potencialidade turística dos aspectos geossistêmicos, territoriais e paisagísticos. A localidade é um agrupamento de oito municípios com características físicas e culturais próprias e que levantam o interesse de turistas em visitar a localidade, em busca dos atrativos naturais, aspectos climáticos e da cultura local. Para se chegar ao proposto é utilizado o pensamento complexo, como forma de alinhar, epistemologicamente, a abordagem da Teoria Geral dos Sistemas, do turismo e da geografia. A principal referência metodológica é o GTP (Geossistemas - Território - Paisagem) de Bertrand, que apresenta essas três entradas, como uma base na compreensão do espaço geográfico. Os aspectos geossistêmicos buscam apresentar as relações complexas, que envolvem o meio físico, os aspectos territoriais que trabalham a região como híbrido e a paisagem como uma paralaxe da multitemporalidade das duas primeiras entradas. Como resultado, o trabalho gerou um mapa de zoneamento das Terras Altas da Mantiqueira em três unidades: áreas influenciadas por unidades de conservação, com grande potencial para o desenvolvimento de atividades turísticas em áreas naturais; área com o predomínio de atividades do setor primário, com grande potencial para o turismo em áreas rurais e áreas com o predomínio de estruturas urbanas com traços materiais dos processos históricos de ocupação. Essas unidades são subdivididas em subunidades, de acordo com as características. A proposta criou um subsídio técnico/científico, para ajudar no planejamento turístico da localidade.

Palavras-chave: Turismo, Circuitos Turísticos, Planejamento Turístico, GTP, Complexidade.

ABSTRACT

The following work aims to propose a zoning of the Circuito Turístico das Terras Altas da Mantiqueira - Southeast of Brazil, by conducting a study of the tourism potential of geosystemic, territorial and landscape aspects. The locality is a group of eight municipalities, with their own physical and cultural characteristics, that raise the interest of tourists in visiting the locality in search of natural attractions, climatic aspects and local culture. To arrive at the proposal, complex thinking is used as a way to epistemologically align the approach of the General Theory of Systems, Tourism and Geography. The main methodological reference is Bertrand's GTP (Geosystems - Territory - Landscape), which presents these three entries as a basis for understanding the geographic space. The geosystemic aspects seek to present the complex relationships, that involve the physical environment, the territorial aspects work the region as a hybrid and the landscape as a parallax of the multitemporality of the first two entries. As a result, the work generated a zoning map of the Mantiqueira Highlands in three units: areas influenced by conservation units, with great potential for the development of tourist activities in natural areas; an area with a predominance of activities in the primary sector, with great potential for tourism in rural areas and areas with a predominance of urban structures with material traces of historical occupation processes. These units are subdivided into subunits, according to their characteristics. The proposal created a technical / scientific subsidy to help with tourism planning in the locality.

Keywords: Tourism, Tourist Circuits, Tourism Planning, GTP, Complexity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Localização e municípios do Circuito Terras Altas da Mantiqueira	13
Figura 02	Sistema turístico de Raymundo Cuervo	27
Figura 03	Esquema de Jafari sobre o caráter interdisciplinar do turismo.....	27
Figura 04	Sistema turístico base de Leiper	28
Figura 05	Elementos geográficos em um sistema turístico composto por dois destinos.	29
Figura 06	Fases do turismo	30
Figura 07	Modelo referencial do Sistur	31
Figura 08	Representação de um modelo de sistema.	33
Figura 09	Primeiro circuito epistemológico de Morin.....	40
Figura 10	Anel tetralógico.....	41
Figura 11	O sistema GTP	45
Figura 12	Níveis escalares têmporo-espacial de análise das estruturas da paisagem	50
Figura 13	Definição teórica de geossistema, segundo o artigo de Bertrand de 1968.....	51
Figura 14	Localização dos principais picos do Circuito das Terras Altas da Mantiqueira.....	76
Figura 15	Características climáticas dos municípios do Circuito Terras Altas da Mantiqueira	77
Figura 16	Estado da cobertura vegetal.....	79
Figura 17	Hidrografia e hipsometria das Terras Altas da Mantiqueira.....	80
Figura 18	Fragmentos de vegetação e hidrografia das Terras Altas.....	81
Figura 19	Recorte das Terras Altas da Mantiqueira sobre a compartimentação Morfoestrutural Marques Neto (2017).....	83
Figura 20	Classes de fácies de Marques Neto (2018) que se sobrepõem ao Circuito Terras Altas da Mantiqueira.....	85
Figura 21	Distribuição da oferta turística segundo os Inventários municipais de turismo de 2017.....	89
Figura 22	Destaque para os pontos no município de Aiuruoca.....	90
Figura 23	Destaque para os pontos no município de Alagoa.....	90
Figura 24	Exemplos da oferta turística da região.....	92
Figura 25	Fac simile do mapa de Saint Hilaire de 1822, com referência à Serra da	95

	Mantiqueira.....	
Figura 26	Terras Altas da Mantiqueira e municípios ao entorno.....	98
Figura 27	Circuito Terras Altas da Mantiqueira em relação às capitais mais próximas.....	99
Figura 28	Mapa de rodovias e acesso aos Municípios das Terras Altas.....	102
Figura 29	Mapa de uso e ocupação realizado com base nos dados do IDE-SISEMA (2019).....	103
Figura 30	Mapa de vulnerabilidade das Terras Altas com base no ZEE.....	106
Figura 31	Componente humano dos municípios das Terras Altas da Mantiqueira e de Virginia com base no ZEE.....	108
Figura 32	Situação das Terras Altas da Mantiqueira segundo a metodologia (IEE).....	110
Figura 33	Unidades de Conservação nas Terras Altas da Mantiqueira.....	114
Figura 34	Trilha Transmantiqueira – Visão geral do traçado preliminar.....	117
Figura 35	APA da Mantiqueira e a Travessia Serra Fina.....	121
Figura 36	Atrativos Culturais do Circuito Terras Altas da Mantiqueira.....	124
Figura 37	Turistas e a Maria fumaça de Passa Quatro.....	128
Figura 38	Casa de pau a pique. Imagem datada de aproximadamente do ano de 1990 que representa o caipira na estruturação do espaço.	129
Figura 39	Casa de pau a pique no município de Alagoa.....	130
Figura 40	Pontos de onde foram realizadas as fotografias.....	133
Figura 41	Ponto 1 - Município de Itanhandu.	134
Figura 42	Ponto 2 - Fotografia da zona rural do município de São Sebastião do Rio Verde.	135
Figura 43	Ponto 3 - Fotografia da nascente do Rio Verde (Vale do Ruah).....	136
Figura 44	Ponto 4 - Visão das Terras Altas de cima do Pico do Itaguaré.....	137
Figura 45	Ponto 5 - Santo Agostinho.....	138
Figura 46	Ponto 6 - Cachoeirinha.....	139
Figura 47	Ponto 7- Visão do Campo Redondo.....	140
Figura 48	Ponto 8 - Floresta Nacional de Passa Quatro.....	141
Figura 49	Ponto 9 - Rodovia MG - 354 em Capivari.....	142
Figura 50	Ponto 10 - Norte de Aiuruoca.....	143
Figura 51	Ponto 11 - Vale do Matutu.....	144
Figura 52	Ponto 12 - Parque Nacional de Itatiaia.....	145
Figura 53	Ponto 13 - Estrada Virgínia/ Marmelópolis, km7.....	146
Figura 54	Ponto 14 - Estrada Alagoa/Aiuruoca.....	147

Figura 55	Ponto 14 – Aiuruoca.....	148
Figura 56	Ponto 16 – Ribeirão de Pouso Alto.....	149
Figura 57	Ponto 17 - Estrada Itamonte/Alagoa.	150
Figura 58	Ponto 18 - Passa Quatro.	151
Figura 59	Ponto 19 - Vale do Batuque.	153
Figura 60	Mapa de unidades Geo-turísticas do Circuito Terras Altas da Mantiqueira.....	156
Figura 61	Pico do Itaguaré.....	158
Figura 62	Serra Fina.....	159
Figura 63	Trilha Serra Fina.....	160
Figura 64	Estrada no Parque Nacional de Itatiaia.....	161
Figura 65	Campos de acesso ao pico do Santo Agostinho.....	162
Figura 66	Visão da Serra do Papagaio.....	162
Figura 67	Sede da FLONA de Passa Quatro.....	163
Figura 68	Casarão do Matutu.....	164
Figura 69	Paisagem de pastagem e silvicultura ao norte de Aiuruoca.....	165
Figura 70	Típico curral da região.....	166
Figura 71	Praça e casarão na área central do município de Alagoa.....	167
Figura 72	Estação ferroviária de Passa Quatro.....	168
Figura 73	Estação ferroviária de São Sebastião do Rio Verde.....	169
Figura 74	Transecto 1.....	171
Figura 75	Transecto 2.....	171
Figura 76	Transecto 3.....	172
Figura 77	Transecto 4.....	173
Figura 78	Transecto 5.....	174
Figura 79	Transecto 6.....	175

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Termos em Bertrand (1968), Beroutchachvili e Bertrand (1978) e Sochava (1978).....	56
Tabela 02	Médias térmicas na estação de Passa Quatro entre 1961-1990 (INMET).....	78
Tabela 03	Médias pluviométricas na estação de Passa Quatro entre 1961-1990 (INMET).....	78
Tabela 04	Nome dos atrativos naturais.....	90
Tabela 05	Dados socioeconômicos dos municípios das Terras Altas da Mantiqueira e Virgínia. Tabela com base nos dados do IBGE (2019).	100
Tabela 06	Classes de vulnerabilidade natural.	107
Tabela 07	Classificação das condições para o início de um processo de Desenvolvimento Sustentável.....	109
Tabela 08	Situação (2008) sobre as bases dos municípios para o Desenvolvimento Sustentável.....	109
Tabela 09	Zonas de desenvolvimento baseado no diagnóstico das ZEE (SCOLFORO, et al 2008).....	111
Tabela 10	Legenda e descrição dos Atrativos do Circuito Terras Altas da Mantiqueira.....	124

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
OBJETIVO GERAL	16
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
JUSTIFICATIVA	17
CAPÍTULO 1: O TURISMO E TEORIA GERAL DOS SISTEMAS.....	19
1.1. TURISMO: PERSPECTIVA HISTÓRICA E EPISTEMOLÓGICAS.....	19
1.1.1 Aspectos históricos.....	19
1.1.2 O turismo como ciência.....	22
1.2. MODELOS TURÍSTICOS DA T.G.S.....	25
1.2.1 Os primeiros modelos de sistemas turísticos.....	25
1.2.2 Mario Beni e o Sistur.....	30
1.2.3 Cristofolletti e os Sistemas.....	33
1.2.4 Abordagem Sistêmica e a Geografia – o geossistema.....	35
1.3 CONSIDERAÇÕES.....	37
CAPÍTULO 2: A PROPOSTA PARA A COMPREENSÃO DOS ESPAÇOS TURÍSTICOS: GEOSITEMA – TERRITÓRIO - PAISAGEM. (GTP)	39
2.1. UM PENSAMENTO COMPLEXO.....	39
2.2 BERTRAND E METODOLOGIA GTP.....	43
2.2.1 A complexidade na perspectiva de Bertrand	43
2.2.2 A metodologia GTP.....	44
2.3. GEOSISTEMAS (GEOCOMPLEXOS).....	47
2.3.1 Ecossistemas e geossistemas.....	47
2.3.2 Geossistemas: a concepção inicial de Bertrand.....	49
2.3.3 A influência da Geografia Física soviética em Bertrand.....	51
2.3.4 Síntese dos termos polissêmicos.....	56
2.4 TERRITÓRIO.....	57
2.4.1 O desenvolvimento do conceito de território.....	57
2.4.2 A natureza do território: das dicotomias às dialéticas.....	59
2.4.3 O território como híbrido.....	60
2.4.4 Território em Bertrand - GTP.....	61
2.5 PAISAGEM.....	63
2.5.1 Paisagem: a multiplicidade conceitual.....	63
2.5.2 Paisagem em Bertrand.....	67

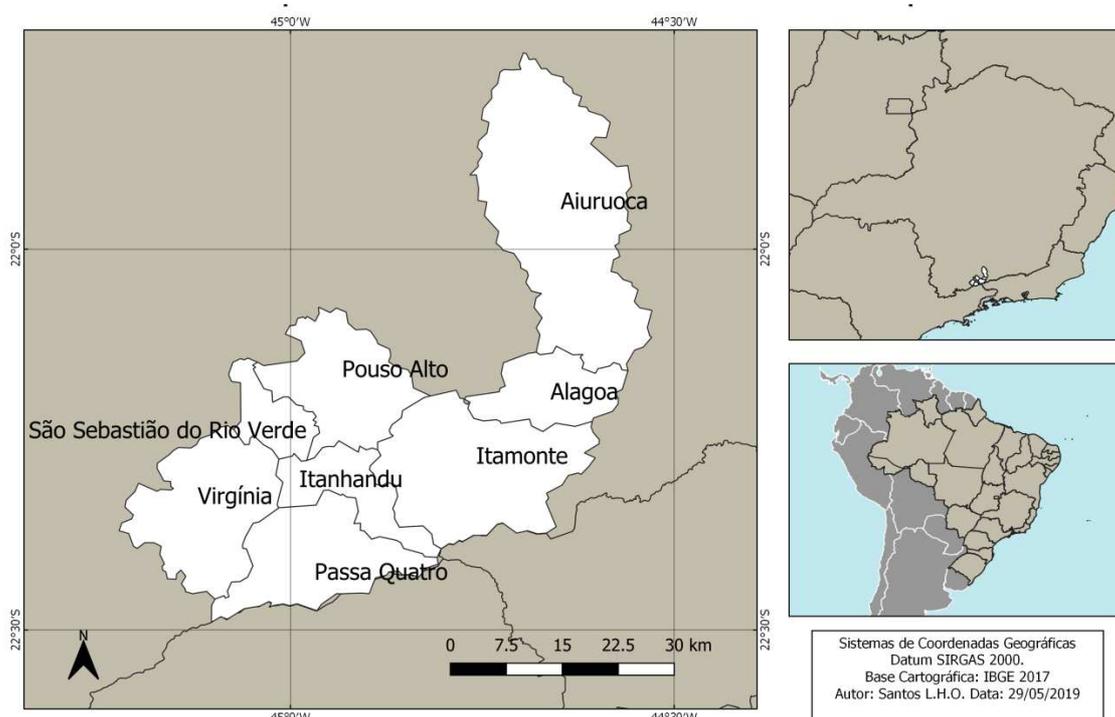
2.5.3 A paralaxe da paisagem ou paisagem como paralaxe.....	73
CAPÍTULO 3: CAPÍTULO 3: CARACTERIZAÇÃO DAS TERRAS ALTAS DA MANTIQUEIRA	75
3.1 ASPECTOS FÍSICOS E COMPOSIÇÕES GEOSSITÊMICAS EM INTERAÇÃO COM O TURISMO. (GEOSSISTEMAS).....	75
3.1.1 Aspectos físicos.....	75
3.1.2 Unidades de paisagem.....	81
3.1.3 Atrativos e oferta turística.....	86
3.1.4 Distribuição da oferta turística nas Terras Altas.....	88
3.2 PROCESSOS DE OCUPAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NA PRODUÇÃO DOS TERRITÓRIOS (TERRITÓRIO).....	94
3.2.1 Processo histórico de ocupação da região.....	94
3.2.2 Divisão política: aspectos políticos e econômicos.....	98
3.2.3 Uso e ocupação.....	103
3.2.4 Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE).....	104
3.2.5 Unidades de Conservação.....	112
3.2.6 Circuitos Turísticos.....	118
3.2.7 Micropoderes do turismo.....	121
3.3 A MANIFESTAÇÃO ESPACIAL DOS PROCESSOS TERRITORIAIS NA PARALAXE COM A NATUREZA. (PAISAGEM).....	123
3.3.1 Os aspectos culturais.....	123
3.3.2 O estudo das imagens.....	132
4. ZONEAMENTO TURÍSTICO – UNIDADES GEO –TURÍSTICA.....	154
4.1 I - ÁREAS INFLUENCIADAS POR UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COM GRANDE POTENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES TURÍSTICAS EM ÁREAS NATURAIS.....	157
4.1.1 I.A – Itaguaré.....	157
4.1.2 I.B – Serra Fina.....	158
4.1.3 I.C – Itatiaia.....	160
4.1.4 I.D – Garrafão.....	161
4.1.4 I.E – Serra do Papagaio.....	162
4.1.5 I.F – FLONA de Passa Quatro.....	163
4.2 II – ÁREA COM O PREDOMÍNIO DE ATIVIDADES DO SETOR PRIMÁRIO, COM GRANDE POTENCIAL PARA O TURISMO EM ÁREAS RURAIS.....	164
4.2.1 II.A – Povoados rurais de Alagoa e Aiuruoca.....	164
4.2.2 II.B – Norte de Aiuruoca.....	164

4.2.3 II.C – Povoados rurais a oeste.....	165
4.3 III – ÁREAS COM O PREDOMÍNIO DE ESTRUTURAS URBANAS COM TRAÇOS MATERIAIS DOS PROCESSOS HISTÓRICOS DE OCUPAÇÃO	166
4.3.1 III.A – Sem fragmentos históricos materiais das ferrovias.....	167
4.3.2 III.B – Com fragmentos históricos materiais das ferrovias.....	138
4.4 TRANSECTOS DAS UNIDADES.....	169
4.4.1 Transecto 1: Pouso Alto - Passa Quatro.....	170
4.4.2 Transecto 2: Itamonte – Aiuruoca.....	171
4.3.3 Transecto 3: São Sebastião do Rio Verde – Alagoa.....	172
4.4.4 Transecto 4: Passa Quatro – Aiuruoca.....	173
4.4.5 Transecto 5: Virginia – Itamonte.....	174
4.4.6 Transecto 6: Passa Quatro - Pouso Alto.....	175
CONCLUSÕES.....	177
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	181
APÊNDICE A – Pesquisa aplicada aos frequentadores da Serra Fina....	188
ANEXO A – Histórico dos municípios do Circuito Terras Altas da Mantiqueira.....	189

INTRODUÇÃO.

O seguinte trabalho tem como objetivo propor um zoneamento do Circuito Turístico das Terras Altas, através da realização de um estudo da potencialidade turística dos aspectos físicos, territoriais e paisagísticos. A região turística está localizada ao sul do estado de Minas Gerais – Brasil, e foi delimitada e estabelecida pela Resolução n° 001/98 no dia 25 de março de 2006, conforme a política do decreto-lei n.º 43.321, de 8 de maio de 2003, que dispõe sobre a criação dos circuitos turísticos. O Circuito Turístico das Terras Altas da Mantiqueira abrange os seguintes municípios: Alagoa, Aiuruoca, Itamonte, Itanhandu, Passa Quatro, Pouso Alto e São Sebastião do Rio Verde. O município de Virgínia também é estudado, pois, quando o trabalho foi idealizado, o município pertencia ao Circuito.

Figura 01: Localização e municípios do Circuito Terras Altas da Mantiqueira:



Fonte: Elaborado pelo autor

Na tentativa de organizar o turismo no Brasil, várias propostas foram lançadas pelos órgãos públicos, dentre as quais: criação de um órgão e políticas públicas, centralização e descentralização das organizações do turismo, regionalização e municipalização dos roteiros. Paralelo à organização federal, no estado de Minas Gerais,

uma política se destacou, a criação dos circuitos turísticos, aglomerados de municípios que tenham oferta turística parecida, formatados por um órgão desvinculado do poder público e que permitem continuidade das políticas iniciadas em governos anteriores, permitindo que o planejamento ultrapassasse os anos de posse dos prefeitos. A análise dessa organização e das estruturas socioespaciais e turísticas, que tramitam por esse circuito corroboram com uma visão mais detalhada de como os fixos e fluxos se sistematizam, proporcionando uma ampla visão da atividade turística.

A proposta do trabalho é utilizar o pensamento geossistêmico para realizar um zoneamento da área, de forma a clarear a pluralidade da região. Processo que apresentará a localidade dentro de uma perspectiva científica, complexa e geográfica.

Como questão principal surge: Como o pensamento geossistêmico pode servir na compreensão em um zoneamento dos circuitos turísticos? Acredita-se, que o desenvolvimento deste trabalho pode ajudar na reflexão de como utilizar os espaços para o turismo de forma integrada, reduzindo os problemas entre as atividades econômicas e as dinâmicas socioculturais das populações locais e levando a uma melhor compreensão de como o turismo tem-se relacionado com o planejamento público, e como pode se desenvolver no Circuito das Terras Altas da Mantiqueira.

Em busca desse proposto, será realizado o levantamento de algumas das teorias científicas que abordam o pensamento sistêmico e como a Teoria Geral dos Sistemas influenciou o turismo e a geografia. O pensamento sistêmico já foi atrelado ao turismo, resultando em alguns aspectos teóricos e metodológicos, sendo assim, será realizado um levantamento do que já foi feito. Em um segundo momento será realizado um levantamento sobre a complexidade e a metodologia de análise, conhecida como GTP (geossistema – território - paisagem), fazendo uma consistente reflexão sobre os três termos para evitar uma polissemia, que possa descaracterizar a metodologia. Em um terceiro momento será realizado um levantamento e uma reflexão sobre os aspectos físicos e humanos da Mantiqueira, com o foco no recorte das Terras Altas.

Os dados sobre geossistema, território e paisagem serão coletados da seguinte maneira: Sobre os aspectos geossistêmicos foi realizado um levantamento dos aspectos físicos das Terras Altas da Mantiqueira, através dos dados do IBGE em escala 1:250.000 e, principalmente, do banco de dados da Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IDE-Sisema), um sistema de gestão compartilhado de Minas Gerais, que envolve: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), Fundação Estadual do Meio

Ambiente (FEAM), Instituto Estadual de Florestas (IEF) e Instituto Mineiro da Gestão das Águas (IGAN). A coordenação executiva é realizada pela Diretoria da Gestão Territorial Ambiental da SEMAD. Os dados foram transformados em mapas, para melhor os expor. Os trabalhos de Marques Neto (2017, 2018) também foram utilizados como referência. Fechando essa parte, foi realizado um levantamento dos atrativos turísticos naturais do Circuito, que foram georreferenciados para um estudo, dentro de seu contexto físico. Todas as informações foram transformadas em arquivos *shapefile* e processados no software *Qgis* para a produção de mapas.

Na questão territorial, foi realizada uma descrição sobre as unidades políticas envolvidas no circuito, buscando aspectos no processo de ocupação histórico, que represente as relações territoriais da região. A base para essas informações foi o IBGE. Também foi feito um levantamento do Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE), desenvolvido pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). As informações foram obtidas no site do IDE-Sisema como arquivos *shapefile* e transformados em mapas com um recorte específico da região do Circuito Terras Altas da Mantiqueira. Também foram realizados levantamentos dos aspectos históricos e das questões legais, que envolvem o circuito, tanto nas políticas públicas ambientais que envolvem Unidades de Conservação, quanto nas políticas públicas de turismo. Também foi realizado um estudo sobre a demanda, que visita um conjunto de elevações da região chamada Serra Fina.

Os aspectos paisagísticos são colocados através da influência dos geossistemas nas ocupações territoriais e da influência dos territórios nos aspectos físicos. A paisagem se forma de acordo com a interação multiescalar e multitemporal, que acontece na localidade. Além de buscar o plano de fundo, foi realizado um levantamento dos aspectos culturais, de acordo com o último Inventário Municipal de Turismo, com a finalidade de pontuar os fenômenos antropossociais em um contexto. Também foi realizado um levantamento fotográfico para a realização de um estudo de paisagem, que compare as diferentes localidades do circuito. O levantamento das imagens foi feito após um estudo prévio sobre os aspectos físicos e humanos da região, o que apresentou a pluralidade e orientou os trabalhos de campo, com o objetivo de produzir imagens sobre as informações levantadas para realizar o estudo das paisagens. As dezenove imagens, que foram utilizadas, buscaram apresentar a maior variabilidade de paisagens da região e cobrir a maior parte do circuito dentro da escala proposta.

Como proposta final, observou-se como os aspectos geossistêmicos são modificados pela ocupação territorial, formando diferentes paisagens, que podem ser

utilizadas pelo turismo. Essa proposta resultou em um zoneamento do Circuito Terras Altas da Mantiqueira, baseado nas informações levantadas, de forma a contextualizar os atrativos turísticos em um contexto geográfico, levando em consideração os aspectos físicos e humanos. Os dados foram apresentados, de forma a produzir um material claro e sucinto a ser utilizado por planejadores, guias, professores e intérpretes da natureza da região. O conhecimento dos aspectos físicos, em seu contexto, dialoga com uma abordagem complexa, desconstruindo a ideia de um atrativo isolado do contexto físico.

OBJETIVO GERAL.

Propor um zoneamento do Circuito Terras Altas da Mantiqueira, através de uma perspectiva geossistêmica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS.

- Tecer um arcabouço teórico sobre as teorias sistêmicas nos campos da geografia e do turismo
- Examinar como o pensamento complexo (Morin) pode ajudar na articulação etimológica e epistemológica da Teoria Geral do Sistema no Turismo e na geografia.
- Compreender como a complexidade influenciou Bertrand no desenvolvimento da metodologia GTP (Geossistema – Território - Paisagem).
- Fazer um levantamento dos aspectos geossistêmicos, territoriais e paisagísticos da região do Circuito Turístico das Terras Altas da Mantiqueira.
- Propor um zoneamento da localidade, que esteja embasado em conceitos complexos e que sirva de subsídio para o planejamento turístico.

JUSTIFICATIVA.

A área em questão é uma região político-administrativa, advinda do planejamento e gestão do turismo, no âmbito do estado de Minas Gerais, localizada no sul do estado de Minas Gerais – Brasil, denominado Terras Altas da Mantiqueira. A

região se destaca pelas altitudes elevadas, em comparação a outras áreas do território brasileiro. As serras e os picos proporcionam cachoeiras e microclimas com baixas temperaturas para uma região tropical. Além das características físicas peculiares, a localidade também apresenta uma ocupação territorial marcada pela influência do caipira, figura que estrutura a área com atividades econômicas do setor primário, com o desenvolvimento de atividades agropecuárias extensivas. Devido às características físicas, a região conta com várias Unidades de Conservação e uma emergente demanda turística, em busca dos atrativos naturais e culturais. Atualmente, existe um órgão responsável por apoiar e articular o turismo na região.

Os circuitos turísticos foram criados pelo decreto 43.321, do governo do estado de Minas Gerais, em 8 de maio de 2003. A proposta visa a descentralização do turismo, pois, possibilita que a associação denominada “circuito”, seja formada por representantes do poder público e privado. Assim, problemas derivados da descontinuidade administrativa podem ser contornados. No dia 25 de março de 2006 foi criado o Circuito Terras Altas da Mantiqueira, atualmente conhecido como Associação Terras Altas da Mantiqueira (ATAM), com sede no Município de Itanhandu, no sul de Minas Gerais e engloba os municípios de: Itanhandu, Itamonte, Alagoa, Pouso Alto, Passa Quatro, Aiuruoca e São Sebastião do Rio Verde (**Figura 01**).

O planejamento e a gestão dos Circuitos, nem sempre são feitos por um turismólogo, geógrafo, ou um administrador. Os atuais gestores têm dificuldade, inclusive, de acessar esses profissionais, por falta de recurso ou de conhecimento da complexidade da atividade. O ato de planejar consiste em estabelecer condições para que um objetivo seja alcançado. Não é simplesmente olhar um fim e seguir em frente. Avaliar as condições existentes para se alcançar esse objetivo é considerado planejamento. É necessário observar e avaliar as bases para o desenvolvimento e as variáveis e imprevistos, para que seja realizado um planejamento eficiente, não podendo esquecer que é um processo contínuo. Compreender a localidade em sua totalidade, se mostra de grande importância para um planejamento efetivo.

A região conta com poucos estudos técnicos sobre o turismo. Porém, o seguinte trabalho busca debater o que já existe e desenvolver uma abordagem complexa para o estabelecimento de um subsídio geográfico para a atividade. Algo inovador, tanto para o turismo, quanto para a geografia. A proposta busca estabelecer a compreensão da localidade dentro de suas características, respeitando o valor ambiental e cultural da região, sem desconsiderar a importância de um desenvolvimento econômico. O

levantamento e a divulgação das informações, desenvolvidas neste trabalho, tendem a agregar valor econômico, social e cultural à região, pois, serve como síntese para os locais e envolvidos no turismo, do que as Terras Altas representam em sua totalidade.

As dinâmicas dos fluxos turísticos modificam a paisagem, causam conflitos territoriais, homogeneízam espaços, modificam estruturas sociais e culturais. A utilização de uma metodologia geográfica, como, por exemplo, o GTP (geossistema – território - paisagem) é uma forma com grande potencial de pontuar as questões do local. Uma forma de inventariar e compreender a localidade, como um todo e em suas especificidades, para que, dessa forma, se realize uma atividade que cause a menor quantidade de inconvenientes para turistas e locais.

Dessa forma, o desenvolvimento deste trabalho se torna um alerta sobre a seriedade científica, administrativa e política dos circuitos e a sua importância na organização dos espaços.

CAPÍTULO 1: O TURISMO E TEORIA GERAL DOS SISTEMAS

Na busca pelo desenvolvimento rumo à questão apresentada, o primeiro capítulo esboça o desenvolvimento do turismo como atividade e como campo científico. O turismo apresenta uma aproximação de métodos e de metodologias de outras ciências, antes de tentar se desenvolver-se de forma própria. Em uma destas aproximações, a Teoria Geral dos Sistemas (T.G.S), influenciou obras como as de Beni (1988;1997), Leiper (1990), Molina (2001), Martínez (2005) e Panosso Netto (2005), que adaptaram os conceitos para o turismo.

1.1 TURISMO: PERSPECTIVA HISTÓRICA E EPISTEMOLÓGICAS

Para o início da discussão é necessário um pequeno resumo do desenvolvimento do turismo e a discussão de alguns conceitos.

1.1.1 Aspectos históricos

Para uma série de autores como: Andrade (2002), Oliveira (2002), Barreto (2003) e Ignarra (2002), no princípio da história do homem não havia turismo, mas o deslocamento. Esse tinha como objetivo a busca de víveres, aumento do território tribal ou reduto familiar ou para saciar a curiosidade sobre possíveis existências para além do horizonte. As viagens não tinham nenhum caráter lúdico ou recreativo.

Com o início da agricultura e da pecuária, a busca pela troca dos produtos excedentes corroborou o início do comércio. Para se levar os produtos a serem trocados ou vendidos, novas técnicas foram desenvolvidas. Assim, o deslocamento marítimo sofreu uma modernização, realizada, principalmente, pelos fenícios.

Com a chegada da Idade Média, as relações comerciais se resumiam entre os feudos. Porém, no século XIII, com as Cruzadas para a Terra Santa, ressurgiu, novamente, um sistema de comércio nos burgos. Os cruzados que voltavam eram “abençoados” a tomar o que encontravam pelo caminho e levarem para si. Essa ascensão do comércio levou a um desenvolvimento naval maior, pois as viagens por terra eram demoradas e perigosas. (OLIVEIRA, 2002).

Com a Revolução Industrial, ocorrida na segunda metade do século XVIII, manifestaram-se alguns fatores, que serviram como base para o desenvolvimento do

turismo organizado. Como primeiro fator, pode-se citar a divisão do tempo para os trabalhadores em: tempo livre e tempo de trabalho. Até então, o tempo era gasto necessariamente com os afazeres, que, dentro do contexto, se tratavam da agricultura, da pecuária, do artesanato (que na época se tratava da construção de artefatos utilizados no dia a dia) e outros, como confecção de roupas, que visavam apenas suprir às próprias necessidades. Devido à aproximação de conceitos cristãos, que associavam o trabalho como algo sagrado, o tempo livre ou tempo ocioso era depreciado, por ser considerado improdutivo. Essa ideia perdurou até parte da Revolução Industrial, quando se descobriu que, com maior tempo livre, há mais tempo para consumir. Dentro desse paradigma capitalista industrial é que se cria o que se chama de turismo. O marco divisor de águas ocorreu em 1841, quando o inglês Thomas Cook fretou um trem para levar um grupo de 578 pessoas para um congresso antialcoolismo. A intenção era vender passagens do trem para os interessados. Diante do sucesso, Cook, junto com seus filhos, criaram a primeira agência de viagens, conhecida como “Cook e Son”, que trabalhava, exclusivamente, com a venda de passagens. (IGNARRA, 2002)

Com as grandes guerras, diminuíram drasticamente os fluxos. Após o fim da primeira guerra, o automóvel se tornou um meio de transporte popular e após a segunda guerra mundial, o avião passou a ser usado para fins comerciais e conseqüentemente para o turismo.

Em um cenário pós-guerra, os países destruídos precisavam de uma forma para gerar renda e reconstruir um mundo devastado. Uma das soluções foi o turismo. Foi uma boa alternativa, até que os fluxos turísticos alcançaram níveis muito altos, pois o número de turistas era maior do que as localidades podiam suportar. Assim, alguns problemas começaram a aparecer como o vandalismo, a alteração de ecossistemas, a prostituição entre outros. (DIAS; AGUIAR, 2002). Ficou, assim, conhecido como Turismo de Massa, um turismo que visa apenas o lucro e que causa danos ao núcleo receptor no seu aspecto social, cultural, ambiental e econômico, pois, quem se beneficia nesse tipo de turismo, geralmente, são as grandes organizações e apenas uma pequena parte do lucro é repassada para a comunidade local.

Contra esse tipo de turismo surge, na década de 70, o turismo alternativo ou turismo brando, que tinha como propósito a preservação dos lugares visitados, principalmente no seu aspecto natural (DIAS, 2003), (PIRES, 2002). Esta forma de turismo deu origem a alguns tipos de segmentos como o Ecoturismo e o Turismo de Aventura.

Vale chamar a atenção, pois ocorreram algumas tentativas de definir o turismo. Um dos fatores que ocasionaram divergências nas definições e o fato de estarem sempre ligadas à área de atuação e de formação do autor. Como exemplo, se tem a definição do economista Schullard (1910 apud BENI, 1998), o mais antigo conceito válido, sendo: *“a soma das operações, principalmente de natureza econômica, que estão diretamente relacionados com a entrada, permanência e deslocamento de estrangeiros para fora e para dentro de um país”* (SCHULLARD, 1910 apud BENI, 1998 p.36). É evidente a percepção econômica sobre a atividade, rebaixando-a a apenas uma atividade comercial e esquecendo outros fatores, que ocorrem como as inter-relações entre turistas e comunidade local, que geram troca de informações socioculturais.

Para Hunziker e Krapf (apud BENI 1998), a atividade é definida como:

“O conjunto das inter-relações e dos fenômenos que se produzem como consequência de viagens e das estadas de forasteiros, sempre que delas não resulte um assentamento permanente nem que eles não se vinculem a alguma atividade produtiva.” (HUNZIKER e KRAPF, apud BENI, 1998, p.36).

Essa definição caracteriza o sociológico da atividade. Trata-se do deslocamento de indivíduos de um lugar para outro, findando, após algum tempo, no retorno ao local de origem. Analisando por essa ótica, seria possível afirmar que o turismo ocorre desde os primórdios da história do homem, pois, como descrito, essas viagens já ocorrem há tempos. Porém, na definição citada já é visível uma abrangência holística, pois trata-se das inter-relações e dos fenômenos proporcionados pela atividade, de modo geral. Já há um apontamento do turismo, não apenas como uma atividade econômica, mas, como gerador de processos e interações, que, possivelmente, podem causar situações positivas e negativas para os envolvidos.

Como umas das definições que mais se aproxima do consenso comum, há a de De La Torre, a qual aponta:

“O turismo é um fenômeno social, que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente, por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa, nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.” (DE LA TORRE, apud IGANARRA, 2002, p.24).

Além de destacar as inter-relações, essa definição aponta o fator motivacional como característica do turismo. Para realizar turismo é necessário que se tenha algum motivo. É aí que surge uma nova polêmica ligada a essa definição. Quando uma pessoa sai do seu local de origem para trabalhar em outro, está realizando turismo? O fator que o motiva é o trabalho, em vez do lazer, e, conseqüentemente, a sua relação com o local se restringe a apenas um espaço de trabalho. Em contrapartida, é muito comum, durante uma viagem de negócios, usufruírem de um hotel ou outros equipamentos relacionados à infraestrutura turística. Também é possível notar uma preocupação em especificar em que aspectos o turismo pode impactar. Os aspectos sociais, econômicos e culturais são alguns dos sistemas, que são tensionados e tendem a modificar com o processo.

Como definição oficial, tem-se a da OMT (Organização Mundial do Turismo) que afirma que: *“o turismo inclui as atividades de deslocamento e de permanência em locais fora de seu ambiente de residência, por período inferior a um ano consecutivo, por razões de lazer, de negócios ou outros propósitos”* (GOELDNER et al., 2002, p.24). Esta definição trata apenas do deslocamento e do caráter motivacional, esquecendo-se das relações que ocorrem entre os núcleos emissivos e receptivos. Esta, por sua vez, já difere da definição de De La Torre, quando coloca que as viagens por motivos de negócios são consideradas turismo, mas, coloca um prazo de um ano como restrição.

1.1.2 O turismo como ciência

O turismo tornou-se foco dos estudos acadêmicos, quando despontou como atividade econômica com um grande potencial de geração de renda e de modificação do espaço. Após as grandes intervenções provocadas pela sua utilização na reconstrução do continente europeu, destruído pela 2ª Guerra Mundial, ficou evidente a necessidade de se elaborar estruturas de análises sobre a atividade (CRIS et al., 2008). Foi justamente quando se iniciaram os estudos sobre turismo dentro das universidades, primeiramente vinculados à área das ciências humanas e depois à área das ciências humanas aplicadas, até formatar-se como uma graduação.

A crítica começa nesse ponto e com o seguinte raciocínio: o conhecimento sobre o que é turismo e sobre as suas potencialidades foi descrito dentro de uma cadeia de estudos, que têm uma visão temporal e moderna do turismo, restringindo a atividade ao deslocamento apropriado pelo capitalismo, como forma de geração de renda. As

análises são insuficientes para consolidar o turismo como ciência, pois há uma restrição do fenômeno à temporalidade de um sistema econômico, em vez de análises científicas. Para classificar os juízos do método, deve-se embasar em um paradigma atemporal, aplicável a qualquer momento histórico e espacial.

Lohmann e Panosso Netto (2008) fazem uma reflexão sobre a relação entre o turismo e a ciência. Afirmam a necessidade da definição epistemológica (ciência do conhecimento), afirmando a falta de interesse dos filósofos em questionarem o turismo, justamente por suas características comerciais. Os autores ainda afirmam a necessidade da epistemologia. Com respaldo em Bunge, discorrem, entre outros argumentos, que é uma forma de propor soluções claras aos problemas e de se distinguir a ciência autêntica da pseudociência, com uma investigação profunda do superficial;

Também apresentam uma discussão sobre as idéias de Popper e Kuhn. Popper propõe, como forma de obter o conhecimento, a verificação da falseabilidade, já para Kuhn, os paradigmas serviriam como direcionamento. *“Por paradigmas, Kuhn compreendia os valores, as crenças e os métodos que uma comunidade científica partilha, e, ao mesmo tempo, uma comunidade científica consistiria de homens que partilham um paradigma”* (LOHMANN E PANOSSO NETTO, 2008, p.21). Para o autor, na caminhada do saber científico, o cientista chega a pontos que não consegue mais progredir. Neste momento, é necessária uma reformulação dos modelos científicos para avançar em novas pesquisas.

Pires (2009) reflete sobre Tribe (2009), que defende que o turismo é um campo de conhecimento, ainda, por constituir-se como objeto de estudo, e não um modo de estudo (disciplina). Além disso, discorre sobre a importância de uma delimitação epistemológica, a qual afirma que:

“A importância de discutir a epistemologia do turismo seria, primeiramente, para promover uma análise sistemática do que seria um conhecimento de turismo legítimo, como forma de manter sua qualidade. Em segundo lugar, contribuiria para a definição dos limites do que constitui o turismo, visto não estarem ainda assentados.” (PIRES, 2009)

Na busca pela consolidação do turismo como ciência, surgiram alguns problemas. Dentro dos estudos sobre turismo, é comum se deparar com a falta de consenso ao definir o que é turismo, há conceitos oficiais preestabelecidos, como o conceito da OMT, mas, que não são suficientemente aceitos. Barreto (2003) faz uma vasta revisão das definições, apresentando a variedade nas abordagens. O turismo se

tornou objeto de estudos para várias disciplinas, sendo que, cada uma, o observa dentro de um olhar e cuida de enfatizar aquilo que mais interessa: a geografia estuda o espaço; a sociologia, as relações sociais; a Economia, as potencialidades econômicas; a administração, as formas de maximizar as potencialidades socioeconômicas.

Esse apanhado de visões sobre a atividade criou uma dificuldade em estabelecer o que é turismo (atividade) para o Turismo (ciência). Descaracterizado de sua potencialidade científica, foi observado, pelo olhar do mercado ou de outras atividades, o que acomodou (ou desmotivou) os pesquisadores e turismólogos sobre a possibilidade de estabelecer uma definição própria de seu objeto de estudo. Panosso Neto (2005) cita o modelo de Tribe, que, diante da problemática, propõe que o turismo pode ser dividido em dois campos (*fields*): um voltado aos aspectos comerciais e outro voltado aos aspectos não-comerciais. A soma dos campos, dentro de uma ótica multidisciplinar forma o turismo. Apesar da proposta, propõe um método a ser atrelado aos outros campos, pois não concorda que o turismo possa se consolidar como ciência.

Atualmente, estudos e pesquisas científicas sobre a atividade projetam dados, informações e números de cifras (UNWTO, 2019; OMT, 2020), que buscam dar mais subsídios, que podem ser transformados em várias propostas com vários objetivos difusos. Há o predomínio de uma apresentação da atividade turística como atrelada ao capitalismo e sempre afirmando a sua potencialidade como geradora de renda. A busca por uma aceitação no mercado, em vez de fortalecer os diálogos dentro da academia, acabou por enfraquecer seu campo de estudo, que, amplamente, aborda a atividade sob uma visão economicista e historiográfica. Não foi por simples capricho, que alguns cursos de Turismo modificaram a sua nomenclatura para administração do Turismo. Os empreendedores do turismo preferem fazer uma faculdade de administração a de Turismo. As referências para o turismo são os administradores (CAMPOS 1997). Isso justifica a grande utilização de autores da administração, como Chiavenato, nas grades curriculares dos cursos de Turismo.

Já Netto & Nechar (2014) fazem uma revisão das perspectivas teóricas do turismo, que se desenvolverem em torno da discussão epistemológica. Para estes, é possível apresentar as seguintes linhas: a positivista (cientificista), a sistêmica, a marxista, a fenomenológica, a hermenêutica e a teoria crítica.

Apesar desses pontos de vista, é possível delimitar quatro tipos principais de abordagem no turismo. O econômico, o social, o psicológico e o sistêmico (ACERENZA 2002). Segundo Urano (2016), esses pensamentos são os focos das

principais escolas de pensamentos do turismo, com o econômico como foco da Escola Berlinesa, o enfoque social da Escola Francesa, em especial o psicológico foi introduzido e enfatizado pela Escola Polonesa. Porém, a análise sistêmica tem sido o foco da escola mexicana e tem orientado muitos estudos no Brasil.

Em suas abordagens, Capra (2006) apresenta o pensamento sistêmico como a mudança do estudo das partes para o todo. Uma situação em que as propriedades não podem ser reduzidas às menores partes. Existem propriedades que só são exclusivas ao todo. Também afirma a capacidade dos sistemas em trocar informações entre si. O pensamento sistêmico vem para contradizer o pensamento mecanicista reducionista cartesiano.

Na década de 70, Leiper (1979) inicia uma aproximação do turismo com a T.G.S. no desenvolvimento dos estudos no México, o que vai respaldar em alguns trabalhos como, por exemplo, Cuervo (1967), Leiper (1979), Sessa (1985), Boullón (1985), Getz (1986), Acerenza (1994) e Beni (1988; 1997). Porém, como será apresentado, alguns criaram modelos teóricos sobre o turismo e a T.G.S., outros se apropriaram apenas do holismo, para tentar caracterizar o sistêmico e, alguns, o utilizaram como técnica de modelo de gestão.

1.2. MODELOS TURÍSTICOS DA T.G.S.

Como caracterizar, analisar, planejar e estudar um fenômeno tão complexo e de amplitude mundial, que não há uma definição exata sobre? Que métodos utilizar? Diante do atual pensamento metodológico da ciência, o que se predomina nos estudos sobre turismo é baseado na atual visão holística e sistêmica predominante.

1.2.1 Os primeiros modelos de sistemas turísticos

Martínez (2005) aponta a tendência que existiu, na metade do século passado, em adaptar a emergente estrutura de análises de sistemas biológicos, denominada de Teoria Geral dos Sistemas (TGS.), desenvolvida por Ludwig Von Bertalanffy, como um dos métodos de analisar o turismo. Isso surgiu como extensão dos estudos da Biologia Organísmica e a psicologia *Gestalt*, criando forte base epistêmica para novas ciências como a Ecologia e a Cibernética. (CAPRA, 2006).

Para Martínez (2005) “a Teoria Geral dos Sistemas descreve um nível de construção teórica de modelos situados entre a matemática pura e as teorias específicas de disciplinas especializadas” e completa com as idéias de Johansen (2000 in MARTINEZ, 2005 p. 111), que afirma que requerem um “corpo sistemático de construções teóricas, que possa discutir, analisar e explicar as relações gerais do mundo empírico. O autor ainda aponta que há diferenças entre o pensamento sistêmico e a TGS e, ainda, descreve o seguinte:

“Deve-se destacar aqui a diferença entre pensamento sistêmico e a TGS. No primeiro caso, significa uma forma de pensar, buscando todos os elementos constituintes (pensamento integral ou holístico); no segundo, são necessárias definições mais precisas, a fim de atuar com vínculos claros e úteis, bem como impedir que a identidade do sistema se dilua dentro de um conjunto difusos de teorias, métodos e técnicas.” (MARTÍNEZ, 2005, p. 111)

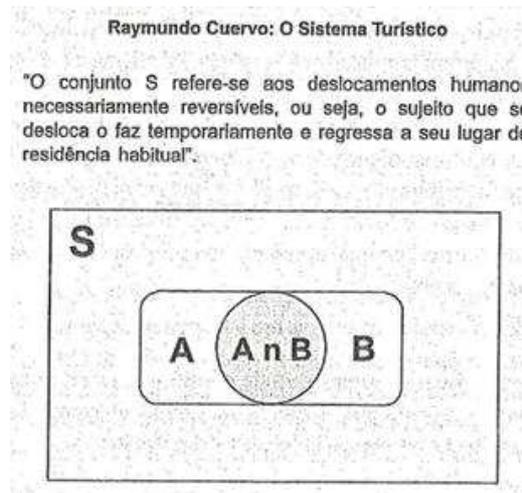
Martinez aponta que o pensamento sistêmico como um conceito baseado na integração do todo, mas, na TGS, há um risco de cair em uma banalidade, caso não se respeitem os limites epistêmicos das teorias.

A TGS logo influenciou os pensamentos em várias áreas. Apesar de ter nascido na biologia, logo alcançou outras disciplinas e ainda se tornou um dos métodos da cibernética, que surgiu na Segunda Guerra Mundial. (CAPRA, 2006). Dentro do Turismo, provavelmente foi o Mexicano Raymundo Cuervo, o primeiro a utilizar a TGS para interpretação. (EICHENBERG e SILVA 2015)

Oliveira e Velásquez (2018), antes de proporem uma nova abordagem metodológica chamada de Sistema Flexível de Turismo, fazem uma revisão sobre os que consideram os principais autores das Teorias Sistêmicas. Citam: Cuervo (1967). Leiper (1979), Sessa (1985), Boullón (1985), Getz (1986), Acerenza (1994) e Beni (1988; 1997). Nem todos os autores citados praticavam a modelagem, suas abordagens eram mais ligadas a um conceito sistêmico holístico, do que a uma abordagem metodológica.

A **figura 02** apresenta o modelo de Cuervo. Aborda a dinâmica do deslocamento humano como forma bem definida do turismo. Apesar de, aparentemente, ser simples, o modelo define claramente o deslocamento como base para o turismo.

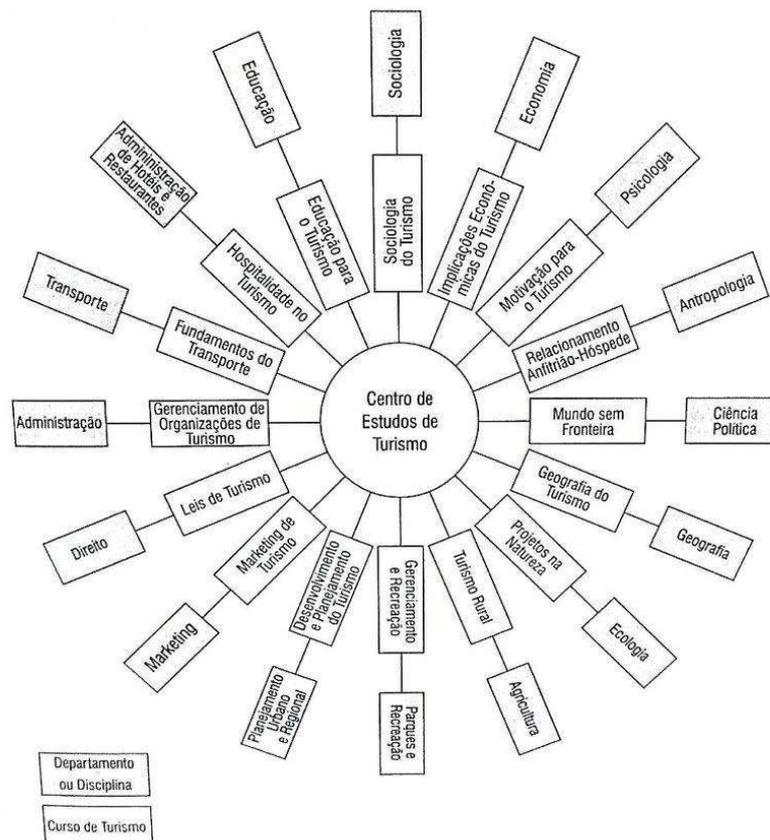
Figura 02: Sistema turístico de Raymundo Cuervo:



Fonte: PANOSSO NETTO, 2005, p.58.

Outro destaque foi Leiper (1979). Em sua proposta por uma visão holística propõe um esboço, que é ajustado por Jafar Jafari que, até 2005, acrescentou novas disciplinas ao seu modelo (**figura 03**).

Figura 03: Esquema de Jafari sobre o caráter interdisciplinar do turismo:



Fonte: PANOSSO NETTO, 2005, p.50

Esta visão abrangente, se ajusta a uma nova ótica do turismo. As relações vão além da multidisciplinaridade, não sendo apenas uma justaposição de disciplinas, as quais os tópicos não se relacionam. É mais que pluridisciplinar, pois, não prevê apenas integração entre duas ou mais disciplinas.

Essa abordagem busca a interdisciplinaridade, ou seja, um conjunto de disciplinas conexas e engajadas e submetidas a um controle. Para se chegar a uma análise exata do turismo foi proposto que várias disciplinas se relacionem, sob o controle da própria disciplina do turismo. Há ainda, a proposta da transdisciplinaridade, ou seja, que trabalhe várias disciplinas, todas se relacionando e abordando métodos e conceitos, sem que haja uma disciplina que ressalte sobre as outras, mas essa visão é difícil de abordar, pois o cientista busca como referência a sua formação.

Leiper continua a sua abordagem apresentando os seguintes modelos como recursos para a compreensão de outras dinâmicas da atividade. Apresenta o modelo seguinte (**figura 04**) como um sistema turístico base.

Figura 04: Sistema turístico base de Leiper:



Fonte: LEIPER, 1990, p.404

Neste esquema, Leiper (1990) apresenta os fixos e os fluxos da atividade, além de três tipos de situações espaciais envolvidas, as regiões emissoras, as regiões de destinos, as regiões de trânsito e a dinâmica dos seres humanos, que se deslocam em torno deste sistema. Ainda apresenta uma limitação, pois fica apenas nos fluxos, sendo que há uma interferência grande nos fixos, devido à intensificação do processo de formação das novas redes.

Esta proposta também fica exposta em outro sistema de Leiper (1990), representado na **figura 05**.

Figura 05: Elementos geográficos em um sistema turístico composto por dois destinos:



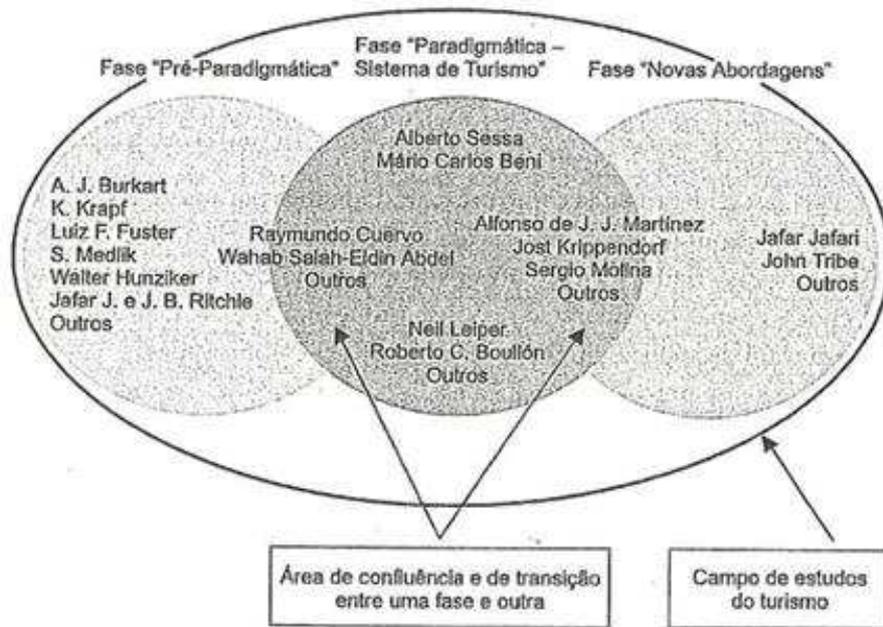
Fonte: CRIS *et al.*, 2008, p.38

Esta representação enfatiza o estado cíclico do sistema. Não é apenas influenciado, mas é influenciador. Dentro das relações de impacto, os lugares que emitem turistas também podem ser afetados e devem ser analisados como parte do todo.

O mexicano Sergio Molina traz, em suas obras, um pensamento crítico à forma de pensar turismo. Apresenta modelos de análises administrativos e questiona a potencialidade por trabalhar de forma economicista. Neste contexto, evoca-se Von Bertalanffy, que, apresentando uma dinâmica dos sistemas dentro da ecologia, criou uma forma de pensar holística, defendendo a ideia do turismo como um sistema aberto. O turismo seria responsável por um intercâmbio de matéria, de energia e de informações. (MOLINA, 2001).

No mundo, a abordagem sistêmica se tornou ampla. Panosso Netto (2005) apresenta uma revisão bibliográfica de Getz sobre esse tema e afirma a existência de mais de 150 tipos de modelos de sistemas turísticos pelo mundo. Além disso, organiza os teóricos do turismo em três fases (**figura 06**), chamando a fase sistêmica de fase pragmática e ainda apresenta novas abordagens que aparecem de forma crítica ou complementar às teorias sistêmicas.

Figura 06: Fases do turismo:



Fonte: PANOSSO NETTO, 2005, p.46

Na representação (**figura 06**), é possível visualizar Beni, o criador do Sistur (BENI 1988), um sistema turístico que é referência nos estudos dos sistemas no Brasil. Aqui aparece um ponto a enfatizar, segundo sugere Panosso Neto (2005). Beni não conhecia o trabalho de Leiper e teve como referência para o desenvolvimento do seu sistema, a literatura “*Análise de Sistemas em Geografia*”, de Christofolletti (1979).

As formas de Christofolletti se diferenciam muito da linha de Beni. As raízes de Christofolletti vêm das teorias soviéticas de Sotchava e das teorias anglo-americanas de Chorley e Kennedy. As utilizações destas são, principalmente, para sistemas ambientais e análises de estruturas paisagísticas, enquanto Beni cria uma reflexão sobre os sistemas na perspectiva espacial, muito próxima da atual abordagem sistêmica, dentro da administração difundida por Chiavenato (1983). Nos próximos tópicos serão apresentados os pensamentos sistêmicos dos dois citados, para que se possa fazer uma análise das linhas de pensamentos dos autores

1.2.2 Mario Beni e o Sistur

No Brasil, o modelo mais discutido dentro das universidades é o Sistur, criado por Mário Beni. Este tem como objetivo organizar o plano de estudos da atividade turística e considerou a necessidade, demonstrada há tempos nas obras teóricas e

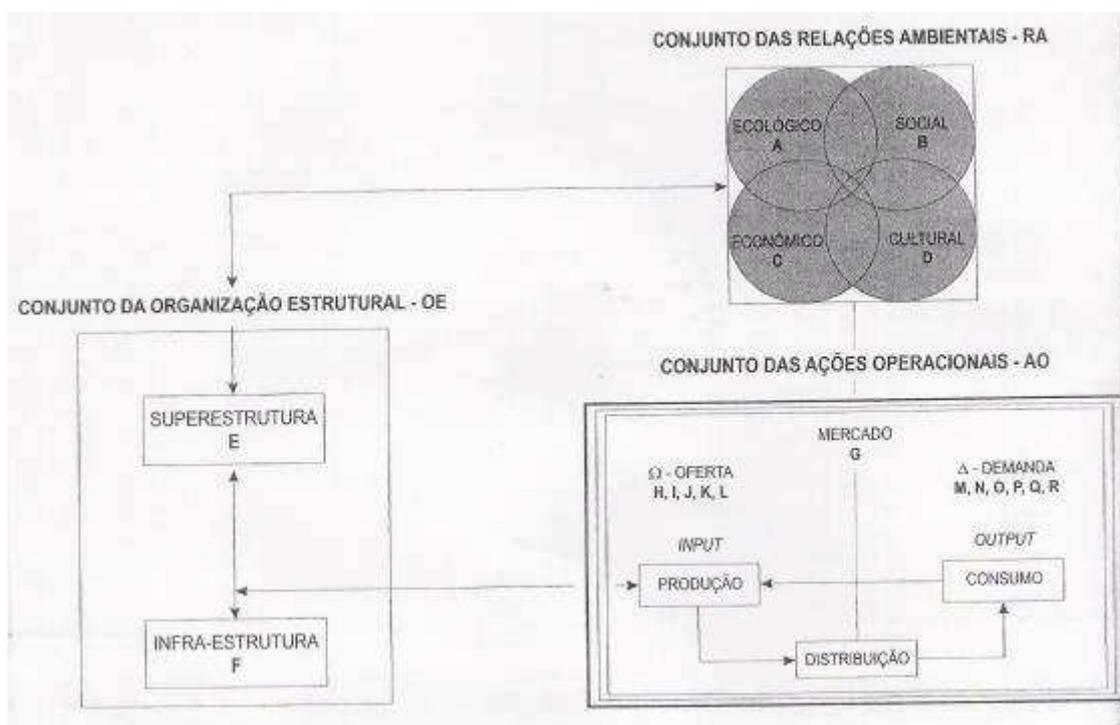
investigações publicadas em diversos países, de fundamentar as hipóteses de trabalho, criar e melhorar conceitos e definições, e de consolidar condutas de investigação para instrumentar a análise e ampliar a investigação, com o consequente desenvolvimento de novas áreas do conhecimento (BENI, 1998).

Em um artigo de 1990, Beni aponta quatro definições de sistemas: uma de Bancal, baseada nos estudos sobre economia; outra de Hall e Fagem, baseado nos estudos da engenharia de sistemas, outra de Thornes e Brunsten, como uma abordagem geomorfológica e uma última de Miller “*psicólogo social que reuniu elementos das mais diversas áreas científicas, com a finalidade de pesquisar a aplicação da teoria geral dos sistemas, do nível da simples célula ao nível da sociedade.*” (MOTTA, 1974 p. 46).

Beni sintetizou que todas as definições têm os seguintes pontos em comum: meio ambiente, elementos ou unidades, relações, atributos, entrada (input), saída (output), realimentação (feedback) e modelo.

Em sua modelagem, o Sistor é dividido em três conjuntos divididos em subsistemas e é descrito da seguinte forma (**figura 07**):

Figura 07: Modelo referencial do Sistor:



Fonte: BENI, 1998.

O primeiro conjunto é o das **ações operacionais** no qual se descrevem as relações de mercado e os subsistemas, definidos como:

- *Mercado*: lugar onde o produto é vendido;
- *Demanda*: o público em busca dos produtos ou os clientes em potencial;
- *Oferta*: o que se oferece no mercado;
- *Produção*: é caracterizada pela criação de produtos;
- *Consumo*: é realizado pelos clientes; e
- *Distribuição*: feita pelas agências e operadoras de viagens.

O segundo conjunto é o da **Organização Estrutural**, que é composto por dois subsistemas:

- *Superestrutura*: que corresponde às ações e formações governamentais que influenciam o turismo e a
- *Infra-estrutura*: que são as premissas físicas para a realização deste.

Por último, o conjunto das **Relações Ambientais**, que expressa os impactos sobre os ambientes visitados. Estes não são necessariamente negativos, pois é válido lembrar que a palavra “impacto” tem tomado caráter pejorativo por, geralmente, expressar problemas, podendo, também, significar impactos positivos. Independentemente disso, podem atingir um ou quatro dos subsistemas descritos por Beni que são:

- *Social*;
- *Cultural*;
- *Econômico e*
- *Ambiental*.

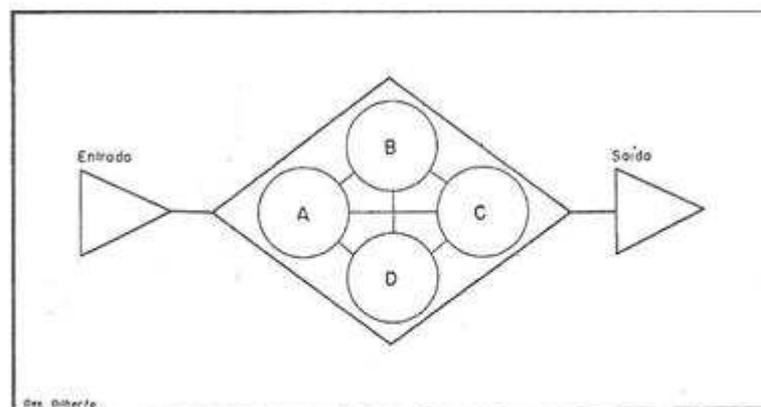
Dentro da ótica de análise de funcionamento do sistema, o ideal é que a atividade turística cause o mínimo possível de impactos negativos e o máximo de impactos positivos. Na maioria dos casos, a tomada de rédeas pelo capitalismo cria um número maior de impactos negativos do que positivos, pois os aspectos econômicos são levados mais em conta que outros. Todavia, há casos em que o fator ambiental se coloca com principal, se opondo ao sistema econômico. O interessante é observar que sempre o econômico é o fator predominante, pois sempre é tomado como ponto de referência. É a favor ou contra, ou seja, apesar da integração com o pensamento sistêmico, não há uma ruptura com pensamentos economicistas.

1.2.3 Cristofolletti e os Sistemas

No livro “*Análise de Sistemas em Geografia*” (CHRISTOFOLETTI, 1979), é possível observar três das quatro referências de Beni nas definições de sistemas. Porém, o autor diferencia as definições, ao citar, por exemplo, que a definição de Hall e Fagen aceita que, qualquer conjunto relacionado ao tempo e ao espaço é um sistema. Na definição de Thornes e Brunnsden, o sistema funciona como determinador, que transforma *input* em *output*. Na visão de Miller, as unidades possuem propriedades em comum, sendo que cada parte se inter-relaciona com as demais, fazendo com que o todo seja maior que a soma das partes. Apenas Bancal não é citado por Christofolletti.

O autor cita os seguintes elementos como partes de um sistema: elementos ou unidades, relações, atributos, entrada, saída. Apresenta o seguinte modelo (**figura 08**):

Figura 08: Representação de um modelo de sistema:



Representação esquemática de um sistema, assinalando os elementos (A, B, C e D) e suas relações, assim como o evento entrada e o produto saída.

Fonte: CHRISTOFOLETTI, 1979, p.2

Nesta figura, Christofolletti (1979) destaca a importância da definição escalar, pois os sistemas podem ser parte de um sistema maior. A delimitação de um sistema demanda sensibilidade, pois, ao delimitá-lo, devem-se destacar quais elementos os integram e quais elementos pertencem a outra escala de sistemas.

Outro ponto é a dinâmica do sistema, que funciona com um fluxo de matéria e de energia. A matéria é o material que vai ser mobilizado através do sistema e a energia corresponde à força que faz o sistema funcionar, podendo ser potencial (a força inicial para o funcionamento de um sistema) ou cinética (a força do movimento).

Além disso, discorre sobre o conceito de entropia, parâmetro que mede o grau de desordem de um sistema e que é a função da distribuição de energia, dentro do sistema. A entropia mínima corresponde ao estado mais caótico do sistema, a entropia máxima é um nível de energia mínima, que atinge um equilíbrio.

Ainda cita os tipos de sistemas, classificando os sistemas isolados como aqueles que não têm um fluxo externo de matéria e de energia e os sistemas não isolados, os divide em fechados (permuta energia, mas não matéria) e os abertos (permuta matéria e energia). Os sistemas abertos são os mais comuns. Continua fazendo uma revisão sobre os sistemas de Chorley e de Kennedy, apresentando onze tipos de sistemas, incluindo os conceitos sobre as caixas (preta, cinza e branca). Nesta descrição, apesar da ênfase nos sistemas de enfoque físico, há citações sobre a possibilidade dos sistemas atrelados às questões humanas, citando, por exemplo, que os ecossistemas humanos são os mais complexos de todos.

Outra característica dos sistemas é a retroalimentação, uma forma de fluxos de informações, que deriva da dinâmica do *output* e que fornece subsídios, para que a entrada dos sistemas se regule para obter um equilíbrio. Cita que, na geografia humana, é possível observar essa dinâmica, quando o crescimento da população estimula o crescimento da indústria e, posteriormente, estimula o crescimento da população. Descreve outros exemplos como, por exemplo, os estudos do ciberneticista Maruyama, na ocupação de planícies, até a consolidação de um espaço urbano.

Dos exemplos citados pelo autor, se destaca um exemplo de sistema em sequência de uma proposta para uma indústria de tecelagem de algodão. O exemplo foi extraído de um trabalho de Maria Lourdes Sezerino e apresenta como utilizar a modelagem de sistemas nos processos produtivos industriais.

Quando aborda metodologias de análise do equilíbrio sistêmico, cita o seguinte:

“A geografia, entretanto, ainda não está em condições de oferecer análises que permitam ratificar ou retificar as considerações precedentes sobre as distribuições populacionais. Nos sistemas sócio-econômicos, a estabilidade do equilíbrio pode pressupor a idéia de manutenção do ajustamento, a permanência da inércia da sociedade, levando-se a pensar numa estagnação. Entretanto, considerando que as organizações espaciais são sistemas abertos, elas mantêm-se estabilizadas na medida em que os estímulos (informações) inovações possam ser absorvidos pela flexibilidade da organização existente.” (CHRISTOFOLETTI, 1979. p.69)

A dificuldade estaria em mensurar um sistema humano, pois, em um sistema físico, não se mensura o objeto, mas, suas capacidades espaço-temporais dentro de leis físicas, usando predicados que induzam qualidades como o peso, a altura, a cor e etc. O objeto só existe como análise, por causa da percepção do observador, que busca conhecê-lo através da sensibilidade.

Mesmo sendo a obra uma pista para tentar buscar as similaridades entre turismo, geografia e sistemas, a principal obra de Christofolletti, que influencia a Teoria Geral dos Sistemas e Geografia é o livro *Modelagem de Sistemas Ambientais*, de 1999. Neste livro, Christofolletti aprofunda e desenvolve os estudos e apresenta a definição de Chorley e Kennedy de sistemas:

“um sistema é um conjunto estruturado de objetos e/ou atributos. Esses objetos e atributos consistem de componentes ou variáveis (isto é, fenômenos que são passíveis de assumir magnitudes variáveis), que exibem relações discerníveis um com os outros e operam conjuntamente em um todo complexo, de acordo com determinado padrão de análises” (CHRISTOFOLETTI, 1999, p. 5)

Após a citação de Chorley e Kennedy, Christofolletti enfatiza a totalidade e a dificuldade de delimitar os sistemas em foco, além das multiescalaridades características, que colocam um elemento dentro de vários sistemas, ou mesmo dentro de sistemas em várias escalas.

1.2.4 Abordagem Sistêmica e a Geografia – o Geossistema

A abordagem sistêmica chega à geografia através de Kant. Porém, a utilização das teorias sistêmicas na produção do conceito de geossistemas ganha notoriedade para este trabalho, com uma situação que ocorreu entre a geografia física soviética e a geografia física francesa, em meados do século XX. O geossistema tem uma grande centralidade na geografia soviética como um conceito, mas foi usado por Bertrand (geógrafo francês), em um primeiro momento, com outro sentido. Bertrand utiliza o conceito como uma unidade taxo-corológica, enquanto Sotchava, um influente geógrafo soviético, defende o geossistema como um conceito (CAVALCANTI & CORRÊA, 2016).

Christofolletti (1999) cita que Sotchava:

“Introduziu o termo geossistema na literatura soviética com a preocupação de estabelecer uma tipologia aplicável aos fenômenos

geográficos, enfocando aspectos integrados dos elementos naturais numa entidade espacial em substituição aos aspectos da dinâmica biológica dos ecossistemas [...]. Para Sotchava, a principal concepção do geossistema é a conexão da natureza com a sociedade, pois embora os geossistemas sejam fenômenos naturais, todos os fatores econômicos e sociais influenciando sua estrutura e particularidades especiais são levadas em consideração durante suas análises” (CHRISTOFOLETTI, 1999, p. 42)

Na proposta de Sotchava, os sistemas são dinâmicos flexíveis, abertos e hierarquicamente organizados, naturais, multiescalares e classificados em um princípio bilateral. Sotchava (1977) buscou uma nova característica para a geografia física, que não seja uma supersíntese das análises geomorfológicas e busca agregar características humanas:

“embora os geossistemas sejam fenômenos naturais, todos os fatores econômicos e sociais, influenciando sua estrutura e peculiaridade espaciais, são tomados em consideração durante o seu estudo e suas descrições verbais e matemáticas.” (SOTCHAVA, 1977, p. 6)

Bertrand (1972) cria uma aproximação com as unidades de Tricart e apresenta o geossistema como uma unidade categorizada “entre a 4ª e a 5ª grandeza temporal-espacial. Trata-se, portanto, de uma unidade dimensional compreendida entre alguns quilômetros quadrados e algumas centenas de quilômetros quadrados.” (BERTRAND, 1972, p.146).

Um influente artigo de Sotchava, chamado “O Estudo dos Geossistemas” foi publicado no Brasil em 1977, traduzido por Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, que iniciou a proposta de estudo do geossistema no Brasil. Com a influência do pensamento sistêmico, Monteiro elaborou propostas de estudos com grande influência, principalmente, nas avaliações dos aspectos climáticos. Define geossistema como um

“sistema singular, complexo, onde interagem os elementos humanos, físicos, químicos e biológicos, e onde os elementos socioeconômicos não constituem um sistema antagônico e oponente, mas sim estão inclusos no funcionamento do sistema.” (MONTEIRO, 1978 apud CHRISTOFOLETTI, 1999, p. 42).

Essa definição de Monteiro permite uma maior concepção espacial, por considerar os produtos dos sistemas socioeconômicos como inputs, mas há outras abordagens geográficas sobre sistemas que são trabalhadas nos estudos do Turismo, como, por exemplo, a geoecologia da paisagem e o GTP (geossistema-território-paisagem).

A linha da geocologia da paisagem é uma ferramenta que tem influenciado o pensamento turístico. A formação das análises das estruturas paisagísticas considerando a formação ambiental e socioeconômica, apresenta grande potencial para RODRIGUEZ et al (2007). Outra proposta é o GTP de Bertrand, um sistema metodológico fundado sobre três campos semânticos ou conceitos espaço-temporais: o Geossistema, o Território e a Paisagem.

Passos (2010) trata do GTP como um paradigma de concepção sistêmica e define os conceitos de Bertrand da seguinte forma:

“O geossistema representa o espaço-tempo da natureza antropizada. É a "fonte" (source) jamais captada, tal qual ela escorre da vertente, mas que pode ser já poluída. O território, fundado sobre a apropriação e o "limitar/cercar", representa o espaço/tempo das sociedades, aquela da organização política, jurídica, administrativa e aquela da exploração econômica. É o "recurso" (ressource) no tempo curto e instável do mercado. A paisagem representa o espaço-tempo da cultura, da arte, da estética, do simbólico e do místico. Ela é o ressourcement de tempo longo, patrimonial e identitário.” (PASSOS, 2010, p.37)

Passos (2010) cita que o conceito de geossistema foi modificado dentro dos estudos de Bertrand. Em um primeiro momento é a unidade espacial intermediária entre região e geofácies. Após críticas, resolveu usar o termo como conceito e introduziu o termo geocomplexos no lugar de geossistemas, na escala têmporo-espaciais.

Como proposta para este trabalho, será utilizado como metodologia o GTP de Bertrand, para criar uma metodologia de estudos, que permita observar as localidades em sua totalidade, facilitando processos e planejamentos. Porém, como para evitar polissemias nos conceitos, será realizada uma revisão sobre os conceitos bases da tríade de Bertrand. A metodologia será melhor explicada no próximo capítulo.

1.3 CONSIDERAÇÕES

Nessa fase, das novas abordagens do turismo, é possível experimentar um ecletismo científico, mas, a ciência Turismo pode se fortalecer, quando conseguir delimitar o seu objeto de estudo, com a utilização de um método distante de uma realidade efêmera, que não seja baseado na necessidade de atender um modelo econômico. A ciência deve busca as leis, e essas leis precisam de métodos e metodologias para comprovação. Como os estudos sobre o turismo surgiram dentro de

outras ciências, é natural encontrar estudos sobre o turismo dentro do campo epistemológico de outros campos científicos.

Cabem então dois caminhos: ou criar um método próprio e exclusivo baseado na exigência de estudo, que apresente maior eficiência, ou utilizar metodologias de outras áreas como tem feito, mas sempre ciente da verdadeira essência dos conceitos. Na verdade, os caminhos não parecem opostos, mas, complementares.

É difícil separar o que aparece na formulação original da TGS, o que essa teoria herdou (uma vez que o pensamento holístico e o próprio conceito de sistema já haviam sido propostos) e quais heranças essa teoria deixou. Quando Bertalanffy propôs seu método, visava que pudesse ser aplicado em todas as disciplinas, tanto que saiu da biologia e influenciou a geografia, a psicologia, a administração, o turismo e etc.

Como metodologia, a modelagem de Bertand apresenta uma dinâmica funcional muito útil nos seus estudos. Os modelos criados para compreender a dinâmica dos atrativos turísticos traduzem as relações espaciais para forma simples de compreensão.

A utilização do modelo GTP de Bertrand apresenta uma forma de trabalhar os geossistemas, acrescentando a visão conflituosa dos territórios e a paisagem de forma polissêmica. A proposta é utilizada no Brasil como metodologia no estudo da geografia física, porém, é necessário estudar essa proposta mais a fundo, para verificar se há uma disponibilidade de utilização para a compreensão dos espaços turísticos, proporcionando maior subsídio técnico para os planejadores dos circuitos turísticos.

No próximo capítulo será esboçado com mais profundidade a teoria sistêmica, porém, dentro de um pensamento complexo. Buscar os significados dos termos utilizados por Bertrand é primordial para evitar confusões nos conceitos. Cabe avaliar se os conceitos têm significados diferentes, ou se são apenas visões de outros ângulos da realidade.

CAPÍTULO 2: A PROPOSTA PARA A COMPREENSÃO DOS ESPAÇOS TURÍSTICOS: GEOSSISTEMA – TERRITÓRIO – PAISAGEM (GTP)

Após a discussão dos conceitos, com objetivo de coletar informações e esclarecer o significado de alguns conceitos, que formam a base do trabalho, inicia-se a proposta de alinhar o método e a metodologia para desenvolver a questão problema. Como utilizar o pensamento sistêmico na compreensão dos espaços para auxiliar o planejamento turístico no Circuito Terras Altas da Mantiqueira?

A extensa revisão sobre sistemas apresentou a diversidade de conceitos e as várias faces científicas na interpretação dos objetos de estudo. Para chegar ao objetivo, é necessário optar por uma das visões e aplicar uma metodologia para chegar a um resultado. A escolha feita foi a metodologia GTP de Bertrand. Porém, a proposta metodológica para a utilização no objeto proposto, necessita de um tensionamento em outro contexto paradigmático. A utilização da metodologia em um contexto paradigmático tradicional levaria a resultados incompletos diante do problema. Então, a proposta é trabalhar a metodologia dentro do pensamento complexo (MORIN, 1977; 1991).

2.1. UM PENSAMENTO COMPLEXO

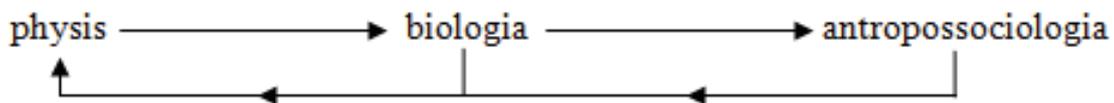
A teoria da complexidade de Morin permite o desenvolvimento das disciplinas sob uma nova percepção do mundo em seus estudos sobre os objetos. Bertrand cita Morin em alguns de seus artigos. *“a complexidade está na base”* (MORIN, *apud BERTRAND*, 2007 p. 222). Na verdade, para interpretar Bertrand é necessário deixar a sua proposta clara. Para isso será realizada uma reflexão sobre o pensamento complexo desenvolvido por Morin, conterrâneo e influenciador da obra de Bertrand.

Como primeiro ponto, convém destacar a saturação de inserções das críticas às ciências exatas para esboçar um paradigma científico nas ciências humanas. Os métodos devem se estabelecer em bases sólidas, não em falhas e críticas aos outros métodos. Porém, a crise que a ciência passou com a chegada da física quântica, foi um impulso para as que ainda estavam em formação ou decadência, pois, até então, o domínio da ciência tradicional pressionava as que não se estabeleciam dentro de “leis gerais” traduzidas por linguagens matemáticas. Teoria do Caos, Geometria Fractal, Efeito

Borboleta e etc., tornaram-se frequentes nos discursos científicos. A incerteza dominou o pensamento determinista. (CAPRA, 1996; CRISTOFOLETTI, 2004)

Não era mais necessária a criação de uma “lei geral” matematizada para estabelecimento do método e da metodologia. Os *inputs* geram *outputs* diferentes. A complexidade surge nesse contexto. Porém, todo esse agregado metodológico, não é uma tentativa de subjugar as metodologias quantitativas e a linguagem matemática e estabelecer uma base conceitual sobre a dificuldade que encontram nos limites metódicos. Como Morin (1977) afirma, a complexidade está na compressão do objeto sobre várias linguagens. A metrificação e a quantificação de um objeto é apenas uma face da percepção. São suas qualidades de existência e não a manifestação de sua essência. A complexidade não está em negar a qualidade pela essência e nem a essência pela qualidade, mas, compreender a importância de ambas as perspectivas para compreender o objeto como um todo. A compreensão do ser está ligada a duas entradas, uma física e uma antropossocial. A especialização cria uma ciência baseada em um paradigma de simplicidade, que abstrai o objeto de sua totalidade (**figura 09**).

Figura 09: Primeiro circuito epistemológico de Morin:



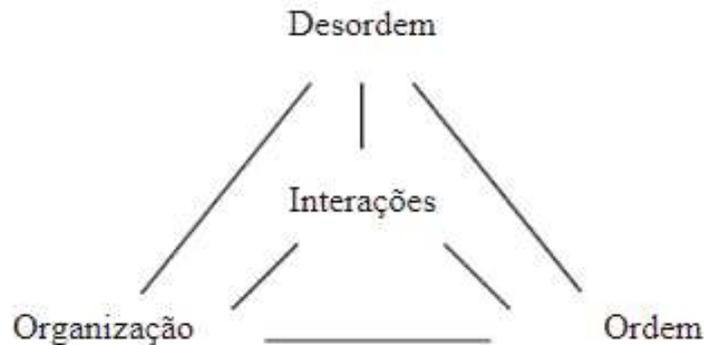
Fonte: MORIN, 1977, p. 335

O que difere é que, não apenas o todo importa, mas as partes se tornam mais que apenas uma parte, por pertencerem do todo. O todo não é tudo. As partes também se tornam algo mais, por fazer parte do sistema.

A adoção da complexidade nos sistemas reformula o conceito e passa de uma proposta linear para uma relação circular. A versão dos sistemas como “*uma inter-relação de elementos diversos constituindo uma entidade ou unidade global*” (MORIN, 1977, p. 185), apesar de funcional, não engloba toda a potencialidade do estudo. Morin (1977) propõe um novo conceito de partida, em que o sistema se torna similar a uma unidade complexa organizada, conceito que deriva do estudo introdutório, que apresenta a natureza do universo como um conjunto de ordem e desordem. As interações são inconcebíveis sem ordem e desordem (**figura 10**).

“É um conceito piloto, resultando das interações entre um observador/conceituador e um universo fenomenal; que permite representar e conceber unidades complexas, constituídas de inter-relações organizacionais entre elementos, ações ou unidades complexas.” (MORIN, 1977, p. 186).

Figura 10: Anel tetralógico:



Fonte: MORIN, 1977, p. 78

Quando a complexidade é invocada neste trabalho, o objetivo é apropriar de conceitos complementares ao pensamento científico, dominantes das ciências humanas e exatas. A ideia de caos e desordem, os ciclos, a ideia sistêmica e etc. Tudo se encaixa, de forma figurada (metanarrativas ou linguagem?), como uma caixa de ferramentas metodológicas.

A vantagem do pensamento complexo é, justamente, a utilização metodológica de forma transversal. A possibilidade de observar um objeto, não com o olhar de uma única ciência, mas em saber que a natureza daquele objeto se manifesta pelas multifaces que tem. Há uma impossibilidade de delimitar um objeto a uma determinada ciência. O discurso reducionista é questionado, pois esse pensamento leva o cientista a observar uma paisagem e dividi-la da sua essência como um todo, delegando ao biólogo a análise da vida, ao geomorfólogo a categorização das estruturas do relevo, ao antropólogo o levantamento das dinâmicas culturais. A fragmentação é insuficiente para compreender o que realmente aquela paisagem é. É necessária uma transversalidade disciplinar.

Segundo Morin (1991) a complexidade é um tecido em que interagem os fenômenos dentro das suas relações. O pensamento não descarta as incertezas e os problemas, que fogem da lógica matemática e que não estão apresentados de forma clara, separada e organizada.

“Finalmente, daqui resulta que a vida é, não uma substância, mas um fenômeno de auto-eco-organização extraordinariamente complexo que produz autonomia. Desde então, é evidente que os fenômenos antropossociais não poderiam obedecer aos princípios de inteligibilidade menos complexos que os doravante requeridos para os fenômenos naturais. E-nos preciso enfrentar a complexidade antropossocial e não dissolve-la ou ocultá-la.” (MORIN, 1991, p.21)

O pensamento pode passar algumas ideias preestabelecidas. Um exemplo é a ideia de panaceia epistemológica, que junta todas as teorias e as organiza ao interesse do pesquisador e não para a compreensão dos objetos e dos fenômenos como únicos. Outro estereótipo é a utilização da incerteza, assumindo uma incapacidade de explicação detalhada dos fenômenos. No primeiro caso, a complexidade não é um apanhado aleatório de disciplinas, pois só destaca que não há um método único e universal na ciência, então, assim, pode haver um método geográfico, que aborde uma face de um objeto do campo da geografia. Todavia, esse objeto não é exclusivo desta, pois pode, também, ser analisado por outras ciências, através de outros métodos e, a cada olhar, uma nova face surge, o que acrescentaria algo à compreensão do objeto, não mais derivando às qualidades ontológicas, mas apresentando um objeto complexo, que se manifesta de várias formas e que se relaciona com o meio de várias maneiras. Há, assim, uma incerteza sobre a natureza do objeto, pois este se torna múltiplo em um universo de infinitudes. Isso justifica a segunda afirmação, os objetos não são inexplicáveis, mas explicáveis de várias formas, infinitas formas que se manifestam, de acordo com o olhar metodológico da ciência, ou pela simples percepção. (MORIN, 1977; 1991)

“O fato de todo objeto poder ser definido a partir de leis gerais às quais é submetido e a partir de unidades elementares pelas quais é constituído exclui todas as referências ao observador e ao ambiente, e a referência à organização do objeto só pode ser acessória.” (MORIN, 1977, p.125)

A natureza como um objeto, não está sujeita ao reducionismo. Analisar de forma a reduzir a escala aos objetos menores, mais simples e homogêneos, apresenta apenas uma face da natureza. Há a necessidade de considerar o objeto, além das metrificações matemáticas e, diferente da ciência clássica, considerar o observador como influente na natureza do objeto.

2.2 BERTRAND E METODOLOGIA GTP

Antes de apresentar a metodologia, é necessário o levantamento de algumas questões para compreender melhor o pensamento de Bertrand dentro do contexto científico que viveu:

2.2.1 A complexidade na perspectiva de Bertrand

Bertrand (2007) questiona a dualidade entre a geografia física e a geografia humana. De forma irônica, chama a teoria de Vidal de La Blache de “impossibilismo”, devido à necessidade de métodos claros e objetivos e, principalmente, por um distanciamento das influências da natureza. O trauma de um determinismo inspirado nas teorias ratzelianas é uma forte cicatriz no pensamento geográfico, mas não pode criar áreas intangíveis pela ciência. Resolver o erro é o caminho, não negá-lo.

Ainda de acordo com Bertrand (2007), o caminho para pensar uma ciência mais integrada é a complexidade. É através das relações das sociedades com a natureza, que se estabeleceram territórios nos geossistemas, que serão manifestados pela percepção, através da formação de paisagens:

“a pesquisa das leis físicas não deve esquecer que é o sistema de produção e as forças produtivas que dão à natureza sua existência social, ou seja, ao mesmo tempo sua realidade cultural no sentido mais amplo e seu potencial econômico. Este postulado fundamenta a teoria social e lhe subordina o método ecológico. Este se encontra como que compartimentado pelo procedimento social. A racionalidade econômica e cultural inclui os esquemas ecológicos e não o inverso. (BERTRAND, 2007, p, 114).”

A dialética deve estabelecer a relação da natureza com a sociedade. A natureza deve ser analisada em relação com a sociedade e a sociedade em relação com a natureza. Nesta dinâmica, a ordem de quem tenciona que é importante, pois cada um tem seus processos e formas de agir. Ou seja, diluir o pensamento em searas epistemológicas não aflora a concepção do todo.

Neste contexto que a natureza aparece como objeto complexo. O conceito de natureza fragmentada começa a se reconstituir. Bertrand (2007) coloca o conceito de natureza como algo repensado e reformulado, mas detentor de uma essência, que surge após uma fase como natureza domesticada e uma fase como natureza apagada. O

encontro da ecologia com a natureza não a coloca como objeto único da ciência, mas é parte de um movimento maior, de um reencontro desta como um todo, ao conceito de natureza. “*Nos passos de Edgar Morin, que eu cito: ‘eu estou cada vez mais convencido que a ciência antropossocial precisa articular-se com a ciência da natureza e que esta articulação requer uma reorganização da própria estrutura do saber’*” (BERTRAND, 2007, p. 117)

E continua:

“Não existe ciência singular ou plural, do meio ambiente. A crise contemporânea da natureza fez da pesquisa sobre o meio ambiente uma moda e uma necessidade. O meio ambiente é, antes de tudo, um imenso questionamento, global e confuso, quase metafísico, que a sociedade faz a si mesma e, mais precisamente, ao conjunto da comunidade científica. O meio ambiente é, em resumo, o que sobra quando as diferentes ciências não esquecem nada em seus respectivos domínios, ou seja, todas as interconexões, e, mais precisamente, aquelas que fazem interagir os fatos naturais e os fatos sociais.” (BERTRAND, 2007, p. 119)

A natureza abstraída, mais associada à ideia de meio ambiente, do que como uma natureza que engloba uma totalidade, criou um problema epistemológico para a geografia. Tanto que, não é por menos, que vários ramos da geografia se tornaram disciplinas independentes. O nível de especialização, que não interconecta as partes, criou um discurso imenso para absorção do conteúdo. O estudo se estendeu a uma verticalidade profunda, porém, uma horizontalidade é necessária para completar e dar sentido à especialização, ou melhor, a uma transversalidade. *É preciso ultrapassar um limite epistemológico maior, aquele que separa as ciências da natureza das ciências sociais.* (BERTRAND, 2007, p. 120)

2.2.2 A metodologia GTP

Diante dessa situação e do problema proposto neste trabalho, sobre a compreensão da região das Terras Altas da Mantiqueira para a utilização no turismo, que respeite a base espacial da localidade, será proposta a metodologia GTP de Bertrand.

“Observando a complexidade existente no dinamismo das paisagens, Georges Bertrand elaborou uma nova proposta de abordagem. Em 1997, durante o VII Simpósio Nacional de Geografia Física Aplicada, realizado em Curitiba/PR, apresentou uma forma de estudo baseado

em um sistema tripolar e interativo: o Sistema GTP – Geossistema, Território e Paisagem. Segundo Georges Bertrand e Claude Bertrand (2007), trata-se de três entradas ou três vias metodológicas, que correspondem à trilogia fonte / recurso / aprisionamento e que são baseadas em critérios de antropização, de artificialização e de artialização.” (PISSINATI; ARCHELA, 2009 s/n)

A metodologia trabalha com a proposta representada pelo esquema abaixo:

Figura 11: O sistema GTP:



Fonte: BERTRAND, 2007, p. 338

Explicar a ilustração (**figura 11**) demanda certo cuidado, principalmente para alinhar e adaptar a metodologia, para a utilização no recorte citado.

Ao apresentar a definição dos termos chaves, para o autor, o geossistema está relacionado à fonte, o território relacionado aos recursos e a paisagem à identidade. O espaço geográfico, para uma observação mais detalhada, necessita ser observado por essas três óticas. Todavia, para iniciar um estudo, é necessário se deparar, como primeiro problema, a questão da temporalidade. Analisar a paisagem de forma descritiva apenas por um hedonismo contemplativo não traz uma funcionalidade tão profunda, quanto a potencialidade oculta. A comparação de uma paisagem dentro dos processos temporais é fundamental para o maior conhecimento.

Para Bertrand, o espaço tem primazia sobre o tempo, mas, mesmo perante essa afirmativa, discorre sobre o tempo, preocupado com as várias temporalidades. Divide, por exemplo, o tempo linear do tempo circular, ou seja, o tempo histórico e cronológico tendem a mudar, mas a mudança pode acontecer de forma sazonal, ou de forma a modificar as estruturas sistêmicas. Para esclarecer, pode haver o tempo da colheita e o tempo do plantio do milho. Esta cultura pode ser substituída provisoriamente por outra durante um ano, mas, não representa um desequilíbrio sistêmico. Porém, a modificação

do solo ou dos valores de mercado do produto podem modificar as estruturas de forma irreversível.

Bertrand (2007) propõe uma grade de referências multitemporais dos estudos do geossistema para o melhor explicar. São o estado instantâneo (E1), o estado quotidiano (E2), o estado metrológico (E3), o estado sazonal (E4), o estado anual (E5), estados decenais (E6), e estados centenários (E7).

A partir da noção das avaliações espaciais, não mais como apenas a observação estática do espaço e da compreensão como multitemporal, pode-se apresentar os tempos do geossistema.

“O tempo do geossistema é aquele da natureza antropizada: é o tempo da fonte, das características bio-físico-químicas de sua água e de seus ritmos hidrológicos.

O tempo do território é aquele do social, do econômico, do tempo do mercado ao tempo do “desenvolvimento durável”: é o tempo do recurso, da gestão da redistribuição da poluição e da despoluição.

O tempo da paisagem é aquele do cultural, do patrimônio, dos identitários e das representações: é o tempo do retorno às fontes, aquele do simbólico, do mito e do ritual.” (BERTRAND, 2007, p.313)

Complementa em outro artigo (BERTRAND, 2007), que: o geossistema é o tempo da Fonte (source), ou seja, está relacionado aos mecanismos biofísicos menos antropizados. O território é o tempo dos recursos (resource) das explorações econômicas do espaço pela sociedade; e a paisagem é o tempo do ressurgimento (ressurcement), as múltiplas temporalidades do vivido, da representação, do simbólico.

Para o desenvolvimento metodológico no trabalho, será considerado que existe um tempo no qual a natureza dita seu ritmo, é o tempo dos geossistemas. Um tempo que passa devagar aos olhos humanos, mas é capaz de modelar os relevos e de criar estruturas naturais e sistemas abióticos complexos. Outro tempo é o da sociedade, um que difere do natural pela capacidade da sociedade de modificar as estruturas pela técnica. Modificando o meio físico, o homem cria as relações de território. E, por último, o cruzamento dos dois tempos em um evento forma a paisagem, uma terceira temporalidade da sobreposição temporal e espacial, que é um momento único, percebido e identificado por um observador. Para compreensão do espaço, é necessário compreender que a paisagem muda pela alteração das temporalidades descritas.

A compreensão das multitemporalidades na Mantiqueira é fundamental para este trabalho. As relações geossistêmicas naturais e as formas que o homem tem modificado a natureza, em prol da construção das relações sociais é que criam as paisagens. E não

são apenas manifestações visíveis aos olhos banais, mas algo que invoca a sensibilidade e a percepção.

Para ser mais enfático nos argumentos, é necessário desfazer as polissemias dos termos chaves: nesse caso, será apresentado um debate sobre os termos: geossistema, território e paisagem.

2.3. GEOSISTEMAS (GEOCOMPLEXOS)

Apesar de comum, o termo geossistema não corresponde, em igualdade, ao termo ecossistema e, nem mesmo, apresenta os mesmos significados dentro da geografia.

2.3.1 Ecossistemas e Geossistemas.

O conceito de sistemas também chegou à geografia através de Kant (VITTE, 2016) e se desdobrou de várias formas. Um exemplo está na obra clássica de Jean Tricart – “Ecodinâmica”¹, na qual o autor, influenciado pela biogeografia de Carl Troll, apresenta que: *“um sistema é um conjunto de fenômenos, que se processam mediante fluxos de matéria e de energia”*, (TRICART, 1977, p. 19), que apresenta:

“O conceito de sistema é, atualmente, o melhor instrumento lógico que dispomos para estudar os problemas do meio ambiente. Ele permite adotar uma atitude dialética entre a necessidade da análise - que resulta do próprio progresso da ciência e das técnicas de investigação - e a necessidade, contrária, de uma visão de conjunto, capaz de ensejar uma atuação eficaz sobre esse meio ambiente. Ainda mais, o conceito de sistema é, por natureza, de caráter dinâmico e, por isso, adequado a fornecer conhecimentos básicos para uma atuação - o que não é um inventário, por natureza estatístico”. (TRICART, 1977, p.19)

Apesar de fugir da ciência teórica quantitativa, Tricart assume uma postura com referência nos sistemas da ecologia - os ecossistemas - e estabelece as vantagens do conceito na geografia física.

¹ Os aspectos dos domínios morfoclimáticos de ab'Saber apresentam a consolidação das estruturas de sistemas ambientais, dominante na época.

Como definição, Tricart apresenta que o conceito de ecossistema foi proposto por Tansley: *O ecossistema é um conjunto de seres vivos, mutuamente dependentes uns dos outros e do meio ambiente, do qual eles vivem.* (TRICART, 1977, p. 18).

O conceito de ecossistema difere de geossistema. Segundo Monteiro (2000), O conceito de ecossistema é mais antigo e não pode ser confundido com o geossistema. Apesar de saírem do mesmo ponto de partida, a TGS de Bertalanffy, as abordagens funcionam de forma diferente. A ecologia, devido à base na Biologia, apresenta o ecossistema focando na dinâmica dos organismos vivos, dentro de ecótipos, que se tornam um plano de fundo para as estruturas de biocenose. O meio físico, para os ecossistemas, é o palco e não o foco das relações.

Dentro da geografia soviética também se dissertou sobre a relação entre ecossistemas e geossistemas. Com a mesma base do termo de Tansley, apresenta que há a necessidade do geógrafo fazer a distinção entre os *ecossistemas de biocenoses* e os *ecossistemas parciais*. O *primeiro* é representado por complexos homogêneos e combinações territoriais de interfaces. São complexos monocêntricos, em que os componentes bióticos e abióticos são analisados do ponto de vista de suas conexões com os organismos. Um problema nesta abordagem é estabelecer um nível biótico (escalar) definido, esquecendo a biogeocenose dos vários níveis tróficos, até a menor unidade, na qual é possível ocorrer uma rotação elementar das substâncias. O *segundo* apresenta um conceito mais focado, não apenas em um único organismo, mas, em um sentido mais amplo, de associações entre elementos, tanto bióticos, quanto abióticos. (SOTCHAVA, 1977)

Para Sotchava, os conceitos de ecossistemas e de geossistemas estão ligados, porém, *“a fusão desses conceitos, além de não promover o progresso, quer da geografia, quer da Ecologia, é incorreta.”* (SOTCHAVA, 1977, p.19)

Após o contato com as abordagens soviéticas, Bertrand, em um artigo com *Beroutchachvili*, apresenta a seguinte visão sobre a relação ecossistema e geossistema:

“O geossistema é diferente do ecossistema, embora, em ambos os casos, seja uma aplicação da teoria geral do sistema e da modelagem sistêmica à natureza: o geossistema é um conceito territorial, uma unidade espacial bem delineada e analisada em uma determinada escala; o geossistema é muito mais amplo que o ecossistema, que se torna parte do sistema geográfico natural. Mas, esses dois conceitos traduzem, na verdade, duas abordagens muito diferentes da natureza, porque seus fins não são os mesmos. O ecossistema representa uma abordagem biocêntrica e metabólica, na qual os elementos não vivos do ambiente estão subordinados à análise dos vivos durante o

processo de fotossíntese e da cadeia trófica. No geossistema, não há uma abordagem preferencial nem uma hierarquia, a priori. Todas as estruturas e mecanismos são apreendidos globalmente. (BEROUTCHACHVILI 1978, p.171)”.

Para os autores os dois termos traduzem abordagens bem diferentes da natureza, devido aos objetivos, que não são os mesmos. O ecossistema tem uma abordagem biocêntrica e metabólica, enquanto no geossistema não existe abordagem preferencial e nem hierarquia, a priori.

2.3.2 Geossistemas: a concepção inicial de Bertrand

O geossistema, como já foi apresentado, repercutiu de várias formas dentro da geografia. Segundo Cavalcanti & Corrêa (2016) a epígrafe geossistema é muito comum na literatura geográfica brasileira, e descreve como o termo chegou o Brasil.

“[...] o termo geossistema foi introduzido no Brasil a partir do artigo “Paysage et géographie physique globale: esquisse méthodologique” escrito pelo francês Georges Bertrand ,em 1968, e publicado no Brasil em 1972, sob tradução de Olga Cruz. Contudo, poucos anos depois, em 1975, por ocasião do 24º Congresso Geográfico Internacional (realizado pela União Geográfica Internacional, em Moscou), Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro teve oportunidade de conhecer as práticas físico-geográficas que se desenvolviam na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), chegando, inclusive, a receber livros de presente do letão Adolph A. Krauklis, com quem fez amizade.” (CAVALCANTI & CORRÊA, 2016, p. 4)

Porém, houve uma confusão na terminologia, que durou pouco tempo. Segundo Monteiro (2000), apesar dos geógrafos brasileiros terem o primeiro contato com o termo “geossistema” na obra de Bertrand, após contato e a tradução do artigo “*O Estudo de Geossistemas*” (1977), do grupo de pesquisa soviético sobre o estudo da paisagem sob a liderança de Viktor Borisovich Sotchava, ficou evidente que os soviéticos utilizavam o termo há mais tempo que os franceses, consolidando o pioneirismo nas abordagens. Porém, a utilização dos termos apresentavam significados diferentes. Enquanto para Bertrand geossistema era uma unidade têmporo-espacial, para Sotchava, geossistema era um conceito. Ainda em outro momento, após Bertrand ter contato com Beroutchachvili, há a reformulação do termo, apresentando uma terceira perspectiva como uma atualização da definição inicial.

O referido texto de 1968, de Bertrand (2004), apresenta uma proposta, que também nega os ecossistemas como um objeto de estudo completo, por não ter uma

escala para isso. Para o autor, o estudo da paisagem deve utilizar uma escala tempo-espacial, afirmada na inspiração geomorfológica de A. Cailleux e J. Tricart como base geral de referência para todos os fenômenos geográficos.

Na tabela (**figura 12**) Bertand apresenta seis níveis escalares tempo-espaciais de avaliação das estruturas da paisagem. Destes seis níveis, pode-se fazer uma divisão em unidades superiores e unidades inferiores.

Figura 12: Níveis escalares tempo-espaciais de avaliação das estruturas da paisagem:

UNIDADES DA PAISAGEM	ESCALA TEMPORO-ESPACIAL (A. CAILLEUX J. TRICART)	EXEMPLO TOMADO NUMA MESMA SÉRIE DE PAISAGEM	UNIDADES ELEMENTARES				UNIDADE TRABALHADA PELO HOMEM (3)
			RELEVO (1)	CLIMA (2)	BOTÂNICA	BIOGEOGRAFIA	
ZONA	G I grandeza	Temperada		Zonal		Bioma	Zona
DOMÍNIO	G. I G. II	Cantábrico	Domínio estrutural	Regional			Domínio Região
REGIÃO NATURAL	G. III-IV	Picos da Europa	Região estrutural		Andar Série		Quarteirão rural ou urbano
GEOSSISTEMA	G. IV-V	Atlântico Montanhês (calcário sombreado com faixa higrófila a <i>Asperula odorata</i> em "terra fusca")	Unidade estrutural	local		Zona equipotencial	
GEOFÁCIAS	G. VI	Prado de ceifa com <i>Molinio-Arrhenatheretea</i> em solo lixiviado hidromórfico formado em depósito morânico			Estádio Agrupamento		Exploração ou quarteirão parcelado (pequena ilha ou cidade)
GEÓTOPO	G. VII	"Lapiés" de dissolução com <i>Aspidium lonchitis</i> em microsolo úmido carbonatado em bolsas		Microclima		Biótopo Biocenose	Parcela (casa em cidade)

NOTA: As correspondências entre as unidades são muito aproximadas e dadas somente a título de exemplo.

1 - conforme A. Cailleux, J. Tricart e G. Viers; 2 - conforme M. Sorre; 3 - conforme R. Brunet.

Fonte: BERTRAND, 2007, p, 145.

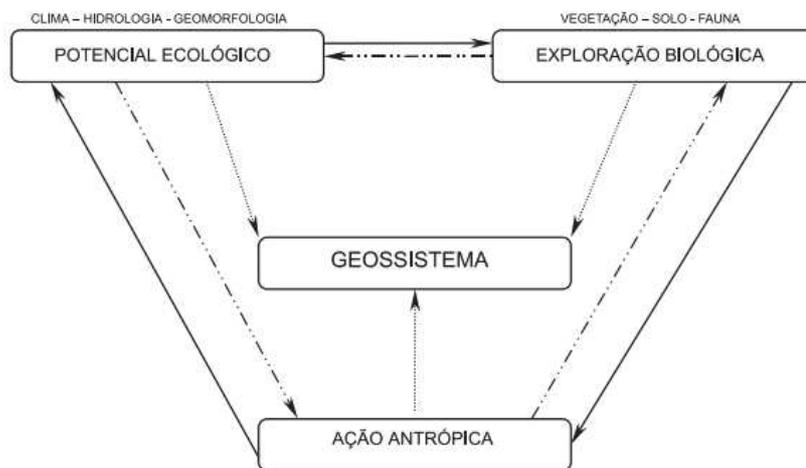
Das unidades superiores: a *zona* corresponde a uma escala planetária, relacionada aos biomas, às megaestruturas, às zonas climáticas e às estruturas de 1º grandeza; o *domínio* corresponde à 2º grandeza, que se manifesta pela combinação de relevos e de climas e se manifesta em estruturas paisagísticas vegetais, de certa forma, homogêneas na sua forma de adaptação ao meio. A *região natural* apresenta uma característica específica dentro das zonas, podendo ser uma estrutura geomorfológica específica.

Das unidades inferiores: o *geossistema* se encontra nesta medição escalar, compreendido entre alguns quilômetros quadrados e algumas centenas de quilômetros quadrados e com uma grande homogeneidade fisionômica. Destaque para o fato de haver a compatibilidade com a escala humana. Os *geofácies* correspondem a um setor

fisionomicamente homogêneo, no qual se desenvolve uma mesma fase de evolução geral do geossistema, sendo possível, através da avaliação, estabelecer unidades que apresentem especificidades da dinâmica do geossistema, em determinadas pontualidades. O *geótopo* corresponde a menor unidade, apresentam uma especificidade como, por exemplo, uma nascente, ou um fundo de vale.

Neste artigo que Bertrand utiliza a seguinte imagem (**figura 13**):

Figura 13: Definição teórica de geossistema, segundo o artigo de Bertrand de 1968:



Fonte: BERTRAND, 2007, p, 146.

Apesar da referência aparentemente inovadora, Monteiro (2000), discorre que a ilustração (**figura 13**), pouco esclarece a conjunção e os conceitos de: potencial ecológico, exploração biológica e ação antrópica e que não se diferem muito da noção de abiótico, biótico e antrópico.

Fica evidente a preocupação da inserção do antrópico dentro da abordagem física. Porém, nesse primeiro momento, para o autor, a influência da dimensão humana está na potencialidade do homem de modificar os espaços. De certa forma, a relação homem/natureza fica unidirecional. A influência do homem é apresentada como força modificadora da paisagem, porém, a relação se estabelece de forma mais complexa.

2.3.3 A influência da Geografia Física soviética em Bertrand

Partindo para a escola soviética, no mundo socialista as abordagens da geografia física estavam em outra linha metodológica. De acordo com o contexto histórico da

época, o qual acontecia a guerra fria (1945-1991) e o regime ditatorial no Brasil (1964-1985), era difícil acessar a literatura soviética. Dessa forma, as referências eram limitadas.

O pouco acesso à literatura soviética era de difícil compreensão, pois, além da língua de origem eslava, que difere da origem latina do português, havia dificuldade de acessar as bases etimológicas e epistemológicas da geografia soviética. A falta de informação dificultou compreender em que sentido as pesquisas estavam se direcionando. Uma das poucas referências é um artigo de 1977 de Sotchava, traduzido por Monteiro, que descreve:

“Em condições normais deve estudar, não os componentes da natureza, mas as conexões entre eles; não se deve restringir à morfologia da paisagem e suas subdivisões, mas, de preferência, projetar-se para o estudo de sua dinâmica, estrutura funcional, conexões e etc.” (SOTCHAVA, 1977, p. 2).

Esse artigo chamado *“O Estudo de Geossistema”* apresenta a definição proposta por Bertalanffy como uma das bases lógicas do estudo de geossistemas: *“geossistemas - são uma classe peculiar de sistemas abertos e hierarquicamente organizados”* (BERTALANFFY *apud* SOCHAVA, 1977, p.9). O desenvolvimento da base conceitual, com caráter metódico e metodológico, enfatiza a importância do geossistema na geografia física e a relação com os aspectos antrópicos, afirmando, inclusive, que geossistemas antropizados são geossistemas naturais, que sofreram alterações.

Para Sotchava, a *“geografia física como estudo de geossistemas, não abrange apenas um simples ramo da disciplina geografia.”*, (SOTCHAVA, 1977, p.5), e, também, não se resume uma super-síntese das ciências geográficas ou da natureza, inclusive, a geografia divorciou-se de sua principal concepção: a conexão da natureza com a sociedade humana.

“Embora os geossistemas sejam fenômenos naturais, todos os fatores econômicos e sociais, influenciando sua estrutura e peculiaridades espaciais, são tomados em consideração durante o seu estudo e suas descrições verbais ou matemáticas. Modelos e gráficos de geossistemas refletem parâmetros econômicos e sociais influenciando as mais importantes conexões dentro do geossistema, sobretudo no que se refere às paisagens grandemente modificadas pelo homem.” (SOTCHAVA, 1977, p.7)

A utilização da geografia na economia planificada soviética era primordial para a compreensão de um território de tamanho continental, como o desse país, que ainda

era pouco explorado dentro de uma proposta de desenvolvimento. Foi justamente nesta perspectiva de dimensão territorial, que alguns geógrafos brasileiros tentaram alinhar as propostas de geossistemas apresentadas pelos dois autores citados.

“Assim, alguns autores brasileiros tenderam a interpretar a proposta de Sotchava pela de Bertrand, a exemplo de Troppmair e Galina (2006, p.81) que, baseados na ideia de que a antiga URSS seria um país de dimensões continentais, afirmam ter concluído que o geógrafo russo se referia às áreas de dimensões subcontinentais (tundra, estepes, etc.), quando utilizava o termo geossistema, o que, definitivamente, não é coerente com as escalas que Sotchava propõe para a cartografia de fácies (1:5.000), chegando a sugerir a elaboração de mapas nas escalas 1:500 e 1:350, para estudar o funcionamento dos geossistemas locais e suas trocas de matéria e de energia com os geossistemas adjacentes em transectos, com 1,5 km.” (CAVALCANTI & CORRÊA, 2016, p. 4)

Para Sotchava, diferente de Bertrand, o geossistema é compreendido como uma unidade natural dinâmica, de qualquer dimensão. Dentro de uma aplicação prática, os estudos dos geossistemas devem buscar uma prognose para antever em que direção ocorrerá a mudança da estrutura do geossistema. A compressão do objeto como um todo deve ocorrer em duas escalas. A escala dos geômeros e a escala dos geócoros. Um sempre ligado ao outro, porém, em escalas diferentes

Reconhecer as escalas é reconhecer o princípio dual do geossistema. Uma característica é a estrutura homogênea (geômero) que, por sua vez, tem diferentes qualidades integrativas (geócoros). Assim como a abordagem utilizada por Bertrand, há uma divisão entre unidades inferiores e superiores, porém, fica evidente a diferença das nomenclaturas das unidades, além da relação entre os geômeros e geócoros. Um conjunto de geômeros forma um geócoro, ou seja, essas classes, ao mesmo tempo em que são independentes, também se intercondicionam pelas ligações nodais.

A aplicação prática dos conceitos de geossistema na União Soviética teve destaque com a estação de Marktope (atual Geórgia), que, para operar e analisar a dinâmica do geossistema a qual estava inserida, contava com a coleta de 5 a 6 mil dados por dia. (BEROUTCHACHVILI; CLOPES, 1977); (BEROUTCHACHVILI; MATHIEU, 1977).

Segundo Cavalcanti & Corrêa (2016), Sotchava chega a comentar sobre a diferença entre a sua concepção e a concepção de Bertrand no livro *“Introdução à Teoria dos Geossistemas”* (1978). Segundo o geógrafo russo, o conceito de geossistema de Bertrand é o que ele considerava como macrogeócoro.

Porém, após o contato com a terminologia e o trabalho soviético, Bertrand resolve repensar a sua concepção. O conceito atualizado é que vai inferir significado ao geossistema da metodologia GTP:

“Contudo, como foi visto, Bertrand abre mão de sua definição anterior e abraça a concepção soviética, na qual se baseia para formular seu modelo de análise integrada das relações entre sociedade e natureza, a partir das relações entre geossistema, o território e a paisagem (o modelo GTP).” (CAVALCANTI & CORRÊA, 2016, p.10)

Para Beroutchachvili e Bertrand (1978):

“O termo geossistema foi usado pela primeira vez por V.B. Sotchava, em 1960. O geossistema é usado para designar um sistema geográfico natural homogêneo ligado a um território.” Caracteriza-se por uma morfologia, isto é, por estruturas espaciais verticais (geohorizons) e horizontais (geofácies); operação que engloba todas as transformações relacionadas com energia solar ou gravitacional, ciclos de água, biogeociclos, assim como movimentos de massas de ar e processo geomorfogênese; um comportamento específico, isto é, pelas mudanças de estados, que ocorrem no geossistema durante uma determinada sequência de tempo. (BEROUTCHACHVILI E BERTRAND, 1978, p.171)”.

O geossistema, para os autores, é composto por três tipos de componentes: Os *abióticos*: (a litosfera, atmosfera e hidrosfera) que, juntas, formam o geoma; Os *bióticos* ou *biomassa*: fotomassa e zoomassa, que constituem o bioma; e os *componentes antrópicos*.

Quanto à estrutura do geossistema, o fenômeno ocorre sobre o plano horizontal e o plano vertical. A estrutura vertical corresponde ao geohorizonte, que são estruturas verticais homogêneas que se sobrepõem umas às outras. A variação se manifesta pela fisionomia, pela massa ou pela cor, através da análise das discontinuidades. Não se restringe a uma camada vegetal ou aos estratos classificatórios da pedologia. O plano vertical é dado por um mosaico de geofácies, que são estruturas específicas do geohorizonte. Corresponde a uma continuidade ou um estado.

O estado do geossistema não é apenas espacial, há a inserção de uma temporalidade nas análises:

“Cada geossistema é definido por uma sucessão de estados no tempo (sostoianie)”. Cada estado corresponde a uma estrutura e uma operação, portanto, a uma determinada situação no espaço. Isso significa que não é mais possível separar a relação temporal da relação espacial. A análise do geossistema é uma abordagem espaço-

temporal e o estudo de estados sucessivos equivale a aplicar a teoria geral dos sistemas.(BEROUTCHACHVILI E BERTRAND, 1978, p.173)”.

Porém, ao adicionar a temporalidade ao estudo dos geossistemas. Pode ocorrer uma dúvida? Até qual ponto, dentro da temporalidade de um sistema, está se modificando dentro de um limite de resiliência, ou está se transformando em outro sistema? Nesta abordagem, se assume que, para o sistema chegar a um novo estado, é necessário ocorrer uma modificação nos três componentes do geossistema (abiótico, biótico e antrópico). Para se tornar um novo geossistema, é necessária uma modificação no conjunto de estados, nos quais há uma modificação na sua estrutura e no seu funcionamento. O geossistema, neste caso, é um conceito abstrato, pois é imensurável como um todo. O que se pode fazer é analisar os estados em que se encontra e os passados, para fazer prognoses dos estados futuros.

Alinhando a uma abordagem paralela à geografia humana, a reformulação do conceito para o citado, abre a geografia para as relações humanas, quando retira a centralidade das análises de uma abordagem biocêntrica. Além disso, assumir uma maior maleabilidade nas análises sistêmicas, devido à temporalidade, permite assumir a evolução dos sistemas como um todo, focando nas análises dos três componentes necessários. Uma comunidade rural, que modifica a sua produção agrícola não está modificando o geossistema, mas criando uma nova relação com o meio biótico e abiótico. A modificação do estado levará a outros estados temporais, o qual uma análise sistêmica poderá avaliar se a nova atividade vai desestabilizar o sistema, ou não. O domínio da ciência dos geossistemas tem a potencialidade de estabelecer um limite aceitável de mudanças.

Mas o problema não é tão simples. Como quantificar a massa e a energia dos componentes antrópicos? Seria melhor colocar os fatores antrópicos exteriores ao geossistema, interagindo de forma dialética? Então, surge um problema. Estabelecer o ser humano dentro de uma relação lógica de processos lineares pode criar um determinismo, mas, dentro da concepção de sistemas complexos, a cisão se desprende do linear. Nem sempre os mesmos processos vão levar aos mesmos resultados, há um limite de incerteza. Então, dentro das prognoses, não há a possibilidade de afirmar nada enfaticamente. Não é uma fórmula para prever o futuro, mas de fazer projeções concretas e científicas, que, devido à infinidade de condicionantes e de elementos, traduzem os resultados às estatísticas e às probabilidades.

A dificuldade de trabalhar com os aspectos humanos, cria uma propensão entre os pesquisadores em trabalhar com áreas pouco e não modificadas pelas ações humanas. Há uma necessidade de se repensar essa metodologia:

“Uma abordagem essencialmente teórica consiste em inserir a análise geossistêmica no problema social (e não o contrário), definindo o complexo territorial natural, com base nos caracteres do modo e do sistema de produção, em particular, em sua relação com as forças produtivas. O geossistema, então, apareceria, tanto como uma estrutura natural funcional, quanto como um produto do trabalho social.” (BEROUTCHACHVILI E BERTRAND, 1978, p.175).

Nas palavras finais de Bertrand, no artigo citado, fica evidente a sua admiração com os laboratórios soviéticos e como a França ainda não conta com uma estrutura capaz de rivalizar e, por isso, assume um discurso de ajuda mútua para as pesquisas. Além disso, o autor mais chama a atenção para a necessidade da inserção de uma análise social, um papel em destaque para os geógrafos.

2.3.4 Síntese dos termos polissêmicos

Também debruçando sobre os conceitos que rodeiam os geossistemas Cavalcanti e Corrêa (2016) construíram a tabela a seguir (tabela 1), para facilitar a compreensão dos termos de cada autor.

Tabela 1: Termos em Bertrand (1968), Beroutchachvili e Bertrand 1978 e Sochava (1978).

Termo	Bertrand (1968)	Beroutchachvili & Bertrand (1978)	Sochava (1978)
Geócoro	Não utilizado	Não utilizado	Associação funcional de geossistemas
Geofácies	Subdivisão dos Geossistemas da 6ª ordem de grandeza	Utilizado como sinônimo de fácies. Unidade com mesma associação de geohorizontes. 7ª ordem de grandeza	Não utilizado
Geohorizonte	Não utilizado	Estrato de um geofácies	Não utilizado
Geomassa	Não utilizado	Qualquer tipo de matéria componente da paisagem	Não utilizado
Geômero	Não utilizado	Não utilizado	Tipo de geossistema
Geótopo	Subdivisão dos Geofácies da 7ª ordem de grandeza	Não utilizado	Termo genérico que se refere a qualquer ordem de geossistemas locais (4ª, 5ª, 6ª e 7ª ordens de grandeza)

Fonte: CAVALCANTI; CORRÊA, 2016.

2.4 TERRITÓRIO

Para uma melhor compreensão, o conceito de território será apresentado, destacando o caráter polissêmico e a abrangência epistemológica multidisciplinar, como forma de tencionar a definição de Bertrand.

2.4.1 O desenvolvimento do conceito de território

O conceito de território gera discussões na geografia e em outras ciências devido à abrangência. O conceito tem utilização na ciência, com origem na biologia, mais especificamente, na etologia. Nesta concepção, o território é compreendido como um ambiente de um grupo, constituído por padrões de interação (HAESBAERT, 2004).

A procura por uma ciência nomotética para as estruturas sociais levou determinados autores a fazerem conclusões sobre o estabelecimento de estruturas sociais ligadas aos fundamentos da Biologia. Baseados em Darwin e em Lamarck, o estabelecimento de relações entre as estruturas sociais e o comportamento animal seriam uma forma de cientificar as ciências sociais (HAESBAERT, 2004).

No contexto do domínio das ciências neodarwinistas, o território cria uma nova conotação dentro das ciências humanas. Torna-se o espaço necessário para o estabelecimento de determinada espécie, neste caso, o homem, que supre suas necessidades. Então, o ser humano, assim como uma onça, precisaria de um determinado espaço para estabelecer as suas relações tróficas e desenvolver uma população. Neste contexto, o homem é reduzido de sua complexidade a apenas um ser natural, excluindo as suas características sociais.

Para alguns autores, como, por exemplo, Souza (2001), o conceito de território na geografia tem origem na antropogeografia alemã, protagonizada, principalmente, por Ratzel. A estrutura da geografia ratzeliana tinha como base o estudo do *Solo (Boden)* e a relação com a estrutura social. Dentro do pensamento apresentado, surge um conceito baseado na concepção do desenvolvimento do estado-nação, atrelado à quantidade de recurso disponível. Logo, o conceito de território se torna sinônimo de Estado, pois o estado se torna o organizador do território para o desenvolvimento da nação. As relações de poder de uma sociedade sobre determinada espacialidade começam a ser naturalizadas.

Souza (2001) continua discorrendo sobre a relação de território e apresenta o seguinte: “*O território surge, na tradicional geografia política, como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente constituídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social.*” (SOUZA 2001, p. 84). Apesar da prévia, para o autor, o conceito de território não se resume apenas à materialidade e não é efetivamente delimitado a uma espacialidade e temporalidade única e cita até exemplos de áreas que são ocupadas por diferentes estruturas sociais em vários momentos do dia.

A maior referência sobre os estudos do território e as relações de poder é Raffestin (1980), que apresenta o conceito de território, também embasado na antropogeografia alemã. Porém, o autor tenciona as reflexões. É de conhecimento que as teorias de Ratzel, apropriadas por um estado totalitário alemão, se estabeleceram como “base científica” para o desenvolvimento do nazismo. Para Raffestin, a obra de Ratzel foi reduzida, e, de certa forma, se tornou intocável, devido à utilização indevida. Não há como negar que as estruturas sociais são influenciadas pelas características naturais, mas, o estabelecimento das teorias deterministas em um momento histórico, se encaixou de forma oportuna nas propostas de apropriação territorial de desenvolvimento do Estado. Portanto, o casamento da ciência com as estruturas de poder tem uma enorme potencialidade. É devido a isso, que a utilização busca estruturar o espaço de forma positiva, respeitando as estruturas humanas que se estabelecem.

Apesar de fundamentado na biologia, o conceito foi apropriado por outras disciplinas e, conseqüentemente, sofreu adaptações para os campos. Para Haesbaert (2004), alguns autores chegam a estabelecer de 6 a 8 definições de território. O Autor apresenta uma revisão muito apropriada sobre a polissemia do conceito de território que, também, tem significado em outras disciplinas, como, por exemplo, a Ciência Política, a Antropologia, a Economia, a Sociologia e a Psicologia. Porém, esses conceitos podem ser divididos em três vertentes básicas, além da visão naturalista:

- *Política*: refere-se às relações de poder em geral. É visto como um território delimitado e controlado, onde as relações de poder não são exclusivamente manifestadas pelo Estado.
- *Cultural*: uma dimensão simbólica e subjetiva. É a manifestação das relações com o espaço vivido.
- *Econômica*: o território é visto como uma fonte de recursos, que leva aos conflitos sociais.

Para o autor, cada um destes conceitos tem valor e utilização nas disciplinas ao qual foram incorporadas. Porém, surge uma questão: qual a expressão do território para a geografia? Para compreender um pouco mais sobre esse assunto, é necessário discutir sobre a natureza do território. Este seria uma reflexão material das estruturas humanas, ou abrangeria estados metafísicos dispostos em um mundo ideal?

2.4.2 A natureza do território: das dicotomias às dialéticas

A reflexão sobre o território é profunda em Haesbaert (2004). Dentro da discussão sobre a polissemia no conceito, surge uma reflexão sobre o território, em uma perspectiva materialista e sob uma perspectiva idealista. Na perspectiva materialista clássica, o território é materializado através da ocupação do solo e serve como palco para o estabelecimento das estruturas humanas. Porém, a visão pode incorporar uma dialética, constituindo o território como o resultado das relações entre o solo e as sociedades. Na concepção idealista, o território é estabelecido por conotações subjetivas, que transcendem a materialidade. O que torna o território ideal para determinada civilização são as estruturas culturais. O território se torna um tipo ideal com valores semânticos inseridos não por uma ontologia, mas pelos signos que se estabelecem por um devir.

Outra questão, que acompanha a concepção de território, é a característica perante as condicionantes para a percepção da matéria - o tempo e o espaço. Casualmente, o conceito materialista de território está ligado à estaticidade das delimitações das localidades. O processo de modificação das estruturas territoriais pode ser visto como uma forma de desterritorialização, pois, o conceito de tempo e de mobilidade não condiz com padrões estacionários, defendidos por algumas linhas. Porém, como apresentado por Haesbaert (2004), o território tem qualidades subjetivas. O próprio Ratzel afirma que havia uma espiritualidade no território. Embora, como afirma Haesbaert, o território sem materialidade se torna apenas territorialidade.

Mesmo contendo características materiais, áreas e localidades podem apresentar um valor simbólico além do funcional, relacionado às questões econômicas e de poder. Na antropologia é que o território cria uma maior relação com a sua manifestação simbólica. Os códigos culturais se tornam a base para o estabelecimento da delimitação, através das relações entre os símbolos e seus significados. É uma Designação interessante, pois, como exemplo, ao delegar valor econômico a uma área de um

determinado território, fica nítido um movimento, em vários casos, contrário à visão naturalista. Não necessariamente uma área que se estabelece por uma riqueza de recursos, que resultaram na satisfação das necessidades tróficas do indivíduo é valorizada. Em certos casos, determinadas áreas recebem um valor subjetivo, devido às estruturas estabelecidas pelas relações culturais e socioeconômicas. Assim, determinada localidade se torna valorizada, por designar um status a uma camada “superior” das estruturas ou, simplesmente, pela quantidade de equipamentos técnicos e de estruturas da globalização. Dentro dessa perspectiva, fica evidente o porquê de algumas áreas se tornarem tão valorizadas.

Dessa forma pode-se chegar a duas conclusões complementares: 1) o território não é estático e nem homogêneo e 2) há múltiplas relações de poder, que regem a dinâmica territorial. O poder não necessariamente se estabelece como uma relação de domínio no sentido marxista, mas pode apresentar uma relação de poder “organizacional” como defendido por Foucault (MACHADO, 2010).

2.4.3 O território como híbrido

Como, então, estabelecer um conceito de território? Seria necessário admitir que existem vários “territórios”, nos quais cada disciplina se apropria de um significado para seu campo epistemológico, ou, através de um pensamento complexo, considerar todas as situações citadas plausíveis e disponíveis para um intercâmbio.

Uma forma de estabelecer o território na geografia é analisar a seguinte situação: i) ou o território é repleto de significados e cada ciência deve estabelecer o seu conceito ou ii) o território é múltiplo, até mesmo em seus significados, e a geografia, como uma ciência que discorre o espaço através das perspectivas escalares, é capaz de associar conceitos para estabelecer uma maior visão espacial e temporal do objeto a ser analisado, em várias dimensões da totalidade.

Haesbaert (2004) apresenta o espaço como um híbrido:

“Fica evidente, neste ponto, a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um Híbrido-Híbrido entre a sociedade e a natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e ‘idealidade’, numa complexa interação tempo-espaço, como nos introduzem a pensar geógrafos como Jean Gottman e Milton Santos, na indissociação entre o movimento e a (relativa) estabilidade - recebam este os nomes de fixos e fluxos, circulação e

'iconografias', ou o que melhor nos aprouver." (HAESBAERT, 2004, p.79)

O pensamento de um território múltiplo dialoga com a proposta da complexidade. O território em constante movimento, combina processos de territorialização – desterritorialização, comandado por estruturas de poder, tanto no sentido marxista, quanto do sentido foucaultiano.

Continuando nos pensamento de Haesbaert (2004), o território se estabelece em duas lógicas: uma zonal e outra reticular. Na lógica zonal, fica evidente a delimitação materialista do estado, encarnada nas relações de poder do Estado. As organizações da macroestrutura criam um mecanismo de inclusão e de exclusão, mediado por estruturas de controle. Na lógica reticular, o conceito de rede é tomado como base. A descontinuidade estabelece uma relação que, aparentemente, é subjetiva, mas fica materializada na expressão da territorialidade.

Trabalhar com o planejamento do turismo é aceitar as duas visões. Os planejamentos e os trabalhos desenvolvidos em uma comunidade, na estruturação da localidade para receber a atividade, são vistos como um processo interno, delimitado e sobre o controle das estruturas do Estado. O que não se costuma levar em conta, é que a inserção da localidade, em uma rede turística global, intensifica a influência de uma lógica reticular e cria novos mecanismos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R).

2.4.4 Território em Bertrand - GTP

Dentro dos pensamentos de Bertrand, a questão do território se estabelece em uma condição materialista. Em um primeiro momento, quando a temática alcança o autor: *"não existe território sem terra"* (BERTRAND, 2007, p.146) o território é o *"espaço geográfico produzido e vivido pelas sociedades sucessivas. Ele se presta a uma contribuição à dimensão histórica e arqueológica do meio ambiente."* (BERTRAND, 2007, p.146). As ideias de Bertrand sobre território, neste momento, estavam tencionando as questões do espaço, com a influência e a ocupação pelas sociedades humanas, principalmente nas relações rurais. A forma que o homem estabelecia as relações de uso e de ocupação do solo era influente nos diagnósticos geossistêmicos.

Os questionamentos sobre a relação do homem com a natureza no desenvolvimento dos espaços rurais traz à tona, novamente, algumas questões clássicas da geografia, associadas à produção da cultura e do território. O ser humano é ou não é influenciado pelo ambiente? A relação é, então, determinista? Na verdade, é inegável que o homem seja influenciado pelas relações de natureza, um *inuit* não consegue estabelecer seu modo de vida em ambiente *tuareg*, e vice e versa. Porém, o que transforma o *inuit* em um povo com determinadas características culturais é, justamente, a forma estabelecida de apropriação da natureza pela técnica. Povos como os indígenas Amazônicos e os pigmeus da África, apesar de habitarem regiões com estruturas naturais bem parecidas, estabelecem relações sociais diferentes. A evolução do ser humano não surge de forma linear, baseada somente nos aspectos físicos, mas é inegável a sua influência. Todavia, o que Bertrand sugere, nos seus trabalhos, é que o distanciamento do determinismo levou ao outro extremo. O possibilismo lablachiano e os estudos sobre os quadros da natureza passaram uma noção estática do ambiente. “*Dramatizando as relações do homem e da natureza, esclerosar-se a reflexão e a pesquisa neste domínio*”. (BERTRAND, 2007, p. 152)

Essa discussão incomoda muito Bertrand, que aponta L.Febvre como criador da dicotomia entre possibilismo e determinismo, pois, segundo aquele, as ideias de La Blach tinham como objetivo tencionar as ideias da geografia alemã, na ideia de criar um formato de concepção do espaço geográfico. Para Bertrand, a realidade não está nos dois extremos e propõe o estudo em uma dimensão ecológica, com finalidade histórica.

Em um segundo momento, o caráter histórico recebe ainda mais ênfase. Bertrand (2004) estabelece seus estudos sobre território a uma atitude mais clássica, limitando os estudos às relações entre as sociedades camponesas e aos espaços rurais. Neste momento de seus estudos, o espaço rural surge dialeticamente às relações da natureza com os elementos humanos. A questão é esquivar-se do laxismo, pois o científico, para um desenvolvimento prático, precisa de determinações. Não prever o futuro, mas compreender a dinâmica das relações e, assim, compreender as possibilidades dentro do futuro incerto.

Para compreender os espaços em sua totalidade, é necessário adotar a noção híbrida do meio ambiente no processo de territorialização. Aos passos de desenvolver a metodologia GTP, Bertrand propõe uma visão de território, resultado da dialética.

“‘territorializar’ o meio ambiente é ao mesmo tempo, enraiza-lo na natureza e na sociedade, fornecendo aos meios conceituais e metodológicos de fazer avançar o conhecimento ambiental deste campo”.

“[...] socializar o meio ambiente é mudar a finalidade do sistema, ultrapassar a mesologia e a etologia para entrar na análise das estratégias sociais e dos modos de representação.” (BERTRAND, 2007, p.203).

Compreender o homem dentro do território e transcender as relações naturais, mas não abandoná-las. O cultivo de determinada cultura agrícola não está relacionado apenas às relações tróficas. O homem não cria aquele território apenas para suprir a sua necessidade. O material está carregado de significados e simbolismos, desenvolvidos pelas características socioculturais.

2.5 PAISAGEM

A palavra paisagem é comum na linguagem popular. É utilizada para representar aspectos múltiplos da manifestação e da percepção do real, principalmente pelo visual. Em fuga a um nihilismo, o conceito será abordado para a utilização de forma efetiva.

2.5.1 Paisagem: a multiplicidade conceitual

É antiga a noção de paisagem e a utilização de referências etimológicas que remetem ao termo. Um exemplo está no “livro de Salmos”, manuscrito bíblico cristão. No texto, a palavra é usada para referir ao conjunto de elementos da cidade de Jerusalém, que ficavam disponíveis à visão do rei. A noção visual e estética foi apropriada pelas artes e pela literatura, até a segunda metade do século XVIII, para representar a manifestação do “belo” da natureza pelos movimentos artísticos. Dessa forma, a noção de paisagem foi, por muito tempo, associada ao visual. Na atualidade, o termo ganhou significados diferentes em diferentes áreas. Pintores, geógrafos, geólogos, arquitetos, ecólogos, todos têm uma interpretação própria do que é uma paisagem (METZGER, 2001).

Quanto à utilização nas ciências, Metzger (2001) descreve:

“No âmbito científico, a primeira pessoa a introduzir o termo “paisagem” foi um geo-botânico, Alexander von Humboldt, no início do século XIX, no sentido de “característica total de uma região terrestre”. Em 1939, o termo “ecologia de paisagens” foi pela

primeira vez empregado pelo biogeógrafo alemão Carl Troll (1899/1975), apenas quatro anos após Tansley (1935) ter introduzido o conceito de “ecossistema” (METZGER, 2001, p.2).

O conceito vindo de uma definição naturalista tinha proximidade, tanto com a geografia, quanto com a insurgente ecologia, o que justifica a proximidade do termo nas áreas. Porém, naturalizar o termo dentro das disciplinas, sem um alinhamento epistemológico, pode causar confusões.

O primeiro termo para designar paisagem na cultura ocidental moderna foi a palavra alemã *landschaft*, que se refere às unidades territoriais médias, como um pequeno aglomerado humano. Dentro da geografia, o termo paisagem (*landschaft*) aparece nas obras clássicas como: “Cosmos” de Alexander Von Humboldt, a “Geografia Comparada” de Carl Ritter e a “Antropogeografia” de Friedrich Ratzel. Esses autores utilizam o conceito da paisagem como método e transcrição de dados sobre áreas distintas do planeta (SCHIER, 2003).

Na geografia, seguindo os trabalhos de Humboldt, a ciência da paisagem seguiu a metodologia da descrição de forma holística e na comparação das paisagens naturais. Coube a Ritter tentar organizar, em formato de enciclopédia, o levantamento das paisagens feito por Humboldt para o desenvolvimento da geografia comparada, mesmo não sendo isto o foco do autor. Já Ratzel, em sua abordagem territorial já citada, utilizou os conhecimentos de paisagem para o desenvolvimento de sua teoria, esta, que foi assimilada pela *Landschaftskunde*, “uma ciência das paisagens, considerada sob a ótica territorial, ou seja, uma expressão espacial das estruturas da natureza, organizada por leis cientificamente observáveis”. (MAXIMIANO, 2004 p.86)

Na França, a palavra *paysage* surge com um sentido próximo do original *landschaft*, apresentando a ideia de um espaço determinado, pois é na França, onde a palavra se associa à estética. Na Inglaterra, as paisagens eram fechadas e delimitadas por muros. O planejamento dessas paisagens criou a noção de *landscape planning* (MAXIMIANO 2004).

Na Rússia, Dokoutchaev, definiu o “Complexo Natural Territorial” (CNT), uma forma de identificar as estruturas da natureza. Na geografia soviética, a geografia física se apropriou dos conceitos de paisagem para compreender os espaços pela análise geossistêmica e, assim, criar um ordenamento territorial propício para o desenvolvimento do país (BERUTCHACHVILI & PANAREDA, 1977). O conceito de

geossistema surge do conceito de paisagem (*landschaftovedenie*), dentro da geografia soviética.

Nos Estados Unidos, em 1925, Sauer, referência da escola de Berkeley, trata a paisagem alemã como o foco da geografia e apresenta a corologia das paisagens como um dos objetivos do estudo dessa ciência. “*A tarefa da geografia é concebida como o estabelecimento de um sistema crítico, que envolva a fenomenologia da paisagem, de modo a captar em todo o seu significado e cor da variada cena terrestre.*” (SAUER, 1998, p.11). Este define o conceito de paisagem como: “*uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo, físicas e culturais.*” (SAUER 1998, p.23). Então, a paisagem está além da concepção estática, mas, em processo de transformação constante dentro de uma estrutura sistêmica.

Dessa forma, os conceitos chegam ao Brasil, influentes em suas áreas:

“As próprias escolas alemã e francesa, que tanto influenciaram a geografia brasileira, são enfáticas em aspectos diferentes. A geografia alemã tem ênfase naturalista, herdada de Humboldt e a francesa enfoca a região, incluindo culturas e sociedades em cada espaço natural. Os geógrafos ingleses desenvolveram uma concepção pragmática de paisagem com a ideia de mosaico, cuja formação se dá pela repetição similar de ecossistemas, de locais ou de usos da terra. Ou seja, um conjunto integrado e repetido de elementos espaciais caracteriza uma paisagem. Dessa forma, pode-se descer à escala de detalhe que desejar, identificando padrões de similaridade da organização do espaço em escalas menores ou maiores.” (MAXIMIANO, 2004, p.88)

A geografia física, ligada a uma materialidade na noção da paisagem, se torna a base para trabalhos célebres como: as Unidades de Relevo, de Aroldo de Azevedo, os Domínios Morfoclimáticos, de Aziz Ab’Saber, e as Unidades Geomorfológicas, de Jurandir Ross.

Para Claval (2007), dentro de uma proposta da geografia humana, a cultura é a mediação entre o homem e a natureza, sendo a paisagem uma das matrizes desta.

“A paisagem traz a marca da atividade produtiva dos homens e seus esforços para habitar o mundo, adaptando-o as suas necessidades. Ela é marcada pelas técnicas materiais que a sociedade domina e moldada para responder às convicções religiosas, às paixões ideológicas ou aos gostos estéticos dos grupos.” (CLAVAL, 2007 p.14).

De forma curiosa, Claval aborda a questão da paisagem cultural atribuída à geografia francesa, com uma ligação com a antropogeografia de Ratzel. Para Claval,

Ratzel tem uma concepção voltada à mobilidade e ao deslocamento em seus estudos sobre a materialidade dos artefatos, sendo estes utilizados na forma do homem de dominar o espaço. Seguindo os passos da geografia alemã, Otto Sculüter trabalha a paisagem como o objeto da geografia humana, pois, para este, a paisagem é modelada, tanto pelas forças da natureza, quanto pelas forças humanas. A *landschaft*, que significa, em alemão, tanto paisagem, quanto região é o objeto da *Landschaftskunde* (termo usado, frequentemente, como sinônimo de geografia). Outros autores, como Meitzen e Hahn, continuaram a estudar os aspectos materiais da cultura e a sua tradução na paisagem. De certa forma, se ignora as dimensões sociais e psicológicas da cultura. Na França, para Vidal de La Blache, a paisagem participa do conceito de cultura, pois, é nela, que a cultura humaniza a interposição entre o homem e o meio.

Schier (2004) atribui a *Siegfried Passarge* a utilização do termo “geografia da paisagem”, pois propôs, desde 1913, em várias obras, o conceito de “ciência da paisagem”. Para Schier, Hettner apresenta uma divisão da geografia dentro de uma perspectiva kantiana, na qual o conceito de paisagem é visível dentro de uma abordagem nomotética comparativa:

“O grande organizador deste conhecimento, todavia, foi Alfred Hettner, que compõe a geografia em três perspectivas, todas de origem kantiana: a geografia geral (dividida em várias disciplinas como geomorfologia, geografia climática, geografia dos solos, geografia econômica, etc.), a geografia nomotética e a geografia idiográfica, os dois últimos fazendo parte da geografia regional. A perspectiva nomotética trabalha os assuntos em forma comparativa, estabelecendo uma tipologia de paisagem, conforme determinados critérios, enquanto a perspectiva idiográfica focaliza no conjunto específico de uma única paisagem, buscando entender como se organiza internamente. Para Hettner, a geografia deveria ser ao mesmo tempo física e humana” (SCHIER, 2004, p. 83).

E conclui descrevendo a seguinte diferenciação da paisagem na geografia física e na geografia humana:

“... Mas, paralelamente, continua a diferença na interpretação da paisagem. Enquanto na geografia física prevalece um entendimento da paisagem como sistema ecológico, a geografia humana aponta mais numa abordagem interpretativa. Abre-se, dessa forma, uma dialética entre o concreto e o abstrato, de novo, ao longo da questão do entendimento da paisagem, seja em termos materiais, ou de significação. Entendemos que essa diferença é necessária e benéfica, uma vez que cada fenômeno requer uma análise específica para cada nível de interpretação.” (SCHIER, 2004, p.84).

O que se observa, em alguns casos, é uma abordagem dicotômica da paisagem, que contrapõe e inviabiliza uma abordagem dialética. Será que a paisagem, nos dois campos da geografia são tão diferentes, ou é uma questão de perspectiva? A tensão entre os aspectos naturais e humanos tensionam a paisagem para uma mobilidade que estabelece várias percepções, tanto materiais quanto ideais.

2.5.2 Paisagem em Bertrand

Para determinadas abordagens tradicionais da geografia, a metodologia GTP, ou mesmo a necessidade de trabalhar cada conceito individualmente é um trabalho redundante, pois o conceito de paisagem é a base para a percepção do ambiente, o qual seria analisado e avaliado por propostas geossistêmicas.

Essa concepção começa por falta de compreensão de Bertrand, em vários momentos. Ao se apresentar o geossistema dentro de uma primeira concepção de Bertrand, é possível observar que sua primeira proposta está alinhada a uma geografia física tradicional, na qual a noção de análises da paisagem seria possível, através de uma escala específica - o geossistema.

No artigo citado por Cavalcanti & Corrêa (2016), *“Paysage et géographie physique globale: esquisse méthodologique”*, Bertrand apresenta o estudo da paisagem, não abordando-a apenas como paisagem natural, mas apresentando o que dispõe de implicações antrópicas. Mesmo sendo Francês, busca na geografia alemã os primeiros conceitos para elaboração da compreensão da paisagem em sua totalidade. Para Bertrand, em 1968, a paisagem era um termo pouco usado e impreciso, o que permitia qualquer um usar de acordo com sua vontade. E ainda complementa:

“a paisagem não é a simples adição de elementos geográficos dispartados. É uma determinada porção do espaço, resultado da combinação dinâmica, portanto, instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução”. (BERTRAND, 2007, p.33).

Porém, nessa passagem expressa que não deve estar submetida apenas ao “natural”, mas, a sua totalidade, incluindo a influência antrópica. Essa primeira perspectiva apresenta um alinhamento dos estudos, que delimitam um método bem definido, o qual utiliza as escalas de A. Caillex e J. Tricard como referência. Nesse momento, o geossistema aparece como uma unidade de alguns quilômetros, e, para

Bertrand, a melhor escala para trabalhar a paisagem. Nessa escala, as relações naturais e humanas ficam visíveis, possibilitando um estudo das combinações bioecológicas

O autor apresentava críticas aos estudos de região da geografia francesa. O diálogo com a ciência geográfica buscava uma referência maior nos estudos da paisagem como um todo. Desta forma, Bertrand buscou muitos dos seus conceitos na geografia e na ecologia que se desenvolvia na Alemanha, principalmente, nas obras de Carl Troll e na insurgente *Landschaftsokology*.

Apesar de bem certo de seus conceitos em um primeiro momento, a partir de um artigo de 1978, começa a questionar a própria afirmação sobre o conceito de paisagem. Afirma que a entrada no conceito de paisagem tinha se iniciado entre 1964 e 1968 e, mesmo sendo feito com cautela e diplomacia, acabou por gerar alguns mal-entendidos. A paisagem se torna a representação mais familiar do meio ambiente. “*A paisagem, uma ferramenta para a organização/gestão do território*”. (BERTRAND, 2007, p.212).

No artigo “A paisagem entre a sociedade e a natureza” (1978 *apud* PASSOS 2004), Bertrand afirma que não existe uma ciência da paisagem, justamente pela grande polissemia do termo, que tem, tanto significado para as ciências, quanto significado banal. Questiona se a paisagem não faz parte da confusão ideológica dominante, e afirma que nenhum método poderia ser aplicado a um conceito tão confuso e caótico. Porém, descreve o seguinte:

“[...] a paisagem é apenas um aglomerado de objetos dispares e muito complexos que têm, individualmente sobre ela, a vantagem de uma existência científica baseada em disciplinas conhecidas, da geologia à arquitetura. Acima de tudo, a paisagem limita-se ao visível, portanto ao perceptível: ela é apenas a aparência das coisas, os mecanismos sendo, quanto a eles, invisíveis. Acrescentemos a isso alguns argumentos políticos: a paisagem torna-se, então, um produto de recuperação ou de agitação, uma operação ideológica sem fundamento científico”. (BERTRAND, 2007, p.214).

Continua a reflexão, apresentando o conflito entre os estudos das escolas alemã e francesa, e apresenta, com certa desconfiança, a escola soviética, que sempre apresentou como grande admiração. O que transpassa no artigo é que a paisagem da geografia física é a paisagem “natural” e as técnicas da “ciência dos geossistemas” não são suficientes para resolver o problema da paisagem.

Quando resolve levantar a possibilidade de uma ciência da paisagem, que desenvolva, tanto uma análise natural, quanto social, além de um método que abranja os dois, levanta o seguinte alerta:

“Um método e um conceito degrada-se quando eles transgridem seu próprio campo disciplinar, pois mudam implicitamente de finalidade e de conteúdo. Os conceitos de geossistema e de ecossistema não podem ser transpostos para a análise social. Eles não podem servir de ponto de partida para o estudo da paisagem. Entretanto, é preciso ver neles análises de sistemas bem sucedidas em seus campos respectivos. E eles podem servir de exemplo e de modelos analógicos. Além disso, como eles permitem reduzir a complexidade do meio natural sem o mutilar, eles são indispensáveis para garantir a inserção do natural na análise social.” (BERTRAND, 1978, p.217)

Uma forma que apresenta a possibilidade de trabalhar a relação dos aspectos naturais e sociais da paisagem é pensar em uma abordagem dialética dos dois pontos. Isso, junto com alguns postulados como: i) uma análise que vai do local ao global; ii) a paisagem como um objeto socializado, iii) a paisagem é objetiva, isto é, independe do observador (proposta que é modificada em artigos futuros); iv) a imagem social da paisagem é produto de uma prática econômica e social; v) a complexidade do objeto dificulta a utilização de categorias metafísicas.

A paisagem, em uma perspectiva complexa, deve abranger dois conceitos-chaves, que foram vistos como dicotômicos: a paisagem vista como a relação natureza-sujeito e a paisagem vista como a relação natureza-objeto. Para Bertrand, o que deve ser observado é a natureza objetiva da paisagem, que se manifesta na dialética dos termos paisagísticos. O desenvolvimento de um método que atenda a complexidade da paisagem, além de envolver estas questões, deve considerar a paisagem como objeto e sujeito, como realidade ecológica e produto social. Desta reflexão surge o termo sistema paisagístico:

“A paisagem se inscreve no espaço real e corresponde a uma estrutura ecológica bem determinada: mas ela só é ‘apreendida’ e qualificada enquanto tal a partir de um mecanismo social de identificação e de utilização. A paisagem aparece cada vez menos como uma estrutura ecológica e social e cada vez mais como um processo de transformação, logo, como um fenômeno inscrito na história. Ela é uma interpretação social da natureza. E o Método consiste, pelo menos em um primeiro tempo, em ir da sociedade para a natureza.” (BERTRAND, 2007, p. 220)

Trabalhar com um sistema paisagístico, é estar ciente da multiespacialidade e da multitemporalidade dos processos. Não há uma dinâmica expressa em uma função

única, que determine e calcule o sistema como um todo. A compreensão das partes, dentro do todo, direciona o olhar para uma situação específica e suscetível à análise.

Em um artigo de 1984, intitulado “*os geógrafos franceses e sua paisagem*”, Bertrand ainda apresenta um maior inconformismo com o conceito de paisagem. Afirma que é uma palavra mestra fraca, perversa, cheia de sentidos e contradições. Crítica, mais uma vez, a influência do vidalismo na geografia francesa, o que, com o “excepcionalismo”, afastou mais a geografia das leis gerais. Também reforça como a paisagem se distanciou da geografia, com a separação da geografia física e da geografia humana.

No contexto em que escreve esse texto, faz um levantamento das instituições da França que trabalham a paisagem. Dos sete institutos levantados, os conceitos de paisagem se apresentam difusos como objetos de pesquisa, não constituindo um estudo coerente. Cita um estudo de Fumey o qual cita que os sistemas paisagísticos podem ser divididos em onze tipos. Porém, para a maioria dos geógrafos, há um consenso da paisagem como a interface homem e natureza e a relação com a percepção. Buscando alinhar um método, propõe que o pesquisador deve elaborar o seu “ponto de vista”, pois a paisagem é um paradoxo vivo e a polissemia é sua razão de ser.

Em outro artigo não datado e intitulado “*A paisagem ou a irrupção do sensível, nas políticas de meio ambiente e do planejamento do território*”, afirma que a paisagem se desenvolveu em duas perspectivas: uma política e administrativa e uma científica e cultural. Neste momento, a paisagem recebe alusão à sua polissemia, não como problema, mas dotada de uma riqueza polifônica. O conceito passa a ser observado por uma ótica transversal das ciências, sendo um potencial conceito que une ideias difusas e separadas da geografia, como a materialidade territorial e a imaterialidade das representações. Conclui com uma crítica ao fato das disciplinas terem elaborado várias teorias, mas nunca, um método.

Uma citação de Bertrand, em outro artigo, começa a direcionar a paisagem para uma relação com o turismo:

“Ela deve também ultrapassar a simples visão exterior ou contemplativa e estetizante e, resumindo, turística. A paisagem é, primeiramente, um espaço construído e vivido do interior. O turismo e suas diferentes ferramentas promocionais desenvolveram muito a percepção lúdica e cultural, que não se basta e que não é o bastante para a paisagem. É preciso ampliar a noção de paisagem... para o maior benefício das próprias atividades turísticas.” (BERTRAND, 2007, p. 297).

O autor questiona a utilização da paisagem para o turismo, pois, da forma que o turismo é trabalhado, a paisagem se torna algo visual, dotado de uma natureza lúdica. Isso pode gerar a necessidade uma paisagem estática, que alimenta um saudosismo precursor de uma estagnação dos processos histórico-culturais.

Em 1996, no artigo *“compor uma paisagem é recompor uma geografia”*, surge uma proposta que pode ser traduzida em um método. Neste momento, a concepção de paisagem surge do cruzamento de duas abordagens: *“uma paisagem nasce quando um olhar cruza um território... mas um território só se torna uma paisagem sob o cruzamento de olhares”* (Bertrand 2009 p. 302). A proposta é organizar a paisagem em três fichários: *atores da paisagem, locais e tempo*, o que é rudimentar, mas é um começo para tentar sintetizar um método. Essa seria uma forma de integrar a geografia naturalista e a geografia cultural.

Em 2000, Bertrand amadurece as reflexões sobre a problemática da paisagem e apresenta a temporalidade como uma questão chave na compreensão da paisagem. As multitemporalidades aparecem em suas abordagens. A temporalidade passa a não se resumir ao tempo linear. A cronologia é vista como uma forma de mascarar a temporalidade:

“O método consiste em superar a tradicional indigência da análise temporal (tempo ‘longo’ e tempo ‘curto’ da ‘história’, ‘ecossistema’ ‘jovem’, ‘maduro’ ‘senescente’ etc.) baseando-se sobre dois princípios: definir um “tempo real”, específico do geossistema e de seus diferentes estados, elaborar grades de leituras de múltiplas escalas.” (BERTRAND, 2007, p. 309).

Aqui, Bertrand propõe um tripolar interativo, baseado no geossistema, no território e na paisagem em três tempos distintos:

“O tempo do geossistema é aquele da natureza antropizada: é o tempo da fonte, das características bio-físico-químicas de sua água e de seus ritmos hidrológicos.

O tempo do território é aquele do social, do econômico, do tempo do mercado ao tempo do “desenvolvimento durável”: é o tempo do recurso, da gestão da redistribuição da poluição e da despoluição.

O tempo da paisagem é aquele do cultural, do patrimônio, dos identitários e das representações: é o tempo do retorno às fontes, aquele do simbólico, do mito e do ritual.” (BERTRAND, 2007, p.313)

Em 2002, a problemática dos tempos levou Bertrand a produzir um de seus últimos artigos, intitulado: *“A discordância do tempo”*. Neste, expressa ainda mais a

relação das temporalidades nas paisagens, afirmando que falta profundidade nesse assunto, devido às margens indecisas da epistemologia e do método. Nesse ponto, a abordagem sistêmica de Bertrand atenta às temporalidades ambientais indissociáveis da espacialidade e emaranhadas em uma trança de temporalidades e em um constante ciclo envolto em uma trajetória sem retorno, fugindo (mas não negando a rara existência) dos modelos clássicos de sistemas fechados como unidades.

Neste artigo que Bertrand descreve o conceito mais recente de geossistema, de território e de paisagem para a metodologia GTP. O autor propôs um método na busca de algo que seja, ao mesmo tempo, cronológico e histórico, retrospectivo e prospectivo.

“O geossistema é o tempo da fonte (Source), isto é aquele dos componentes e mecanismos biofísicos mais ou menos antropizados que acontecem a partir do neolítico. Ele está de acordo com uma grande parte dos fenômenos espaciais e geomorfológicos sem negligenciar os aspectos biológicos.

O território é o tempo dos recursos (Resource). Corresponde à descoberta dos diferentes recursos e de sua exploração econômica pelas sociedades.

A paisagem é o tempo do ressurgimento (Ressourcement), em sentido amplo. Ela se inscreve em múltiplas temporalidades do vivido e das representações, dos símbolos, dos mitos e dos sonhos.” (BERTRAND, 2007, p. 325).

Apesar de ser uma grande referência na geografia no Brasil e no Mundo, a ideia de um Bertrand em processo de evolução, e em uma constante busca em desenvolver um método, não é muito difundida. O discurso é resumido às metodologias. Principalmente nos trabalhos do Brasil, é visível o pensamento de um Bertrand de 1968, como base para os trabalhos da geografia física. Quando o GTP é abordado, surge uma confusão, pois o termo de referência para metodologias é baseado em uma primeira fase, a qual tem uma forte ligação com a geografia física, ou, em uma segunda fase, na qual ainda estava desenvolvendo os seus conceitos e os inter cruzando com centros de pesquisa de outros países e de outras ciências. Para compreender o sentido do GTP, é necessário refletir sobre uma terceira fase de Bertrand, na qual o conceito de paisagem se torna a chave para a compreensão das multitemporalidades espaciais dos sistemas complexos.

Alguns trabalhos sobre GTP recortam a área levando em consideração as características físicas, principalmente bacias hidrográficas e estruturas geomorfológicas (PASSOS, 2016). Os trabalhos que focam nas bacias hidrográficas apresentam um foco

nos processos de biostasia e resistasia, focados nas dinâmicas e evoluções do geossistema, principalmente para a elaboração de projetos físicos em pequenas escalas (PISSINATI; ARCHELA, 2009). Outros exemplos de trabalhos de GTP, que consideram a delimitação da bacia hidrográfica como referência, são: “*O modelo GTP (Geossistema – Território – Paisagem). Como trabalhar?*” (PASSOS, 2016), em que o autor faz uma refinada análise da bacia hidrográfica do Ribeirão Santo Antônio no sudoeste Paulista/Pontal do Paranapanema e “*Geossistema Território e Paisagem - Método de Estudo da Paisagem Rural sob a Ótica Bertrandiana*” (PISSINATI; ARCHELA, 2009), no qual os autores desenvolvem a pesquisa fazendo a delimitação do território do bairro rural Água das Sete Ilhas, considerando o Ribeirão das Sete Ilhas e o Córrego Água Azul e a Represa Capivara.

Alguns trabalhos técnicos associando GTP e ao turismo já foram realizados. Um exemplo é o trabalho de Leonel *et al* (2017), que, de forma técnica, apresenta um trabalho descritivo sobre a cidade de Bonito, no Mato Grosso do Sul. As análises dos autores remetem a um competente levantamento do uso do solo e da dinâmica temporal, em 30 anos de desenvolvimento de atividades agrícolas e turísticas. O trabalho apresenta uma metodologia para o levantamento da qualidade ambiental, utilizando softwares e imagens de satélites.

2.5.3 A paralaxe da paisagem ou paisagem como paralaxe

Para Bertrand, a produção da paisagem é considerada como um processo tripolar, no qual intervém um observador, um mecanismo de percepção e um objeto.

Para o desenvolvimento desse projeto, a fim de tencionar o pensamento de Bertrand, a produção da paisagem será pensada de forma complexa e será abordada como a manifestação de duas têmporo-espacialidades distintas e sobrepostas de uma espacialidade objetiva e captada por um observador. A primeira camada é a entrada natural, aquela que compreende os geossistemas e as relações naturais e integra o homem como parte desta. A segunda camada é a entrada social, que compreende o homem como um ser social, produtor (reprodutor) de território e de territorialidade, os quais se manifestam na materialidade dos objetos e na imaterialidade da cultura. As duas percepções são uma parte da totalidade, que é captada por um observador. A paisagem, como uma totalidade objetiva, pode se enquadrar na categoria espaço, porém, somente quando a paisagem é percebida por um observador é que se define a paisagem.

Além da multitemporalidade própria de cada entrada, o ritmo também é diferente. Enquanto a entrada natural trabalha com os tempos geológicos, a social trabalha com o tempo histórico. A velocidade dos tempos criam movimentos simultâneos para o observador, mas, tem consequências complexas na rugosidade do espaço. A dissonância temporal se transforma em problema, ao passo que as modificações sociais trabalham em uma velocidade maior que a de recuperação da natureza, rompendo o limite da resiliência, tanto temporal, quanto espacial.

Surge uma dialética espaço-temporal, entre a entrada social e a natural na formação de uma paisagem complexa. A imensidão dimensional do objeto transpassa a capacidade metodológica. Para criar uma especificidade, é necessário desenvolver o ponto de visão. O “local” de onde o observador observará. Não é um ponto que cada pessoa observará, de acordo com suas especificações históricas e culturais e, nem mesmo, um ponto neutro, mas erguido em uma estrutura de percepção, que reduza a incerteza, a qual não será negada, mas reduzida. Como a visão do todo se torna impraticável a nível técnico, o desenvolvimento de uma metavisão complexa só é possível na reflexão da unidade com o todo.

CAPÍTULO 3: CARACTERIZAÇÃO DAS TERRAS ALTAS DA MANTIQUEIRA

Considerando os procedimentos metodológicos, o seguinte capítulo faz um levantamento dos aspectos: i) físicos, buscando uma visão integrada geossistêmica; ii) territoriais, buscando analisar aspectos históricos na ocupação, além de destacar pontos de tensão de poder e iii) paisagísticos, analisando os aspectos culturais, que se manifestam na integração das entradas física e antrópica, criando manifestações materiais e imateriais.

Os pontos levantados serão estudados em relação ao Inventário Municipal de Turismo de 2017, buscando compreender os atrativos turísticos dentro dos aspectos da região. O Inventário Municipal de Turismo, de 2017, foi realizado pelos municípios como exigência para participação dos circuitos e, concomitantemente, receber repasse de verbas destinados ao turismo. As informações levantadas pelos municípios foram enviadas para um banco de dados online, no qual os gestores municipais e gestores dos circuitos tem acesso a essa informação. As informações aqui utilizadas foram gentilmente cedidas pela Gestão do Circuito das Terras Altas da Mantiqueira.

3.1 ASPECTOS FÍSICOS E COMPOSIÇÃO GEOSSITÊMICAS EM INTERAÇÃO COM O TURISMO

A primeira parte desta análise busca apresentar os aspectos dos físicos da região, com foco no relevo, no clima, na vegetação e na hidrografia.

3.1.1 Aspectos físicos

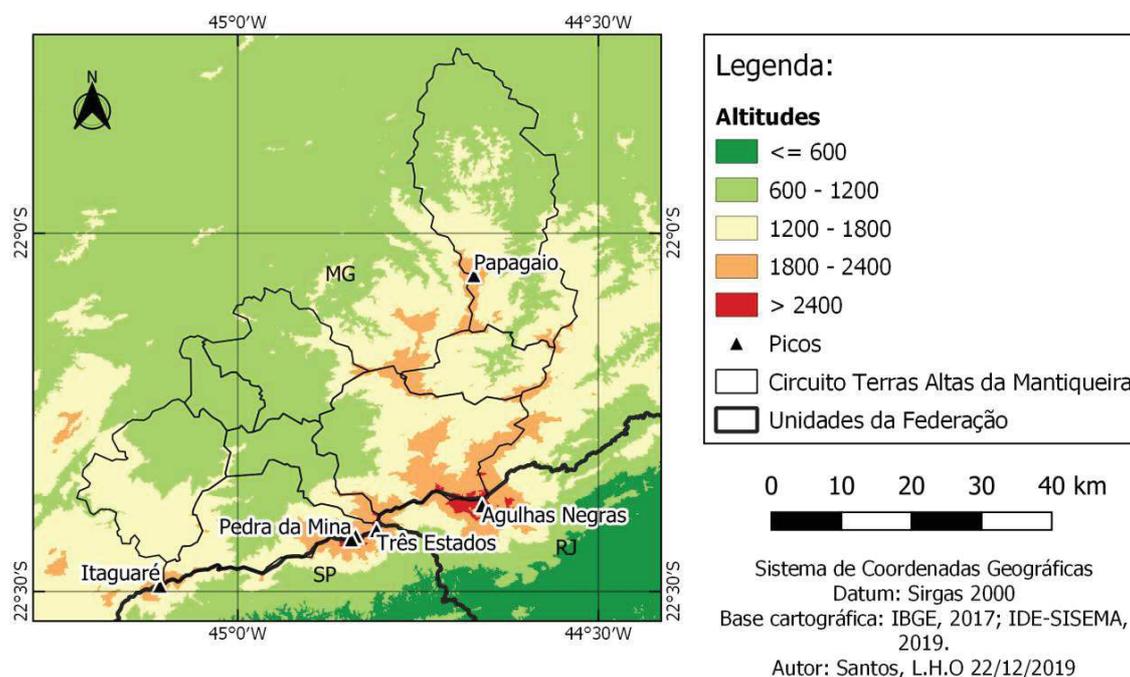
A região de estudo faz parte da Mantiqueira Meridional e tem gênese da sua estrutura geomorfológica datada entre o Cretáceo e o Paleógeno (MARQUES NETO, 2018). Segundo o mesmo autor, a Mantiqueira meridional foi definida pelo projeto RadamBrasil (GATTO et al., 1983) e dispõe dos seguintes aspectos geomorfológicos:

“É no âmbito da Mantiqueira Meridional, que emergem as sequências de cristas elevadas com declives íngremes e talhadas em taludes e escarpas de falha, copiosamente facetadas e preservadas a despeito da sua localização em um cinturão quente e úmido. As altas cristas escalonadas e morros profundamente dissecados encarceram vales

confinados em agudo entalhe vertical, encerrando um conjunto de parâmetros geomorfométricos (declive das encostas, desníveis locais, alta densidade de drenagem e dissecação vertical significativa) definidor de um sistema geomorfológico caracterizado por elevada energia, no qual processos físicos agudos como corridas, escorregamentos e queda de blocos são copiosos”. (MARQUES NETO, 2018, p. 565)

Quanto à gênese, a separação da Placa Sul-americana e da Placa Africana resultou em reativação tectônica, que deu origem ao *Horst* da Mantiqueira onde predominam cristas e escarpas de falha, além de morros, profundamente dissecados com altitudes aproximadas entre 900 e 2600 metros de altitude (**figura 14**), que configuram os seguintes níveis: patamares de cimeira (altimontanos) e os patamares escalonados (intermontanos), os dois níveis altimétricos fundamentais da Mantiqueira Meridional.

Figura 14: Localização dos principais picos do Circuito das Terras Altas da Mantiqueira:



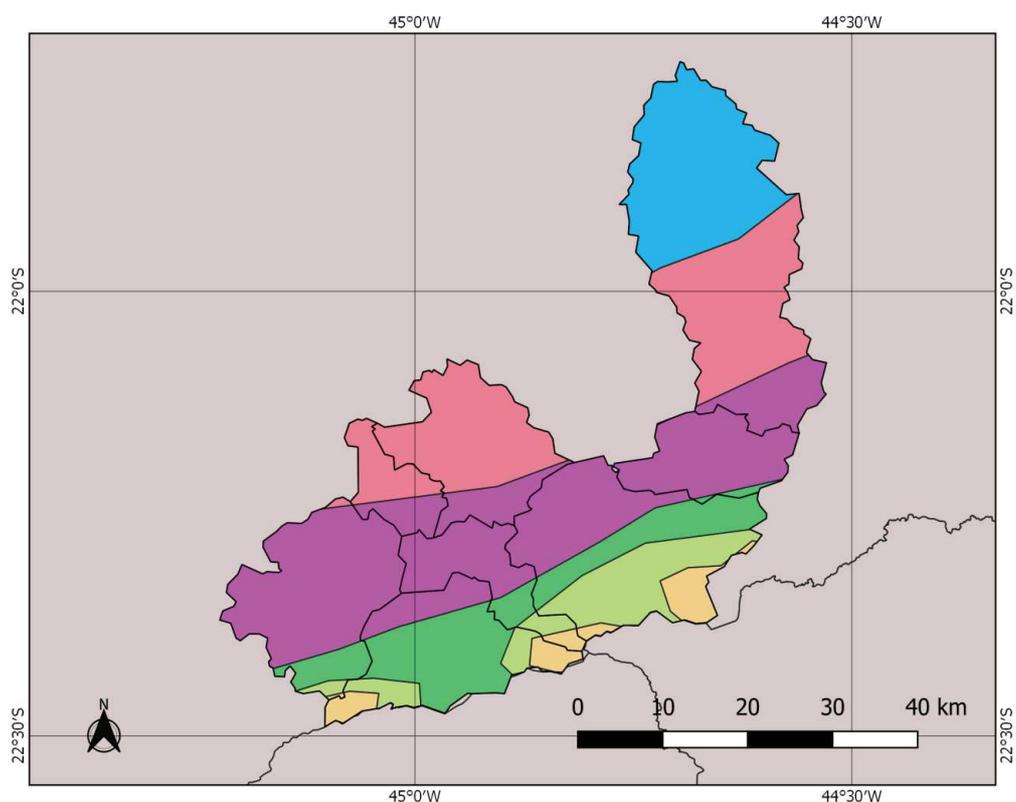
Fonte: Elaborado pelo autor

Na região estão localizados alguns dos pontos mais elevados do Brasil, com destaque para: Pedra da Mina (2 798,4), 4º ponto mais elevado; o pico das Agulhas Negras (2 791,5), o 5º ponto mais elevado; o Morro do Couto (2.680), 8º ponto mais elevado do Brasil; a Pedra do Sino (2 670,0), 9º ponto mais elevado e o pico dos Três Estados (2 665,0), o 10º ponto mais elevado. Há outros pontos com grandes altitudes, que

também podem ser destacados: Pedra do Altar (2 665,0), Alto Capim Amarelo (2 392,0), Pico do Garrafão (2 359,0) e Pico Itaguapé (2 308,0), (IBGE, 2012).

A região está localizada na Zona Térmica Tropical com altitudes elevadas para o relevo brasileiro. Estes fatores, mais a dinâmica das massas de ar, caracterizam a região com o Clima Tropical de Altitude, marcado por verões quentes e úmidos e invernos secos e frios (SANT'ANNA NETO, 2005) (**figura 15**).

Figura 15: Características climáticas do Circuito Terras Altas da Mantiqueira:



Legenda:	
	Terras Altas
Características Climáticas	
	Tropical Brasil Central, mesotérmico brando - média entre 10 e 15° C, úmido, 1 a 2 meses secos
	Tropical Brasil Central, mesotérmico brando - média entre 10 e 15° C, úmido, 3 meses secos
	Tropical Brasil Central, mesotérmico brando - média entre 10 e 15° C, semi-úmido, 4 a 5 meses
	Tropical Brasil Central, mesotérmico brando - média entre 10 e 15° C, super-úmido, sem seca
	Tropical Brasil Central, mesotérmico brando - média entre 10 e 15° C, super-úmido, subseca
	Tropical Brasil Central, mesotérmico mediano - média > 10° C, super-úmido, sem seca

Sistemas de coordenadas geográfica.
Datum Sirgas 2000.
Base cartográfica: IBGE 2018; IDE-SISEMA 2019.
Autor: Santos L.H.O 21/06/2019

Fonte: Elaborado pelo autor

O desnível altimétrico e outras características criam uma dinâmica sazonal diferente em pontos específicos da região. O mapa da figura 15, baseado em dados do IBGE e na classificação de Köppen, mostra que as áreas mais altas têm uma média térmica menor que o entorno. Outro ponto é a distribuição de chuva durante o ano. Nas áreas mais próximas aos pontos elevados, a dinâmica atmosférica mantém a precipitação constante, mesmo que reduzida em certa época, durante todo o ano.

As tabelas 02 e 03, a seguir, mostram as médias de precipitação e as médias térmicas entre 1961-1990, com base na estação Passa Quatro:

Tabela 02: Médias térmicas na estação de Passa Quatro entre 1961-1990 (INMET):

Normais Climatológicas do Brasil 1961-1990														
Precipitação Acumulada Mensal e Anual (mm)														
Nome da Estação	UF	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Ano
Passa Quatro	MG	236,0	201,6	141,9	58,6	48,2	32,6	25,2	28,8	76,6	139,0	160,2	266,1	1414,6

Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 03: Médias pluviométricas na estação de Passa Quatro entre 1961-1990 (INMET):

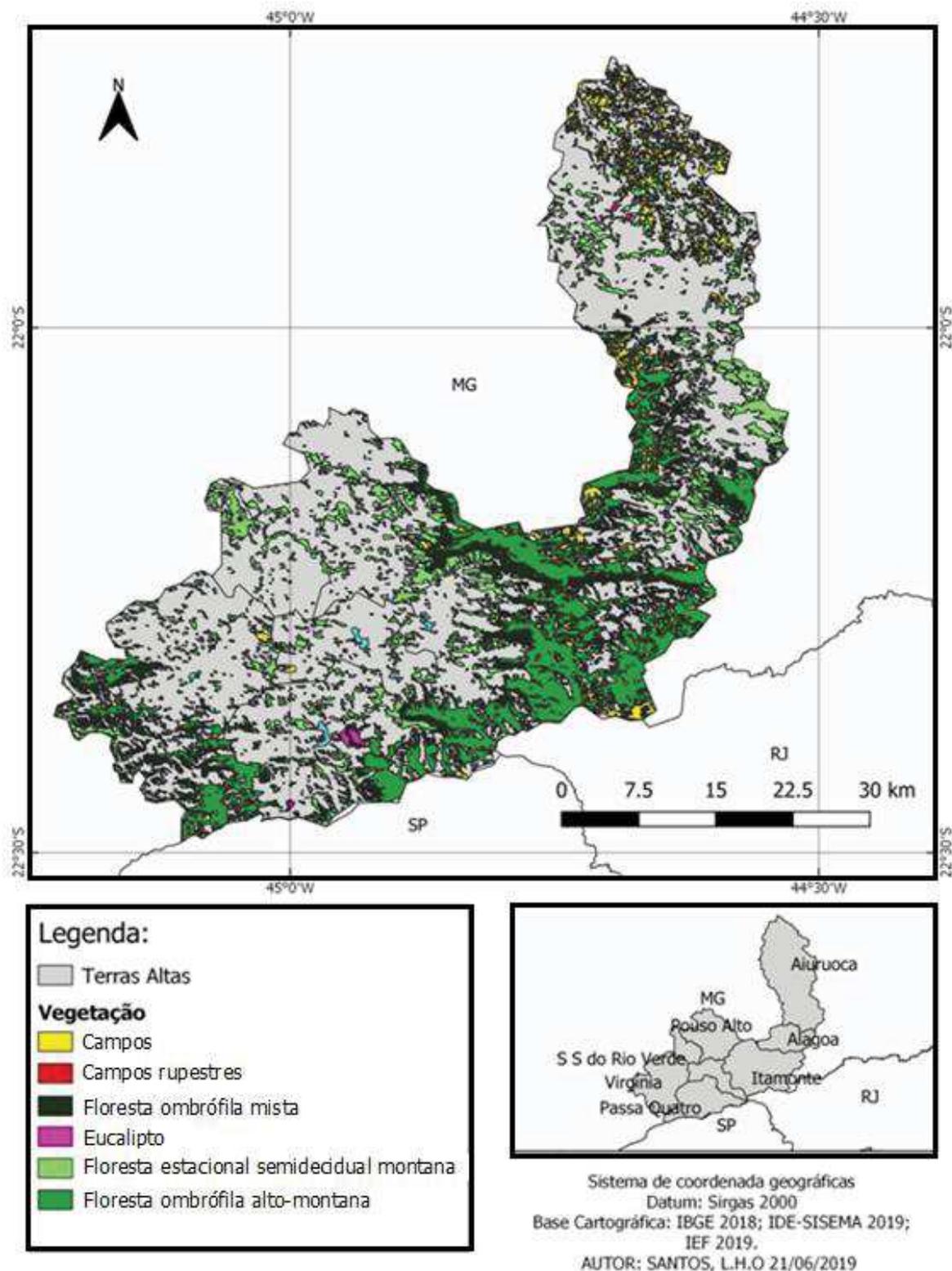
Normais Climatológicas do Brasil 1961-1990														
Temperatura Média Compensada (°C)														
Nome da Estação	UF	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Ano
Passa Quatro	MG	21,6	21,8	21,2	19,1	16,2	14,5	14,1	15,9	17,6	19,7	20,4	20,9	18,6

Fonte: Elaborado pelo autor

O clima influencia diretamente as fitofisionomias da Mantiqueira, porém, não é o único fator que proporciona as características vegetais da região. Os fatores edáficos também apresentam uma importante estrutura na formação das coberturas. Isto é característico no desenvolvimento dos campos nas estruturas pedológicas mais recentes nas áreas mais elevadas.

Um destaque para a região são fragmentos de Mata Atlântica visíveis no mapa a seguinte (**figura 16**). Grande parte dessa vegetação é protegida por unidades de conservação. Parte da vegetação da região foi removida para o desenvolvimento da agropecuária.

Figura 16: Estado da cobertura vegetal:



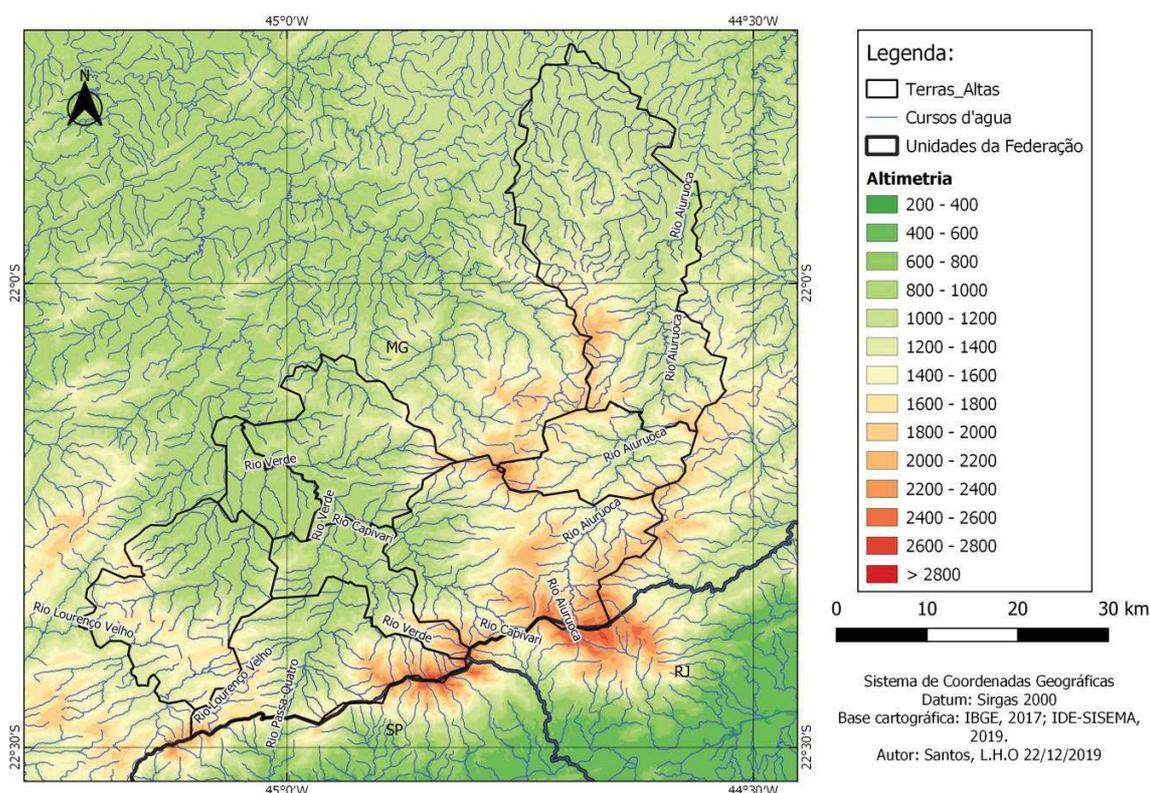
Fonte: Elaborado pelo autor

A região apresenta uma cobertura vegetal caracterizada em florestas tropicais, manifestadas em formas de florestas estacionais semidecíduas nas partes mais baixas.

Conforme a elevação do relevo, há uma estratificação das coberturas, que passam a caracterizar florestas ombrófilas mistas, florestas nebulares alto-montanas e campos de altitudes nas áreas mais elevadas (**figura 16**).

Toda a área de análise está localizada na Bacia do Rio Paraná, uma sub-bacia do Rio do Prata. A **figura 17** expressa a orientação dos rios em relação ao relevo. Dois rios se destacam, o Rio Aiuruoca e o Rio Verde, ambos vertentes do Rio Grande.

Figura 17: Hidrografia e hipsometria das Terras Altas da Mantiqueira:

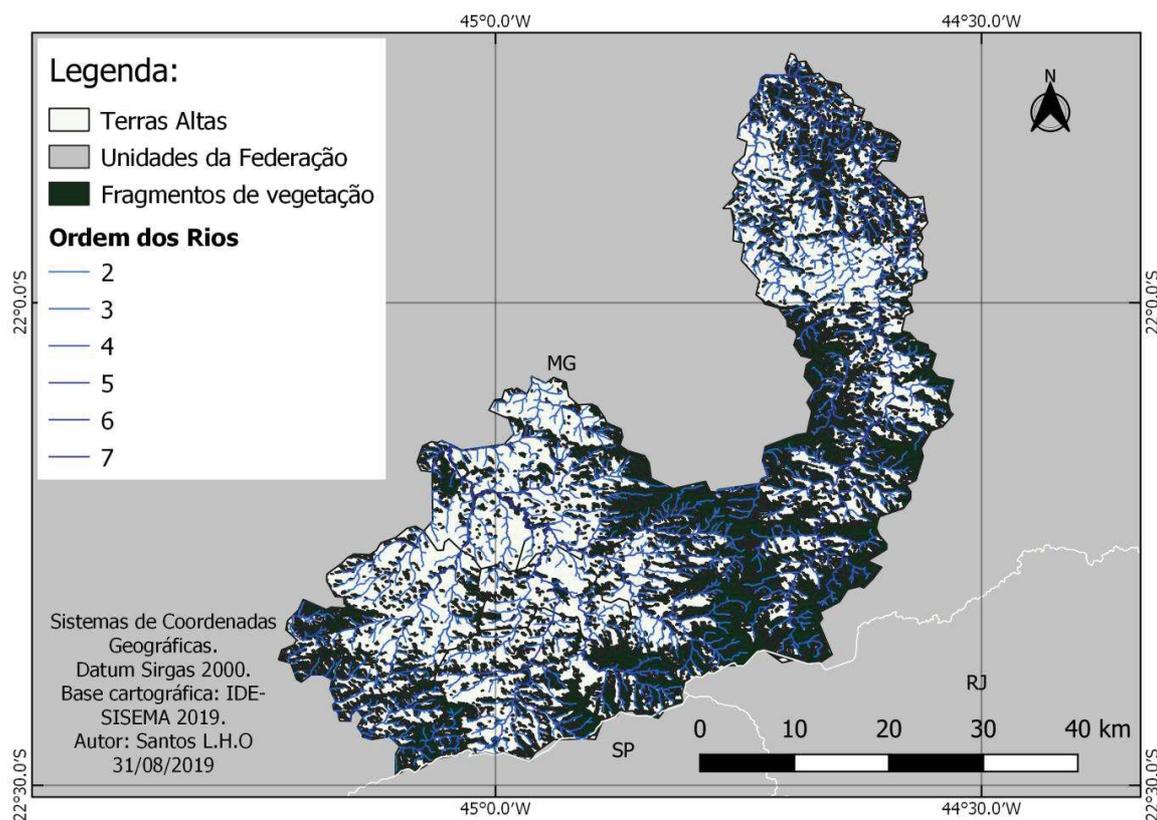


Fonte: Elaborado pelo autor

A hidrografia da região é marcada por acentuados desníveis. Como exemplo, a nascente do Rio Verde está localizada a, aproximadamente, 2.500 metros de altitude, e, em cerca de 14 quilômetros, chega a 900 metros de altitude. Esta dinâmica cria uma estrutura hidrográfica marcada por rios encachoeirados, produzindo paisagens cênicas, que podem ser utilizadas pelo turismo.

Na **figura 18** é possível visualizar os fragmentos da mata ciliar na região. As áreas mais elevadas ainda apresentam uma preservação das áreas de APP, porém, os baixos cursos perderam boa parte da mata ciliar, por causa do desenvolvimento da agropecuária no processo histórico de ocupação.

Figura 18: Fragmentos de vegetação e hidrografia das Terras Altas:



Fonte: Elaborado pelo autor

Atualmente, a maior parte dos fragmentos vegetais é protegida por unidades de conservação, devido à importância da Mantiqueira como fonte de água. É importante destacar o trabalho de ONGs, como o Instituto SuperAção, que, através do projeto “Produtor de Água”, buscam incentivar a preservação das nascentes pelos agropecuaristas da sub-bacia do Rio Verde.²

3.1.2 Unidades de paisagem

Como citado, os aspectos estruturais das Terras Altas fazem parte da Serra da Mantiqueira. Marques Neto (2017, 2018) apresenta dois estudos sobre a Mantiqueira, que ilustram olhares geossistêmicos da localidade. As duas obras foram escolhidas por darem uma ênfase na região, de forma bem detalhada e sistêmica, além de representar umas das poucas obras atuais disponíveis que ressaltam esses aspectos. São propostas

² <http://www.institutosuperacao.org.br/projetos/instituto-superacao-e-parceiro-em-projeto-de-psa-aprovado-pela-agencia-nacional-das-aguas>

que dialogam com uma concepção estrutural complexa que apresenta a Mantiqueira, em uma concepção dinâmica e integrada. O primeiro trabalho – “*O Horst da Mantiqueira Meridional: Proposta de Compartimentação Morfoestrutural para sua porção mineira*” (MARQUES NETO, 2017), traz uma proposta de compartimentação da Mantiqueira.

Segundo Gatto et al. (1983), tradicionalmente, pode-se dividir a Mantiqueira em duas regiões geomorfológicas: Mantiqueira Meridional e Mantiqueira Setentrional. A Mantiqueira Setentrional se localiza na divisa entre Espírito Santo e Minas Gerais, que concentra estruturas geológicas como a Serra do Caparaó e tem a sua formação associada à reativação tectônica, engendrada pelo sistema de *rifte* continental no sudeste do Brasil. As falhas tectônicas do pré-cambriano, quando reativadas, desenvolveram um sistema de *horsts* e *gráben*, sistema que também influencia a porção meridional. Já na Mantiqueira Meridional, Gatto et al. (1983) divide-a em duas estruturas geomorfológicas: Planalto de Campos do Jordão e Planalto do Itatiaia.

Para Marques Neto (2017), a região pode ser compreendida de outra forma, através de quatro compartimentos morfoestruturais:

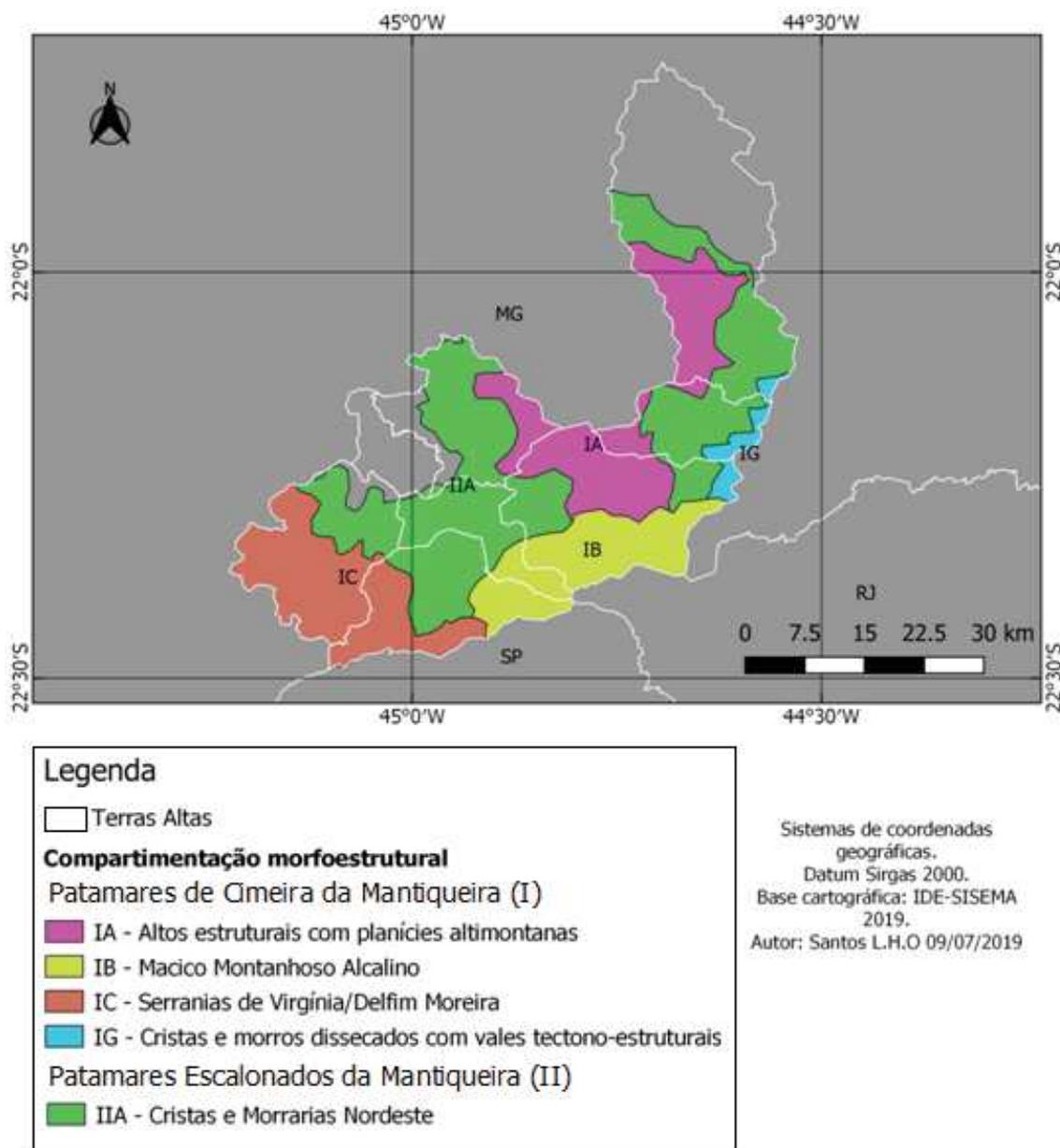
- I. Patamares de Cimeira da Mantiqueira (Mantiqueira Oriental);
- II. Patamares Escalonados da Mantiqueira (Mantiqueira Ocidental);
- III. Altas Cristas Quartzíticas Festonadas;
- IV. Rebordos Erosivos Dissecados.

Conforme a **figura 19**, as Terras Altas da Mantiqueira se localizam, em parte, nos Patamares de Cimeira da Mantiqueira, e em parte, nos Patamares Escalonados da Mantiqueira. Como o circuito segue uma delimitação política, estabelecida por bases legais e não necessariamente por estruturas físicas, parte da área de estudo também está localizada sobre o Planalto do Alto Rio Grande. A base física é suficiente para os objetivos, já que a maioria dos atrativos naturais foi contemplada pela proposta de Marques Neto (2017).

Os Patamares de Cimeira da Mantiqueira (I) são as partes mais elevadas, marcadas pelas intrusões alcalinas. São divididas em sete estruturas, porém, para o este estudo, apenas quatro áreas foram contempladas:

IA: Altos estruturais, com planícies altimontanas: Representa as altimetrias dissecadas pela bacia do Rio Aiuruoca, com os altiplanos de cimeira servindo como delimitação dos limites das bacias hidrográficas dos rios Rio Verde e Rio Aiuruoca.

Figura 19: Recorte das Terras Altas da Mantiqueira sobre a compartimentação Morfoestrutural, Marques Neto (2017):



Fonte: Elaborado pelo autor

IB: Maciço Montanhoso Alcalino: caracterizado por intrusões alcalinas, formando um batólito com estruturas geomorfológicas com domínio de nefelina-sienito, formando a região com as altitudes mais elevadas. Estas áreas culminantes se encontram, principalmente, nas cidades de Passa Quatro, Itanhandu e Itamonte.

IC: Serras de Virgínia/Delfim Moreira: serra que vai das cidades de Passa Quatro até São Bento do Sapucaí. Domínio de cristas íngremes cristalinas, com altitudes

menos elevadas que a compartimentação anterior, mas ainda com cumes acima de 1800 metros.

IG: Cristas e morros dissecados com vales tectono-estruturais: as partes de Itamonte, Alagoa e Aiuruoca classificadas nessa estrutura, correspondem a uma área de inúmeras sobreposições com interferências neotectônicas e tectônica ativa, que dissecam em sentido ao Rio Grande. A altimetria chega a altitudes acima de 1000 metros.

Já os Patamares Escalonados da Mantiqueira (II), se caracterizam por uma ruptura na declividade e por feições mamelonares, que, provavelmente, remetem às gêneses da localidade. São divididos em duas estruturas, porém, o circuito abrange apenas:

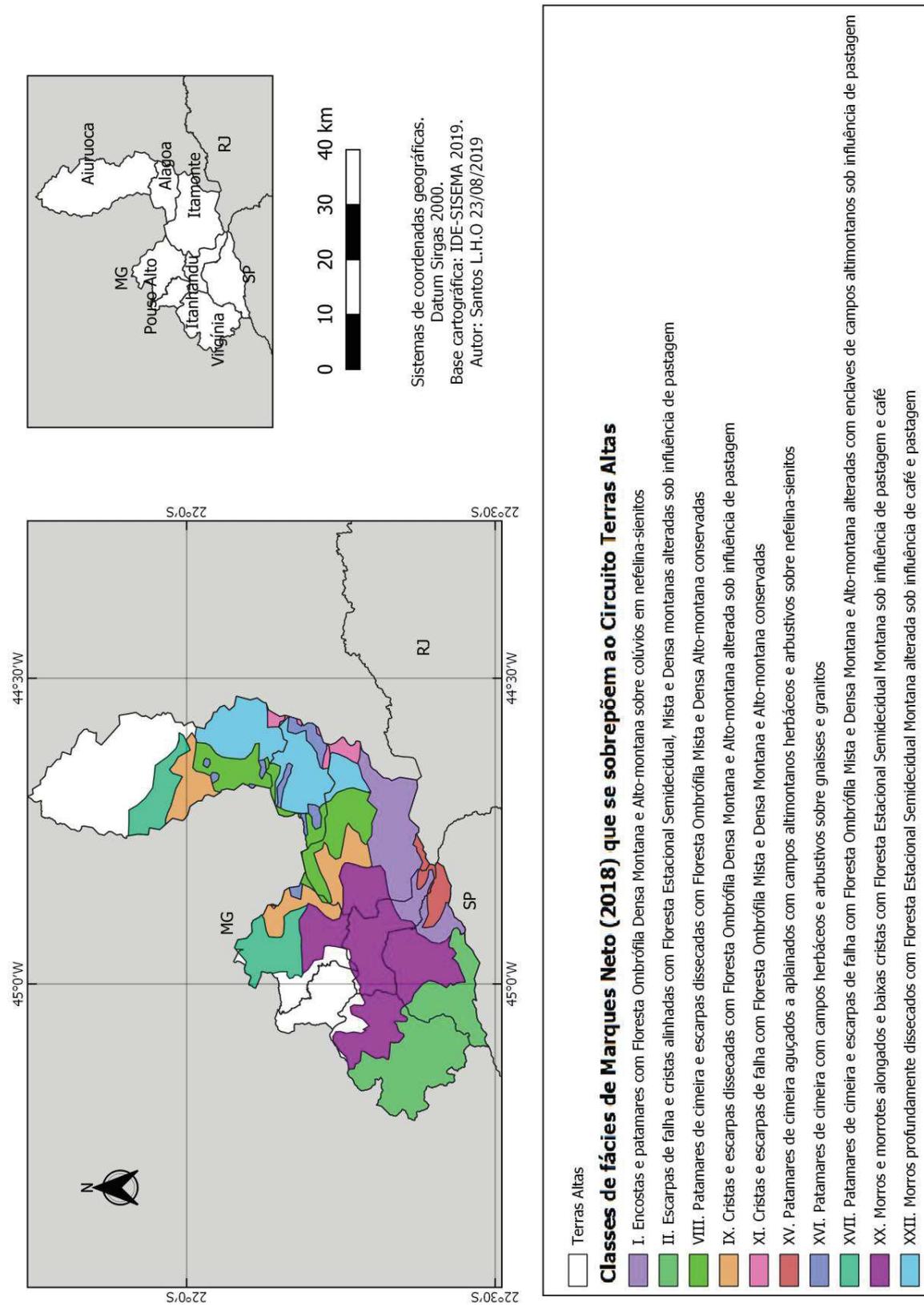
IIA. Cristas e Morrarias Nordeste: *“se caracteriza por cristas e espigões desnivelados das altas cristas, ocorrentes nos Patamares de Cimeira, bem como pela presença copiosa de morros declivosos e profundamente dissecados, emoldurados em litologias gnáissico-granítico-migmatíticas, predominantemente.”* (MARQUES NETO, 2017, p.570)

Outro trabalho de Marques Neto sobre a região é *“As regiões montanhosas e o planejamento se suas paisagens: Proposta de zoneamento ambiental para a Mantiqueira Meridional Mineira”* (MARQUES NETO, 2018). Neste, há uma proposta de realização de um estudo geossistêmico, que dialoga com a ecologia da paisagem. Um destaque é a inserção do componente humano na compreensão da paisagem para a realização de um zoneamento ambiental. Segundo a metodologia focada no estudo integrado da paisagem, esse trabalho classifica a Porção mineira da Mantiqueira Meridional em cinquenta classes de fácies, que definem quatro macrogeócoros:

1. Geossistema da Alta Mantiqueira (I ao XIX)
2. Geossistema dos Patamares Escalonados da Mantiqueira (XX ao XXXVI)
3. Geossistema das Altas Cristas Quartzíticas Festonadas (XXXVII ao XLIV)
4. Geossistema dos Rebordos Erosivos Dissecados (XLIV ao L)

O mapa a seguir (**figura 20**), mostra quais dessas unidades se sobrepõem aos Municípios da ATAM:

Figura 20: Classes de fácies de Marques Neto (2018) que se sobrepõem ao Circuito Terras Altas da Mantiqueira.



Fonte: Elaborado pelo autor

3.1.3 Atrativos e oferta turística

O turismo tem como matéria prima os atrativos turísticos, que são elementos materiais e imateriais, tanto de natureza física, quanto cultural ou econômica. Os atrativos são a matéria mais bruta, não sendo considerado ainda um produto turístico, necessitando o planejamento, a estruturação e a gestão, para que chegue a este novo *status*. Conforme descrito, os aspectos físicos apresentam estruturas das paisagens, que atraem turistas. As regiões mais elevadas, como descritas, são destinos de turistas de aventura, que buscam se desafiar nas trilhas da localidade, com destaque para os montanhistas (como os praticantes de trekking são conhecidos na região) e para os corredores de aventura, que buscam traspasar trilhas, como a travessia Serra Fina e a Travessia Marins – Itaguapé, que se localizam na porção sul da área de estudo, na divisa dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Outros aspectos que atraem os turistas são as cachoeiras e os rios, tanto para contemplação, como para banho. As estruturas geomorfológicas descritas, associadas à rede de drenagem proporcionam esse tipo de paisagem. Porém, esses atrativos não contam como uma infraestrutura consolidada.

Segundo Beni (1988), para o desenvolvimento do turismo é necessária a existência de uma oferta original, “bens livres” como atrativos naturais e culturais, que se estabelecem como base para a atividade turística. Esses bens não são o produto turístico, pois isso vem da estruturação desses atrativos “*o produto turístico é um conjunto composto de bens e serviços produzidos em diversas unidades econômicas, que sofre uma agregação no mercado, ao serem postos em destaque os atrativos turísticos.*” (BENI, 1988, p.172).

Barbosa (2011) apresenta de forma mais enfática a diferença entre atrativos e produto turístico, destacando a centralidade dos atrativos nas atividades turísticas:

“Sendo assim, para compreender o conceito de produto turístico, é necessário distingui-lo do correspondente de atrativo turístico, compreendendo a relação com o destino turístico. Um destino turístico é composto de produtos turísticos, os quais, por sua vez, se estruturam a partir dos recursos ou atrativos existentes no lugar” (VALLS, 2006, p. 26). “Um atrativo turístico é composto de locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los. Os atrativos turísticos podem ser naturais; culturais; atividades econômicas; eventos programados” (BRASIL, MTUR, 2007b, p.27). “O atrativo é o elemento que desencadeia o processo turístico

(VALLS, 2006, p. 27), ou seja, a matéria-prima do turismo sem a qual um país ou uma região não poderiam empreender o desenvolvimento turístico.”(BOULLÓN, 1983) (BARBOSA, 2011, s/n).

Ruschimann (1997) apresenta como o turismo usa atrativos naturais, como base para o desenvolvimento da atividade na criação dos produtos turísticos. Porém, a atividade causa modificações na espacialidade, o que pode resultar em conflitos e problemas na localidade. A falta de planejamento, de compreensão é de comprometimento do poder público e dos agentes operadores do turismo, além de ignorarem os problemas já existentes, podem gerar outros:

“É preciso que o turismo e o meio ambiente encontrem um ponto de equilíbrio, a fim de que a atratividade dos recursos naturais não seja a causa da degradação. O estado deve cumprir seu papel, principalmente no que se refere à aplicação de leis ambientais e ao zelo pelo seu cumprimento, porém, é essencial que as coletividades dos locais turísticos, assim como os outros agentes de seu desenvolvimento contribuam, igualmente, para a proteção dos atrativos naturais, que estimulam o afluxo dos turistas.” (RUSCHMANN, 1997, p. 27).

Dentre as ações delegadas ao Estado, Ruschimann (1997) apresenta que, além da criação de leis, deve conscientizar e sensibilizar a população. Há formas de mostrar à população a importância da natureza, porém, tem significados diferentes para os segmentos sociais. Para o empreendedor, a natureza é a matéria prima da atividade turística, para o agricultor pode ser a base das atividades diretas, que permitem a subsistência, para os “alternativos”, representa a conexão entre o homem e o espiritual. Nos aspectos históricos e culturais, a natureza também cria significados diversos e complexos.

A utilização dos espaços para o turismo pode causar homogeneização. Estruturar os espaços para atividade turística é respeitar as dinâmicas da sociedade. Há um padrão de homogeneização baseado nos processos globais vigentes que padronizam os lugares e os turistas ou criam localidades desconexas da realidade física. Tomando como exemplo a cidade de Gramado, no Rio Grande do Sul, que mesmo com verões com sensação térmica que ultrapassam os 40 °C consegue proporcionar ao turista uma vivência digna dos meses mais frios das regiões temperadas, através de estruturas como a *Snowland*, um parque temático que proporciona neve de “verdade” para os clientes:

“Vargas (2013), em sua dissertação, abordou a tematização em Gramado e, para ela, isso é um modo de alimentar um imaginário de “disneyficação”. Vargas revela os parques da Walt Disney World, nos

Estados Unidos, influenciam o Natal Luz e o Chocofest. O sujeito 13 (IP) equiparou Gramado com os parques da Disney, devido à tematização dos eventos. Então, a partir do exposto por Vargas, afirma-se que, além de Gramado estar associada ao imaginário de um lugar não brasileiro e ao imaginário de europeização, ainda está vinculada ao imaginário de "disneyficação". (AZAMBUJA, 2017).

A ótica capitalista de mercado é apenas uma lógica, dentre as infinitudes de percepções. A compreensão da natureza como complexa, pelos agentes produtores do turismo e pelo Estado, é uma forma de transcender uma lógica de domínio territorial e integrar a sociedade à atividade dentro de sua própria realidade e não a submeter a uma nova compreensão e percepção de mundo.

3.1.4 Distribuição da oferta turística nas Terras Altas

Uma das etapas para o planejamento turístico é o Inventário Municipal de Turismo. O inventário consiste na coleta de informações para embasar o planejamento. A proposta visa incentivar as prefeituras e os municípios a realizarem um levantamento de toda a estrutura relacionada ao turismo, para que, com esses dados, possa-se produzir planos e estratégias para o desenvolvimento do turismo.

O estado de Minas Gerais adota uma metodologia baseada na proposta elaborada pelo Ministério do Turismo, no ano de 2006, que divide a oferta turística em:

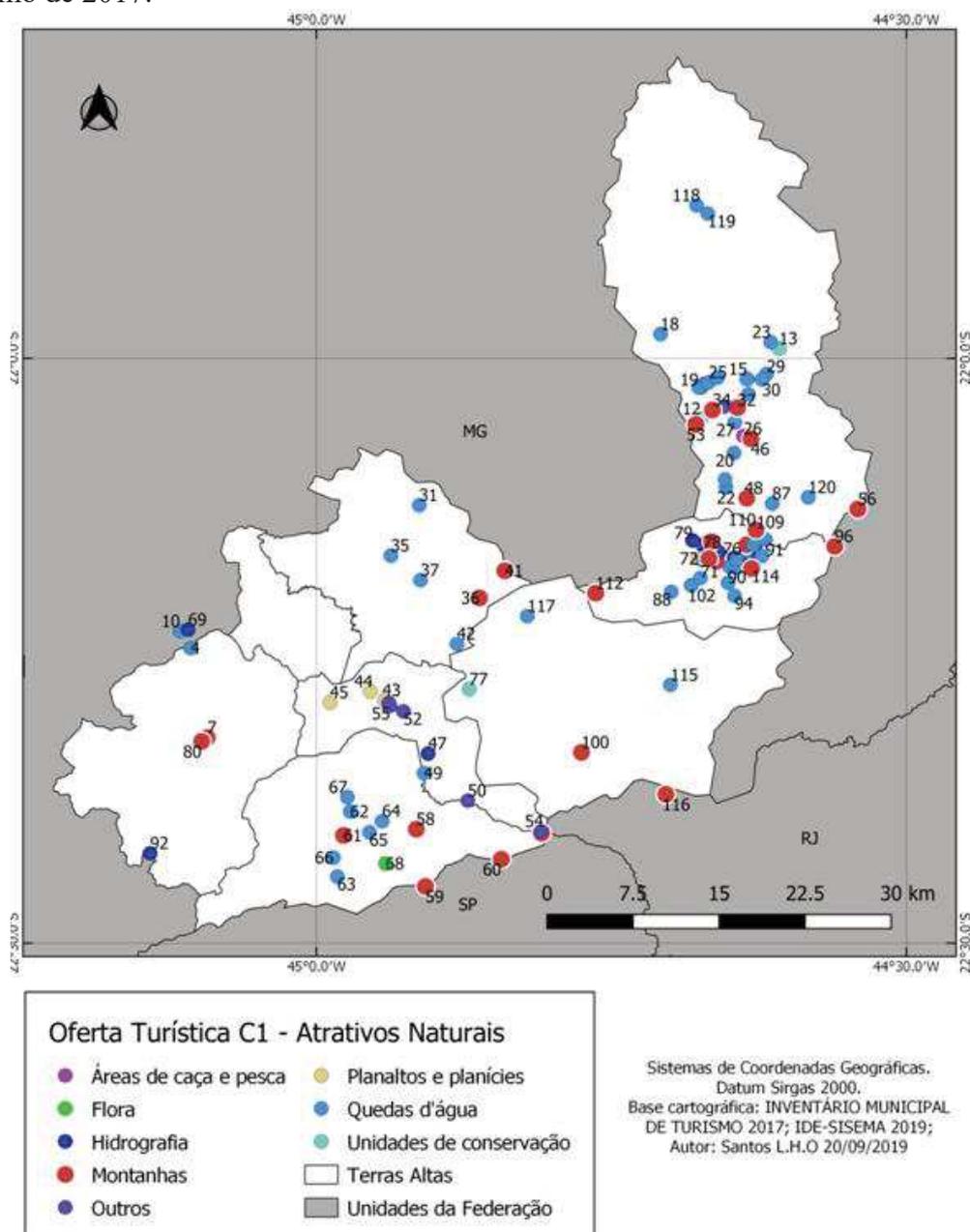
- CATEGORIA A – Infraestrutura de Apoio ao Turismo
- CATEGORIA B – Serviços e Equipamentos Turísticos
- CATEGORIA C – Atrativos Turísticos

A metodologia se intensificou após a proposta de repasse do ICMS turístico (DECRETO Nº 45.403, DE 18 DE JUNHO DE 2010), que garantia recursos para os municípios que realizassem uma série de exigências, entre as quais, ter um Plano Municipal de Turismo e fazer parte de um circuito turístico. Os inventários começaram apenas como ferramentas para a criação dos planos municipais de Turismo e, logo, passaram a ser obrigatoriedade para participar dos circuitos turísticos. Após o último inventário exigido pela Secretaria de Turismo de Minas Gerais SETUR –MG, em 2017, as informações passaram a integrar um banco de dados estadual online.

Uma das críticas à metodologia adotada, é que a grande quantidade de informações recolhida dificulta um diagnóstico mais preciso da localidade, pois a metodologia de análise se torna exaustiva, por depender da sensibilidade da equipe

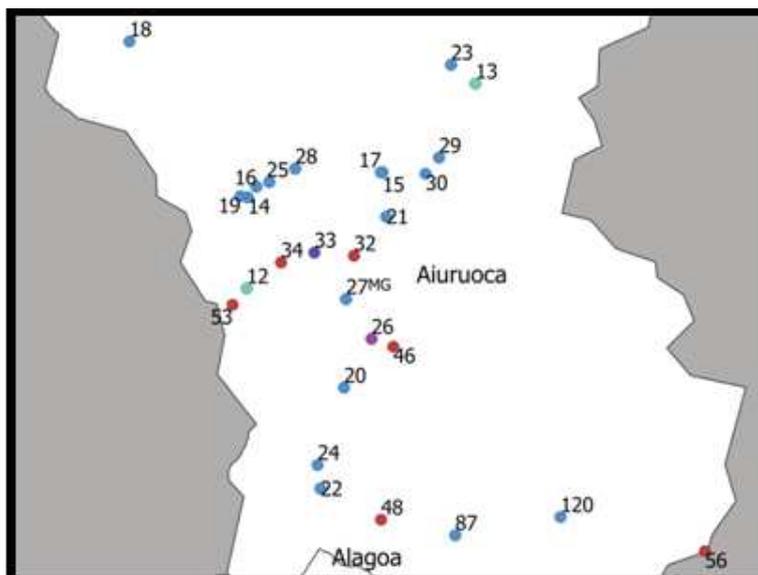
responsável pelo projeto. O desenvolvimento de uma metodologia, que avaliasse os elementos dentro de seu contexto, é fundamental para a eficiência dos inventários. No inventário exigido pela SETUR-MG, em 2017, exigiu-se que os municípios georreferenciassem os pontos. Com esses dados, é possível criar um mapa com as informações, possibilitando localizar os atrativos turísticos naturais da região e os classificar pelo seu tipo (Figuras 21, 22, 23 e 24; tabela 04):

Figura 21: Distribuição da oferta turística segundo os Inventários municipais de turismo de 2017:



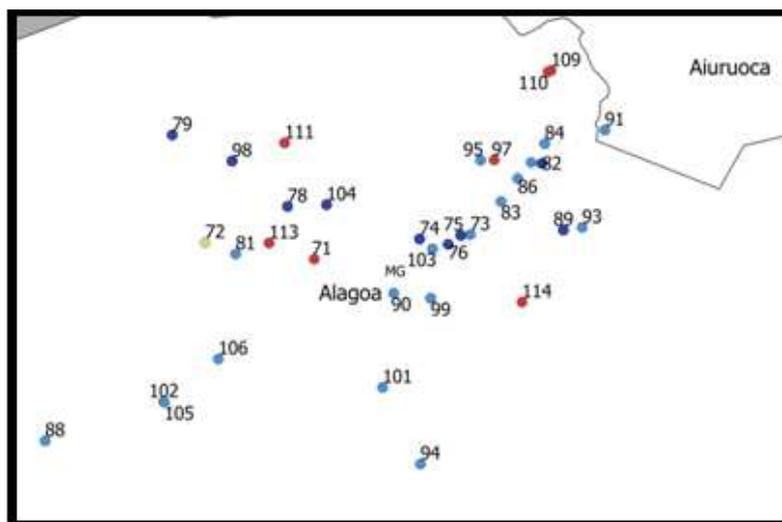
Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 22: destaque para os pontos no município de Aiuruoca:



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 23: destaque para os pontos no município de Alagoa:



Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 04: Nome dos atrativos naturais:

Número	Nome popular
1	Cachoeira do Caeté
2	Cachoeira dos Marques
3	Cachoeira do Pouso Frio
4	Cachoeira do Mingú
5	Pedra da Rachadura
6	Pedra da Maria Isabel
7	Pico do Cruzeiro
8	Pico do Varjão
9	Toca da Onça

10	Cachoeira da Pedra da Tartaruga
11	Poço da Celeste
12	Parque Estadual da Serra do Papagaio
13	Serra da Mantiqueira
14	Cachoeira dos Garcias
15	Cachoeira da Usina
16	Cachoeira da Esperança
17	Cachoeira da Antiga Usina
18	Cachoeira da Piciliana

19	Cachoeira da Prainha dos Garcias
20	Poço das Fadas
21	Cachoeira do Batuque
22	Cachoeira do Fundo
23	Cachoeira do Gito
24	Cachoeira do Meio
25	Cachoeira do Tiziu
26	Cachoeira dos Macacos
27	Cachoeira Três Marias
28	Poço do Joaquim Bernardo
29	Cachoeira Deus me Livre
30	Poço do Divino
31	Cachoeirão
32	Pico do Papagaio
33	Pedra Quadrada
34	Santuário
35	Cachoeira do Florentino
36	Cachoeira da Pedra Preta
37	Cahoeirinha
38	Pico dos Três Estados
39	Pedra Preta
40	Serra do Rachado
41	Serra de Pouso Alto
42	Cachoeira do Coura
43	Pedra da Embocadura
44	Pedra da Poeira
45	Pedra Preta
46	Morro do Pinhal
47	Maluquinho
48	Morro do Rincão
49	Cachoeira Vô Delfim
50	Alto das Posses
51	Trilhas da Rota Eco Turística do Bom Sucesso
52	Trilhas da Rota Eco Turística do Jardim
53	Retiro dos Pedros
54	Travessia da Serra Fina
55	Trilha Volta das Porteiras
56	Morro Verde
57	Cachoeira dos Padres
58	Campo do Muro
59	Capim Amarelo
60	Pedra da Mina
61	Pico do Itaguaré

62	Andorinhão
63	Usina Velha
64	Cachoeira do Pinho
65	Cachoeira do "X"
66	Manacá
67	Poço do Quilombo
68	Ingazeiro
69	Prainha do Morangal
70	Corredeiras da Itaoca
71	Conjunto Paisagístico do Garrafão
72	Mirante das Araucárias
73	Corredeiras da Mineração
74	Ribeirão dos Campos
75	Ribeirão Vermelho
76	Rio Aiuruoca
77	APA da Mantiqueira
78	Lagoa do Garrafão
79	Poção dos Mudos
80	Morro da Torre
81	Quedas do Alto Quilombo
82	Areião
83	Cachoeira da Encantada
84	Cachoeira Quedas do Água Preta
85	Cachoeira da Rosalina
86	Cachoeira das Borboletas
87	Cachoeira das Três Quedas
88	Cachoeira das Voltas
89	Poço das Saboneteiras
90	Cachoeira do Ingá
91	Cachoeira do Veloso
92	Rio Lourenço Velho
93	Cachoeira do Zé Guedes
94	Alto das Corredeiras da Itaoca
95	Cachoeira do Zé Pena
96	Mitra do Bispo
97	Pedra da Campina
98	Poço das Turmalinas
99	Cachoeira da Baía
100	Pedra do Picu
101	Cachoeira da Boa Vista
102	Cachoeira da Ponte Funda
103	Cachoeira da Serra
104	Poço da Mineração

105	Cachoeira da Toca
106	Cachoeira do Facão
107	Cachoeira do João Lico
108	Cachoeira do Zé Bernardes
109	Pedra do Gavião
110	Pedra do Segredo/Pedra do Juquinha
111	Pico do Chorão
112	Pico Santo Agostinho
113	Serra do Condado

114	Serra do Mané Joaquim
115	Cachoeira da Fragária
116	Parque Nacional do Itatiaia
117	Cachoeira do Escorrega
118	Cachoeira do Bananal
119	Cachoeira da Lage
120	Cachoeira do Tatu
121	Parque Nacional do Itatiaia

Fonte: Tabela elaborada pelo autor como base nos dados da ATAM. Inventário Municipal de Turismo de 2019:

Figura 24: Exemplos da oferta turística da região.



A – Cachoeira no município de Virgínia. B- Visão do pico do Santo Agostinho entre Alagoa e Aiuruoca. C - Montanhista na Pedra do Sino no Parque Nacional de Itatiaia. D - Montanhistas na Pedra da Mina em Passa Quatro. **Fonte:** Acervo pessoal.

Um estudo integrado dos mapas físicos, associados aos pontos, permite descobrir mais sobre as especificidades dos atrativos. Ajuda a compreendê-los dentro de uma estrutura física complexa, que transpassa a delimitação territorial do uso dos

atrativos. Um exemplo simples é a utilização de uma determinada parte de um rio para a criação de um complexo de balneários, porém, a montante, há a formação de uma estrutura urbana e industrial, ou qualquer outra coisa, que comprometa a qualidade da água. Além de inviabilizar a qualidade ambiental, também inviabiliza o desenvolvimento do turismo.

Outra perspectiva dentro de um pensamento complexo, e que pode ser visualizada, através das ferramentas de georreferenciamento, é a possibilidade de visualizar as estruturas de forma integrada. Como exemplo, o mapa da **figura 21** mostra a proximidade de alguns pontos, que podem permitir a estruturação de um agrupamento de atrativos os quais trabalhem de forma integrada, por exemplo, os pontos localizados entre Alagoa e Aiuruoca, onde poderiam se organizar de forma conjunta a estruturação da localidade para viabilizar o acesso da demanda, em busca das cachoeiras e cumes, atrativos que ali se estabelecem. Outro exemplo é pensar um planejamento integrando os patamares de cimeira, que se destacam nos pontos culminantes, e, devido a sua peculiaridade, já têm atraído montanhistas para a localidade. Além da possibilidade de agregar conhecimento aos atores envolvidos na atividade turística, o conhecimento da estrutura física da área também permite a delimitação das áreas prioritárias para intervenção e que devem ter muita atenção dos órgãos gestores.

Como pontos negativos, fica evidente, no mapa, a falta de critério. Com um estudo prévio é possível identificar que alguns municípios inventariaram os produtos turísticos prontos para a atividade, e outros inventariaram os atrativos potenciais, que ainda não contam com estrutura. Outro ponto foi que, alguns atrativos estavam georreferenciados de forma equivocada, transcendendo os limites do circuito. Havia pontos georreferenciados a mais de 100 km do município. No processo de obtenção dos dados havia uma cobrança da secretaria de estado sobre os circuitos e os municípios, para garantir a qualidade do material. Na maioria dos casos, os municípios contrataram equipes especializadas para realizar o inventário, mas, mesmo assim, independente do grau de profissionalismo, as particularidades comuns a cada equipe proporcionaram produtos diferentes. Uma proposta para diminuir este problema, é que as equipes contratadas para a realização do inventário se reúnam antes da aplicação para alinhar a metodologia de acordo com a necessidade do circuito.

Os aspectos físicos são a primeira parte do estudo. O próximo tópico tem como objetivo apresentar como essas estruturas físicas são apropriadas pelas populações humanas e busca apresentar as relações territoriais, que se estabelecem na localidade,

tanto no processo de formação histórica, quanto nos processos de estruturas de poder entre as variadas sobreposições hierárquicas políticas administrativas da localidade. Há, até mesmo de forma imaterial e subjetiva, forças que disputam os espaços.

3.2 PROCESSOS DE OCUPAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NA PRODUÇÃO DOS TERRITÓRIOS (TERRITÓRIO):

Dentro da proposta de território apresentada pelas reflexões em Haesbaert (2004), as informações que se sucedem apresentarão o território como um híbrido. No primeiro tópico será esboçado o processo de formação histórico da Mantiqueira, através de documentos e referências sobre o processo de ocupação. No segundo tópico, haverá um foco no processo histórico individual de cada município e suas características socioeconômicas. O terceiro tópico destaca o uso e a ocupação das terras da localidade. No tópico seguinte, será apresentada uma reflexão sobre as estruturas físicas e ambientais para um processo de Desenvolvimento Sustentável, através de uma estruturação territorial.

Para finalizar, os dois últimos tópicos apresentam políticas públicas, que criam situações específicas quanto à utilização e à regulamentação da área. Um tópico é focado na política, que abrange a política de Unidades de Conservação e abarca grande parte da área, restringindo e direcionando as funções territoriais. O outro, apresenta a Política de Circuitos Turísticos, que, apesar de ser a norteadora deste trabalho, deve ser considerada como uma força que se apropria de territórios delegando-os novas funções.

3.2.1 Processo histórico de ocupação da região

A região foi visitada pelo botânico Auguste de Saint-Hilaire, que, de passagem, realizou vários registros sobre a localidade, sempre enfatizando aspectos físicos e humanos. Vez ou outra, em seus comentários, é possível observar algumas especificações geográficas. Como, por exemplo, quando descreve a sua passagem por Passa Quatro:

“Desde que viajo na capitania de Minas, talvez nada visse de mais bello do que a região hoje atravessada. Seguimos um valle bastante largo, cercado de montanhas pittorescas ,e coberto de árvores no meio das quaes se destaca sempre a magestosa araucaria. Este valle é regado por um rio que dá mil voltas e pelo qual passa quatro vezes

citações sobre a Mantiqueira. Afirma que as estrias (gargantas) da Mantiqueira serviram como vias de comunicação para a ocupação de Minas Gerais. Descreve, em um fragmento, como a região teve o início de sua ocupação derivado da mineração e, depois, toma os rumos da agricultura e da pecuária, devido à proximidade com o Rio de Janeiro.

“Vejamos a outra direção que toma a expansão dos ”generalistas“: para o sul, em direção da Mantiqueira, que aí separa a capitania do Rio de Janeiro e de São Paulo. Nesta área, que formará mais tarde o chamado Sul de Minas, a mineração espalhará, como referi, alguns núcleos agrupados em torno das ”minas do Rio Verde” e as ”do Itajubá”. Mas em fins do século, é só em Campanha, elevada a vila em 1798, que se mantinha ainda alguma atividade mineradora. A região tomara outro rumo. A agricultura e a pecuária aí se instalaram com grande sucesso, tornando-se, entre outros, fornecedores do importante e próximo mercado do Rio de Janeiro. A isto acresce a cultura do fumo, que se praticava, sobretudo, em Baependi, Airuoca e Pouso Alto, e que tem certa importância. Em suma, trata-se de uma das zonas do país que já em princípios do séc. XIX oferecem maiores perspectivas.”(PRADO JÚNIOR, 1972, p. 78).

O autor descreve uma questão territorial que se estabelece na região. Como ainda as capitanias não tinham seu território bem definido, os processos de ocupação se intensificam e autoridades buscam se estabelecer em novos territórios pouco povoados, gerando alguns conflitos.

“Assinalo aqui estes aspectos da prosperidade da região para explicar o adensamento da população que aí se verifica desde o último quartel do séc. XVIII. Aliás esta corrente demográfica que se encaminha para o sul da capitania lhe ultrapassa os limites, e invade São Paulo. A longa questão das divisas entre as duas capitanias, províncias e ainda como Estados, só resolvida definitivamente em 1936, tem aí sua origem. Atrás dos povoadores vinham as autoridades locais ocupar administrativamente territórios ainda mais ou menos vagos e imprecisos; a parte fetardatária protesta, alegando direitos mais antigos, mas só ”direitos”... Assim se iniciou a maior parte dos numerosos litígios de fronteiras interestaduais, que vieram até hoje. No caso em debate, é certo que os sertanistas de São Paulo foram os primeiros a se estabelecerem no sul de Minas, como, aliás, na capitania toda, que é criação destes primeiros descobridores e exploradores do ouro. Mas cessaram depois as incursões, o território mineiro se separara de São Paulo.” (PRADO JUNIOR, 1972, p. 78).

Continua com um trecho descrevendo como que, com o esgotamento do ouro, as populações migram para outras áreas, e as estruturas administrativas as seguiram, estabelecendo territórios além dos limites puramente teóricos. Em outro ponto do livro

faz uma descrição dos aspectos físicos da região, enfatizando os aspectos hídricos e como isso cria um ambiente favorável para as estruturas rurais:

“Não é com este setor que me ocuparei aqui; mas com a parte meridional da capitania, compreendida na bacia do Rio Grande e que constituía então a comarca do Rio das Mortes. O que caracteriza esta região, em confronto com os sertões do Nordeste, é, em primeiro lugar, a abundância de água. Rios volumosos, como o rio Grande e seus principais afluentes, Mortes, Sapucaí, Verde, ramificados todos numa densa rede de cursos d’água, todos ao contrário dos do Nordeste, perenes; uma pluviosidade razoável e bem distribuída fazem desta região, em oposição à outra, uma área de terras férteis e bem aparelhadas pela Natureza para as indústrias rurais.” (PRADO JUNIOR, 1972, p. 198)

Sobre os relevos e a vegetação descreve:

“Se bem que o relevo seja aí mais desigual, grandemente recortada que e de serras quase sempre ásperas e de difícil trânsito, o que sobra e se estende em terrenos apenas ondulados é largamente suficiente para o cômodo estabelecimento do Homem. A vegetação também o favorece, particularmente para os fins da pecuária. A densa mata que cobre a serra a leste e a sul, e que vem desde o litoral, interrompe-se nestas altitudes, que oscilam em torno dos mil metros, e dá lugar a capões apenas, que se refugiam nos fundos úmidos e abrigados, deixando os altos descobertos, com uma vegetação herbosa que dá boa forragem.” (PRADO JUNIOR, 1972, p. 198).

O autor afirma que as condições naturais proporcionam ao Sul de Minas circunstâncias favoráveis às atividades agropecuárias. Isto proporciona a criação de uma estrutura focada, principalmente na criação de gado para abastecer os mercados, durante o ciclo da mineração.

Quando faz um estudo mais profundo sobre as vias de acesso do que hoje é chamado de região sudeste, enfatiza a Serra da Mantiqueira como um segundo degrau a ser transpassado para chegar ao interior do Brasil, logo após vencer a Serra do Mar.

“O segundo degrau, a Serra da Mantiqueira, se ascende por várias gargantas, das quais, a mais importante e mais transitada, é a do Embaú ou garganta do Registo, por se ter instalado um aí, e que é a passagem hoje da rodovia que do vale do Paraíba demanda o sul de Minas; e que, no alto da serra, desemboca no vale do rio Verde. Antonil, em princípios do séc. XVIII, já descreve este caminho, e assinala o seu percurso até as minas do centro da capitania que em seu tempo começavam a ser lavradas.” (PRADO JUNIOR, 1972, p. 24).

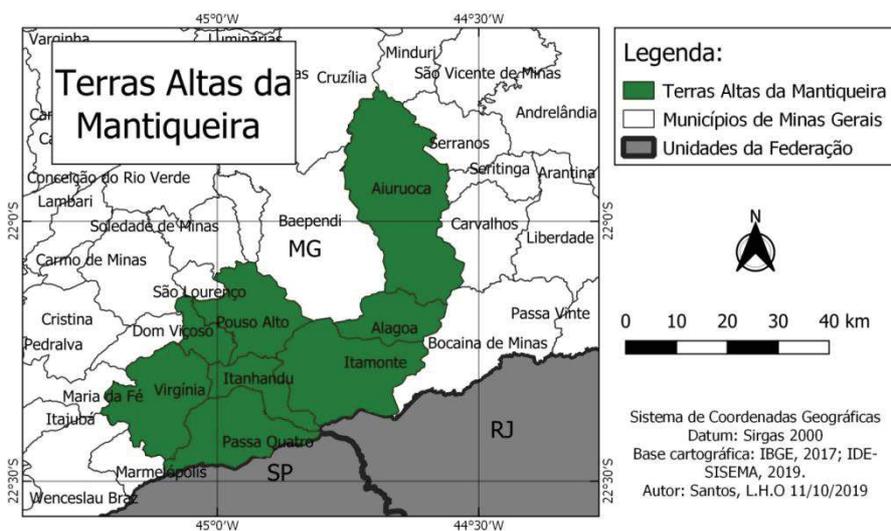
De forma resumida, a região teve o seu processo de ocupação iniciado com as investidas dos bandeirantes para o interior do Brasil. Porém, só se consolidou com o ciclo da mineração, pois, a região, além de ser um ponto de passagem para o escoamento do ouro, também se torna estratégica para a produção rural.

É interessante observar que vários textos não fazem referência aos indígenas da região, como se as localidades fossem vazios demográficos. Alguns textos (SCARAMELLA, 2011), (OLIVEIRA, 2015), fazem referências às populações indígenas que viviam no Vale do Paraíba e na Serra da Mantiqueira, mas, que foram se diluindo dentro do processo de ocupação. Os mais citados são os Puris e os Goytacazes.

3.2.2 Divisão política: aspectos políticos e econômicos

Outra forma de fazer um levantamento dos aspectos territoriais, é realizando um levantamento das informações de cada município. O IBGE proporciona, em seu site, uma grande referência de informações. Os dados obtidos a seguir foram extraídos do site do IBGE, com o objetivo de fazer um levantamento socioeconômico e histórico de cada município, para avaliar as peculiaridades no processo de formação histórica e as características socioeconômicas que podem ser de importância para o turismo. O mapa da **figura 26** tem como objetivo apresentar, não só as Terras Altas, mas, também, os municípios que estão ao entorno, pois o processo de formação territorial derivou de uma fragmentação de municípios, como, por exemplo, Baependi e Pouso Alto.

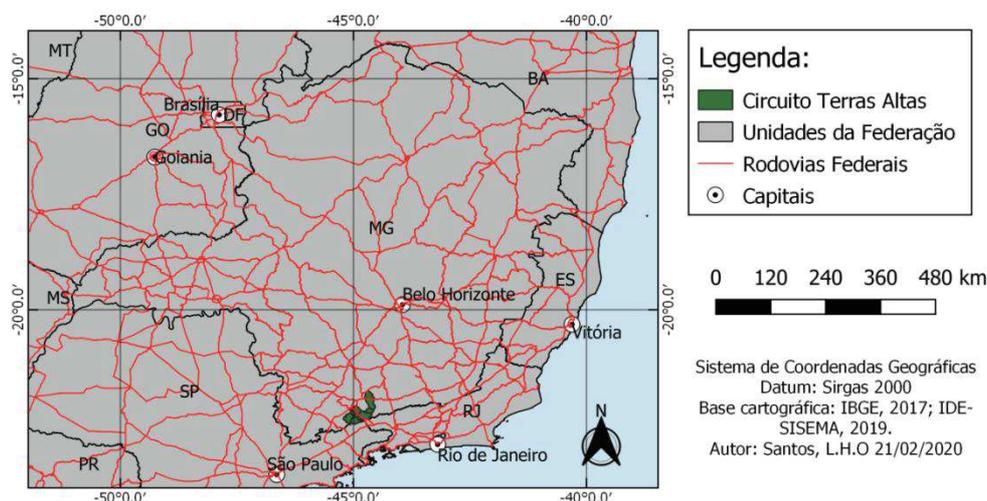
Figura 26: Terras Altas da Mantiqueira e municípios ao entorno:



Fonte: Elaborado pelo autor

O circuito se localiza em uma região estratégica, pois está entre o eixo Rio – São Paulo – Belo Horizonte. Essa proximidade com as grandes capitais e com as redes de transporte rodoviário, é um potencial para o desenvolvimento do turismo, devido à proximidade e à facilidade dos turistas acessarem essa região (**figura 27**).

Figura 27: Circuito Terras Altas da Mantiqueira em relação às capitais mais próximas:



Fonte: Elaborado pelo autor

As tabelas dispostas no anexo A foram feitas com bases na transcrição direta de dados do IBGE e apresentam dados socioeconômicos e informações sobre os processos históricos na formação dos municípios.

Os dados levantados pela descrição do IBGE (tabela 05) são de grande valor para compreender a região em um contexto histórico do Brasil, associando a ocupação aos grandes processos monocultores e à de exploração dos recursos minerais. Porém, as especificações são rasas e inconsistentes no século XX. Pouco foi citado sobre a importância da região na revolução constitucionalista de 32, que teve o túnel da serra em Passa Quatro como um marco, não só na região, como no contexto nacional.

A linha férrea também serviu para outro tipo de modificação espacial. Com a facilidade de transporte oferecida pelas redes, algumas cidades começaram a desenvolver uma indústria baseada no processamento de produtos, como, por exemplo, o leite. Surgiram fábricas de laticínios, que produzem derivados de leite, principalmente em Itanhandu.

Tabela 05: Dados socioeconômicos dos municípios das Terras Altas da Mantiqueira e Virgínia. Tabela com base nos dados do IBGE (2019).

População	Alagoa	Aiuruoca	Itanhandu	Itamonte	Passa Quatro	Pouso Alto	S S do Rio Verde	Virgínia	Total/ Média
População estimada [2019]	2.674	6.003	15.331	15.579	16.344	5.940	2.241	8.674	72.786 (Total)
População no último censo [2010]	2.709	6.162	14.175	14.003	15.582	6.213	2.110	8.623	69577,00 (Total)
Densidade demográfica [2010] (hab/km ²)	16,79	09,48	98,87	32,43	56,21	23,62	23,23	26,41	23,62 (Média)
Trabalho e Rendimento									
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]	2	1,9	1,8	2,1	1,8	1,8	1,8	1,5	1,84 (Média)
Pessoal ocupado [2017]	406	753	4.225	3.390	3.482	1.354	423	1.343	15.376 (Total)
População ocupada [2017] (%)	14,8	12,1	27,6	22	21,1	21,9	18,8	15,1	19,18 (Média)
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010] (%)	41,4	35,2	29,6	33,1	34,4	35,4	36	41,7	35,85 (Média)
Economia									
PIB per capita [2016] (R\$)	11.406,39	15.846,50	26.494,54	47.306,65	19.242,18	24.586,97	11.075,41	13.679,81	21.204,81 (Média)
Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	84,4	92,1	0,81	87,9	–	88,1	94,4	-	
(IDHM) [2010]	0,649	0,668	0,739	0,705	0,715	0,710	0,676	0,651	0,676 (Média)
Total de receitas realizadas [2017] R\$ (×1000)	15.332,40	17.722,73	47.438,29	40.900,26	41.167,59	20.329,87	12.883,92	21.752,19	217.527,25 (Total)
Total de despesas empenhadas [2017] R\$ (×1000)	13.926,43	15.580,47	43.611,17	37.643,54	36.294,16	17.631,98	11.620,59	16.991,17	193.299,51 (Total)

Sintetizando os dados, é possível observar que a região derivou de três bases de colonização mais antigas (Pouso Alto, Aiuruoca e Cristina), que foram fundadas na localidade por garimpeiros em busca de ouro, mas, depois, basearam sua economia na agropecuária. Dados em consonância ao que Prado Júnior (1972) esboçou sobre toda a região do Sul de Minas e da Mantiqueira.

Do município de Pouso Alto, derivaram os municípios de Itanhandu, Itamonte, São Sebastião do Rio Verde, Pouso Alto e Passa Quatro. Aiuruoca e Alagoa derivaram da fragmentação de Baependi. O município de Aiuruoca, após sua fundação, foi dividido em outros municípios. De onde se derivou Alagoa, Liberdade, Carvalhos, Passa Vinte, Bocaina de Minas e Serranos.

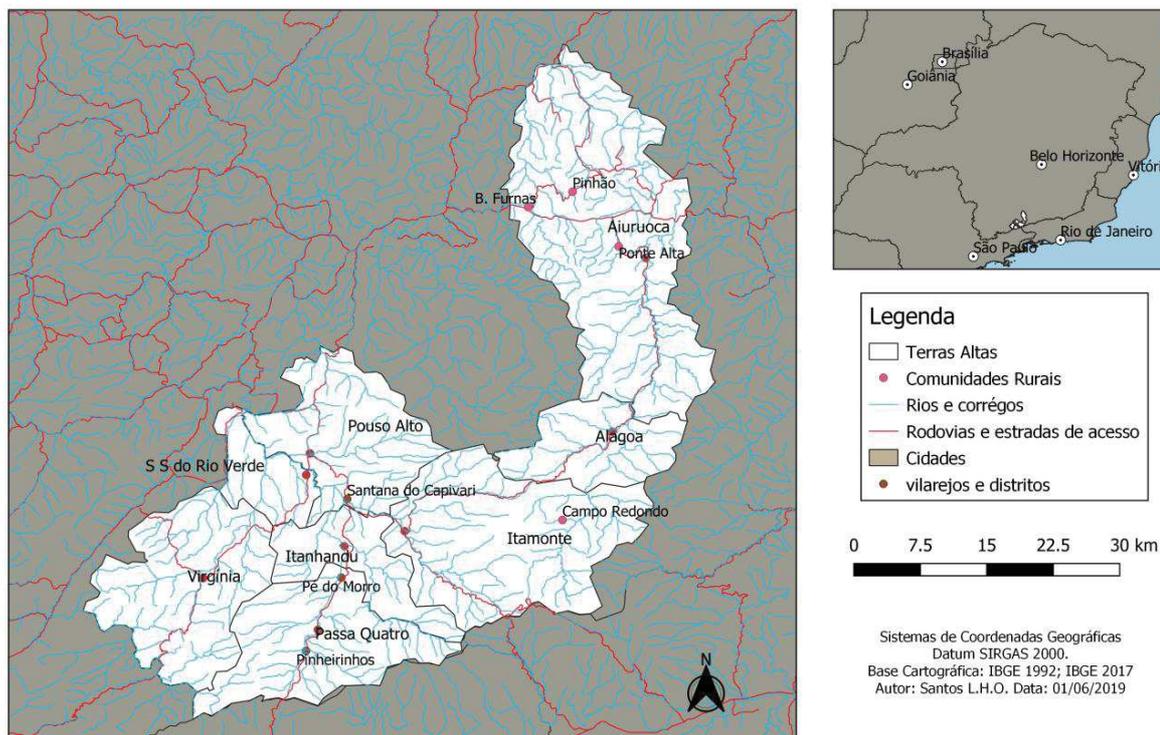
Sobre os dados da tabela 5, é possível observar que a população de alguns municípios conta com uma estimativa de redução. Nos municípios de Alagoa e Aiuruoca, observando as pirâmides etárias dos municípios, disponíveis no Plano de Manejo da APA da Mantiqueira (2019), é possível observar um número reduzido de jovens com a faixa etária superior aos 20 anos. Há, visivelmente, uma evasão dos jovens em busca de oportunidades de emprego e de estudo em outras localidades. De acordo com os dados históricos citados, na justificativa de criação do município de Alagoa, a cidade tinha aproximadamente 4.000 habitantes. Hoje, a população é menor do que o apresentado no dado de 1855. Por outro lado, Passa Quatro se destaca com o município com a maior população, enquanto Itanhandu tem a maior densidade demográfica.

Quanto aos rendimentos, Virgínia apresenta a pior média de salários (1,5) e Itamonte apresenta a melhor (2,1). No geral, é muito baixa a porcentagem de população ocupada (19,18), chegando a 12,1% no município de Aiuruoca e a maior taxa (27,6) é do município de Itanhandu. Virgínia e Alagoa têm mais de 40% de sua população com rendimentos até meio salário-mínimo.

O PIB per capita é em média R\$21.204,81, com o município de Itamonte destoando, positivamente, bem acima da média (47.306,65). O resultado desses dados são IDMH, abaixo do IDH nacional de 0,759, tendo Itanhandu com o melhor indicador (0,739) e Alagoa o pior (0,649).

Um ponto a se destacar é como a região se apresenta desconexa das redes de transportes. Apesar da **figura 28** apresentar as rodovias em vermelho, nem todos os pontos são asfaltados, ou apresentam boas condições de acesso. São visíveis que os melhores trechos das rodovias são os que ligam os municípios, aos pontos que, historicamente, eram sedes das localidades.

Figura 28: Mapa de rodovias e acesso aos Municípios das Terras Altas:



Fonte: Elaborado pelo autor

Historicamente, vários acessos que hoje são asfaltados, eram caminhos de bandeirantes, ou caminhos para o escoamento do ouro. De acordo com a demanda histórica, na década de 50, alguns acessos foram asfaltados sobre a política de mobilidade rodoviária, incentivada pelo desenvolvimento industrial automobilístico. Porém, há ainda lugares, como o município de Alagoa, que não tem acesso 100% asfaltado. Mesmo o município estando a 30 km de Aiuruoca, estabelece maior proximidade econômica e comercial com o município de Itamonte, que está a 50 km de distância. Essa situação pode ser justificada, devido ao município ter pertencido à Itamonte, muito mais recentemente, que à Aiuruoca. Detalhe que o acesso ao município de Alagoa por Aiuruoca é por estrada de terra e o acesso em melhores condições é por Itamonte, onde há asfalto em boa parte do trajeto.

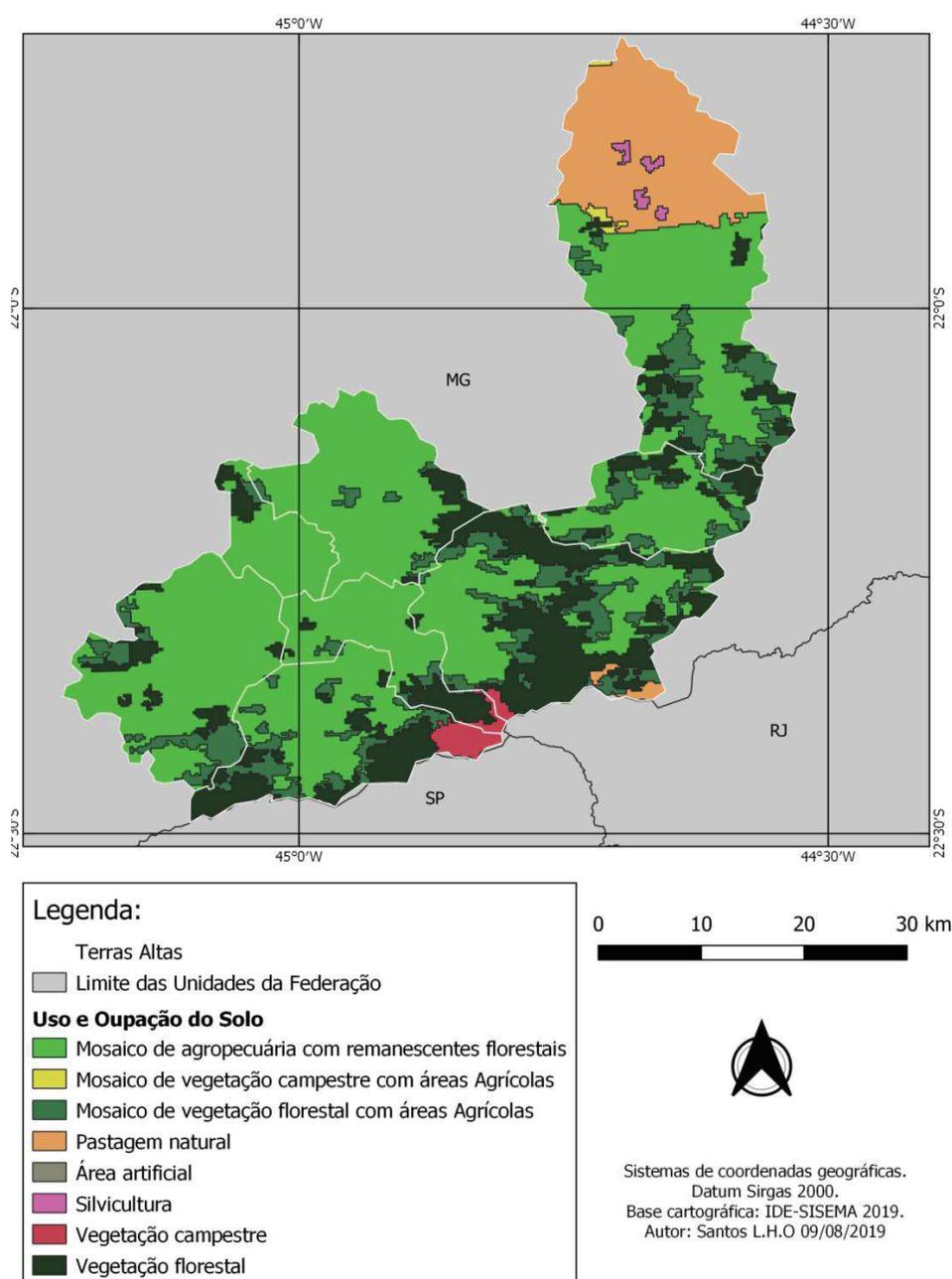
O único acesso direto de Aiuruoca para os outros municípios do Circuito é pela estrada de terra que liga a Alagoa. Para acessar os outros municípios por asfalto, é necessário seguir por aproximadamente 100 km de rodovias, passando pelos municípios de Baependi e Caxambu.

O município de Virgínia deriva do município de Cristina. Detalhe que o único acesso por asfalto ao município é por Pouso Alto, ponto onde se conecta com a rodovia MG 354.

3.2.3 Uso e ocupação

Além das características históricas e estruturais, o espaço geográfico se configura como a materialidade territorial disposta no cotidiano, e se manifestam de acordo com a forma que o ser humano modifica a natureza para suprir a sua necessidade. Dessa forma, tendo como base o banco de dados do IDE-SISEMA, foi possível produzir um mapa de uso e ocupação da localidade, o qual segue expresso na **figura 29**.

Figura 29: Mapa de uso e ocupação realizado com base nos dados do IDE-SISEMA (2019):



Fonte: Elaborado pelo autor

No mapa, é possível observar que as áreas localizadas nos pontos culminantes são dominadas por vegetação preservada. Há estruturas intrusivas, porém, a maior parte da região é formada por grandes blocos falhados, com afloramento granítico, que apresentam estruturas de neossolo nos pontos mais altos e de latossolos nas áreas mais baixas. Com a variação dos solos, formações vegetais e aspectos climáticos locais, a agricultura e a pecuária se distribuem na paisagem, de acordo com os componentes e as técnicas desenvolvidas para a utilização como recursos.

As elevadas altitudes, em relação ao relevo brasileiro, têm incentivado agricultores a cultivarem oliveiras e produtos não tão comuns à tropicalidade brasileira. Há um domínio de áreas campestres em altitudes elevadas de difícil acesso, onde não há atividades. Historicamente, a área do que corresponde ao Parque Nacional de Itatiaia já foi utilizada como pastagem. Na atualidade, a área é protegida, porém, há fragmentos no entorno que são utilizados pelos moradores. Na parte norte de Aiuruoca, as estruturas litológicas e vegetais têm características diferenciadas em relação ao restante da área em análise, aparentando uma zona de transição, para um domínio paisagístico de campos, que são utilizados para a pastagem. A estrutura que mais domina a região é a agropecuária com remanescentes florestais. A imagem das pastagens com gado leiteiro, organizados em sistemas extensivos de produção com fragmentos florestais, é algo frequente na região.

3.2.4 Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)

Outra fonte que buscou integrar os aspectos físicos e humanos em suas análises foi a proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). A metodologia foi proposta pelo governo federal, com o objetivo de buscar o desenvolvimento sustentável do país. A execução do trabalho é feita em parceria com o governo federal, estadual e quinze instituições públicas como, por exemplo, a Agência Nacional de Águas (ANA) e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA).

O Desenvolvimento Sustentável é definido como “*o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro*”. (CMMAD, 1988). A utilização desta metodologia tem sido comum na elaboração de Planos de Manejo, como, por exemplo, da Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira e tem como objetivo avaliar diversos fatores naturais e humanos para a elaboração de um zoneamento, que possibilite um mapeamento de potencialidades e

fragilidade das localidades para o desenvolvimento de atividades econômicas. Segundo Scolforo, et al. (2008):

“O ZEE é a busca de uma ferramenta clara para que a sociedade civil e os empreendedores conheçam as vulnerabilidades e potencialidades de cada local ou região as quais, ao serem fundidas, possibilitem o estabelecimento de zonas de desenvolvimento que tenham como base a homogeneidade dos atributos naturais e sociais. Nesse contexto ele é uma regra clara para que os empreendedores saibam de antemão as peculiaridades e as exigências ambientais para se instalarem num dado local.”

Segundo o site do Ministério do Meio Ambiente (MME), o ZEE do estado de Minas Gerais já foi realizado. O site detalha que a escala usada foi a 1:250.000, e que a aprovação ocorreu por meio da Deliberação Normativa nº 129/2008 do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam). A utilização dos dados pode ser expressa da seguinte forma: *“Em 2009, foi publicada a Diretiva Copam nº 02, que tem como um de seus fundamentos a utilização do ZEE na revisão das normas regulamentares do Copam, especialmente àqueles referentes aos mecanismos e critérios para a classificação de empreendimentos e atividades modificadoras do meio ambiente, sujeitos à regularização ambiental.”* (MMA, 2019)

A elaboração foi coordenada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) e a execução foi realizada pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). O material está disponível em um site próprio, que integra o IDE-SISEMA.

Segundo Scolforo, et al. (2008), a proposta se iniciou da seguinte forma:

“Nas primeiras etapas deste zoneamento foram gerados diagnósticos da vulnerabilidade natural e da potencialidade social para as regionais administrativas do Conselho de Política Ambiental - COPAM, os quais se encontram detalhados em duas obras publicadas concomitantes a esta (SCOLFORO et al., 2008a, 2008b). Em um sistema de informações georreferenciadas, esses diagnósticos mostram a variação espacial das condições naturais e sociais, fornecendo uma importante ferramenta para o planejamento e gestão territorial.” (SCOLFORO et al, 2008, p. 7).

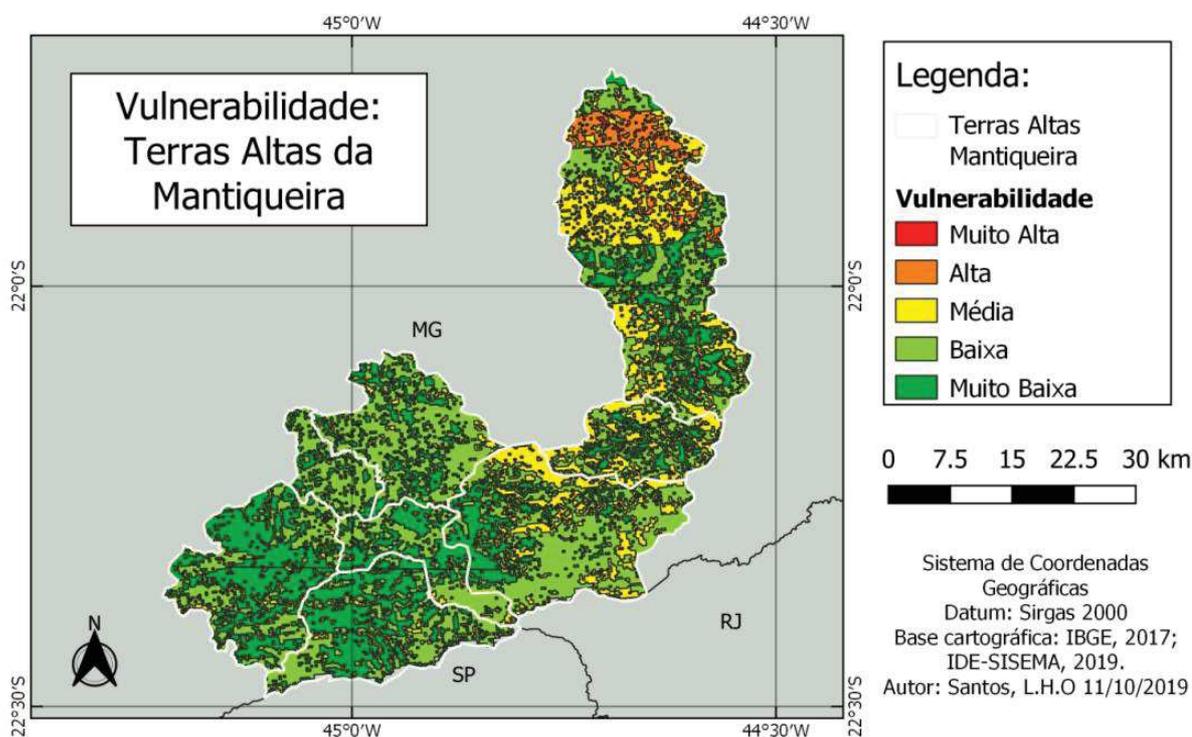
Segundo o autor, a vulnerabilidade natural é compreendida como: *“a incapacidade de uma unidade espacial resistir e/ou recuperar-se, após sofrer impactos decorrentes de atividades antrópicas consideradas normais”*. (SCOLFORO et al, 2008, p. 8). E a potencialidade social é compreendida como: *“o conjunto de condições atuais, medido pelas dimensões produtiva, natural, humana e institucional, que determina o ponto de partida de um município ou de uma microrregião para alcançar o desenvolvimento sustentável.”* (SCOLFORO et al, 2008, p. 8).

A ideia é que os diagnósticos não criem medidas que impossibilitem a utilização das áreas, mas ajudem gestores a conhecerem melhor as potencialidades e riscos da sua localidade. A proposta tem como base realizar um levantamento natural e um levantamento social das áreas, produzindo cartas sínteses. No caso de Minas Gerais, o diagnóstico da vulnerabilidade natural considerou os seguintes fatores: integridade da flora, integridade da fauna, susceptibilidade dos solos à contaminação, susceptibilidade dos solos à erosão, susceptibilidade geológica à contaminação das águas subterrâneas, disponibilidade natural de água e condições climáticas.

Para a utilização prática da metodologia neste trabalho, foram elaborados mapas com o software Qgis. Os dados do ZZE de Minas Gerais foram baixados em shapefile do site do IDE-SISEMA. Além dos mapas, as tabelas apresentadas são recortes do trabalho de Scolforo *et al* (2008), que facilitam a compreensão dos resultados obtidos pelos pesquisadores.

A **figura 30** apresenta como as Terras Altas da Mantiqueira são avaliadas por essa metodologia. O domínio é de áreas de baixa vulnerabilidade, porém, destaque para a região ao norte, no município de Aiuruoca, que apresenta alguns pontos caracterizados com a vulnerabilidade alta, ou muito alta.

Figura 30: Mapa de vulnerabilidade das Terras Altas com base no ZZE:



Fonte: Elaborado pelo autor

A tabela 06 foi montada com os dados de Scolforo *et al* (2008), apresentando como os autores classificam cada área de classificação. Os fatores não estão ligados apenas às características naturais das localidades, mas, à forma que as áreas são utilizadas e como as atividades antrópicas refletem na própria sociedade:

Tabela 06: Classes de vulnerabilidade natural:

<p>• <i>Situação Atual das Áreas com Vulnerabilidade Natural Muito Alta:</i> Nessa classe de vulnerabilidade, as áreas apresentam sérias restrições quanto à utilização dos recursos naturais, pelo fato de encontram-se altamente vulneráveis às ações antrópicas. Uma combinação de fatores condicionantes determina esse nível de vulnerabilidade natural, demandando avaliações cuidadosas para implantação de qualquer empreendimento. As estratégias de desenvolvimento dessas áreas devem apontar para ações que não causem impactos ambientais.</p>
<p>• <i>Situação Atual das Áreas com Vulnerabilidade Natural Alta:</i> Nessa classe de vulnerabilidade, as áreas apresentam restrições consideráveis quanto à utilização dos recursos naturais, pelo fato de que encontram-se menos vulneráveis às ações antrópicas do que na classe anterior. Uma combinação de fatores condicionantes determina esse nível de vulnerabilidade natural, demandando avaliações cuidadosas para implantação de qualquer empreendimento. As estratégias de desenvolvimento dessas áreas devem apontar para ações que causem o menor impacto possível.</p>
<p>• <i>Situação Atual das Áreas com Vulnerabilidade Natural Média:</i> Nessa classe de vulnerabilidade, as áreas apresentam restrições moderadas quanto à utilização dos recursos naturais. Algum fator condicionante determina esse nível de vulnerabilidade, porém, os demais apresentam pouca vulnerabilidade. As estratégias de desenvolvimento dessas áreas devem apontar para ações, que não ofereçam danos potenciais ao fator limitante.</p>
<p>• <i>Situação Atual das Áreas com Vulnerabilidade Natural Baixa:</i> Nessa classe de vulnerabilidade, as áreas apresentam baixas restrições quanto à utilização dos recursos naturais. Alguns fatores condicionantes determinam um nível médio de vulnerabilidade, porém, a maioria dos fatores apresenta baixa vulnerabilidade natural. As estratégias de desenvolvimento dessas áreas devem apontar para ações que ofereçam baixo impacto potencial aos fatores limitantes.</p>
<p>• <i>Situação Atual das Áreas com Vulnerabilidade Natural Muito Baixa:</i> Nessa classe de vulnerabilidade, as áreas quase não apresentam restrições significativas quanto à utilização dos recursos naturais, pelo fato de que se encontram, atualmente, já com elevado poder de resiliência. A combinação de fatores condicionantes determina esse nível de vulnerabilidade natural, demandando preocupações menos severas para a implantação de qualquer empreendimento. As estratégias de desenvolvimento dessas áreas podem apontar para ações que causem impactos ambientais menores.</p>

Fonte: SCOLFORO, *et al* 2008.

Ao observar o mapa e a tabela, há uma desconfiança e uma sensação de que as áreas localizadas nos pontos culminantes deveriam ser mais vulneráveis, mas, de acordo com a metodologia, apesar de certa fragilidade, essas áreas já contam com políticas de preservação,

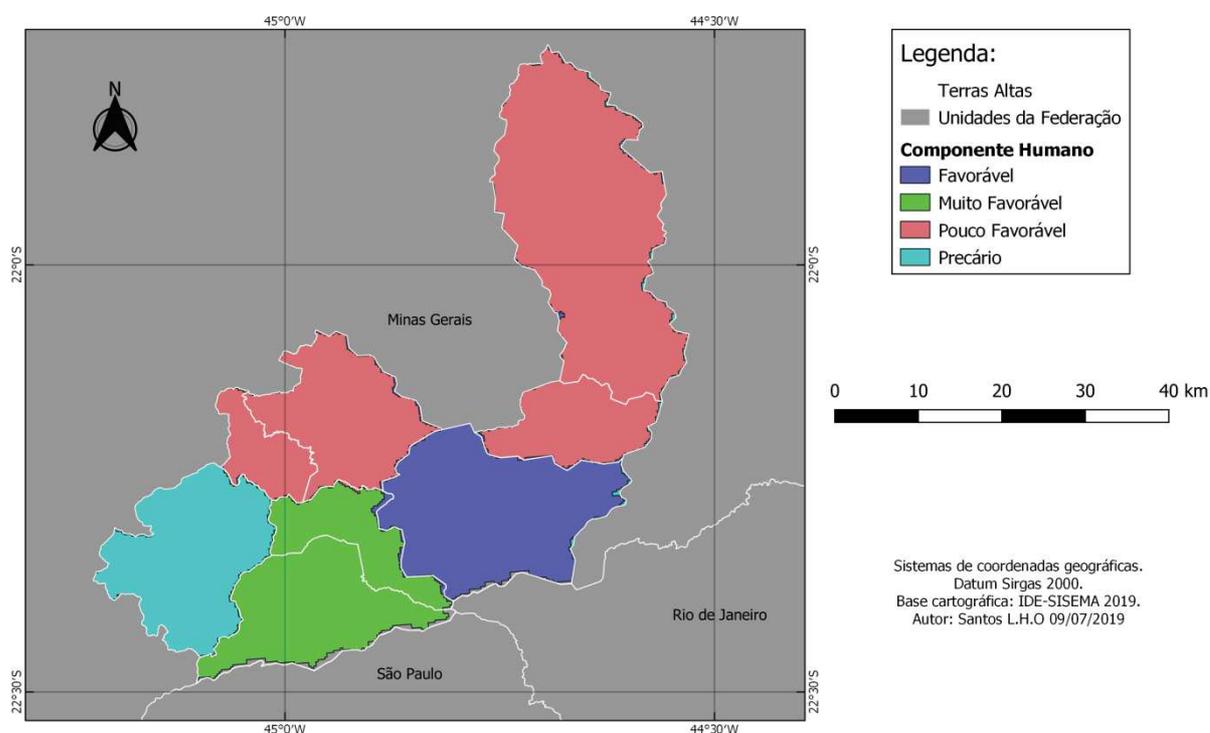
mas apenas com o uso indireto. Já as áreas ao norte de Aiuruoca não tem nenhuma política de preservação que as proteja da utilização extensiva dos solos para a silvicultura.

Outro ponto que foi analisado foi a potencialidade social, *o ponto de partida de um município ou de uma microrregião, para alcançar o desenvolvimento sustentável.* (SCOLFORO et al., 2008, p.9).

A potencialidade foi dividida em quatro fatores: produtivo, natural, humano e institucional. Os fatores condicionantes para analisar cada potencialidade no Zoneamento foram: infraestrutura de transporte, atividades econômicas, utilização das terras, estrutura fundiária, recursos minerais, ocupação econômica, demografia, condições sociais, capacidade institucional, organizações jurídicas, organizações financeiras, organizações de fiscalização e de controle organizações de ensino e de pesquisa e organizações de segurança pública.

A partir desses dados, foi criado o mapa da **figura 31**, que apresenta a seguinte situação:

Figura 31: Componente humano dos municípios das Terras Altas da Mantiqueira e de Virginia com base no ZEE:



Fonte: Elaborado pelo autor

Com base nos resultados, os municípios foram classificados em cinco categorias conforme o disposto na tabela 07.

Tabela 07: Classificação das condições para o início de um processo de Desenvolvimento Sustentável:

Categoria/pontos	Tipo de potencialidade social
A=5	Ponto de Partida em Condições Muito Favoráveis
B=4	Ponto de Partida em Condições Favoráveis
C=3	Ponto de Partida em Condições Pouco Favoráveis
D=2	Ponto de Partida em Condições Precárias
E=1	Ponto de Partida em Condições Muito Precárias

Fonte: SCOLFORO, *et al* 2008.

Os municípios de Passa Quatro e Itanhandu mostraram o componente humano mais favorável para o desenvolvimento, já Virgínia apresentou condições precárias.

Segundo os autores (SCOLFORO *et al.*, 2008), os componentes podem ser interpretados de forma expressa na tabela 08:

Tabela 08: Situação (2008) sobre as bases dos municípios para o Desenvolvimento Sustentável:

<p>• <i>Situação Atual dos Municípios da Categoria A:</i> Representa todos os municípios que possuem condições gerais semelhantes, como ponto de partida muito favorável para o desenvolvimento sustentável, em comparação com todos os municípios do estado de Minas Gerais. Essa situação se traduz na capacidade que possuem de oferecer resposta superior aos investimentos realizados em áreas estratégicas, ou em setores específicos. Portanto, são municípios que possuem capacidades nos níveis estratégico, tático e operacional, de serem facilmente estimulados para alavancar o desenvolvimento sustentável local. As prioridades de desenvolvimento desses municípios encontram-se, fundamentalmente, no nível estratégico.</p>
<p>• <i>Situação Atual dos Municípios da Categoria B:</i> Representa todos os municípios que possuem condições gerais semelhantes, como ponto de partida favorável para o desenvolvimento sustentável, em comparação com todos os municípios do estado de Minas Gerais. Essa situação se traduz na capacidade que possuem de oferecer resposta proporcional aos investimentos realizados em áreas estratégicas, ou em setores específicos. Portanto, são municípios que possuem capacidades mais focalizadas nos níveis estratégico e tático, ao serem estimulados por políticas públicas e por investimentos setoriais voltados para o desenvolvimento local. As prioridades de desenvolvimento desses municípios encontram-se no nível tático e estratégico.</p>
<p>• <i>Situação Atual dos Municípios da Categoria C:</i> Representa todos os municípios que possuem condições gerais semelhantes, como ponto de partida pouco favorável para o desenvolvimento sustentável, em comparação com todos os municípios do estado de Minas Gerais. Essa situação se traduz na capacidade limitada que possuem de oferecer resposta proporcional aos investimentos realizados em áreas estratégicas, ou em setores específicos. Portanto, são municípios que possuem capacidades mais focalizadas nos níveis tático e operacional, necessitando de serem estimulados por políticas públicas e por investimentos fortes, nos setores intermediários e básicos de desenvolvimento local. As prioridades de desenvolvimento desses municípios encontram-se no nível tático e operacional.</p>

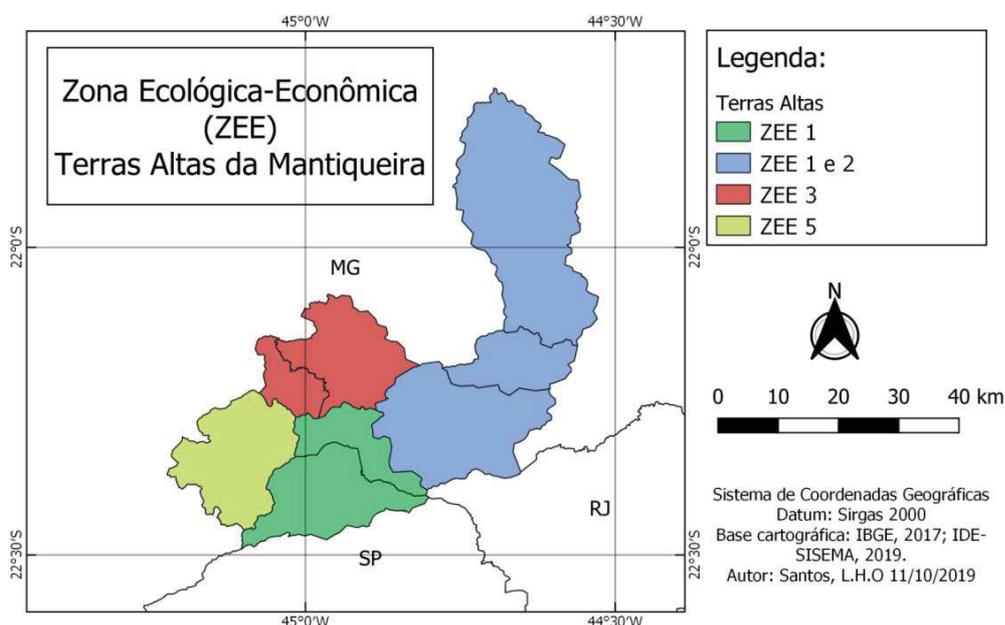
• *Situação Atual dos Municípios da Categoria D:* Representa todos os municípios que possuem condições gerais semelhantes, como ponto de partida precário para o desenvolvimento sustentável, em comparação com todos os municípios do estado de Minas Gerais. Essa situação se traduz na capacidade muito limitada que possuem de oferecer resposta aos investimentos realizados em áreas estratégicas, ou em setores específicos. Portanto, são municípios que possuem capacidades mais focalizadas nos níveis operacionais, necessitando de serem estimulados por políticas públicas e por investimentos fortes em setores básicos de desenvolvimento local. As prioridades de desenvolvimento desses municípios encontram-se no nível operacional.

• *Situação Atual dos Municípios da Categoria E:* Representa todos os municípios que possuem condições gerais semelhantes, como ponto de partida muito precário para o desenvolvimento sustentável, em comparação com todos os municípios do estado de Minas Gerais. Essa situação se traduz na capacidade extremamente limitada que possuem em oferecer retorno mínimo aos investimentos realizados em áreas estratégicas, ou em setores específicos. Portanto, são municípios dependentes de assistência direta e constante do governo do estado ou do governo federal em áreas muito básicas de desenvolvimento. As prioridades de desenvolvimento desses municípios encontram-se no nível operacional.

Fonte: SCOLFORO, *et al.*, 2008.

A associação das duas informações proporcionou a criação do índice Ecológico-Econômico (IEE), que é o resultado da combinação lógico-intuitiva dos vários níveis de potencialidade social com de vulnerabilidade natural. Com esse índice é possível criar um zoneamento que pode ser utilizado como uma ferramenta de gestão, que se apresenta como base para a possibilidade do município alcançar o desenvolvimento, ou melhorar o que já tem (figura 32).

Figura 32: Situação das Terras Altas da Mantiqueira segundo a metodologia (IEE):



Fonte: Elaborado pelo autor

As Terras Altas da Mantiqueira são classificadas, como mostra a **figura 32**, da seguinte forma: os municípios de Aiuruoca, Alagoa e Itamonte tem áreas mescladas pela zona 1 e 2, porém, não é possível estabelecer, exatamente, as áreas de cada categoria, pois o site do IDE-SISEMA está passando por adaptações no processo de formatação dos arquivos e não disponibiliza o arquivo *shapefile* em sua fonte de dados. As informações para a produção do mapa 29 foram extraídas do Plano de Manejo da APA da Serra da Mantiqueira.

Esses dados podem ser interpretados com a ajuda da tabela 09:

Tabela 09: Zonas de desenvolvimento baseado no diagnóstico das ZEE (SCOLFORO, *et al.*, 2008):

<p>• <i>Zona de desenvolvimento 1:</i> São áreas de elevado potencial social, que pressupõem condições de gerenciar empreendimentos de maior porte e causadores de maiores impactos socioambientais. São caracterizadas por possuírem capacidades nos níveis estratégico, tático e operacional e serem facilmente estimuladas para alavancar o desenvolvimento sustentável local. Nessa zona, os locais são menos vulneráveis ambientalmente, os empreendedores têm melhores condições para implantar ações preventivas e mitigadoras de impactos.</p>
<p>• <i>Zona de desenvolvimento 2:</i> São áreas de elevado potencial social, que pressupõem condições de gerenciar empreendimentos de maior porte e causadores de maiores impactos socioambientais. São caracterizadas por possuírem capacidades nos níveis estratégico, tático e operacional e de serem facilmente estimuladas para alavancar o desenvolvimento sustentável local. Nessa zona, os locais são mais vulneráveis ambientalmente, e os empreendedores devem procurar estabelecer maior gama de ações preventivas e mitigadoras de impactos.</p>
<p>• <i>Zona de desenvolvimento 3:</i> São áreas de potencial social intermediário e baixa vulnerabilidade natural, que demandam ações que incentivem o desenvolvimento, considerando que o meio ambiente tem maior poder de resiliência, aumentando a efetividade das ações mitigadoras.</p>
<p>• <i>Zona de desenvolvimento 4:</i> São áreas de baixo potencial social e baixa vulnerabilidade natural, dependentes de assistência direta e constante do governo do estado ou do governo federal em áreas básicas de desenvolvimento, levando em conta que o meio natural fornece condições propícias para isso.</p>
<p>• <i>Zona de desenvolvimento especial 5:</i> São áreas de potencial social intermediário e alta vulnerabilidade natural, que demandam ações que incentivem o desenvolvimento, considerando que o meio ambiente tem baixo poder de resiliência, diminuindo a efetividade ou inviabilizando ações mitigadoras.</p>
<p>• <i>Zona de desenvolvimento especial 6:</i> São áreas de baixo potencial social e alta vulnerabilidade natural, dependentes de assistência direta e constante do governo do estado ou do governo federal em áreas básicas de desenvolvimento, levando em conta que o meio natural é um elemento limitante</p>

Fonte: SCOLFORO, *et al.*, 2008.

É possível observar que os municípios de Passa Quatro e de Itanhandu apresentam uma maior base para o desenvolvimento sustentável. Os municípios de Alagoa, Itamonte e Aiuruoca apresentam uma estrutura mais favorável, porém, as áreas ao norte do último município citado merecem atenção especial, quanto à vulnerabilidade natural. Os municípios de Pouso Alto e São Sebastião tem um índice de vulnerabilidade mais aceitável, porém, ainda tem um componente humano a ser trabalhado. O município de Virgínia apresenta os indicadores que menos favorecem o Desenvolvimento Sustentável, apresentando, tanto os fatores naturais, quanto os fatores humanos, como desfavoráveis. Não que este município não esteja apto ao Desenvolvimento Sustentável, mas tem um percurso um pouco mais distante para alcançar esse objetivo.

O estudo das ZZE da região possibilita visualizar as perspectivas de vulnerabilidade natural e social da região, para o estabelecimento de um planejamento turístico. As áreas com alta vulnerabilidade, ou que estão classificadas com baixo desenvolvimento potencial e social devem estabelecer meios para sanar os problemas, ou se proteger melhor dos impactos negativos do turismo. Há um desconhecimento sobre as características sobre esse assunto e que cria um mito que paira o senso comum, que é a ideia que isso deve ser inserido em áreas com problemas sociais e ambientais para trazer desenvolvimento. Porém, se a localidade não estiver ciente de seus problemas naturais e sociais, o turismo pode maximizar esses problemas. Um exemplo é o estabelecimento de uma estrutura turística em uma área onde não há trabalhadores qualificados e, nem mesmo, infraestrutura básica que funcione de forma eficiente e sustentável. Isso vai exigir mão de obra externa e qualificada, além da apropriação de serviços públicos, por empresas de outras localidades, para conseguir uma estrutura de qualidade, proporcionando a evasão de divisas. Isso cria espaços segregados, que excluem os incapacitados de participarem do processo, por não terem conhecimento, ou por não terem recursos. O resultado pode ser a produção de mercados informais paralelos, ou serviços ilegais como drogas e prostituição.

3.2.5 Unidades de Conservação

Outra força que exerce poder na região, são as unidades de conservação, que são áreas destinadas à preservação e à conservação do ambiente natural. Estas podem incentivar a proteção integral ou o uso sustentável.

A primeira unidade de conservação brasileira foi o Parque Nacional de Itatiaia, criado em 1937 pelo decreto n. 1.713/1937, por Getúlio Vargas. A Unidade tinha como objetivo

“ficar perpetuamente conservada no seu aspecto primitivo e atender às necessidades de ordens científicas, decorrentes das ditas circunstâncias” (BRASIL, 1937, s/n).

Apesar da Criação de várias unidades, com objetivo de preservar e conservar a natureza, somente em 2000, pela lei 9.985, de 16 de julho de 2000, tendo como referência o artigo 225 da Constituição, foi criado o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) para regulamentar as unidades de conservação. O SNUC define-as no Artigo 2 como:

“I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;” (BRASIL, 2000, s/n).

Dentro do SNUC, foram criadas 12 categorias de unidade de conservação. Destas, cinco são de proteção integral, que tem como objetivo a proteção do ambiente com o mínimo de intervenção humana possível. As unidades podem impossibilitar a atividade humana ou apenas permitir o uso indireto. As seguintes unidades são classificadas como de Proteção integral: I. Estação Ecológica; II. Reserva Biológica; III. Parque Nacional; IV. Monumento Natural; V. Refúgio de Vida Silvestre.

As outras sete unidades são classificadas como Uso Sustentável e permitem a utilização das áreas de forma a desenvolver os aspectos humanos, associados à preservação dos ambientes. As seguintes unidades são consideradas como Uso Sustentável: I. Área de Proteção Ambiental (APA); II. Área de Relevante Interesse Ecológico; III. Floresta Nacional (FLONA); IV. Reserva Extrativista; V. Reserva de Fauna; VI. Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e VII. Reserva Particular do Patrimônio Natural. Atualmente, as unidades são administradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio).

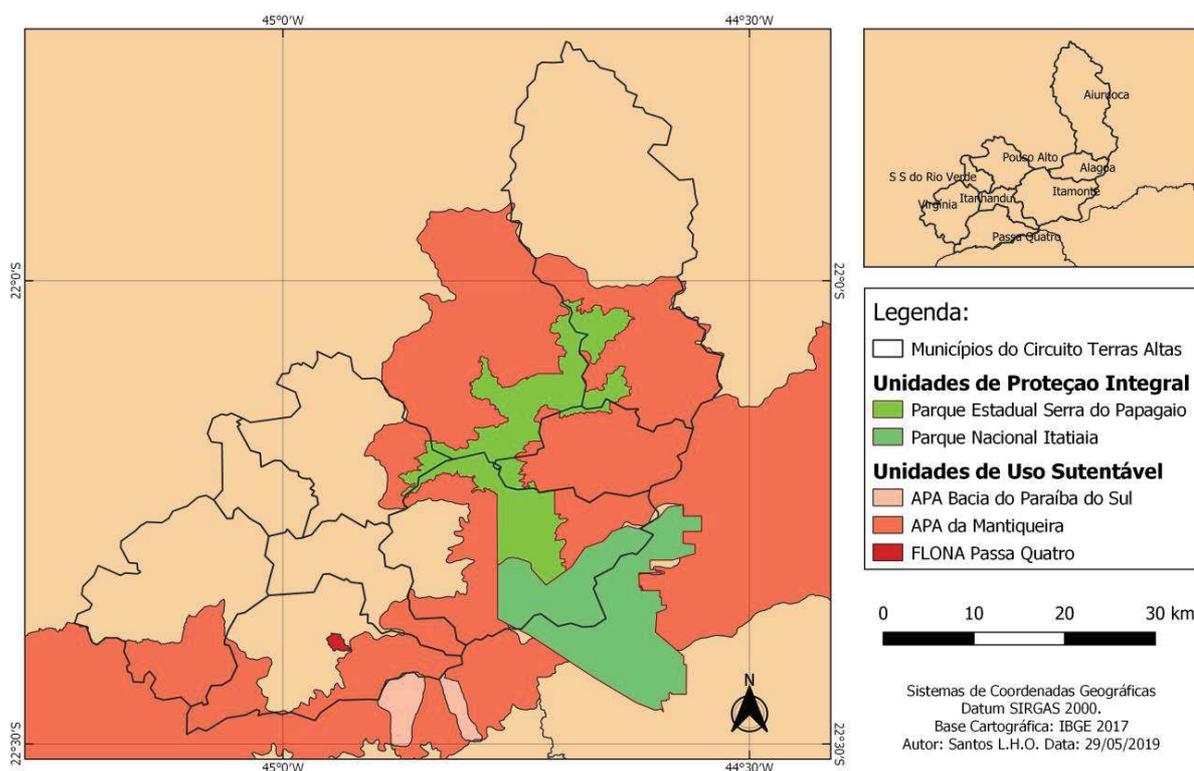
A Mantiqueira é uma área de grande diversidade biológica, tanto em questão de fauna, quanto de flora. Essa diversidade levou à criação de várias Unidades de Conservação, com o objetivo de proteger e integrar as áreas, através de corredores ecológicos. Essa ideia levou à criação do Mosaico de Unidades de Conservação da Serra da Mantiqueira. Um órgão, formado por representantes das unidades de conservação da região, que tem como objetivo articular as ações das várias unidades presentes.

“Criado pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio da Portaria nº 351 de 11 de dezembro de 2006, tem o objetivo de integrar e ampliar as várias ações já existentes para a conservação do patrimônio natural e cultural da região e é composto por 23 Unidades de Conservação (UC) públicas, localizadas na região, além de diversas

Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). A área do Mosaico Mantiqueira abrange cerca de 729.138 hectares nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, sendo que 434.108 hectares correspondem à Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Mantiqueira.”(MOSAICO MANTIQUEIRA, c2019)

Nas Terras Altas da Mantiqueira há a presença de várias unidades de conservação, principalmente nas áreas mais elevadas, com o objetivo de proteger os fragmentos vegetais restantes, que se destacam em uma área localizada em eixo um de alta urbanização, entre o triângulo São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. A **figura 33** apresenta as unidades de conservação presentes na região. Destaque que nem todas as RPPN estão expressas nesse mapa, pois ainda não constam no banco de dados do ICMbio.

Figura 33: Unidades de Conservação nas Terras Altas da Mantiqueira:



Fonte: Elaborado pelo autor

A unidade de conservação de maior abrangência é a APA da Serra da Mantiqueira, que foi criada pelo decreto nº 91.304, de 03 de junho de 1985. A área sofreu uma alteração pela lei nº 9.097, de 19 de setembro de 1995, que incluiu o Município de São Bento do Sapucaí, estado de São Paulo. As APAs, segundo o SNUC, são definidas como:

“A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.” (BRASIL, 2011, p. 11).

Mesmo não tendo grande poder de restrição, pois as áreas de APA são compostas de terras particulares, as ações são voltadas à fiscalização e à articulação da sociedade, em prol do desenvolvimento da região. Destaque para os trabalhos voltados a articulação das trilhas na Serra Fina e Marins-Itaguapé, onde a APA da Serra da Mantiqueira articula um controle de visitação dentro das suas limitações. As áreas citadas possuem uma biodiversidade raríssima, caracterizadas por campos de altitudes e ocorrências de endemismos, mas, mesmo assim, não são protegidas por uma unidade mais restritiva, inclusive, já houve a proposta de criação de um Parque Nacional na área, chamado Parque Nacional Alto da Mantiqueira, mas não foi aceito pela sociedade, devido ao seu formato, que implicaria a desapropriação de terras de muitas pessoas. As consultas públicas sobre esse assunto foram tensas e tumultuadas.

A região também conta com dois Parques, um Nacional e outro Estadual. Os Parques tem o seguinte objetivo, segundo o SNUC:

“O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. (BRASIL, 2000, art. 11).”

O Parque Nacional do Itatiaia, como citado, foi um marco, como o primeiro Parque Nacional do Brasil. Apesar de ser o pioneiro, ainda tem problemas a serem resolvidos, como o caso do decreto nº 87.586/1982, que estabelece a ampliação da área do parque, de 11.943 hectares para 30.000 hectares e não pagou aos donos o valor integral das terras desapropriadas. Isso cria tensões, até o momento, culminando em incêndios criminosos na área do parque.

O Parque Estadual da Serra do Papagaio não é tão conhecido e frequentado como o Parque Nacional do Itatiaia. Esse parque conta como uma rede de trilhas, que integra várias cidades como Baependi, Aiuruoca, Pouso Alto, Itamonte e Alagoa. As áreas apresentam altitudes elevadas, em uma estrutura de planaltos, marcada pelo domínio de florestas e de campos.

Outra unidade em destaque é a Floresta Nacional (FLONA). Que é definida:

“A Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas. (BRASIL, 2000, art. 17)”

A Floresta Nacional de Passa Quatro é uma unidade que teve o início de sua história na década de 40, através do antigo Instituto Nacional do Pinho (INP), que realizou um plantio de *Araucária angustifolia* e *Pinus spp* em uma fazenda da região, com o objetivo de estudar a viabilidade econômica das árvores. Com o fim do projeto, a área passou para o domínio do IBAMA e, mais tarde, para o ICMbio, sendo integrada à categoria de FLONA. Mesmo não contendo uma cobertura vegetal nativa, a região destoa no meio da pastagem e é uma área de refúgio da fauna. Tem como atrativo principal a cachoeira do Iporã, localizada a 4 km do centro do Município de Passa Quatro. No ano de 2019, se iniciou um projeto de retirada das espécies exóticas e plantio de árvores nativas.

Outro tipo de unidade que vem se estabelecendo na região são as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), uma área privada, que é elevada à categoria de Unidade de Uso Sustentável, por iniciativa do proprietário. Mesmo com um tamanho pequeno, se destacam por projetos que visam às pesquisas. Destaque para o Instituto Alto-Montana, que abrange fragmentos florestais e de campos de altitudes nas intrusões graníticas-gnaissicas, entre Itanhandu e Itamonte e que tem parcerias com universidades para o estudo da flora e da Fauna da região.

Projetos recentes têm buscado a criação de unidades da categoria Monumento Natural (MONA). Os exemplos são a MONA da Pedra do Picu, em Itamonte e a MONA Itaguaré, em Passa Quatro. A escolha por essa categoria é pela possibilidade de ser *“constituído de áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.”* (Brasil 2000 art. 12).

Um ponto em destaque é o projeto do ICMbio, com a criação de supertrilhas interligando vários trechos do país. Dentre estas, ressurgiu um assunto já debatido há tempos, sobre a possibilidade de uma trilha que atravessasse toda a Mantiqueira, a chamada Transmantiqueira. O projeto foi retomado e já passa por uma fase de sinalização, estabelecendo uma rota que corta várias unidades da região. O trajeto compreende as travessias da Serra Fina e Marins-Itaguaré e tem contado com mutirões de apoio no manejo. O trajeto dessa trilha está expresso na **figura 34**.

3.2.6 Circuitos Turísticos

A própria estrutura de circuitos pode ser analisada como uma política pública de domínio territorial. Ao analisar o processo histórico das políticas de incentivo ao turismo, é possível analisar como o planejamento é, geralmente, estabelecido de forma hierárquica, com políticas pontuais que tem origem em critérios em projetos preestabelecidos e sem o conhecimento das localidades, o que, conseqüentemente, tem gerado problemas.

No Brasil, diversas políticas federais e estaduais foram criadas para incentivar o turismo. A tentativa de produzir um planejamento, através das políticas criadas pelo governo, nem sempre é embasada em um conhecimento científico. Os primeiros sinais de participação do Estado na atividade turística, datam da década de 30 (DIAS, 2003), com a criação do decreto lei nº 406, de 4 de maio de 1938, que previa autorização governamental para a atividade de venda de passagens. No ano seguinte, foi criada a Divisão de Turismo, que pode ser considerada como o primeiro órgão oficial de turismo da administração pública federal. Este órgão tinha apenas a função de fiscalizar, e não de planejar ou propor diretrizes. Durou até 1946, com a queda do Estado Novo.

Em 1958, ocorreu a criação da Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR), que tinha como finalidade coordenar, planejar e supervisionar a atividade turística, porém, sua extinção ocorre em 1962, sem alcançar esse objetivo.

Em 1966, criou-se o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), que, paralelo a isso, se atribuiu a atividade turística como uma forma de equilibrar a desigualdade negativa existente no Norte e Nordeste do Brasil. O CNTur tinha como objetivo criar diretrizes e à EMBRATUR caberia estudar e propor atos normativos ao CNTur.

A proposta para a elaboração do primeiro Plano Nacional de Turismo (PLANTUR) ocorreu em 1969, e, em 1971, foi criado o Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR), que foi o primeiro fundo com objetivo de financiar o desenvolvimento do turismo no país. Junto a essas ideias, os dois órgãos citados acima (CNTur e EMBRATUR) iniciaram uma série de intervenções, com o objetivo de popularizar a atividade, pois traçaram áreas prioritárias para o turismo e criam o Pró-Estâncias, para a classe média, e o terminal turístico de Praia Grande para os turistas de baixa renda.

Visto o aumento da atividade em áreas naturais, em 1987, foi criada uma Comissão Técnica Nacional, juntando técnicos do IBAMA e da EMBRATUR. Foi uma forma de integrar dois órgãos, aparentemente distintos, em um objetivo comum, o que traz uma ideia de

multidisciplinaridade.

Em 1992 ocorreu uma modificação na visão do turismo, esse que era centralizado em esfera federal, passou por uma política de descentralização, o que culminou, em 1994, na instituição do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Na mesma época, ocorreu a formação e a execução do Programa de Desenvolvimento Turístico (PRODETUR), um programa que focava no planejamento e no desenvolvimento regional da atividade. Enquanto o PNMT não obteve sucesso, devido à dificuldade de se estabelecer cidades turísticas isoladas, o PRODETUR se desenvolveu, principalmente em sua vertente, no Nordeste (BENI, 2006).

Procurando uma nova visão metodológica baseada na divisão do espaço geográfico em organizações de afinidade cultural, para facilitar a oferta de atrativos, de produtos e de serviços, foram criados os circuitos turísticos, pelo decreto 43.321 do governo do estado de Minas gerais, em 8 de maio de 2003. A proposta visa a descentralização do turismo, pois possibilita que a associação denominada “circuito”, seja formada por representantes do poder público e privado. Assim, problemas derivados da descontinuidade administrativa podem ser contornados. Os circuitos foram criados em conformidade com a: Lei 11.771/2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.

O decreto nº 43.321 foi revogado pelo decreto nº 47.687, de 26 de julho de 2019, que estabelece o circuito como:

“§ 1º – Os circuitos turísticos são a Instância de Governança Regional – IGR – integrados por municípios de uma mesma região com afinidades culturais, sociais e econômicas, que se unem para organizar, desenvolver e consolidar a atividade turística local e regional de forma sustentável, regionalizada e descentralizada, com a participação da sociedade civil e do setor privado.” (MINAS GERAIS, 2003, art. 1).

O decreto atual estabelece alguns pontos de destaque, como a participação da sociedade civil na administração dos circuitos e a exigência de um profissional de turismo nos projetos. A expectativa é que, com um planejamento e uma gestão participativa e integrada, seja possível diminuir os impactos gerados pelo turismo. Mesmo assim, como apontado por Beni (1988), as atividades turísticas podem gerar problemas nos sistemas ecológicos, econômicos, sociais e culturais. Problemas que podem ser mitigados pela elaboração de planos e pesquisas, que valorizem as características locais. Então, para minimizar os impactos negativos, é necessária uma visão do todo, é preciso que haja um planejamento voltado ao bem-estar de todos os envolvidos, diminuindo os conflitos e levando a satisfação das demandas e dos receptivos turísticos.

Segundo Lage e Milone (2000), são três os pontos essenciais para um planejamento: estabelecer objetivos, definir cursos de ação e determinar a realimentação. O ato de planejar consiste em estabelecer condições para que um objetivo seja alcançado. Conseqüentemente, quanto maior a base de informações, mais didática, mais organizada e mais precisa, mais fácil e de mais qualidade se torna o trabalho do planejador. Observar e avaliar todas as variáveis e imprevistos possíveis é necessário, para que o trabalho seja realizado com sucesso. Não pode-se esquecer, que o planejamento é um processo contínuo, pois as dinâmicas espaciais estão em constante movimento. Compreender o turismo em sua totalidade, se mostra de grande importância para um planejamento efetivo.

O Circuito Terras Altas da Mantiqueira foi o primeiro circuito turístico criado no Estado e, hoje, está consolidado como destino turístico. Segundo informações do site oficial do Circuito (ATAM), o projeto foi idealizado pelo deputado Manoel Costa:

“Em meados de 1998, o Deputado Manoel Costa, residindo em Itanhandu, idealizou a formação de uma microrregião no Sul de Minas, com grande potencial para o turismo, a qual denominaria Terras Altas da Mantiqueira. Reuniu sete Prefeitos Municipais e um grupo de hoteleiros e empreendedores para demonstrar perspectivas, viabilidades e benefícios que um movimento integrado poderia gerar para o fortalecimento do desenvolvimento turístico e econômico regional. Assim, em 22 de junho de 1998, através da Resolução 001/98, nasceram as ‘Terras Altas da Mantiqueira’, doravante denominada Estância Climática voltada para o desenvolvimento do Turismo dos Municípios de Alagoa, Itamonte, Itanhandu, Passa Quatro, Pouso Alto, São Sebastião do Rio Verde e Virgínia.” (ATAM, c2013-2010, s/n).

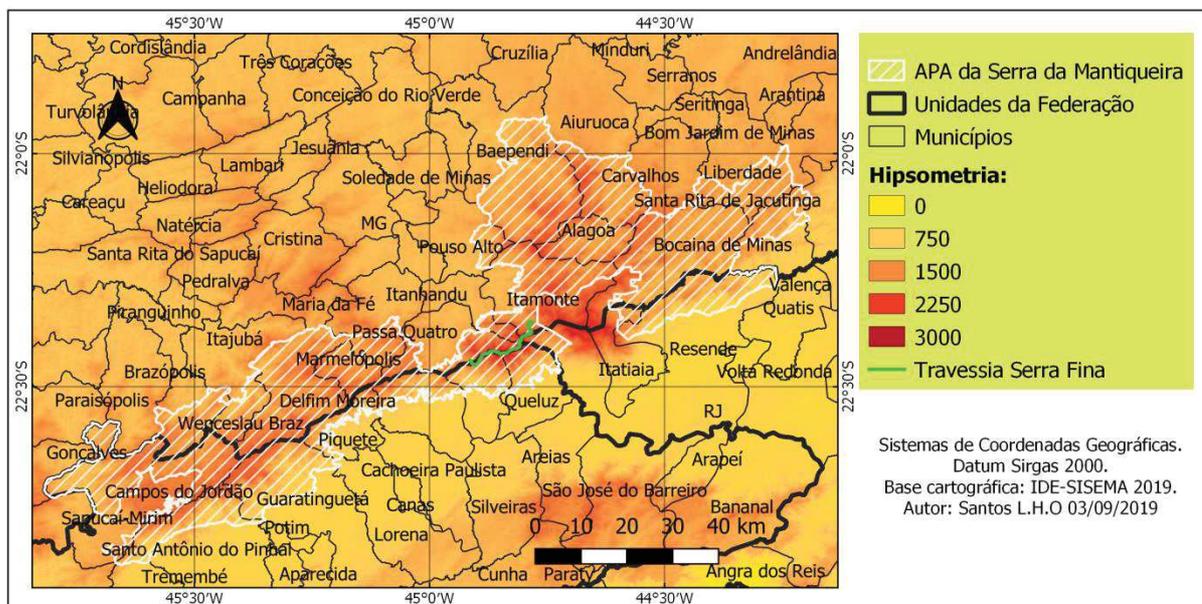
A microrregião recebeu a denominação de Associação Terras Altas da Mantiqueira (ATAM), em 31 de março de 1999, com a primeira sede na cidade de São Sebastião do Rio Verde. Em 2000, com a criação da Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais, o convite e o aceite do Deputado Manuel Costa para assumir a secretaria, a proposta ganha abrangência estadual, culminando na política dos circuitos. A certificação oficial com o Certificado de Circuito Turístico de MG da microrregião, aconteceu em 25 de março de 2006 e tem se renovado desde então.

3.2.7 Micropoderes do turismo

Um ponto que chamou atenção na região é a intensa demanda das pessoas pela travessia Serra Fina (**figura 35**), um trekking de aproximadamente 36 quilômetros, que é considerado, por muitos, como um dos mais difíceis do Brasil. A travessia passa por alguns

dos picos mais altos do país, como a Pedra da Mina (4º pico mais alto) e o Pico dos Três Estados (10º pico mais alto). A área é protegida pela APA da Serra da Mantiqueira, que tem buscado minimizar conflitos e aperfeiçoar a utilização dos recursos de forma sustentável.

Figura 35: APA da Mantiqueira e a Travessia Serra Fina:



Fonte: Elaborado pelo autor

A localidade teve um crescimento turístico elevado nos últimos anos. Os turistas que buscam a região, inicialmente, são os chamados “montanhistas”, nome utilizado na região para os praticantes de trekking. Porém, há alguns anos, um novo grupo começou a se configurar para a utilização dessa travessia – os corredores de aventura. Várias corridas têm acontecido nessa região. Surgiu uma indagação, se já há um conflito entre os dois grupos e se essa abordagem pode ser analisada por uma ótica territorial.

Para obter uma melhor compreensão, foi realizado um questionário com montanhistas e corredores de aventura sobre a conduta do seu grupo “concorrente”. As informações foram obtidas através de pesquisas qualitativas, elaboradas e disponíveis na ferramenta Google Drive, e foi aplicada aos corredores e aos montanhistas, tanto turistas, quanto locais.

Como resultado, a discussão de território cria uma conotação complexa nesse caso. O território não é disputado por detentores de posse da terra, mas devido as suas características subjetivas nas atividades recreativas. Após o diálogo com os praticantes das atividades, foi possível observar que a questão territorial se estabelece de forma divergente, até mesmo dentro destes dois grupos, ou seja, nem sempre os montanhistas e os corredores de aventura

têm as mesmas percepções que os outros integrantes de seu grupo. O que é possível observar, é que as relações conflituosas são reflexo da transformação da localidade em produto turístico. A crescente demanda e os movimentos ligados ao chamado turismo de aventura tem reinventado a forma dos locais utilizarem a sua localidade, tanto para recreação, quanto como atividade econômica. Vários cidadãos da localidade trabalham com os dois movimentos, como forma de obtenção de recursos.

Os problemas que incomodam os grupos são os mesmos: manutenção da trilha, lixo, uso sustentável e etc. Porém, quem realmente está agindo na preservação da área são locais que, em alguns casos, são ajudados pela APA da Mantiqueira.

Mesmo com o pouco poder investido à categoria APA, a Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira tem utilizado a influência para organizar mutirões de manutenção na trilha e estão organizando os livros de cume para contabilizar a demanda turística na localidade.

Finalizando o estudo territorial é possível observar que os aspectos de ocupação e uso dos territórios se estabeleceram por um processo histórico de ocupação, que dos indígenas guarda apenas nomes de cidades e de localidades. Guimarães (2017) tem buscado indicações sobre os indígenas da região, através de arquivos históricos e de depoimentos. O fato mais aceito, e que será trabalhado no próximo capítulo, é que os aspectos indígenas foram dissolvidos dentro da figura do caipira, típico da região que modifica e formata as paisagens rurais e as cria como típicas na região.

Além das paisagens rurais caipiras, é possível observar rugosidades temporais, tanto nas áreas rurais, quanto nas áreas urbanas. A paisagem guarda fragmentos de outras temporalidades, que são expressas no cotidiano das pessoas, através de sua cultura. Porém, os aspectos culturais passam por um paradoxo no desenvolvimento do turismo que busca culturas típicas e tradicionais, mas, ao estruturar as localidades para a atividade, realiza uma quebra dos aspectos mais “orgânicos”, em prol de uma padronização global. A turistificação da localidade pode suprimir, justamente, os aspectos que iniciaram esse ciclo.

O próximo capítulo iniciará um estudo sobre a região, buscando entender a paisagem como uma paralaxe entre uma entrada natural e uma entrada territorial, resultando em estruturas paisagísticas multitemporais.

3.3 A MANIFESTAÇÃO ESPACIAL DOS PROCESSOS TERRITORIAIS NA PARALAXE COM A NATUREZA. (PAISAGEM)

A paisagem, da forma como abordada na concepção base deste trabalho, se mostra como múltipla e diversa. Há a associação dos vários conceitos, que se interpõem e estão em confluência. É a manifestação da ação de processos dispostos nos tempos geológicos e históricos, configurando uma rugosidade no espaço.

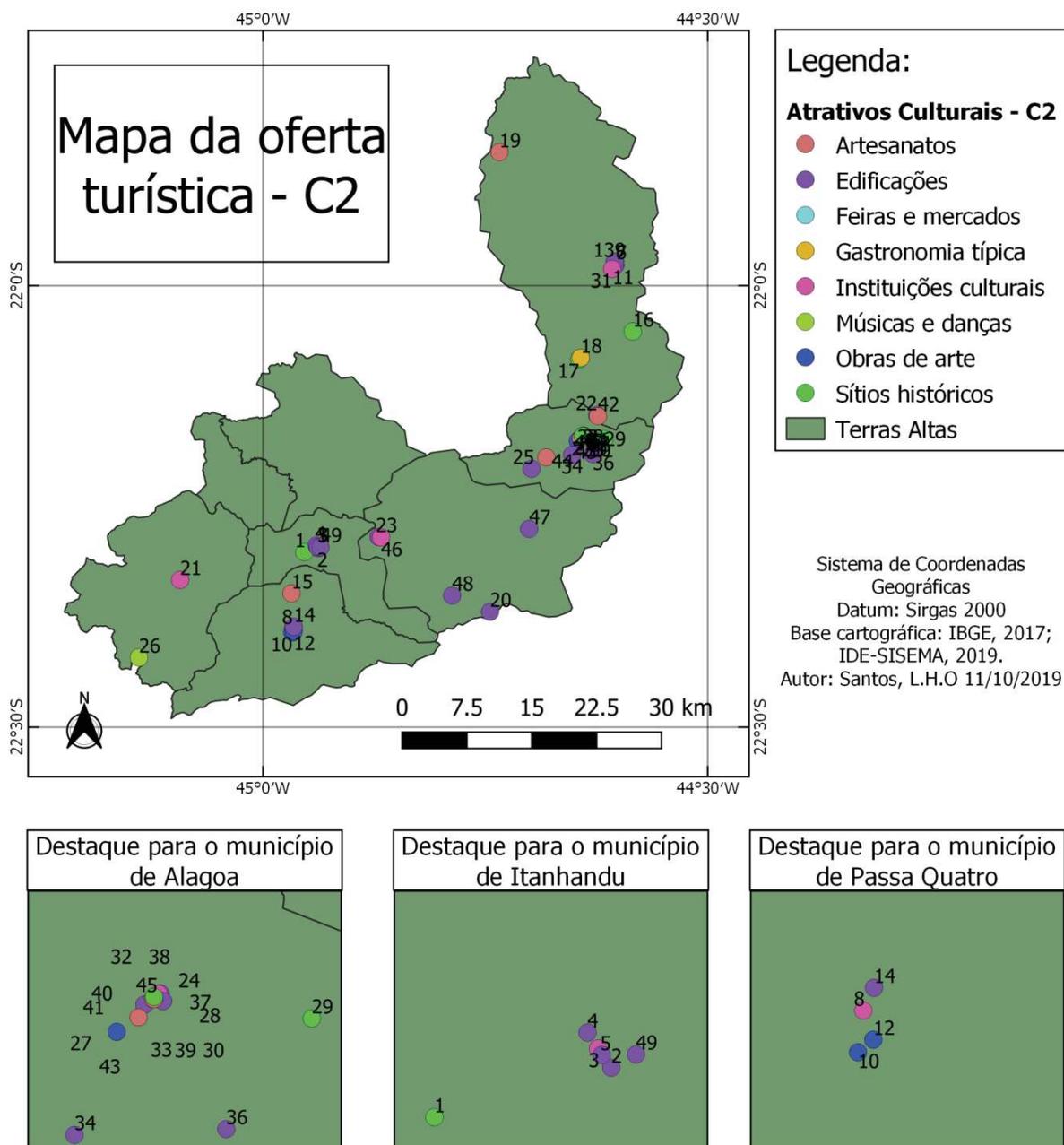
Seguindo os pensamentos de Bertrand sobre a paisagem, em seus últimos artigos, a abordagem será polissêmica. A proposta é estabelecer um levantamento dos aspectos culturais que se desenvolvem, devido à paralaxe das entradas físicas (geossistemas) e humanas (territoriais), que tencionam o espaço na criação de rugosidades. Manifestam-se não só nos olhares sobre o presente, mas da interação de intertemporalidades físicas e humanas. De acordo com essa reflexão, foi realizado um levantamento dos aspectos culturais, com base no inventário municipal de turismo, buscando pontuar e conectar fragmentos abstraídos de suas complexidades.

A paisagem será abordada como a manifestação sensorial do espaço. Santos (1998) expressa: *“Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem (...). Não apenas formada de volumes, mas também de cores, de movimentos, de odores, de sons, etc.”* (SANTOS, 1998 p.61.), Dessa forma, foi realizado um estudo de 19 imagens dos pontos das Terras Altas, com o objetivo de confirmar os dados levantados pelos órgãos oficiais e conhecer melhor a composição das unidades, já que a escala 1:250.000, mesmo sendo o tamanho adequado para a área, pode deixar escapar alguma particularidade importante para a conclusão da obra. As descrições tentam transcender os recursos visuais e as descrições buscam detalhar outros aspectos, além dos expressos nas imagens, mas, também, contextualizar o ambiente da paisagem.

3.3.1 Os aspectos culturais

Além dos atrativos naturais, o Inventário Municipal de Turismo também busca fazer um levantamento dos aspectos culturais do município. Há uma ficha específica, que deve ser preenchida com informações sobre os atrativos culturais. O mapa da **figura 36** foi elaborado com essas informações, e a **tabela 10** tem o objetivo de apresentar os principais atrativos culturais, assim como as subcategorias e uma pequena descrição.

Figura 36: Atrativos Culturais do Circuito Terras Altas da Mantiqueira:



Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 10: legenda e descrição dos Atrativos do Circuito Terras Altas da Mantiqueira:

	Município	Tipo	Nome popular	Descrição curta
1	Itanhandu	Sítios históricos	Árvore dos Enforcados	Árvore histórica
2	Itanhandu	Edificações	Casarão Gomes Pinto	Casarão antigo construído nas primeiras décadas do século XX.
3	Itanhandu	Instituições culturais	Estação das Artes	Estação das Artes
4	Itanhandu	Edificações	Pontilhão	Construído pela empresa inglesa Waring

			Ferrovário	Brothers, durante o Governo Imperial de Dom Pedro II.
5	Itanhandu	Edificações	Viaduto dos Pedestres	O viaduto é um dos elementos que integra o conjunto ferroviário de Itanhandu.
6	Aiuruoca	Edificações	Igreja Matriz	Principal Igreja da cidade.
7	Aiuruoca	Feiras e mercados	Feira da Agricultura Familiar	Feira de produtos naturais, agroecológicos e artesanais do território de Aiuruoca.
8	Passa-Quatro	Instituições culturais	Casa da Cultura	Arquitetura do século passado, onde funciona a Biblioteca Municipal.
9	Aiuruoca	Edificações	Antiga Câmara e Cadeia	Edifício da Antiga Câmara e Cadeia de 7 de setembro de 1835.
10	Passa-Quatro	Obras de arte	Fonte Padre Manoel	Água Passa Quatro é uma água mineral natural com indicações terapêuticas, com mais de um século de tradição.
11	Aiuruoca	Edificações	Colégio Santa Edwiges	Abrigo um internato feminino durante a missão das Irmãs Franciscanas
12	Passa-Quatro	Obras de arte	Brasil Nota 10	Um projeto social onde as obras são elaboradas por estudantes de Passa Quatro.
13	Aiuruoca	Edificações	Igreja do Rosário	Igreja de construção antiga.
14	Passa Quatro	Edificações	Maria Fumaça	O trem conduz um passeio no alto da Serra da Mantiqueira.
15	Passa Quatro	Artesanatos	Pousada do Verde	Exposição de todo o tipo de cachaça
16	Aiuruoca	Sítios históricos	Fazenda Guapiara	Antigo casario fundado no início do século XVIII.
17	Aiuruoca	Sítios históricos	Casarão do Matutu	Antiga e rústica construção em meio à natureza.
18	Aiuruoca	Gastronomia típica	Coletivo Terra Preta	Unidade de produção de alimentos naturais.
19	Aiuruoca	Artesanatos	Fazenda São Pedro	Promovendo o turismo rural há 20 anos.
20	Itamonte	Edificações	Casa de Pedra	Casa utilizada por Getúlio Vargas como residência de inverno.
21	Virgínia	Instituições culturais	Casa da Cultura	Lugar onde se encontra a história de Virgínia e seus detalhes.
22	Alagoa	Edificações	Monjolo D'Água	Uma linda peça.
23	Itamonte	Edificações	Igreja Matriz São José	Templo religioso para exercitar a fé.
24	Alagoa	Edificações	Antiga Escola e Cadeia de Alagoa	É uma importante edificação na história dos alagoenses.
25	Alagoa	Edificações	Moinho D'Água	Moagem do milho, produção do fubá, broas e farinhas.
26	Virgínia	Músicas e danças	Congada São José da Mantiqueira	Congada composta por membros do Bairro São José da Mantiqueira
27	Alagoa	Obras de arte	Telefone de Parede Antigo	Peça de colecionadores foi um dos primeiros telefones a ser instalado em Alagoa.
28	Alagoa	Edificações	Casarão Levindo	Uma das mais belas construções antigas no centro da cidade de Alagoa.

29	Alagoa	Sítios históricos	Chafariz de Pedra	Fonte de água potável
30	Alagoa	Edificações	Casa da Dila - Espólio de Alzira Fonseca e Carlos Magno da Fonseca	Uma bela construção antiga, com arquitetura própria de épocas passadas.
31	Aiuruoca	Instituições culturais	Museu Júlio Sanderson	Museu municipal onde contém obras de arte que contam a história de Aiuruoca.
32	Alagoa	Obras de arte	Conjunto de Indumentárias Religiosas	Peças sacras da vestimenta de Padres da Antiga Igreja
33	Alagoa	Edificações	Casarão Solange	Uma imponente construção do passado que encanta os turistas que se interessam por sua história.
34	Alagoa	Edificações	Igreja de Santa Quitéria	A Igreja de Santa Quitéria é uma das mais antigas de toda a paróquia, construída pela família Almeida para abrigar a Imagem de Santa Quitéria, um presente que a família ganhou e, conseqüentemente, tornou-se guardiã, tanto da imagem, quanto da devoção a Essa Santinha.
35	Alagoa	Edificações	Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Igreja de Nhá Chica)	Uma obra construída ao longo de 55 anos e que teve o seu início liderado por um devoto da alma de Nhá Chica.
36	Alagoa	Edificações	Igreja do Senhor Bom Jesus	A Capela do Senhor Bom Jesus é mais um templo católico de oração coordenado pela Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, onde o Pároco vai, mensalmente, celebrar as Missas e organizar os cultos comunitários e demais atividades realizadas na Capela.
37	Alagoa	Instituições culturais	Biblioteca Municipal Maria Teresa de Jesus	Foi criada para descortinar outros mundos imaginários para os amantes da leitura.
38	Alagoa	Edificações	Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário	O maior templo da fé alagoense, cumprindo o seu papel espiritual e social.
39	Alagoa	Edificações	Casarão Mironga	O Casarão Mironga talvez seja a casa mais antiga e com o maior conteúdo histórico da cidade.
40	Alagoa	Artesanatos	Neném	O José Maria trabalha em seu ateliê, que também funciona como uma lojinha, pois lá ele atende seus fregueses e/ou turistas, usando sempre com 2 elementos principais: madeira e taboa.
41	Alagoa	Artesanatos	Paulinha	Como artista plástica, trabalha com uma gama enorme de tipos de artesanatos, pintura de quadros, em madeira, Bauernmalerei, pátina, crochê, pintura em tecido, decoupage, bordado e etc....
42	Alagoa	Artesanatos	D. Alice	Desde criança descobriu em si mesma uma

				grande vocação artística, pois sempre improvisava suas próprias bonecas, suas casinhas e roupas.
43	Alagoa	Artesanatos	Terezinha	Seu aprendizado começou ainda na infância para ajudar no orçamento familiar. Agora a dedicação ao artesanato é por vocação e amor, além de, obviamente, contribuir financeiramente com o orçamento familiar.
44	Alagoa	Artesanatos	Luiz da Fátima	Nasceu em São Paulo e sempre gostou de Artes. Desde criança já produzia esculturas em sabão, giz de cera e vela. Concluiu o ensino médio no Instituto de Educação Caitano de Campos, renomada escola de São Paulo. Filho de pais professores, desde pequeno foi introduzido no mundo da cultura. Leitor ávido, saiu de Santos, e veio residir em Alagoa aos 23 anos.
45	Alagoa	Sítios históricos	Acervo Farmacêutico da Família Sena	Acervo de itens da antiga Farmácia do Sr. João Sena, que, por muitas vezes, exerceu o papel de médico.
46	Itamonte	Instituições culturais	Casa da Cultura Liberado Torino	Uma casa administrada pela comunidade local, dedicada à preservação e divulgação da história da cidade.
47	Itamonte	Edificações	Capela de São Sebastião	Capela de São Sebastião
48	Itamonte	Edificações	Casarão Engenho de Serra	Casarão do Engenho de Serra
49	Itanhandu	Edificações	Igreja Matriz de Itanhandu	Reserva aos visitantes e moradores a apreciação da convivência eclética de estilos, entre o moderno e o romano.

Fonte: ATAM. Inventário municipal de turismo, 2019

É importante destacar que os atrativos culturais não correspondem totalmente às manifestações físicas das culturas, mas são símbolos, que expressam uma relação entre o nativo e a natureza. Na forma que a comunidade interage com o atrativo, que é possível captar o sentido e o significado. A cultura que se estabelece no cotidiano e na rotina, não é, necessariamente, apenas o que produz bens materiais possíveis de receberem um valor agregado. Ou seja, mesmo não representando a cultura, o levantamento orienta para um possível diagnóstico do que realmente são os aspectos culturais da região.

Foi possível identificar que os atrativos culturais se concentram nas áreas urbanas, principalmente, devido aos conjuntos arquitetônicos serem fragmentos de outros tempos na rugosidade do espaço, que, muitas vezes, são readaptados e adquirem novos sentidos. Um exemplo é a estação das artes, em Itanhandu. O local era a estação ferroviária do município e, hoje, abriga lojas de ateliê e artesanato da região.

Dos atrativos culturais levantados pelo inventário, apenas um é de bens imateriais. A maior parte dos atrativos culturais é composta por bens materiais, que expressam a ideia de uma cultura incrustada com apenas fragmentos visíveis de um passado. Apesar de imponentes, as construções, como fragmentos, expressam apenas unidades, mas, quando há um conjunto arquitetônico como, por exemplo, a estação ferroviária de Passa Quatro, com os passeios de Maria Fumaça (**figura 37**), a região ganha um ar nostálgico e permite uma experiência sensorial, que, obviamente, não levará os turistas ao passado, mas se esforça para tentar reviver aspectos de uma idealização romaneada.

Figura 37: Turistas e a Maria fumaça de Passa Quatro:



Fonte: Acervo pessoal

Nas áreas rurais é visível a figura do caipira. Isso fica expresso na culinária, no artesanato e nas manifestações imateriais, como, por exemplo, na congada. Darcy Ribeiro (1995), em sua análise sobre o caipira, coloca-o como alguém marginal aos processos, que tem um modo de vida afastado dos grandes processos fundiários, os monocultores, que se estabeleceram no Brasil, sendo uma mistura de índios, negros e brancos, que se estruturaram na terra, adaptando-a a seu modo de produção. O caipira se tornou produto residual natural e necessário do latifúndio agroexportador.

Ribeiro (1995), afirma que são raras as comunidades que ainda vivem como culturas tradicionais.

“A vida rural caipira, assim ordenada, equilibra satisfatoriamente quadras de trabalho continuado e de lazer, permitindo atender às carências frugais e até manter os enfermos, débeis, insanos e dependentes improdutivos. Condiciona, também, o caipira a um horizonte culturalmente limitado de aspirações, que o faz parecer desambicioso e imprevidente, ocioso e vadio. Na verdade, exprime sua integração numa economia mais autárquica do que mercantil que, além de garantir sua independência, atende à sua mentalidade, que valoriza mais as alternâncias de trabalho intenso e de lazer, na forma tradicional, do que um padrão de vida mais alto, através do engajamento em sistemas de trabalho rigidamente disciplinado.” (RIBEIRO, 1995, p.384).

Mesmo com todas as dificuldades naturais e sociais dos processos históricos, o caipira é uma figura de destaque na região (**figura 38**). Dá o tom das dinâmicas simples do cotidiano, ensina pela simplicidade a forma de ver e de encarar o mundo. Tem, nos aspectos culturais, a materialização de processos históricos que o tornaram cada vez mais forte e mais característico. Como este trabalho foi idealizado por um caipira é uma autorreflexão sobre seu local. O caipira que é parte do local. O caipira que é o local. Não é mais que o próprio espaço, exigindo interpretação e buscando compreender as paisagens. A complexidade coloca o todo e o uno em uma totalidade sistêmica, que se tenciona em processo de organização.

Figura 38: Casa de pau a pique. Imagem datada de aproximadamente do ano de 1990, que representa o caipira na estruturação do espaço:



Fonte: Acervo pessoal

Os elementos naturais e antropossociais estabelecem o espaço geográfico. Cavalcanti (2002, p. 19) diz que o “*espaço geográfico não é apenas uma categoria teórica que serve para pensar e analisar cientificamente a realidade; ele é essa categoria, justamente porque é algo vivido por nós e resultante de nossas ações*”.

Para o trabalho, é importante ressaltar que o caipira apresenta uma forma de modificar e criar espaços. Ou seja, utiliza a entrada natural como recurso (source), modifica as estruturas naturais, de acordo com a sua necessidade e cria uma territorialização (ressource) e o resultado dessa paralaxe é um conjunto de estruturas perceptíveis (ressourcement) descontínuas em uma rugosidade espacial e temporal, em um movimento de paralaxe. A imagem a seguir (**figura 39**), apresenta essa situação, um casarão antigo no município de Alagoa, onde é visível a estrutura de pau-a-pique se desgastando. A estrutura arquitetônica criada como meio de aproveitar as características químicas dos *latossolos*, que, em conjunto com tranças de bambus e vigas feitas com vegetações típicas da região, resultavam em paredes expressivamente sólidas. O processo mudou. As casas de alvenarias utilizam outros materiais para a construção das casas.

Figura 39: Casa de pau a pique no município de Alagoa:



Fonte: Acervo pessoal

Não só o caipira, mas todas as influências territoriais sobre as diferentes estruturas naturais resultam em diferentes paisagens. A formação descontínua do espaço geográfico cria

um mosaico que atrai fluxos turísticos, porém, essa atividade nem sempre é aceita pela comunidade, ou consegue se desenvolver. O pensamento generalista cria uma figura do todo com a totalidade e esquece-se das características próprias em escala menor. As estruturas territoriais existentes na região tendem a reagir ao turismo de formas diferentes, devido as suas características socioespaciais. Trabalhar as Terras Altas apenas como um todo, sem considerar as peculiaridades da localidade, causa problemas, tanto para a comunidade que recebe a modificação dos seus espaços de forma autárquica, quanto para os turistas que estão vivendo uma realidade distópica.

Realizar adaptações para uma venda superficial das inter-relações pode soar como uma “prostituição cultural”. A criação de simulacros distancia, tanto a comunidade de suas relações, quanto cria um produto descaracterizado para o turismo. Como cita Ribeiro (1995), o caipira tem dificuldade em ver o mundo de forma mercantil. Comandar a si mesmo, ao menos em sua alusão, é mais importante que se render aos processos econômicos vigentes. Não é por mero comodismo que vários caipiras têm dificuldade de abrir suas comunidades para o turismo. É o medo de sua autarquia ser abalada por novos processos que podem vir a hegemonizar a sua forma de vida e as suas relações.

Outro ponto de destaque é o aspecto religioso, que, por um lado, é ligado a uma cultura católica com traços de sincretismo, como exemplo, o caso da Nhá Chica, e, por outro, ligado a uma vertente com aspectos de uma religiosidade alternativa, associada aos movimentos que buscam espiritualidade, através da conexão com a natureza.

Um caso de manifestação religiosa que é utilizada pelo turismo é a Nhá Chica, em Baependi. Segundo os levantamentos de Kelmer (2018), Francisca de Paula de Jesus, conhecida como Nhá Chica, tem a sua história associada a uma vida simples, dedicada à pobreza e à caridade. Sua mãe, devota de Nossa Senhora da Conceição, chegou ao município de Baependi em 1814, com seus dois filhos, aos quais ofereceu uma sólida educação cristã. Aos 10 anos de idade, Francisca fica órfã. Segundo descrições, apresentava grande sabedoria, desde jovem, e era procurada por seus conselhos, inclusive, chegou a operar milagres. A história completa tem ares romanceados e idealizados, porém, o ponto que chama atenção é que o Município de Baependi tem uma forte estratégia de turismo baseada nos peregrinos e nos devotos, que buscam visitar o local. Inclusive, foi criada uma rota de peregrinação chamada “Caminho das Virtudes”, com 220 quilômetros, que segue de Tiradentes (MG) a São Lourenço (MG), baseado na vida e nas virtudes de Nhá Chica.

O ponto a se destacar é que toda essa estrutura turística está fora das Terras Altas Mantiqueira, mesmo que o município de Alagoa tenha uma forte conexão com esse histórico.

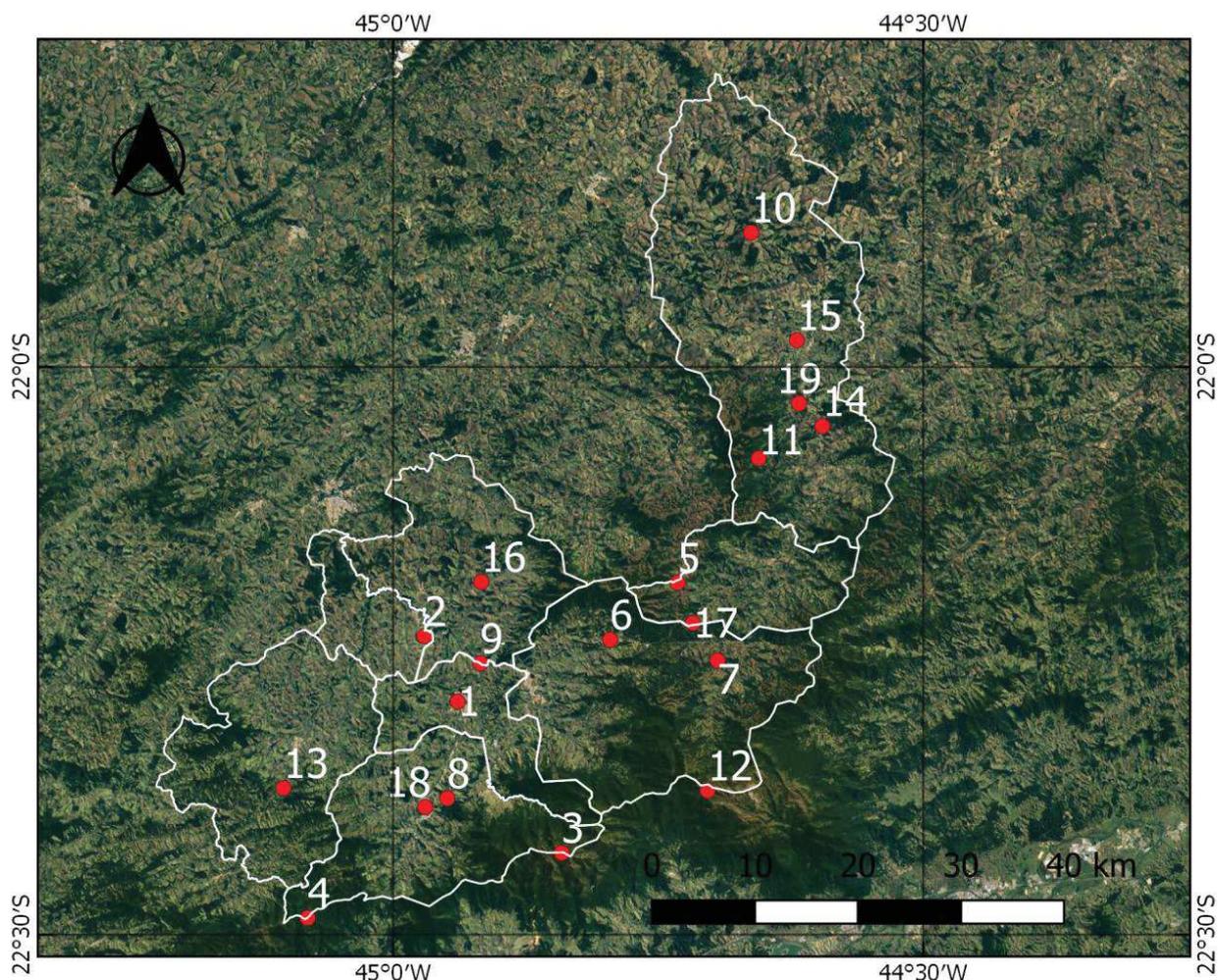
A primeira igreja fundada por Nhá Chica está localizada nesse município, que, inclusive, tem uma festa em homenagem à santa. A reflexão intrínseca a esse ponto é que, será que o circuito pode segregar um município de seus aspectos históricos, em detrimento de outro? Segmentar e regionalizar fortalece a relação entre os envolvidos, mas pode enfraquecer as relações com os municípios externos. A cidade de Alagoa tem uma estratégia de turismo associada à produção de queijos, mas não necessariamente precisa focar apenas nesse aspecto. Uma conexão com Baependi pode ser uma estratégia. É possível visualizar um ponto para a gestão: que os circuitos vizinhos tenham um forte diálogo, para captar essas abstrações.

Outro aspecto religioso que chama atenção na região é o surgimento de comunidades, que buscam uma espiritualidade e uma conexão maior com a natureza. O destaque mais tradicional é a comunidade do Vale do Matutu, em Aiuruoca. A comunidade agrega aspectos ritualísticos como o Santo Daime e tem como objetivo a busca da conexão e da sintonia com o sagrado da Natureza. A comunidade é, de certa forma, privada, mas é aberta ao turismo para pessoas que tenham objetivos que estejam em harmonia com o da comunidade. Há uma tendência nessa região, e que aparece em alguns pontos, em outros municípios, que é a produção orgânica e de produtos agroecológicos, além da busca por modos de consumo sustentáveis. Um exemplo é o caso das produções orgânicas nas áreas rurais de Itamonte, que produzem mel, geleia e etc.

3.3.2 O estudo das imagens.

Conforme proposto, foram feitas várias fotografias com o objetivo de expressar as características da localidade. Para escolher onde as fotografias seriam realizadas, foi feito um estudo prévio sobre as estruturas físicas e humanas, para buscar cobrir toda a área e toda a diversidade da Mantiqueira. Depois de delimitados os lugares, foram realizadas as inserções de campos, que culminaram em um extenso acervo fotográfico. Deste, foram escolhidas as 19 imagens apresentadas, por demonstrarem localidades que melhor expressam como as estruturas físicas tiveram níveis e formas de ocupação variadas, resultando em diferentes paisagens. As fotografias foram feitas nos pontos expressos no mapa da **figura 40**, com as orientações das imagens expressas pelo azimute na descrição dessas fotografias.

Figura 40: Pontos de onde foram realizadas as fotografias:

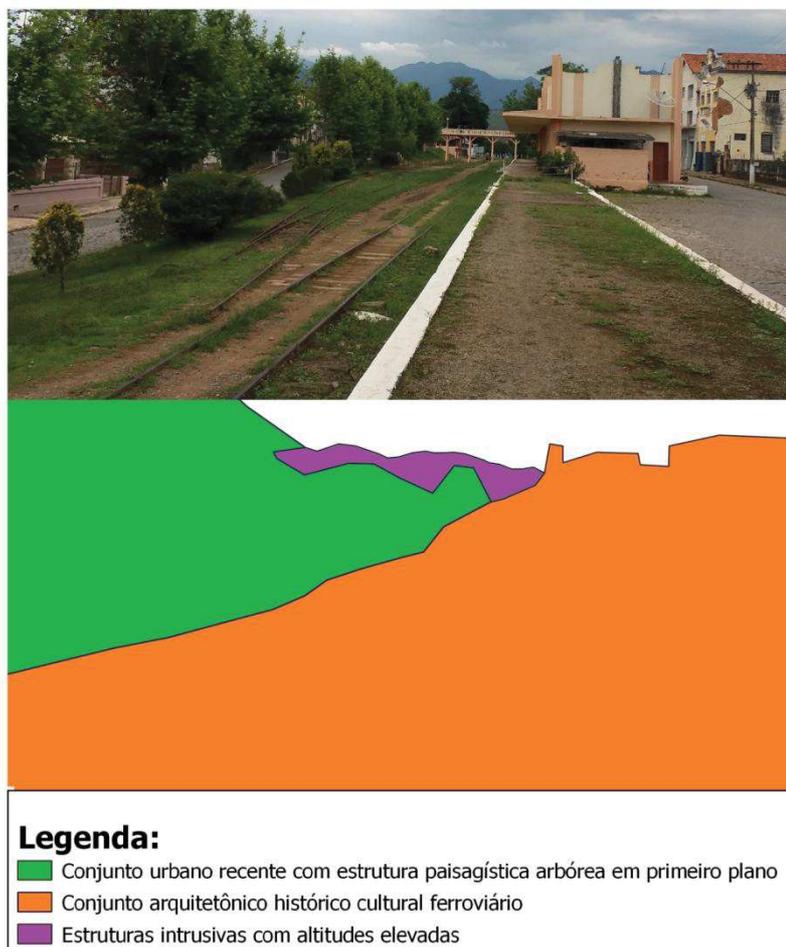


Fonte: Elaborado pelo autor

A primeira imagem (**figura 41**, ponto 1) é do município de Itanhandu e apresenta o conjunto arquitetônico em torno de onde a cidade teve seu maior desenvolvimento. Tipifica muito bem os municípios que tem a sua história ligada à ferrovia do café. Nesses municípios, as cidades se desenvolveram, principalmente, no entorno da ferrovia, o que caracteriza o conjunto arquitetônico que recebe novo significado. Na estação em questão, há várias lojas para atender o turismo.

Recentemente, tem ganhando força um movimento para a reativação da linha férrea, já que os municípios de Passa Quatro e São Sebastião do Rio Verde contam, respectivamente, com uma Maria Fumaça em operação e em fase final de implantação, com um projeto de restauração e operação da linha férrea até o município de São Lourenço.

Figura 41: Ponto 1. Município de Itanhandu. Coordenadas (Long/Lat): -44.939062286,-22.294909772. Altitude: 897. Azimute em 150°.



Fonte: Elaborado pelo autor

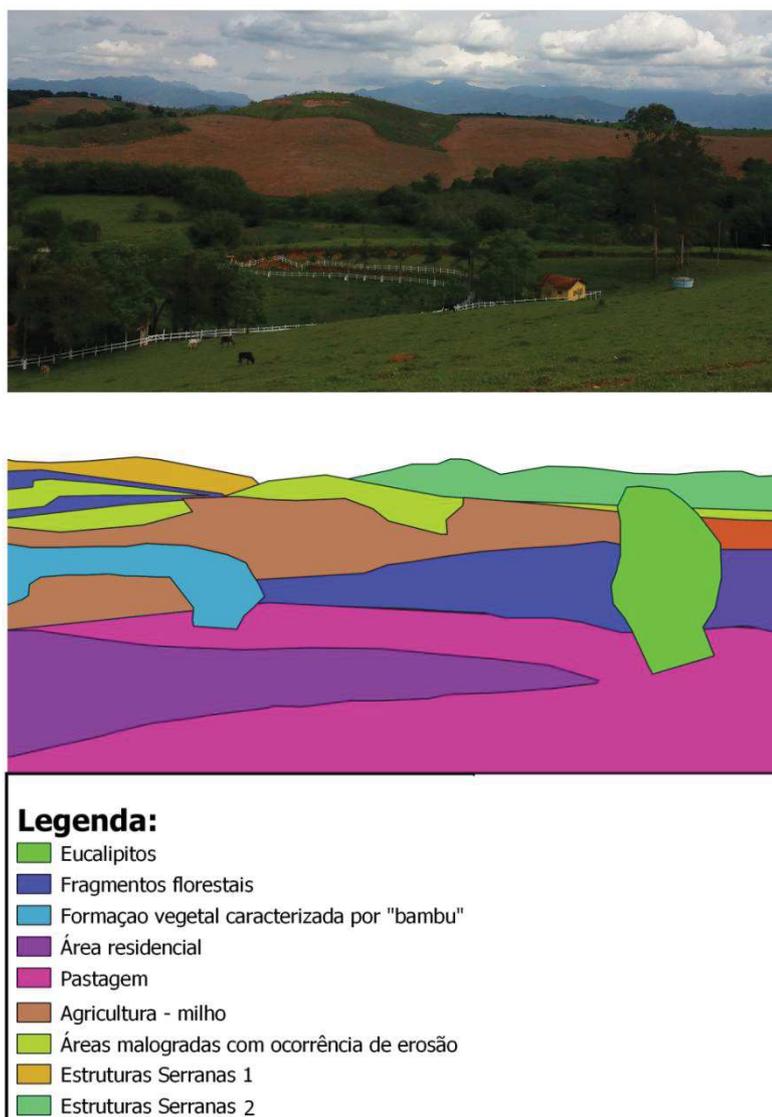
Também, complementando a imagem, é possível observar estruturas paisagísticas recentes, em parte ocultadas por uma estrutura paisagística de plátano (*plataus sp.*) que, junto com espécies arbustivas e gramíneas, compõem a estrutura de jardinagem. Ao fundo é possível visualizar a Serra Fina, estrutura intrusiva, de grande altitude e grande declividade, coberta por vegetação e protegida pela APA da Mantiqueira.

A imagem da **figura 42**, feita do ponto 2, representa uma paisagem que tipifica muito bem as áreas rurais de menor altitude na região. Mesmo com a caracterização do caipira em algumas áreas com o domínio da produção de subsistência, há estruturas de fazendas, voltadas a uma produção com fins comerciais, principalmente, na produção de milho para ração, silagem para a avicultura ou pecuária leiteira.

Dividindo espaço com a agricultura, há um domínio de pastagens, com espécies exóticas, eucaliptos e ainda fragmentos florestais de florestas estacionais semidecíduais.

Também é muito comum na região a presença de bambus (*bambusa spp*) às margens dos rios, compondo a mata ciliar ou como fronteira entre as propriedades. Detalhe para problemas de erosão nos topos dos morros, que surgem pela falta de cobertura vegetal e pela pecuária que exige do solo e da vegetação, principalmente nas épocas de seca.

Figura 42: Ponto 2. Fotografia da zona rural do município de São Sebastião do Rio Verde. Coordenadas (Long/Lat): -44.939062286,-22.294909772. Altitude: 907. Azimute em 40°.



Fonte: Elaborado pelo autor

Ao fundo é possível observar estruturas com elevadas altitudes, sendo a primeira a Serra do Papagaio, com a biodiversidade protegida de forma legal pelo Parque Estadual da Serra do Papagaio, e a segunda, com altitudes mais elevadas, formam um conjunto paisagístico protegido pelo Parque Nacional de Itatiaia.

A imagem da **figura 43**, feita do ponto 3, representa os campos de altitude nas áreas culminantes da Serra Fina.

Figura 43: Ponto 3. Fotografia da nascente do Rio Verde (Vale do Ruah). Coordenadas (Long/Lat): -44.939062286,-22.294909772. Altitude: 2.739. Azimute em 35°.



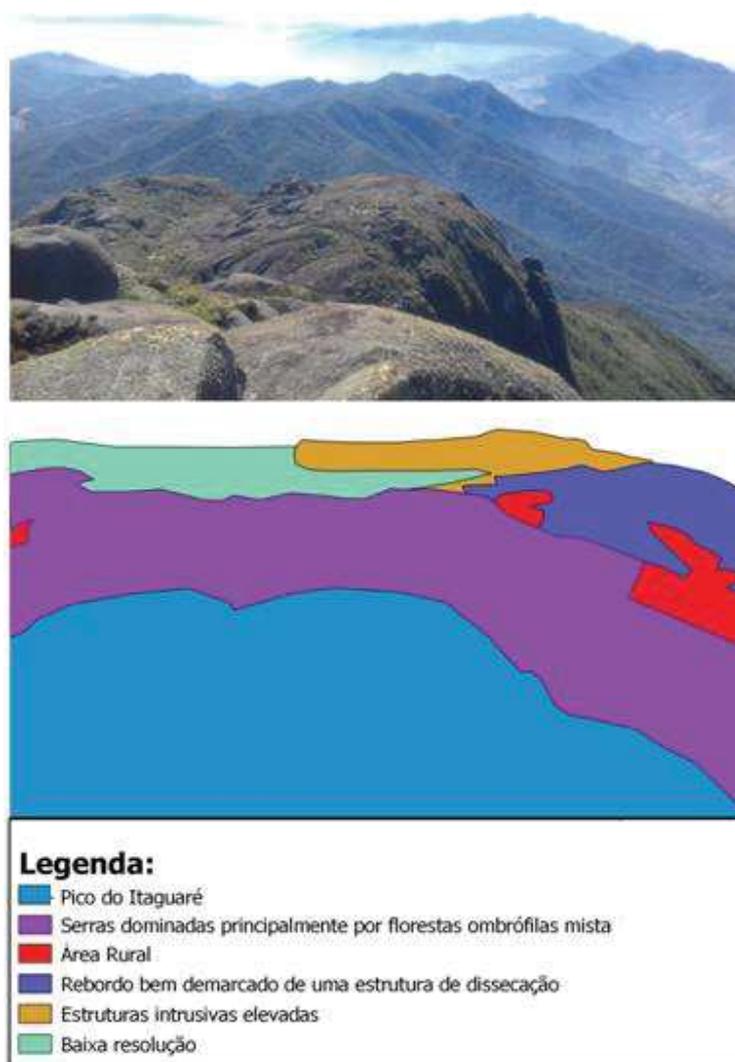
Fonte: Elaborado pelo autor

A foto em questão foi feita no Pico da Pedra da Mina, ponto culminante da Região com 2.787 metros de altitude e retrata um vale altimontano confinado, que é uma área de captação e a nascente do Rio Verde. O acesso à área, geralmente, leva dois a três dias e não conta com infraestrutura turística. Além disso, é coberta por campos que suportam as temperaturas negativas durante o inverno. Seguindo o leito do rio, há uma trilha utilizada para a travessia Serra Fina e uma área de *camping* contestada por seu potencial poluidor. As elevadas altitudes, próximas aos 2.500 metros, contrastam com o Vale do Paraíba que fica praticamente imperceptível, devido às condições atmosféricas no dia da fotografia. A área é protegida, legalmente, pela APA da Serra da Mantiqueira.

A quarta imagem (**figura 44**), do ponto 4, foi feita no cume do Pico do Itaguaré, com visão para os vales elevados que ligam Passa Quatro aos municípios de Virgínia e Marmelópolis. Há uma estrada não pavimentada que liga os dois municípios, porém, é pouco

utilizada, devido ao seu estado de conservação. Há várias estruturas rurais distribuídas pela paisagem. As atividades que mais compõem a economia dessas áreas são: o cultivo de ameixa e as plantações de eucaliptos, que são produzidos entrem as florestas estacionais semidecíduas e as floretas ombrófilas mistas.

Figura 44: Ponto 4. Visão das Terras Altas de cima do Pico do Itaguaré. Coordenadas (Long/Lat): -45.080543923,-22.485267916. Altitude: 2216. Azimute em 10°.



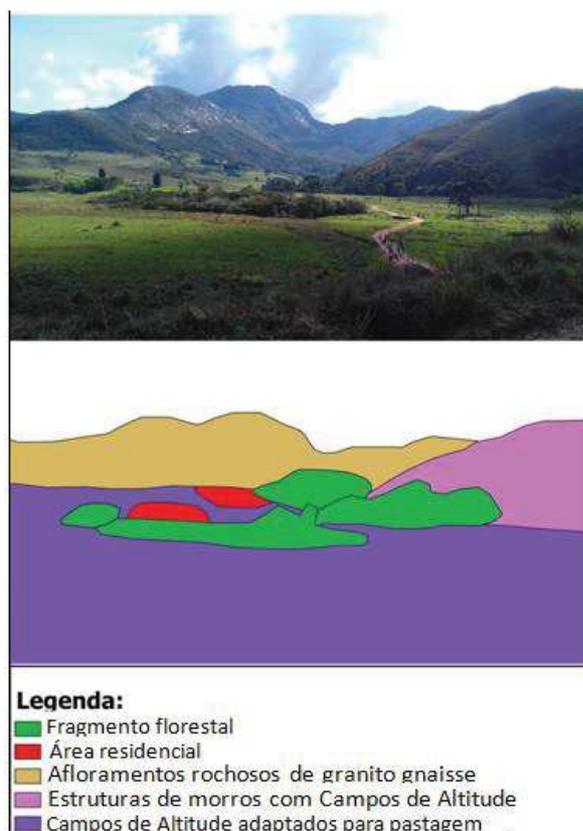
Fonte: Elaborado pelo autor

Do pico do Itaguaré, também é possível visualizar a Serra Fina. O município de Passa Quatro fica localizado na área de baixa resolução e pode ser observado em condições atmosféricas mais propícias.

A quinta imagem (**figura 45**), foi fotografada no ponto 5, que está localizado na divisa entre Alagoa e Baependi, no lugar conhecido como Garrafão ou Santo Agostinho. O nome

Garrafão vem da lenda que, nesta região, que era caminho de escoamento do ouro no ciclo da mineração, havia um grupo de ex-escravos que formavam um Quilombo. Estes, guardavam o ouro que tinham conseguido dentro de garrafas e escondiam enterrados na região.

Figura 45: Ponto 5. Santo Agostinho. Coordenadas (Long/Lat): -44.731564367,-22.190251771. Altitude: 1660. Azimute em 260°.



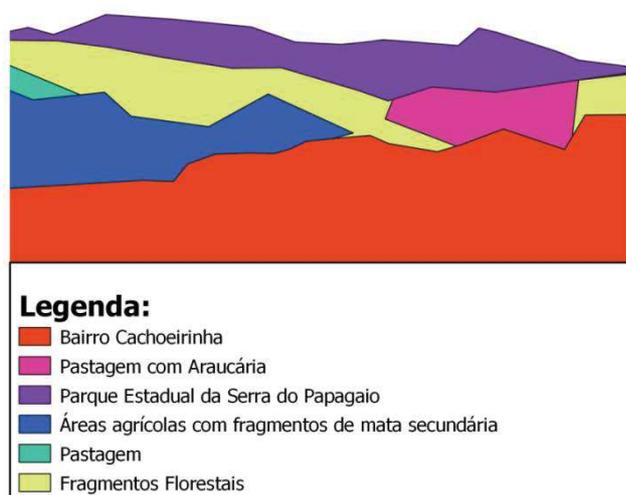
Fonte: Elaborado pelo autor

O que chama atenção nessa área, apesar da altitude e do relevo serrano, é que há uma região plana que favoreceu a ocupação. É visível o fragmento de floresta ombrófila mista, com a presença de araucária (*araucária angustifolia*) nas áreas de solos mais profundos, que são cortados por pequenos riachos meandantes e formam o Rio Baependi. Essa área levanta a possibilidade da formação dos solos terem sido pelo processo de depósitos aluviais de sedimentos, ou um fragmento de uma estrutura antiga, que tenha passado por processos intempéricos. Ao fundo, há o destaque para as intrusões cobertas por Campos de Altitude e candeias (*Eremanthus spp.*), na transição com as florestas. Apesar da planície, a ocupação humana ocorre no interior dos vales, ou protegida pela vegetação. Além de ser um aspecto histórico de ocupação que garante maior “invisibilidade”, esse processo tende a proteger

melhor de fenômenos climáticos, que ganham características mais extremas devido à altitude e à dinâmica atmosférica em interação com o relevo. Por fim, essa área é protegida pelo Parque Estadual da Serra do Papagaio. Mesmo com a categoria parque não permitindo o estabelecimento de residências no local, há ocupações espalhadas pela área.

A imagem da **figura 46**, fotografado do ponto 6, é uma imagem de uma Zona Rural de Itamonte, o Bairro Cachoeirinha. Apresenta uma área antropisada, com a presença de áreas agrícolas e de pastagem, que mesclam mata secundária e araucárias.

Figura 46: Ponto 6. Cachoeirinha. Coordenadas (Long/Lat): -44.795266525,-22.240520463. Altitude: 1219. Azimute em 20°.

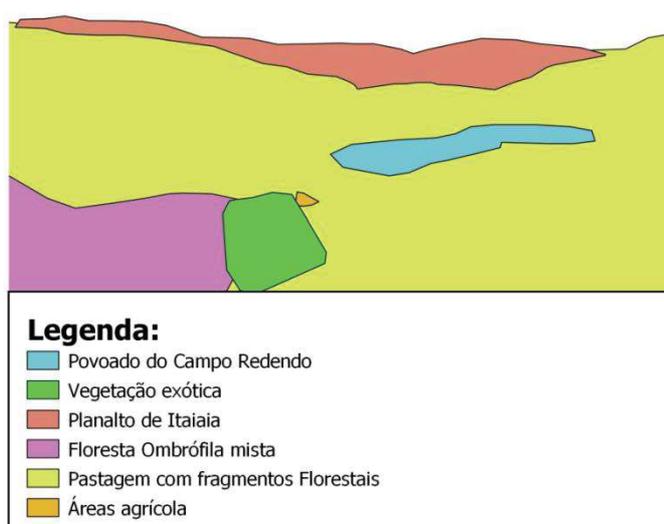


Fonte: Elaborado pelo autor

Ao fundo é possível observar as elevações protegidas pelo Parque Estadual da Serra do Papagaio. Há fragmentos florestais com embaúba (*Cecropia pachystachya*), que estratificam-se com Florestas ombrófila mista e terminam em áreas de campos nos pontos mais elevadas da serra.

A imagem da **figura 47**, fotografada do ponto 7, também é um bairro da zona rural de Itamonte, na divisa com o Município de Alagoa, chamado Campo Redondo.

Figura 47: Ponto 7. Visão do Campo Redondo. Coordenadas (Long/Lat):-44.693926904,-22.258851368. Altitude: 1661. Azimute em 215°.



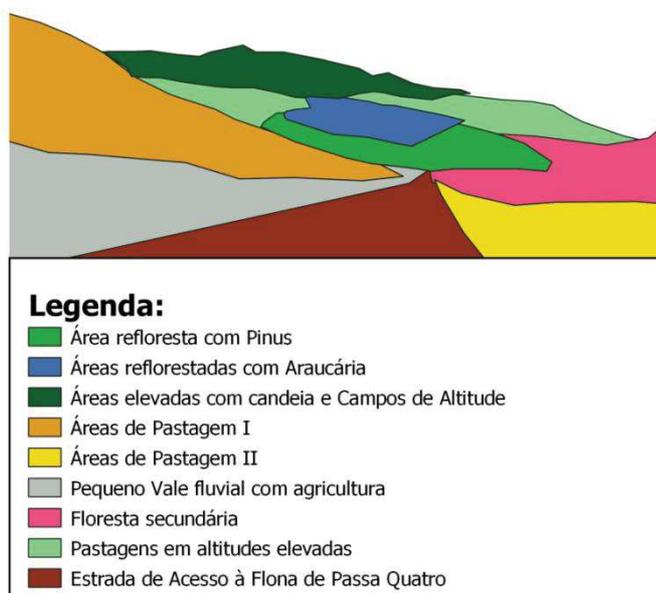
Fonte: Elaborado pelo autor

Esse bairro é uma colônia, que tem muito dos traços do passado no cotidiano. Além do linguajar peculiar, há a produção de alimentos orgânicos, como: geleias, cervejas e etc. Já houve uma festa destinada à culinária do pinhão, mas acabou por falta de estrutura para suportar a demanda, o que causava transtorno à comunidade nos dias do evento. Nas serras ao fundo, há outros povoados, como, por exemplo, a Fragária e a Serra Negra. Há um grupo de tropeiros que atravessam essas serras ao fundo da fotografia para alcançar o município Visconde de Mauá - RJ e levar produtos tradicionais para serem vendidos para os turistas.

Ao fundo da imagem é possível observar o Parque Nacional de Itatiaia. Há uma travessia que inicia no Parque e que passa pelas serras à esquerda da fotografia, no sentido de Maromba, em Visconde de Mauá.

A fotografia feita no ponto 8 (**figura 48**), representa a estrada de acesso à Floresta Nacional de Passa Quatro. A Unidade de Conservação é próxima à cidade a cerca de 4,0 km da área central.

Figura 48: Ponto 8. Floresta Nacional de Passa Quatro. Coordenadas (Long/Lat):- 44.948824931,-22.380162963. Altitude: 933. Azimute em 135°.



Fonte: Elaborado pelo autor

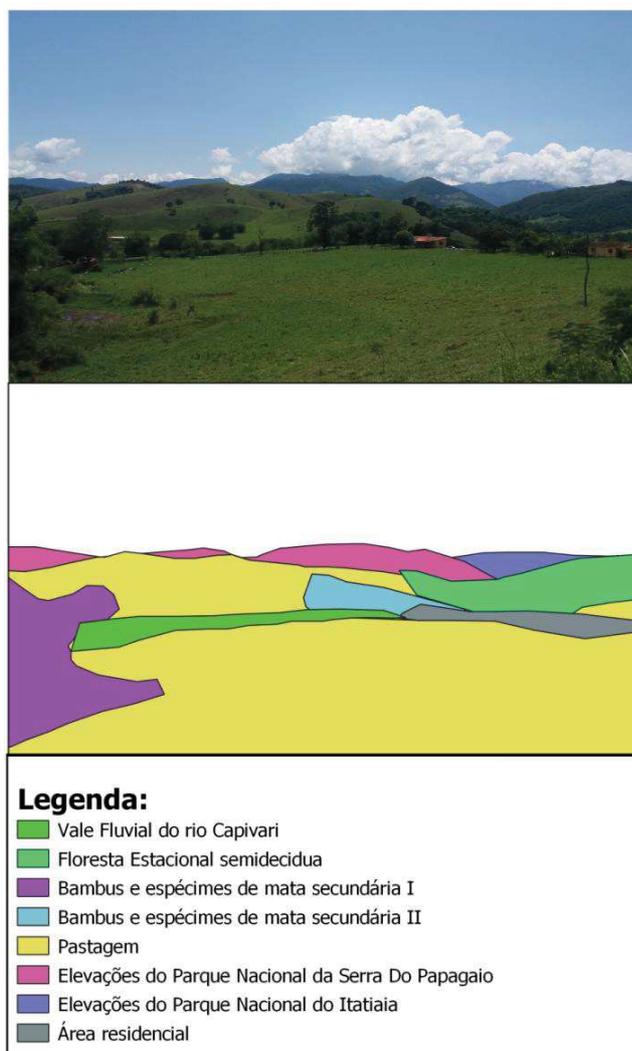
Na imagem é possível observar a proposta de reforestamento da área que era uma fazenda que foi comprada para o plantio de pinus e de araucária, com o objetivo de estudar a

viabilidade econômica das espécies. Com o advento do eucalipto, a área foi passada para o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) e, depois, para o ICMbio. Ainda é possível visualizar a vegetação exótica da área, que está passando por um processo de manejo para substituir as espécies por árvores nativas.

Nas áreas culminantes ao fundo está à região do Campo do Muro, uma área de campos com fragmento de floresta nebulosa. O local também tem importância histórica, pois há um muro feito por soldados durante a Revolução Constitucionalista de 1932.

A fotografia do ponto 9 (**figura 49**), foi tirada às margens da BR-354, no sentido de Pouso Alto a Itamonte, na altura de Capivari.

Figura 49: Ponto 9. Rodovia MG - 354 em Capivari. Coordenadas (Long/Lat):- 44.917624164,-22.261212108. Altitude: 910. Azimute em 35°.

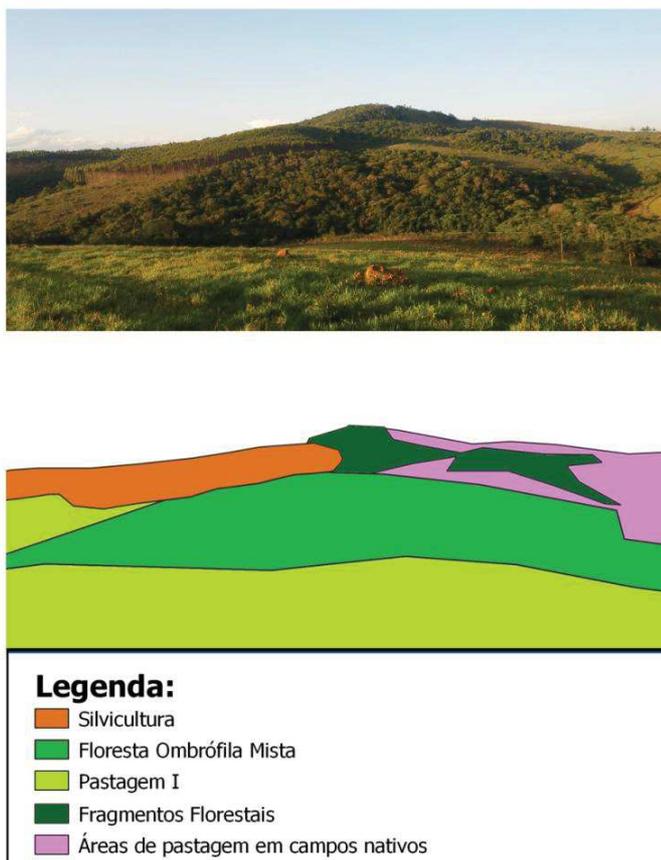


Fonte: Elaborado pelo autor

Representa parte da paisagem que compõe o vale fluvial do rio Capivari. Neste ponto, há um domínio de áreas de pastagem e diversas casas cercadas por mata secundária. Ao fundo, é possível observar as elevações que compõem o Parque da Serra do Papagaio. Há uma estrada à direita da fotografia, que segue pelos fragmentos florestais, que serve como acesso ao bairro do Coura, onde há cachoeiras e um acesso às áreas elevadas do Parque, por trilhas.

A fotografia do ponto 10 (**figura 50**) é da parte Norte de Aiuruoca. Há fragmentos florestais nos vales, porém, há muita alteração no entorno para a silvicultura e pecuária. Nessa área, é possível observar campos naturais, entre espécies exóticas, utilizados para pastagem.

Figura 50: Ponto 10. Norte de Aiuruoca. Coordenadas (Long/Lat):-44.662141108,-21.881384614. Altitude: 1161. Azimute em 15°.



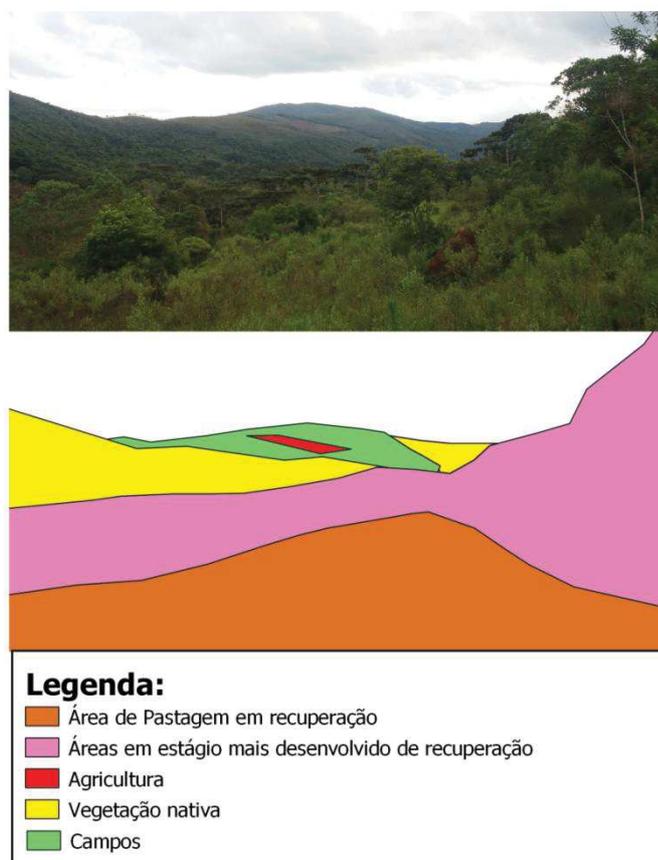
Fonte: Elaborado pelo autor

Nessas áreas há uma maior produção agrícola e de eucaliptos sobre os fragmentos de campos, o que explicam os indicadores de vulnerabilidade apresentado nos dados do IDE-SISEMA.

A fotografia do ponto 11 (**figura 51**) apresenta uma parte do vale do Matutu. É possível observar que, em primeiro plano, há uma área em recuperação e, mais ao fundo,

fragmentos vegetais de florestas ombrófilas. Com a elevação das altitudes, a vegetação vai sendo substituída por candeias e campos de altitude. A distribuição da candeia na paisagem expressa um cultivo controlado. Destaque para um cultivo agrícola nas áreas mais elevadas, algo peculiar a essa altitude e em uma área preservada.

Figura 51: Ponto 11. Vale do Matutu. Coordenadas (Long/Lat):-44.655070816,-22.080699861. Altitude: 1528. Azimute em 200°.



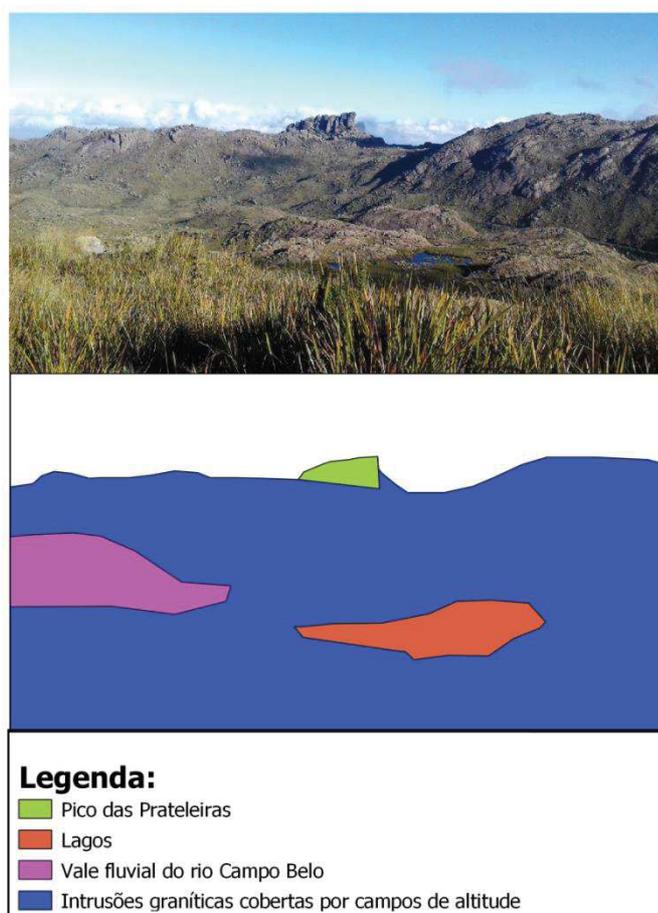
Fonte: Elaborado pelo autor

O vale do Matutu é reconhecido como uma localidade turística, que difunde a interação da natureza com a comunidade. É povoado por pessoas que, geralmente, não são nativos da região e vieram em busca de um contato maior com a natureza. Há uma associação de moradores que busca regulamentar o turismo e que produz alimentos orgânicos para serem comercializados. Também há pousadas e restaurantes espalhados pela mata, que são focados em hospedagens ecologicamente corretas e alimentação vegana e vegetariana.

A fotografia do ponto 12 (**figura 52**) representa o Parque Nacional de Itatiaia. O Parque é uma Unidade Conservação de Proteção Integral, que visa proteger as formações rochosas, a fauna, a flora e as águas da localidade. Na foto, retirada no caminho da travessia

dos Cinco Lagos, é possível observar o pico das Prateleiras ao fundo. Também é possível visualizar uma estrada, parte de um projeto, que visava ligar a parte alta com a parte baixa do parque. A localidade tem várias nascentes, destaque para a nascente do rio Campo Belo e do rio Aiuruoca.

Figura 52: Ponto 12 - Parque Nacional de Itatiaia. Coordenadas (Long/Lat):-44.703278142,-22.373319126. Altitude: 2451. Azimute em 160°.

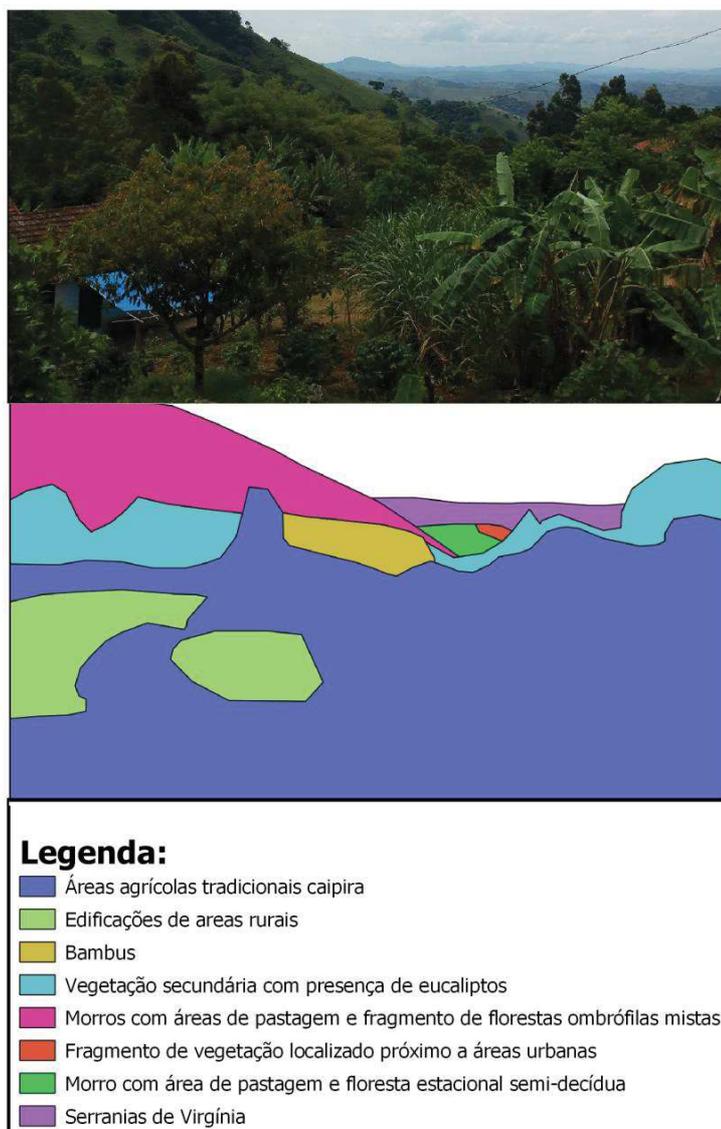


Fonte: Elaborado pelo autor

Esse Parque, como sugere a categoria, tem o foco na visitação. Recebe um grande número de turistas, que realizam as trilhas disponíveis. Os destinos mais procurados são: a escalada ao Pico das Agulhas Negras e a escalada ao Pico das Prateleiras.

A fotografia do ponto 13 (**figura 53**) foi feita na zona rural do Município de Virgínia, na estrada que liga a Marmelópolis. Na fotografia é possível visualizar como as populações tradicionais das áreas rurais modificam as paisagens próximas às suas residências. Há árvores frutíferas como laranjeiras e bananeiras, capineiras para o gado, bambus e outras árvores para cercas e outras produções técnicas manuais.

Figura 53: Ponto 13. Estrada Virgínia/ Marmelópolis, km7. Coordenadas (Long/Lat):- 45.103343502,-22.371188020. Altitude: 1189. Azimute em 95°.



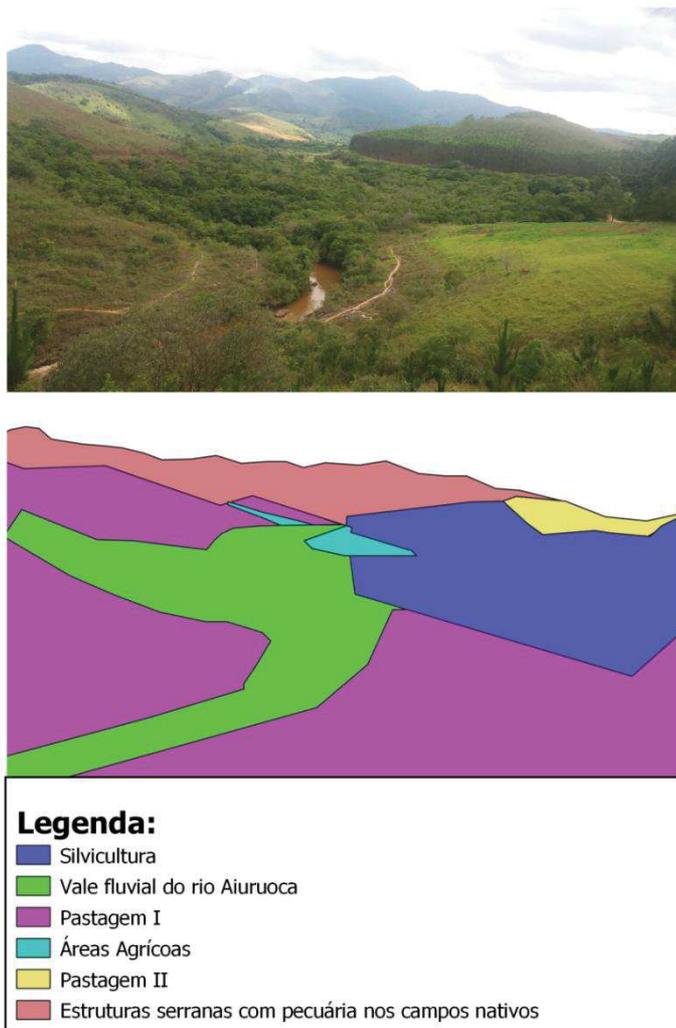
Fonte: Elaborado pelo autor

Ao fundo da imagem, há áreas de pastagem com elevada declividade e a presença de araucárias. Mais ao fundo, as serranias da Mantiqueira dominadas por pastagens e florestas estacionais semidecíduais.

A fotografia do ponto 14 (**figura 54**) foi feita entre os municípios de Alagoa e Aiuruoca e apresenta a visão do vale do rio Aiuruoca. Nesse ponto, o rio faz um curso meandrante, deixando vários meandros abandonados, que ficam ocultos pela formação florestal composta por mata ciliar. Onde a mata acaba, após um pequeno trecho, o rio forma

um corredeira, que não é visível na foto. À margem do rio, os morros apresentam uma estrutura característica do planalto Andrelândia, com modificação dos solos e das rochas.

Figura 54: Ponto 14. Estrada Alagoa/Aiuruoca. Coordenadas (Long/Lat):-44.594955261,-22.052234430. Altitude: 1089. Azimute em 180°.



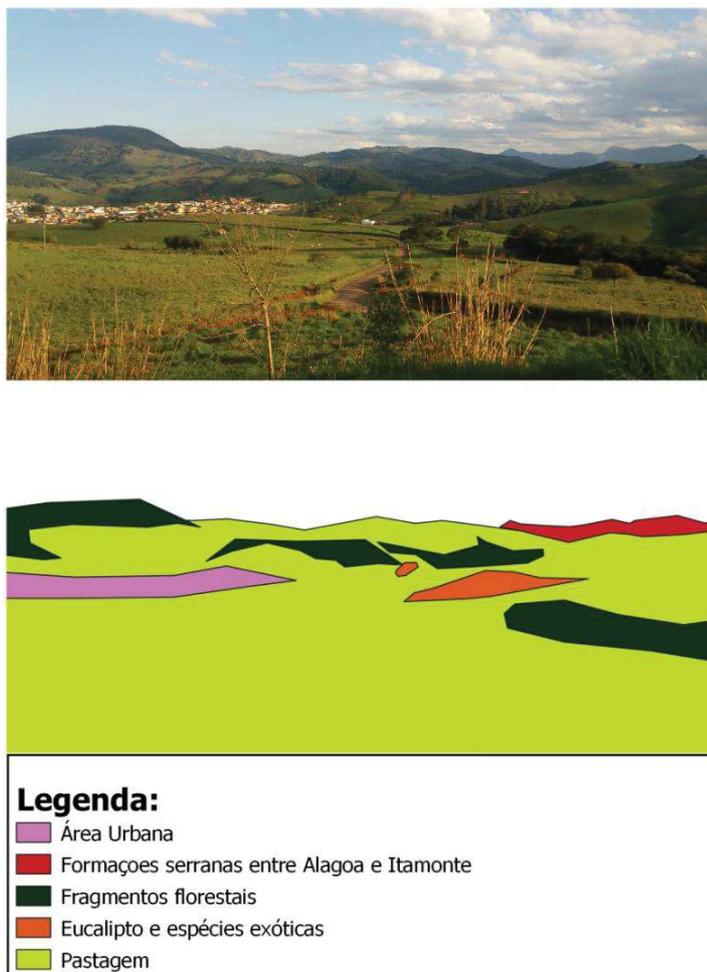
Fonte: Elaborado pelo autor

Há a presença de silvicultura e de áreas de pastagem. O morro à esquerda da fotografia, em primeiro plano, apresenta sinais que passou por uma queimada. É possível observar um incêndio acontecendo na transição das áreas de pastagem para os campos de altitude, nas formações elevadas ao fundo. Com fins ornamentais, os locais mesclam a plantação de *pinus* e de araucárias próximas às casas.

A fotografia do ponto 15 (**figura 55**) apresenta a visão do município de Aiuruoca, pelo acesso por asfalto, que liga a BR-267 ao município. É possível visualizar o aglomerado urbano e a grande quantidade de áreas de pastagem na região, com fragmentos florestais com

espécies exóticas. Estes se concentram em áreas de alta declividade, lugares muito pedregosos e áreas de difícil acesso. Ao fundo é possível observar a serra que divide Alagoa e Itamonte.

Figura 55: Ponto 15. Aiuruoca. Coordenadas (Long/Lat):-44.619069025,-21.976440718. Altitude: 1113. Azimute em 135°.

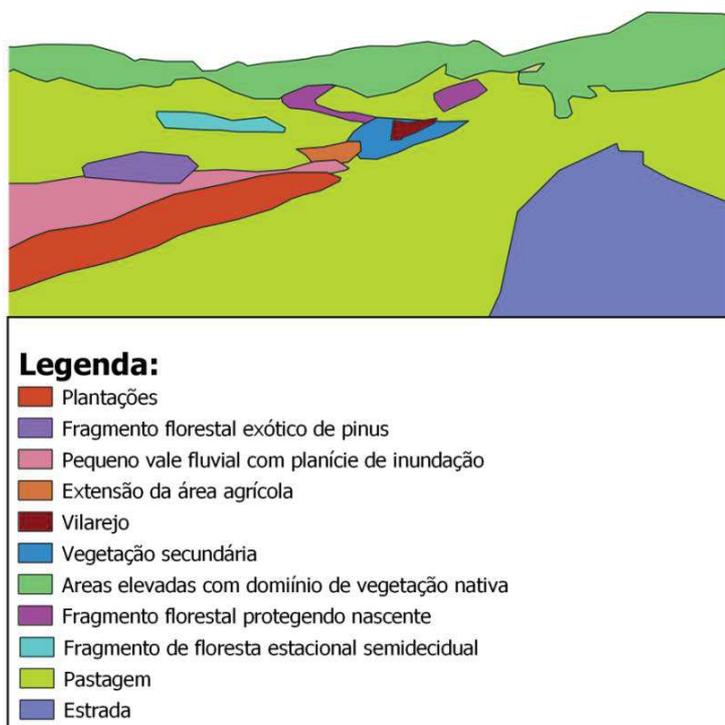


Fonte: Elaborado pelo autor

Este é o único acesso ao município de Aiuruoca por Asfalto, porém, há uma estrada para Alagoa, que passa pelo vale à direita da foto, contornando as elevações do Parque da Serra do Papagaio e atravessa comunidades rurais, que já estão atendendo a demanda da atividade turística, mesmo que de forma primária.

A fotografia do ponto 16 (**figura 56**) foi feita no acesso ao bairro Ribeirão de Pouso Alto. É um bairro que tem traços fortes da cultura caipira e de onde, também, é possível acessar algumas áreas do Parque Estadual da Serra do Papagaio, como, por exemplo, o Pico do Rachado.

Figura 56: Ponto 16. Ribeirão de Pouso Alto. Coordenadas (Long/Lat):-44.916940175,-22.189562094. Altitude: 914. Azimute em 90°.

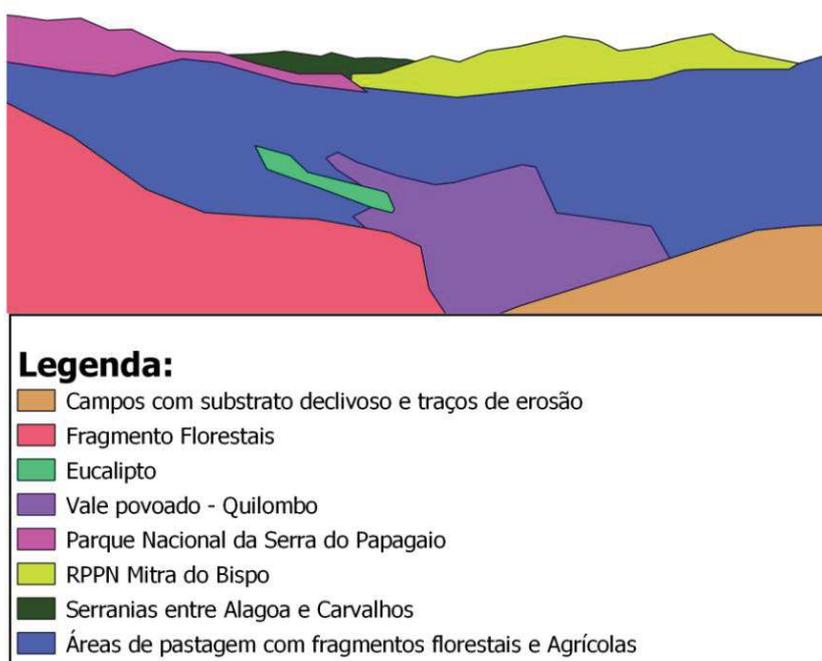


Fonte: Elaborado pelo autor

Na imagem é possível visualizar as elevações do Parque, e, nos vales, o desenvolvimento da agricultura de milho, com áreas de pastagem nos morros. É uma área pouco explorada pelo turismo.

A imagem do ponto 17 (**figura 57**) foi feita na divisão dos municípios Itamonte e Aiuruoca, na estrada de acesso que liga os dois municípios e dentro da área do Parque Estadual da Serra do Papagaio.

Figura 57: Ponto 17. Estrada Itamonte/Alagoa. Coordenadas (Long/Lat):-44.717105734,-22.225728495. Altitude: 1766. Azimute em 45°.



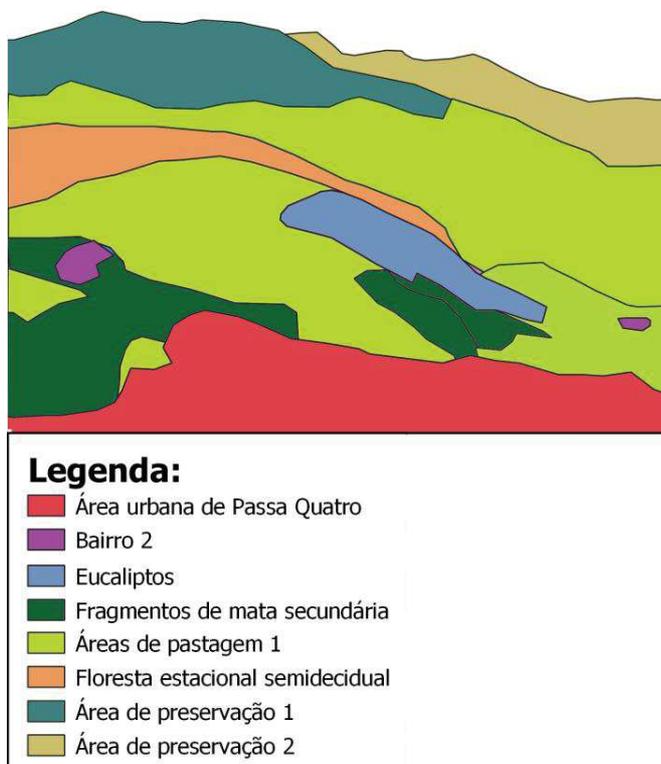
Fonte: Elaborado pelo autor

É uma rota utilizada por ciclistas e turistas com veículos motorizados, que fazem um caminho que contorna o Parque e vai até o município de Aiuruoca. Na imagem é possível visualizar o bairro do Quilombo. Na direita da foto, há uma rodovia (LMG-881), que não é asfaltada. Há outro caminho, que desce à esquerda, pelo bairro Quilombo, passando por algumas fazendas turísticas e por algumas pousadas. À esquerda da imagem, ao fundo, estão as elevações do Parque da Serra do Papagaio. Na parte sul e à direita, também ao fundo, estão

as elevações, que correspondem a RPPN da Mitra do Bispo, que dividem Alagoa e o distrito Santo Antônio do Rio Grande, pertencente ao município de Bocaina de Minas.

Na fotografia do ponto 18 (**figura 58**), é possível visualizar uma parte da área urbana do município de Passa Quatro e alguns bairros nos vales e entre os morros, com fragmentos de matas secundárias.

Figura 58: Ponto 18. Passa Quatro. Coordenadas (Long/Lat):-44.969639240,-22.387766841. Altitude: 976. Azimute em 90°.



Fonte: Elaborado pelo autor

Ao fundo e à esquerda está a elevação do Campo do Muro (área de preservação 1). A elevação à direita, mais ao fundo, e o acesso ao pico do Capim Amarelo (área de preservação 2), o primeiro pico no trajeto para a travessia Serra Fina.

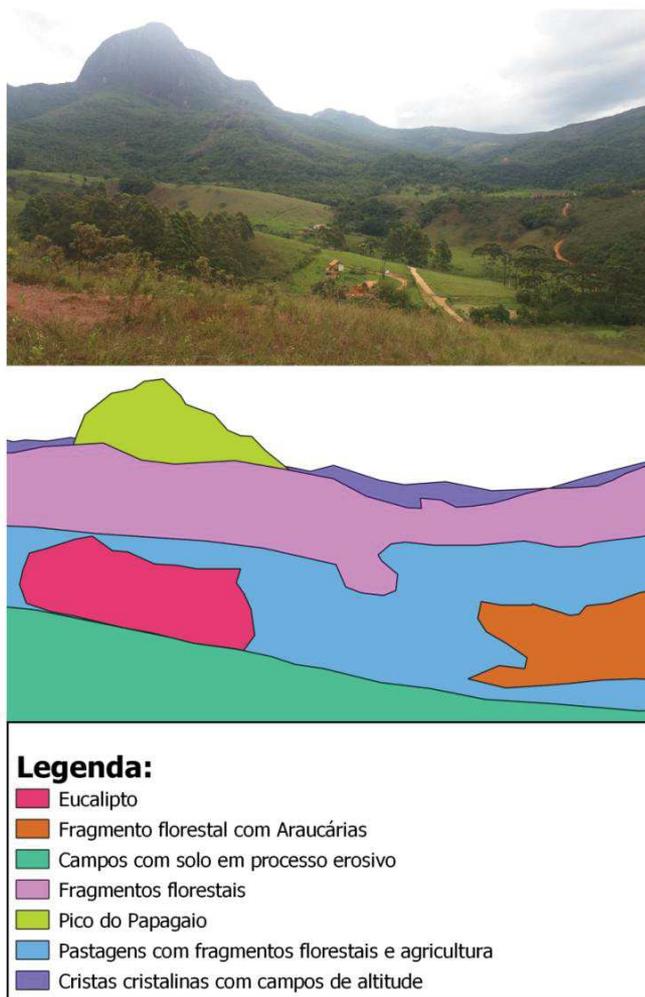
Nos morros há uma mescla de áreas de pastagem com fragmentos de florestas estacionais semidecíduais e áreas de plantações de eucaliptos. Não só nessas áreas, mas, em outras localidades, é possível ver fragmentos de plantações de eucalipto, frutos de uma época em que o produto estava em alta no mercado e foi alvo de investimento isolado por alguns pequenos proprietários rurais. Porém, em Passa Quatro, também, há grandes plantações de silvicultura que suprem a demanda local de uma fábrica de papel da cidade. Nos topos há a formação de campos de altitudes sobre a estrutura intrusiva pedregosa.

A fotografia da imagem 19 (**figura 59**) apresenta o vale do Batuque e o pico do Papagaio ao fundo.

É uma área de transição dos Altos estruturais, com planícies altimontanas e as Cristas e Morrarias a nordeste. No vale é possível observar a ocupação humana caracterizada por áreas de pastagem e plantações de espécies arbóreas como o eucalipto. Há fragmentos de florestas ombrófilas mistas e de araucárias, isoladas na pastagem. As vegetações na transição iniciam em fragmentos florestais, que se tornam campos nas áreas culminantes da elevação do batólito do pico do Papagaio e das extensões rochosas culminantes a leste.

O vale chama Batuque, pois as formações rochosas na base do Pico do Papagaio formam estruturas de rochas encaixadas, que, com características de grutas, nas quais os nativos mais antigos da região afirmavam que ouviam barulho de batuques de escravos, que fugiam e se abrigavam nessas áreas. Em primeiro plano, é possível observar apenas uma parte dos campos com erosões, porém, há outras ocorrências no entorno do local onde a fotografia foi registrada.

Figura 59: Ponto 19. Vale do Batuque. Coordenadas (Long/Lat):-4966738.9573,-2515375.4426. Altitude: 1168. Azimute em 135°.



Fonte: Elaborado pelo autor

Concluindo, as Terras Altas da Mantiqueira podem ser divididas em três estruturas turísticas baseadas nos aspectos geossistêmicos, territoriais e paisagísticos. No próximo capítulo, serão apresentadas essas unidades e será debatido sobre como essas áreas se relacionam com o turismo e as potencialidades que pode apresentar para um desenvolvimento que cause menos transtorno aos turistas e à comunidade.

4. ZONEAMENTO TURÍSTICO – UNIDADES GEO -TURÍSTICAS.

Regionalizar turisticamente é estabelecer uma base do que será percebido pelo turista em sua relação com a localidade. Relações que transcendem as dinâmicas econômicas e levam turistas aos locais em um movimento complexo, que modificam os envolvidos em um processo constante.

O turista não tem a percepção de toda a rugosidade. Dessa forma, estabelece a percepção da localidade como um espaço uno e homogêneo. Enxerga, de forma generalizada, uma representação de uma totalidade arbitrária e pura das relações de um mundo ingênuo. Da mesma forma, há um olhar inocente dos locais sobre os turistas, que podem variar de uma percepção de surpresa, até uma apatia. Até que ponto há uma conexão real entre o turista e o espaço? Há a necessidade de estabelecer um alinhamento que associe os dois. Certamente, em sua demanda, o turista faz as escolhas dos destinos baseado em experiências vividas e nas relações que estabelecem na própria localidade. Um ecoturista terá a escolha do seu próximo destino, baseado na experiência em áreas naturais que teve em outros momentos da sua vida, por exemplo, por uma experiência passada em sua infância, que remete a um momento em áreas naturais, ou em negação a sua realidade urbana, na busca de estabelecer novos conhecimentos. A dinâmica do receptivo, também se estabelecerá em relação à demanda. Um destino que atende turistas de aventura não está preparado para servir caviar e champanhe, mas, certamente, pode servir montanhistas. Porém, essa dinâmica demanda um desconforto muito maior aos envolvidos para oferecer serviços, do que se esse cardápio fosse oferecido em um restaurante especializado no assunto.

Dessa forma, já se esboça que, boa parte dos problemas das viagens que não são tão bem-sucedidas são reflexos de desconhecimento dos turistas sobre o seu destino, ou dos destinos sobre os turistas. Há uma tendência à padronização dos destinos, uma alusão utópica de que todos os turistas são iguais, excluindo toda a variedade étnica, cultural e social, inerentes a cada um. Seguindo uma linha de homogeneização, surge uma característica clássica do capitalismo, em busca de um ajuste espacial, quando a especulação cria novos espaços para suprir as demandas decadentes. Sacrificar a variedade se torna um golpe sorrateiro contra períodos sobrepostos na rugosidade, não só negando e extinguindo, mas, também, é capaz de juntar os variados fragmentos temporais e espaciais desconexos.

Surge, então, uma proposta em busca de uma postura ética em que o local tome conhecimento de si e de sua potencialidade, não como atrativo turístico, mas como lugar. A sua particularidade é especial, primeiramente para si e, depois, para os visitantes. O lugar,

antes de ser turístico, é um lugar, e isso deve ser respeitado. Por outro lado, o turista mais consciente de seus destinos pode fazer melhores escolhas, pode refletir sobre as possibilidades que se configuram a sua frente e, isto, mesmo não garantindo o sucesso, possibilita uma melhor interação.

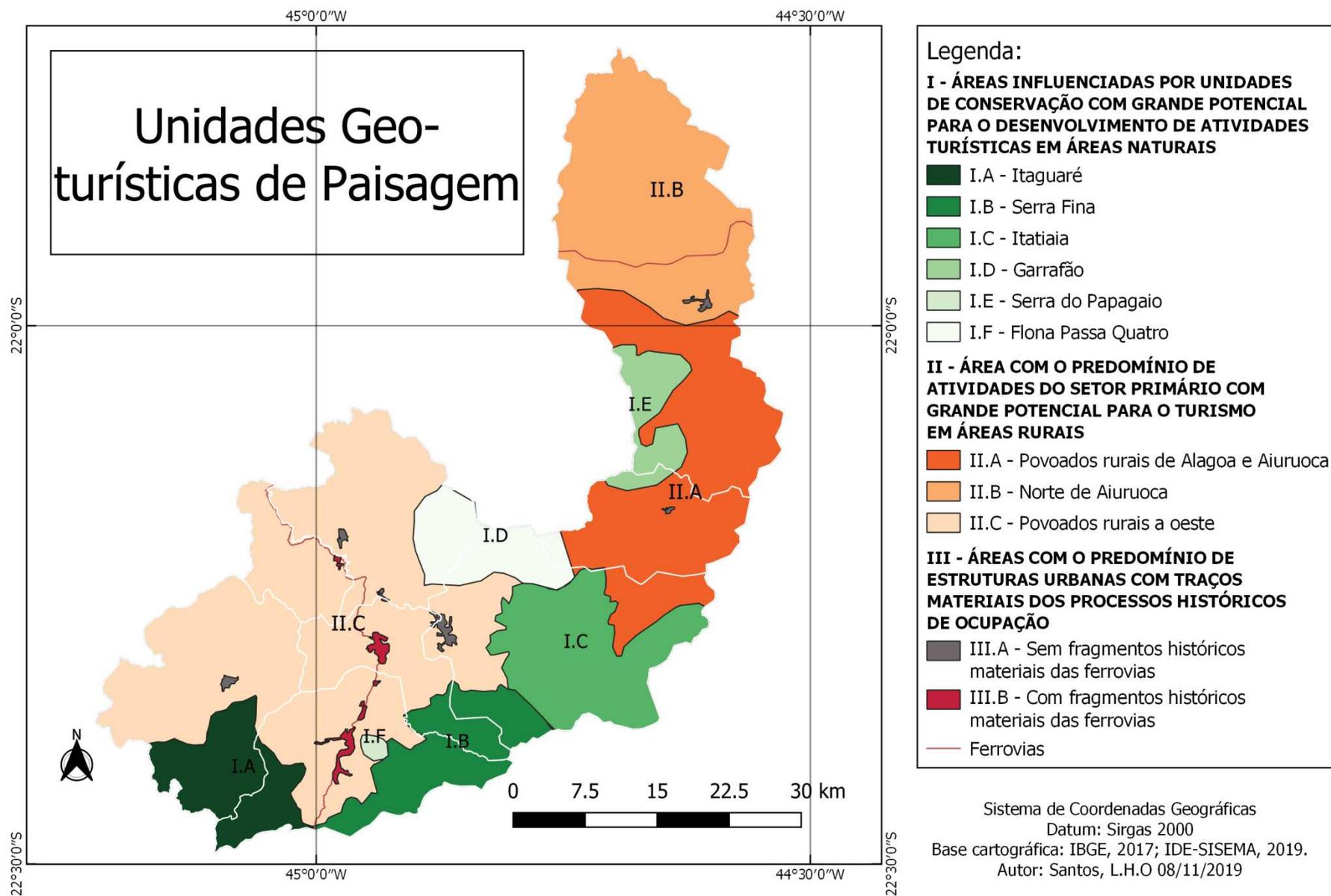
Para esse fim é proposto um zoneamento do circuito Terras Altas da Mantiqueira, não é um recorte estável no tempo e no espaço. É assumido o risco que, ao término deste trabalho, várias informações já estejam desatualizadas, mas, mesmo assim, um olhar atento já permite uma prognose. Não prever o futuro, mas diminuir o mar de incerteza aos níveis que permitam o estabelecimento de propostas. Para chegar às zonas, foi utilizado o pensamento complexo com a metodologia GTP. A reflexão para se pensar cada unidade saiu do conceito que cada tipo de estrutura geossistêmica (source) é apropriado por diferentes tipos e níveis de territorialização (ressource), o que resulta em diferentes paisagens (ressourcement).

Dessa forma, após todo o levantamento cartográfico e bibliográfico sobre a região, foram diagnosticadas três grandes estruturas geo-turísticas, que podem ser divididas em estruturas menores. (**figura 60**).

A primeira corresponde às áreas que tiveram uma baixa intervenção humana, quando comparada com as outras áreas. Tem o domínio de vegetação nativa primária ou secundária, ou são áreas de reflorestamento. São, no geral, as áreas mais elevadas da região e com grande declividade, o que faz com que várias entrem na categoria de Área de Proteção Permanente (APP). Além disso, a área é protegida por um mosaico de Unidades de conservação, que busca proteger a biodiversidade da localidade.

A segunda estrutura corresponde às áreas Rurais, que são marcadas por morros que mesclam fragmentos florestais, áreas de pastagem e agrícolas. Além da agricultura de subsistência comum, é possível visualizar processos que utilizam tecnologias como tratores e ordenhadeiras, que maximizam a produção, buscando atender um mercado específico, como, por exemplo, granjas avícolas e laticínios. A terceira estrutura corresponde às áreas urbanas e aglomerados, que não ultrapassam 17 mil habitantes. No conjunto arquitetônico das áreas, é possível visualizar traços históricos, principalmente do ciclo do café, que criaram uma estrutura de rede ferroviária que transpassa algumas cidades e foi a força motriz para concentrar os primeiros aglomerados urbanos expressivos na região e para a transformação das áreas de vilarejos em municípios.

Figura 60: Mapa de unidades Geo-turísticas do Circuito Terras Altas da Mantiqueira



4.1 I - ÁREAS INFLUENCIADAS POR UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COM GRANDE POTENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES TURÍSTICAS EM ÁREAS NATURAIS.

São áreas que correspondem às localidades que sofreram poucas alterações em comparação ao restante do circuito. Podem ser subdivididas em seis unidades, de acordo com suas características físicas, territoriais e paisagísticas. Um ponto forte, que influencia nessa categorização, são os aspectos territoriais ligados à proteção legal das áreas, que, para o turismo, podem ditar a forma de utilização e o tipo de impacto que essas áreas podem ter como o desenvolvimento de um turismo intenso. Optou-se por descrever, dentro dessas unidades, as comunidades tradicionais que tem associado seus aspectos culturais com a centralidade tipológica da localidade. Surgem problemas territoriais, apesar da unidade de conservação do tipo Parque Nacional, não permitir residentes em seu território, há grupos tradicionais que vivem dentro ou muito próximos dessas áreas. Essa relação histórica e cultural ganha mais ênfase quando analisada junto a essas áreas de interesse ecológico, do que como comunidades rurais autônomas e independentes.

4.1.1 I.A – Itaguaré

Esta unidade corresponde às elevações do Município de Passa Quatro em sua porção sudoeste e parte do Município de Virgínia. É caracterizada pelo pico do Itaguaré, que forma o principal atrativo dessa região. O acesso ao pico conta com uma trilha de acesso com um desnível próximo a 800 metros e 5 quilômetros de extensão. A trilha começa próxima à localidade conhecida como Sertão dos Martins, bairro de Passa Quatro, com traços da cultura caipira expressos na forma de utilizarem a terra para a produção agrícola e pecuária, na arquitetura, na linguagem e nas vestimentas. A trilha continua por áreas de florestas ombrófila mista e termina em áreas de campos de altitude. Essa trilha é utilizada por turistas, mas é comum ver pessoas da comunidade Sertão dos Martins realizando a caminhada. São áreas protegidas pela APA da Serra da Mantiqueira, porém, há a proposta de transformar a área na categoria Monumento Natural.

Uma rota que é crescente em demanda na região é a travessia Itaguaré-Marins, que liga o pico do Itaguaré ao pico dos Marins, localizado na divisa entre Piquete e Marmelópolis. O pico dos Marins é frequentado por residentes e turistas de Virgínia, que tem um acesso mais fácil à localidade que os outros municípios do circuito. A travessia tem aproximadamente 25

quilômetros e passa por pontos culminantes da Serra, proporcionando, na maior parte do tempo, a visão para o Vale do Paraíba e para as Terras Altas da Mantiqueira. A trilha não tem infraestrutura e a sinalização básica é feita utilizando pedras empilhadas, ou marcas de tinta nas pedras (**figura 61**).

Figura 61: Pico do Itaguaré:



Fonte: acervo pessoal

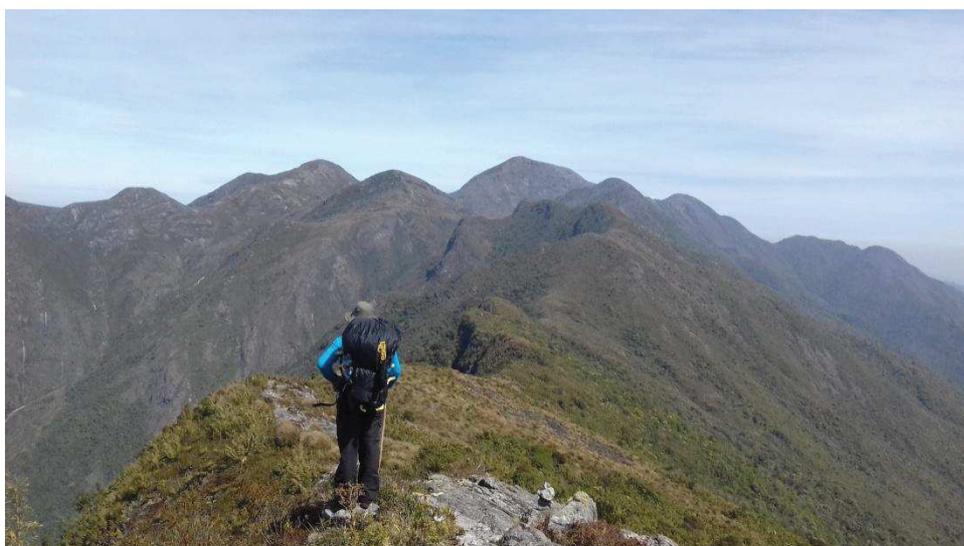
4.1.2 I.B – Serra Fina

Nesta unidade estão localizados alguns dos pontos mais elevados do Brasil. É caracterizada pelo domínio de campos de altitude em suas áreas culminantes (**figura 62**), mas, também, há fragmentos de florestas ombrófilas mistas e florestas alto-montanas. Na localidade nasce o rio Verde, importante curso de água para os municípios de Itanhandu e Passa Quatro, que forma cachoeiras e poços atraindo locais e turistas. É uma região muito utilizada pelo turismo, principalmente por montanhistas e corredores de aventura. A travessia Serra Fina tem aproximadamente 36 km de extensão e um desnível de 1400 metros entre os pontos mais baixos e os mais elevados. Geralmente, é feita em quatro dias e não conta com uma estrutura, cabendo ao turista carregar seu próprio material de *camping* ou contratar uma agência para facilitar a sua logística. As agências que vendem esse pacote, geralmente são de fora do circuito e contratam locais para a operação. O ponto central dessa localidade é a Pedra da Mina, a qual é possível ser alcançada por dois acessos, ou por um local conhecido como Toca do Lobo, ou pelo bairro Paiolinho. Dependendo do ritmo e do acesso, se gasta de um a dois dias para alcançar o cume. O final da travessia é em Itamonte, às margens da rodovia BR – 354.

A área é protegida pela APA da Serra da Mantiqueira, que, mesmo sendo uma categoria pouco restritiva e com pouco poder legal para agir na regulamentação da localidade, tenta criar mecanismos, com o objetivo de tentar diminuir os impactos na região. A crescente demanda tem causado problemas como a erosão de trilhas (**figura 63**) e acúmulo de lixo. Mutirões envolvendo funcionários da APA, guias locais e comunidade são realizados para tentar realizar o manejo das trilhas e retirar o lixo. Outro ponto negativo é a falta de consciência em relação aos dejetos. É comum encontrar fezes e papéis higiênicos próximos aos raros pontos de abastecimento de água. Outro problema é a crescente demanda, que não é regulamentada e acaba excedendo a capacidade de *campings* disponíveis na serra. Em feriados é comum a trilha virar uma competição por áreas para acampar, o que gera discussões e a abertura de novas clareiras em localidades sem nenhum estudo. Outra discussão recente é sobre a realização das corridas de aventura nesta localidade, o que tem gerado um desconforto entre montanhistas e corredores, sobre quem causa mais impacto.

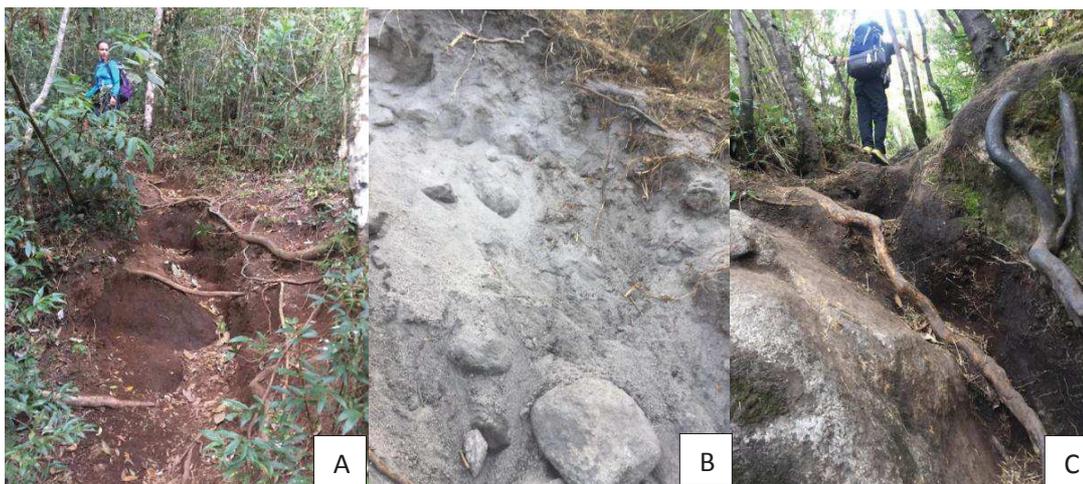
Um dos acessos para a Serra Fina é o bairro do Paiolinho, bairro rural de cultura caipira, que sofre com o êxodo rural e corre o risco de ter o mesmo destino do bairro das Posses, em Itanhandu, que foi coberto pela mata após todos seus moradores migrarem para cidade. Os que ainda segura os moradores no bairro é a agricultura, que cria um mosaico com as áreas florestadas na serra. Aproveitando as cachoeiras existentes na localidade, há um pesqueiro muito frequentado, o que pode apontar o turismo como uma alternativa para o local.

Figura 62: Serra Fina:



Fonte: acervo pessoal

Figura 63: Trilha Serra Fina. A primeira parte da trilha da Serra Fina, (subida para o Capim Amarelo) em processo de erosão. Trecho inicial (A) com uma mata de transição para campos de altitude e solo mais profundo. Detalhe para a estrutura frágil de quartzito (B), que se deteriora cada vez mais com a passagem de pessoas. Nos pontos mais elevados, os afloramentos rochosos mesclam depósitos sedimentares e orgânicos, que estabelecem pontos de neossolo coberto por fragmentos florestais nebulares, com a presença de espécies de bambus e bromélias.



Fonte: acervo Millena Pitanguy.

4.1.3 I.C – Itatiaia

Esta unidade corresponde ao planalto do Itatiaia, tradicional destino turístico. O acesso a esta área se dá pelo município de Itamonte. No deslocamento, é possível observar as modificações fitogeográficas proporcionadas pela variação altimétrica que segue um padrão de gradiente comum na região que é de florestas estacionais semidecíduais, florestas ombrófilas mistas, florestas nebulares alto-montanas e campos de altitudes. O Parque foi à primeira Unidade de Conservação do Brasil, o que não o isenta de problemas. Ao contrário, os conflitos territoriais concernentes à desapropriação impactam diretamente na relação das comunidades ao entorno com a unidade. O Parque conta com infraestrutura que inclui um abrigo e banheiros. As trilhas passaram por um manejo, o que facilita o deslocamento de pessoal. Dos atrativos de montanha, passear por entre as formações desse parque é um dos roteiros mais tranquilos de serem realizados por pessoas com pouca mobilidade e sem prepara físico, porém, os picos são acessíveis, geralmente, através de escalada, exigindo muito do aspecto físico e psicológico. (**figura 64**)

O Parque não está apenas no município de Itamonte, apesar de conter o principal acesso à parte alta. O parque também conta com uma entrada oficial pelo município de Itatiaia

– RJ que dá acesso à chamada “parte baixa” e outros acessos utilizados para a realização de travessias.

Figura 64: Estrada no Parque Nacional de Itatiaia:



Fonte: acervo pessoal

4.1.4 I.D – Garrafão

A região do Garrafão e Santo Agostinho faz parte do Parque Estadual da Serra do Papagaio e é caracterizada por áreas pouco utilizadas pelos turistas, salvo grupos de locais e caminhantes mais experientes, que se aventuram a desbravar. A área é dominada por altitudes elevadas e pela presença de campos nas altitudes mais elevadas (**figura 65**), o que permite o deslocamento por uma rede de trilhas que ligam Pouso Alto, Itamonte, Alagoa, Aiuruoca e Baependi.

Esta região fica fragmentada na parte norte do Pico do Papagaio, o que dificulta um planejamento centralizado desse Circuito, pois uma parte que liga estas regiões pertence ao município de Baependi, que pertence ao Circuito das Águas. Fica mais um destaque, que, para funcionar corretamente, é necessário identificar áreas com similaridades em circuitos vizinhos para criar um planejamento estratégico em parceria..

Figura 65: Campos de acesso ao pico do Santo Agostinho:



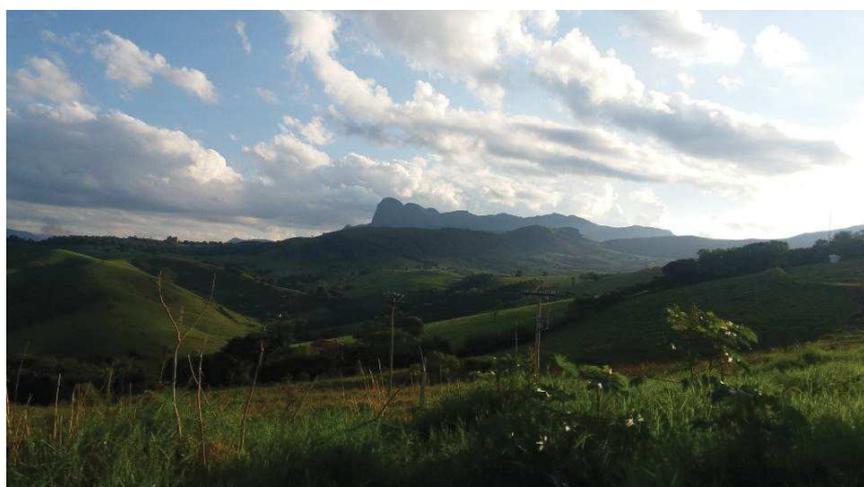
Fonte: acervo pessoal

4.1.5 I.E – Serra do Papagaio.

O pico do Papagaio e as cachoeiras já são um forte atrativo na região. As elevações do Papagaio atraem escaladores e caminhantes, que buscam chegar ao cume. A área é protegida, legalmente, pelo Parque Estadual da Serra do Papagaio, porém, as áreas, assim como a parte Sul do Parque, são de livre acesso e sem controle de visitação.

A região conta com diversos bairros rurais ao redor, como, por exemplo, o Retiro dos Pedros e o bairro do Batuque, que são áreas por onde se pode iniciar a caminhada para o cume do Pico do Papagaio (**figura 66**). Já existem algumas pousadas ao redor da localidade e serviços de restaurantes.

Figura 66: Visão da Serra do Papagaio:



Fonte: acervo pessoal

4.1.6 I.F – FLONA de Passa Quatro.

A Floresta Nacional de Passa Quatro é uma unidade de conservação, que preserva um grande fragmento de mata reflorestada na região. O domínio principal é de uma espécie de *pinus*, que é retirado e substituído por espécies nativas. Até mesmo áreas reflorestadas com araucárias tem uma proximidade muito grande entre os espécimes, o que descaracteriza uma floresta ombrófila mista.

A unidade é utilizada por moradores da região que visitam a área, principalmente em busca da cachoeira do Iporã. A localidade tem uma infraestrutura com banheiros, centro de educação ambiental, biblioteca, casa do pesquisador, parque infantil e etc. (**figura 67**) Turisticamente, a área funciona mais como um agregado ao conjunto urbano, do que como um elemento principal de atração para o turista se deslocar até a região. Daí surge uma potencialidade para atender aqueles que querem ter um contato maior com a natureza, porém, sem sair da zona de conforto.

Figura 67: Sede da FLONA de Passa Quatro:



Fonte: acervo pessoal

4.2 II - ÁREA COM O PREDOMÍNIO DE ATIVIDADES DO SETOR PRIMÁRIO, COM GRANDE POTENCIAL PARA O TURISMO EM ÁREAS RURAIS.

As áreas rurais são marcadas pela ocupação das comunidades e por processos agropecuários, que criam paisagens de áreas florestadas, pastagem e áreas, principalmente para o cultivo de milho. Porém, há diferenças ligadas ao uso das terras:

4.2.1 II.A – Povoados rurais de Alagoa e Aiuruoca

Este agrupamento apresenta grupos de povoamento rurais marcados por uma produção voltada à qualidade ambiental e para o turismo. É comum a presença de moradores, que não são nascidos na região, ou de nativos que moraram fora da região e, depois, retornaram. Estas pessoas focam em produções agrícolas e produtos orgânicos.

Apesar de o caipira ser frequente na região, nesta localidade, uma parte busca se adaptar a esta nova demanda. Destaque para o Campo Redondo entre Alagoa e Itamonte, Matutu (**figura 68**) em Aiuruoca e as comunidades rurais da Alagoa, que focam na produção de queijo.

Figura 68: Casarão do Matutu:



Fonte: acervo pessoal

4.2.2 II.B – Norte de Aiuruoca.

A região norte de Aiuruoca apresenta alguns atrativos, porém, a sua predominância paisagística é da silvicultura e da produção agrícola (**figura 69**). Os atrativos naturais são escassos, porém há algumas cachoeiras derivadas de quedas do rio Ingaí e afluentes. Há algumas estruturas de turismo rural, que já trabalham na região atendendo turistas, como a fazenda São Pedro. Surge a potencialidade para a imersão em uma ruralidade associada a um passado histórico.

Figura 69: Paisagem de pastagem e silvicultura ao norte de Aiuruoca:



Fonte: acervo pessoal

4.2.3 II.C – Povoados rurais a oeste.

Este agrupamento corresponde às estruturas rurais com o povoamento mais antigo da região. O pioneirismo na ocupação nessas áreas foi devido à baixa declividade, à presença de cursos de água, às “gargantas”, que facilitavam os acessos e aos latossolos, favoráveis à agricultura. Historicamente, essas áreas contavam com a presença de índios, que foram desaparecendo conforme a ocupação induzia um processo de miscigenação.

A proximidade e a facilidade do acesso às áreas urbanas, além das características físicas, comparadas às outras áreas, estruturam essa unidade com processos agrícolas mais desenvolvidos tecnologicamente. O domínio de povos tradicionais está sendo substituído por estruturas agrícolas, que tendem a abastecer mercados locais e regionais. A figura do caipira vai se diluindo dentro dos aspectos da globalização e tem a sua tipologia máxima nas bordas dessa estrutura. Quanto mais distante dos núcleos urbanos, mais forte a figura, que está se tornando cada vez mais rara, devido ao processo de êxodo rural, que tem diminuído o número de moradores dos povoados mais afastados.

Há uma idealização do agronegócio e das grandes fazendas, o que resulta em exposições agropecuárias, com shows de bandas sertanejas e torneios leiteiros, que, apesar de serem realizados na área urbana dos municípios, movimentam os moradores dessa unidade. Mesmo a maior produção sendo fruto de elementos pontuais da modernidade, como tratores e

ordenhadeiras, há muitos traços de construções, que remetem às estruturas de subsistência (figura 70).

Figura 70: Típico curral da região. No último morro é possível visualizar o cultivo de oliveiras e mais abaixo o terreno arado para a produção de milho, alimento da pecuária ou da avicultura:



Fonte: acervo pessoal

4.3 III - ÁREAS COM O PREDOMÍNIO DE ESTRUTURAS URBANAS COM TRAÇOS MATERIAIS DOS PROCESSOS HISTÓRICOS DE OCUPAÇÃO.

Os aglomerados humanos da região correspondem às ocupações, que datam desde as bandeiras. Os primeiros aglomerados surgem em torno das igrejas e das capelas, que se tornam as áreas de encontro dos nativos. Esses aglomerados receberam estruturas políticas e começaram a se tornar a centralidade dos comércios regionais, formando os primeiros arraiais e as primeiras vilas. Porém, o que vai caracterizar o período de maior expansão, é a chegada da linha férrea, que cria uma nova dinâmica econômica para os municípios. As áreas onde se instalaram as estações de trem deram origem aos aglomerados urbanos, que, rapidamente, ultrapassaram os municípios sedes em população, o que levou à emancipação de vilas, que se tornaram municípios e, atualmente, tem uma população maior do que o antigo município ao qual pertenceram.

4.3.1 III.A – Sem fragmentos históricos materiais das ferrovias.

Esta primeira Unidade representa os municípios que não tiveram uma conexão forte com a chegada da linha férrea. Com exceção de Itamonte, são municípios que tem menos de 5 mil habitantes e ainda tem suas características mais ligadas ao ciclo da mineração, ou do período dos bandeirantes. Destaque para os municípios de Alagoa (**figura 71**) e Aiuruoca que estão com queda em sua população, principalmente os jovens, após completarem o ensino médio, que mudam para outras cidades para estudar ou para buscar trabalho. Dessa forma, nessas áreas, há o domínio de uma população envelhecida, que, apesar de criar alguns problemas, como a falta de mão de obra especializada, cria um ambiente bucólico, que manifesta muito do passado. Um turista que gosta de ouvir histórias e conversar com pessoas com muita experiência de vida pode absorver muito mais, além das imagens e dos produtos dessas localidades, tanto que, comprar queijo no município de Alagoa demanda tempo, pois é comum uma profunda conversa com o vendedor, que vai explicar como o queijo foi feito, explicar como seus pais o faziam, além de contar causos da roça.

Contrastando com esses municípios, a parte urbana de Itamonte teve o seu crescimento associado à criação da rodovia BR – 354, que corta seu território, e ao processo de instalação de Indústrias. Outro ponto que explica a população de Itamonte ser maior que a dos outros municípios é a grande quantidade de comunidades rurais espalhadas pelo território do município.

Figura 71: Praça e casarão na área central do município de Alagoa:



Fonte: acervo pessoal

4.3.2 III.B – Com fragmentos históricos e materiais das ferrovias

As ferrovias povoam o imaginário dos mineiros. Na região há um trem turístico em Passa Quatro (**figura 72**) e está em fase final de construção uma ligação entre a estação de São Sebastião do Rio Verde (**figura 73**) e São Lourenço. Os conjuntos arquitetônicos das estações e das ferrovias apresentam uma rugosidade temporal no espaço. Contrastam com as novas arquiteturas, que surgem em volta, e ainda criam um novo significado quando são ocupadas de forma irregular, por famílias com dificuldade de acompanhar o crescimento urbano e a especulação dos valores imobiliários.

Como já é uma realidade turística, essas áreas já apresentam como os espaços tendem a se tornar após a chegada de expressiva demanda turística. No município de Passa Quatro, por exemplo, o trem atende uma demanda de dois grandes hotéis do município, sendo um, parte de um produto turístico comercializado pela agência de viagens CVC. A parte central do município é marcada por lojas de lembranças e surgem cafés e restaurantes com preços que não são acessíveis à realidade dos moradores. Outro ponto, é a crescente especulação imobiliária.

Figura 72: Estação ferroviária de Passa Quatro:



Fonte: acervo pessoal

Figura 73: Estação ferroviária de São Sebastião do Rio Verde.



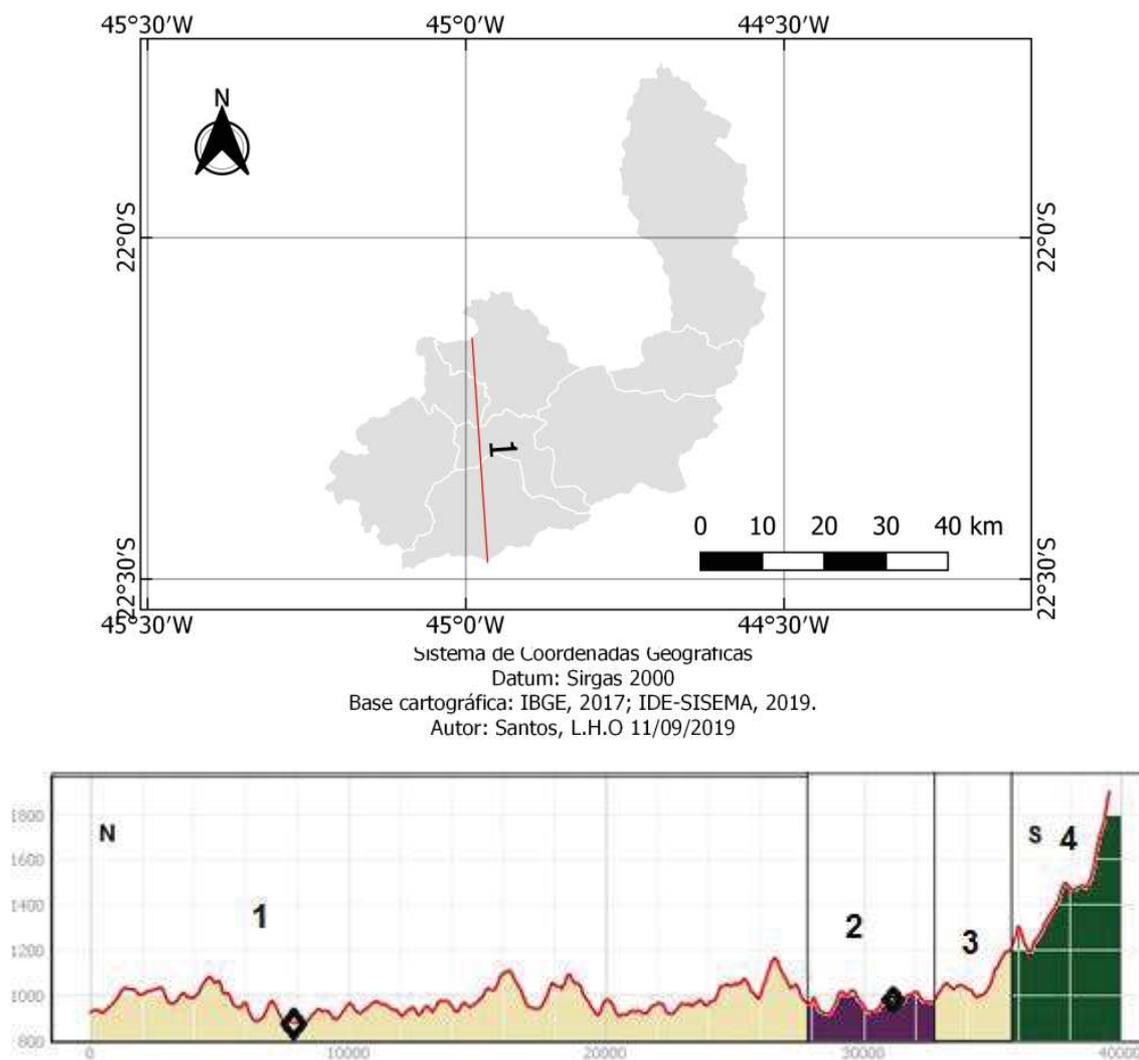
Fonte: acervo pessoal

4.4 TRANSECTOS DAS UNIDADES.

Com a finalidade de comparar as unidades em relação às outras, foi realizado um estudo da distribuição em relação à altimetria, que culminou em seis transectos, apresentados nos respectivos mapas. Essa distribuição segue um padrão relacionado à altimetria, devido à facilidade ou à dificuldade no processo de ocupação, à qualidade dos solos e aos processos legais que definiram a utilização das áreas. O estudo dos transectos estipula áreas de contato entre as unidades, onde pode haver “ecôtonos paisagísticos”, zonas que têm características das áreas às quais fazem fronteiras. Obviamente, pela escala utilizada e pela dinâmica do espaço, o ponto que divide as unidades não são linhas de fronteiras, mas, uma centralidade tipológica.

4.4.1 Transecto 1: Pouso Alto - Passa Quatro

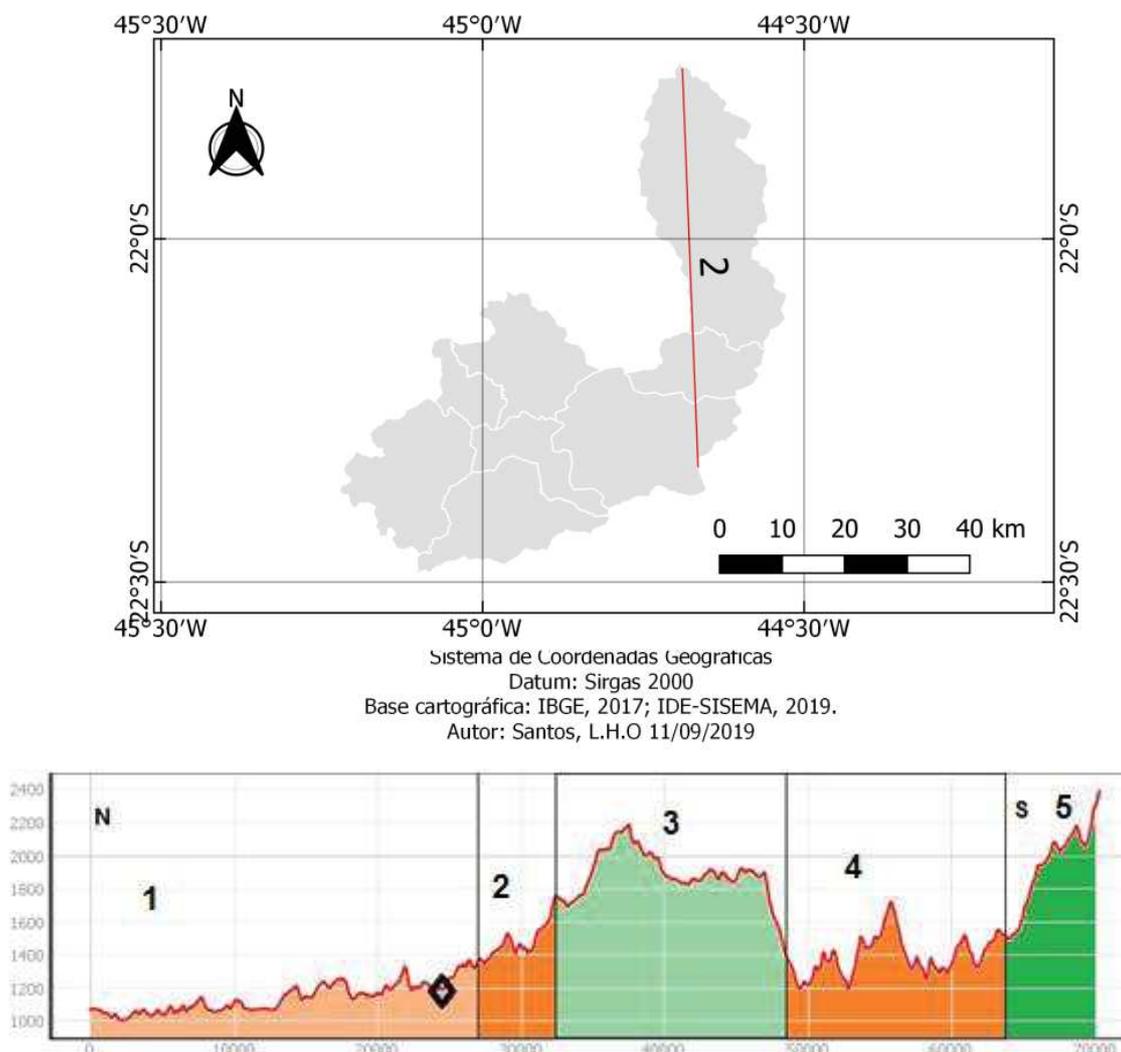
Figura 74: Transecto 1: Pouso Alto - Passa Quatro:



A **figura 74** representa uma linha de norte a sul. Os losangos em preto representam os pontos em que os transectos cortam as linhas férreas. Em amarelo (1, 3), são áreas representadas pelo domínio das unidades territoriais com estruturas ligadas a uma agropecuária voltada a atender demandas locais e regionais. Em roxo (2) é a área urbana do município de Passa Quatro. O verde (4) corresponde às áreas com elevadas altitudes da Serra Fina, em Passa Quatro

4.4.2 Transecto 2: Itamonte - Aiuruoca

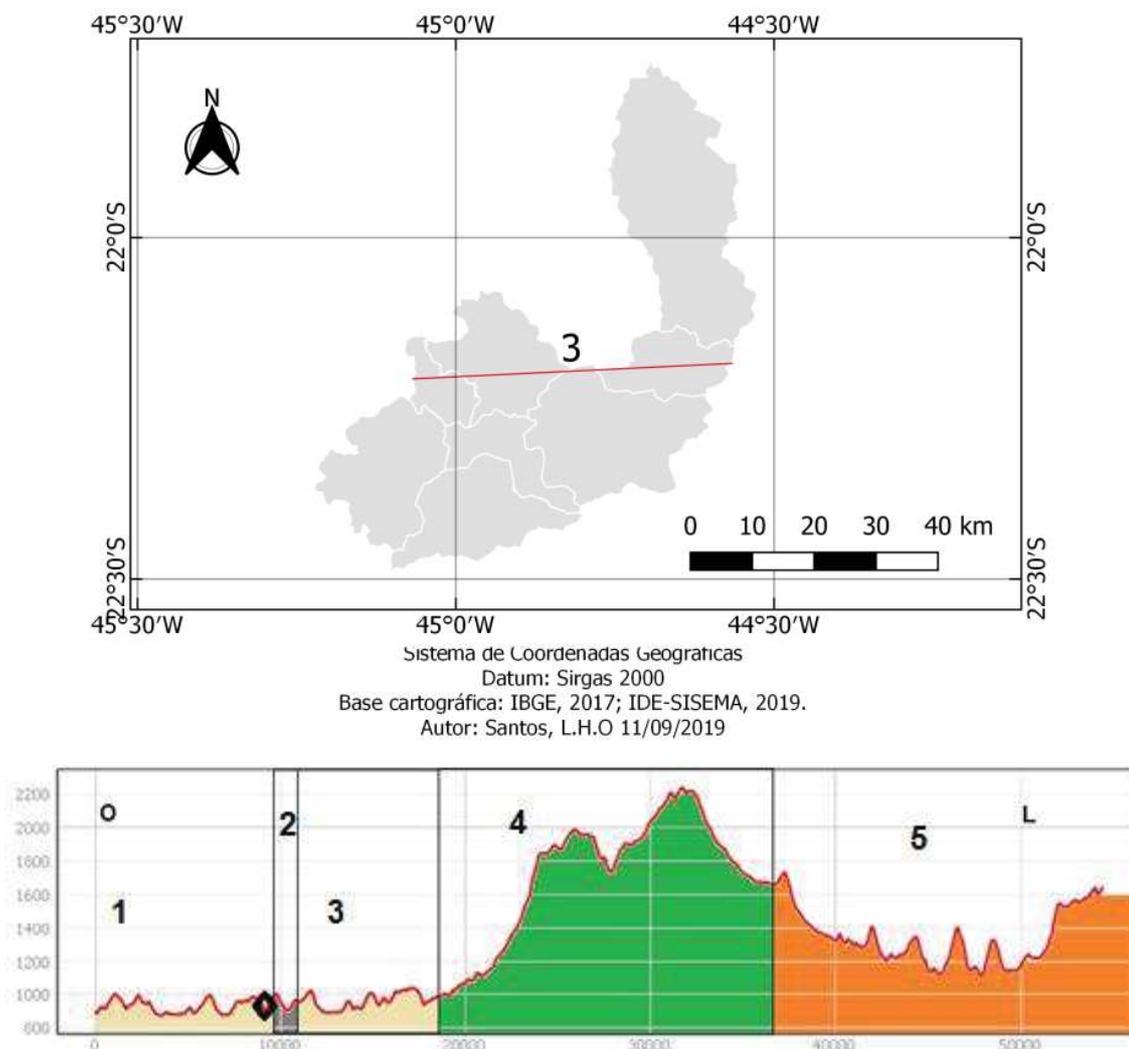
Figura 75: Transecto 2: Itamonte – Aiuruoca:



A **figura 75** representa um transecto traçado do sentido norte a sul. A parte inicial (à esquerda) em laranja claro (1) representa as áreas rurais, que mesclam áreas de pastagem, de agricultura e de silvicultura, com fragmentos florestais. A parte de laranja mais escura (2 e 4) representa as áreas com traços culturais diferenciados, com parte das produções voltadas ao turismo. A parte em verde claro (3) representa as altitudes do Parque Estadual da Serra do Papagaio, e a parte verde escuro (5) representa áreas do Parque Nacional de Itatiaia.

4.4.3 Transecto 3: São Sebastião do Rio Verde – Alagoa

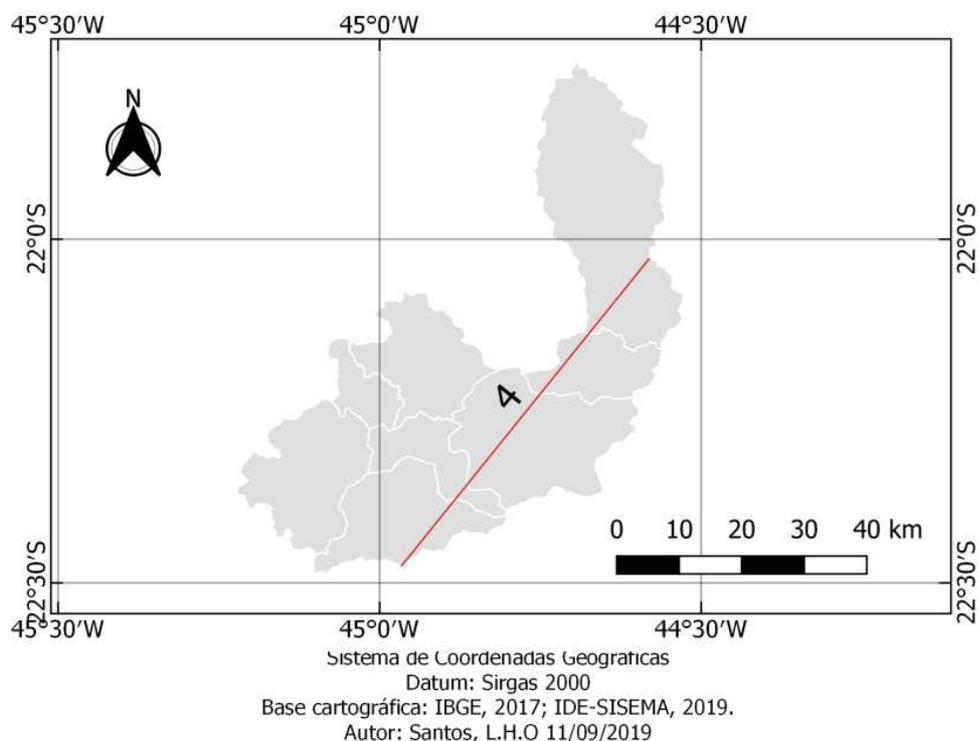
Figura 76: Transecto 3: São Sebastião do Rio Verde – Alagoa:



A **figura 76** representa um transecto traçado do sentido oeste a leste. A parte inicial (à esquerda) representa as áreas rurais, que mesclam áreas de pastagem e de agricultura com fragmentos florestais (1 e 3). A parte cinza (2) caracteriza a formação urbana do município de Pouso Alto. A parte verde (4) representa o elevado grau de declividade na transição para os pontos culminantes do Parque Estadual da Serra do Papagaio. A parte laranja (5) representa um conjunto de áreas mais elevadas no município de Alagoam, com áreas utilizadas, principalmente para a pastagem, e com destaque para a produção de queijo.

4.4.4 Transecto 4: Passa Quatro - Aiuruoca

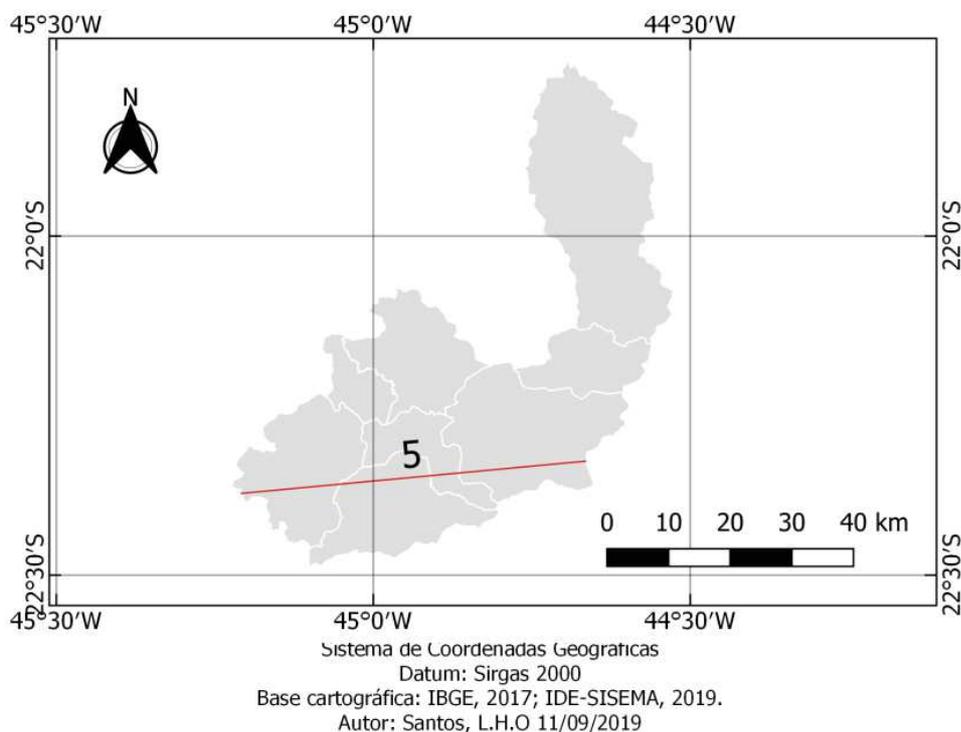
Figura 77: Transecto 4: Passa Quatro – Aiuruoca:



A **figura 77** representa um transecto traçado do sentido sudoeste a nordeste. Inicia a esquerda com as altitudes e as altas declividades da Serra Fina (1). Tem a parte mais baixa (2) onde a rodovia MG - 354 corta para alcançar a garganta do registro, passagem para o estado do Rio de Janeiro, a 1.666 metros de altitude. O traçado continua por parte do território do Parque Nacional de Itatiaia (3) e, depois, alcança o Parque Estadual da Serra do Papagaio na parte que pertence a Itamonte (4). Segue cortando as estruturas voltadas à produção orgânica em Itamonte e à pecuária no município de Alagoa (5) e entra, novamente, no fragmento do Parque Estadual da Serra do Papagaio, pertencente à Aiuruoca (6), antes de finalizar nas áreas rurais do mesmo município (7).

4.4.5 Transecto 5: Virginia – Itamonte

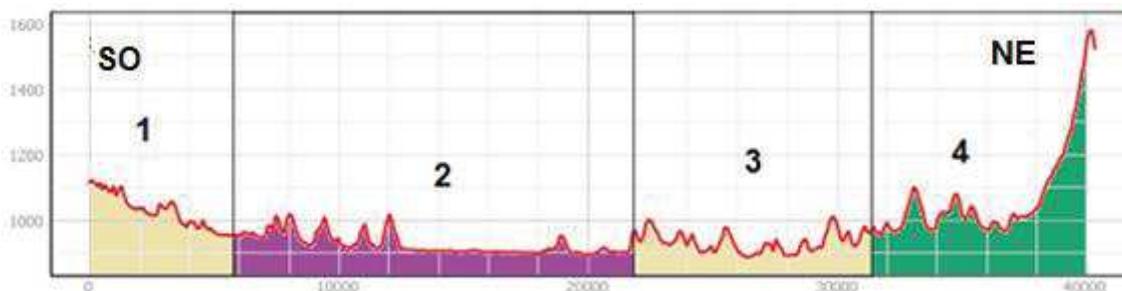
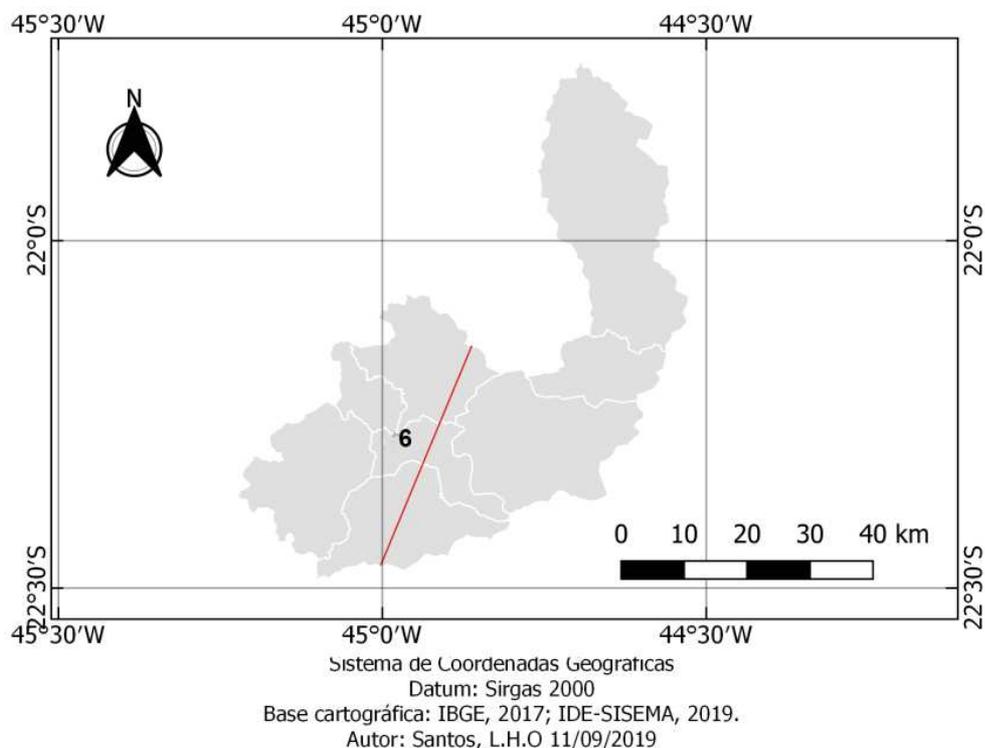
Figura 78: transecto 5: Virginia – Itamonte:



A **figura 78** representa um transecto traçado de oeste a leste. As áreas em amarelo (1,3 e 5) representam as áreas de pastagem sobre morro e que mesclam fragmentos florestais e áreas agrícolas. Em verde mais escuro (2) são representadas as áreas protegidas, legalmente, pela APA da Serra da Mantiqueira, dominadas por remanescentes florestais e povoados tradicionais. Em roxa (4) é representado um aglomerado urbano pertencente à cidade de Passa Quatro, que se desenvolveu próximo à linha férrea, representada pelo losango. O verde em tom médio (6) representa as declividades mais baixas na transição das áreas de pastagem para as elevadas altitudes da Serra Fina. O verde mais claro representa o planalto do Itatiaia.

4.4.6 Transecto 6: Passa Quatro - Pouso Alto

Figura 79: Passa Quatro - Pouso Alto:



A **figura 79** representa o transecto 6 que foi traçado de sudoeste para nordeste com o objetivo de recortar o peculiar alinhamento urbano entre os municípios de Passa Quatro e Itanhandu. Verificou-se que este alinhamento urbano (2) é causado por uma ocupação de planícies fluviais do Rio Verde, que segue em forma linear. Em amarelo (1,3) são áreas rurais de morros utilizadas, principalmente para a agropecuária, que mesclam fragmentos florestais e áreas agrícolas. O verde (4) representa o elevado grau de declividade na transição para pontos elevados do Parque Estadual da Serra do Papagaio.

Foi possível observar que as ocupações ocorrem, principalmente, nas áreas mais baixas próximas aos vales dos rios e que as ferrovias foram importantes no estabelecimento dos núcleos urbanos. Mesmo com o relevo acidentado em estruturas de mares de morros, as áreas de latossolo são utilizadas, principalmente para a pecuária, mas ainda mesclam fragmentos florestais nos topos do morro e nas margens de alguns cursos de água. Os pontos culminantes são protegidos por unidades de conservação, que visam à proteção legal das formações da flora e da fauna que apresentam condições peculiares, resultado da interação entre a altitude e o clima, em ação com as formações geológicas e geomorfológicas. No contato entre essas áreas, há comunidades tradicionais em pontos mais elevados e que tem criado uma produção para atender a demanda de um mercado especializado na qualidade social e ambiental da produção. Essas áreas também estão recebendo novos moradores, que vem de outras localidades, com o objetivo de criar uma produção sustentável.

CONCLUSÕES

Este trabalho teve como objetivo propor um zoneamento do Circuito Turístico das Terras Altas, através de um estudo sobre os aspectos físicos, territoriais e paisagísticos, utilizando a metodologia GTP de Bertrand.

Para isso, buscou-se realizar um alinhamento terminológico entre termos na geografia e no Turismo, principalmente sobre a forma que a Teoria Geral dos Sistemas influenciou alguns aspectos dos campos científicos. Foi levantado, que a Teoria Geral dos Sistemas foi recebida e interpretada de diferentes formas em várias disciplinas. Na geografia influenciou metodologias de análise física, principalmente nos estudos sobre geomorfologia e clima. No turismo influenciou as técnicas de administração e planejamento.

Para alinhar a metodologia dentro da polissemia dos conceitos, optou-se pela complexidade. Além de ser uma visão paradigmática, para alinhar o método que dialoga com o desafio da proposta, também houve muita influência nos pensamentos de Bertrand nos seus últimos trabalhos.

Observou-se que os trabalhos de Bertrand no Brasil não foram interpretados de acordo com a evolução dos seus pensamentos. Em um primeiro momento, Bertrand apresenta uma ligação forte com uma metodologia de estudo de estruturas físicas, que considera o geossistema como uma unidade escalar, correspondente a poucos quilômetros. Em um segundo momento, o termo geossistema ganha influência na geografia soviética que passa a designá-la como uma unidade natural dinâmica de qualquer dimensão. Em um último momento, o estudo da paisagem de Bertrand transpassa os limites da proposta geossistêmica e resulta em uma metodologia chamada GTP, que coloca o geossistema como a integração da entrada física com os aspectos humanos na formação da paisagem. O termo paisagem, que, em algumas linhas, representa um estudo físico, foi associado aos aspectos culturais, resultado da interação entre os elementos.

O geossistema, neste trabalho, foi considerado como um sistema geográfico natural homogêneo ligado a um território. O território foi considerado como um híbrido das relações ente sociedade e natureza, entre as relações locais e globais e questões materiais e imateriais. A paisagem foi abordada como polissêmica, cheia de significados diversos dentro das várias disciplinas. Porém, com fins metodológicos, foi utilizada a paisagem como a paralaxe das entradas físicas e sociais, que têm diferentes tempos e que se sobrepõem para a observação do ponto de vista do ser humano.

Analisando as Terras Altas da Mantiqueira, observou-se que a região apresenta uma estrutura física peculiar, com elevadas altitudes, que, junto com o clima, resultam em estruturas fitogeográficas com grande potencial paisagístico para a realização da atividade turística.

A região teve o início da colonização com as bandeiras, ganhando notoriedade na época da mineração, porém, houve maior crescimento com o ciclo do café e a chegada da linha férrea. Atualmente, a localidade apresenta municípios com menos de 17 mil habitantes e, alguns, com crescimento demográfico negativo. Isto levanta uma preocupação com relação aos problemas sociais, que se estabelecem na localidade. Há uma grande diferença entre os municípios, quando observado o índice de ZZE. O planejamento do turismo na região deve buscar parcerias públicas e privadas para estruturar algumas questões sociais, como uma premissa básica para o desenvolvimento do turismo. A região tem quase metade da área coberta por unidades de conservação, o que pode ajudar em parcerias para a preservação do meio ambiente e a estruturação de produtos turísticos. Os circuitos, como força de planejamento político e território, devem se articular como as forças que influenciam a localidade.

Como ponto negativo do estudo territorial, a perspectiva ficou baseada em levantamentos já executados pelas prefeituras e outros órgãos, como é o caso do Inventário Municipal de Turismo. Se os dados tivessem sido obtidos com mais precisão, o trabalho teria obtido maior precisão. As metodologias de território ficaram superficiais e as ocupações territoriais não alcançaram processos imateriais, que poderiam ser possíveis, através da inserção de uma metodologia etnográfica nas unidades apontadas.

A metodologia de estudo da paisagem, foi eficiente para a comparação entre as diferentes áreas no circuito. Além de proporcionar as imagens, possibilitou uma vivência nas estruturas da percepção, que transpassou o visual. Apresentou uma forma de observar o circuito como uma estrutura complexa.

Respondendo à questão “como o pensamento geossistêmico pode servir na compreensão e no zoneamento dos Circuitos Turísticos?” A proposta de criação de unidades baseadas em um pensamento geossistêmico com foco na metodologia GTP é uma forma de repensar os circuitos, além dos aspectos políticos e naturais, o que possibilita visualizar áreas que podem se conectar na estruturação de complexos turísticos locais. O conhecimento da localidade é fundamental para criar um planejamento voltado às características próprias da região, proporcionando um turismo que ofereça e valorize o que a localidade tem, e não busque um padrão global hegemônico de atividade.

Também foi possível identificar que a política de circuitos é uma ferramenta muito forte para planejamento, porém, pode abstrair os municípios do restante da região. É fundamental um diálogo com os circuitos vizinhos para criar estruturas que transpassem e integrem partes desses circuitos, em subprojetos. Um exemplo é buscar uma parceria maior com o município de Baependi, para estabelecer estruturas que possibilitem uma melhor utilização turística do Parque Estadual da Serra do Papagaio, ou a integração do município de Alagoa no roteiro da Nhá Chica.

Os inventários turísticos são uma ferramenta essencial para o planejamento, porém, a grande quantidade de informações é de difícil análise. A proposta em utilizar ferramentas de geoprocessamento para cartografar os atrativos é uma possibilidade que facilita a visualização, para estabelecer um planejamento mais eficiente e que integre lugares próximos e com características complementares na elaboração deste. Outro problema dos inventários é a falta de coesão dos dados, devido à visão dos envolvidos nos processos. Como cada equipe tem uma ótica e uma percepção diferente do espaço, os resultados dos trabalhos realizados entre os municípios e os circuitos não tem um padrão de respostas e podem diminuir a qualidade de um possível planejamento integrado. Como dito, uma proposta é reunir todas as equipes contratadas para realizar um alinhamento metodológico entre os envolvidos para aplicarem os questionários do inventário.

O município de Virgínia não pertence mais ao circuito, porém, há uma potencialidade de continuar integrado por ter o único acesso por asfalto conectado e por compartilhar características rurais e naturais. As cachoeiras e serras podem integrar um roteiro na localidade.

A proposta de analisar os transectos permitiu uma visualização horizontal das características da região, o que permitiu compreender a ocupação da região, de acordo com as variações altimétricas. As áreas mais baixas são ocupadas por populações rurais e núcleos urbanos, e as áreas mais levadas são ocupadas por comunidades tradicionais e unidades de conservação.

A figura do indígena se diluiu dentro da figura do caipira na região. Apesar de não ser trabalhado em uma comunidade tradicional, o caipira tem sua estrutura de ocupação do território bem peculiar e recebe pouca atenção por isso. Ficou no limbo do comum e do banal. As populações rurais, que ainda tem um pouco das características do caipira tem a possibilidade de utilizarem o turismo para a valorização da sua cultura e conseguir diminuir o êxodo rural, que já tem extinguido bairros no circuito. Obviamente, deve ser feito dentro de um planejamento e respeitando as vontades e interesse dos nativos.

Já há várias forças que pressionam o turismo na região. A necessidade de se estabelecer estratégias é primordial para que os impactos, que já acontecem, não resultem em conflitos entre moradores e turistas, ou entre os grupos de turistas. O que foi identificado, neste trabalho, é que a localidade já sofre com algumas desavenças relacionadas à inserção da localidade em um sistema turístico global. Como os órgãos envolvidos no planejamento e na fiscalização tem pouco poder legal, deve haver a possibilidade e o estabelecimento de parcerias para criar grupos de apoio, assim como a APA da Mantiqueira tem feito para apoiar os locais.

Concluindo, essa dissertação mostrou a possibilidade de caminhar pelo linear epistemológico entre campos da ciência. Há uma possibilidade de integração de conhecimentos para o estudo de algo. Segundo a complexidade, cada ciência estuda uma face do objeto e a verdadeira essência deste estaria na totalidade, não na visão individual de cada camada, nem no todo, mas na totalidade, na qual suas características como uno e como todo é que formam a sua natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACERENZA, Miguel Ángel. **Administração do turismo: conceituação e organização.** (Vol. 1). Bauru: EDUSC. 2002

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões.** São Paulo: Ática, 2002.

AZAMBUJA, Vanessa Acosta de; MECCA, Marlei Saete. **Os componentes da identidade de marca de Gramado/Brasil que geram sua imagem de “destino turístico modelo” e os relacionamentos da marca com os stakeholders internos.** Rev. Bras. Pesq. Tur., São Paulo, v. 11, n. 1, p. 1-18, Apr. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-61252017000100001&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Oct. 2019. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v11i1.1142>.

BARBOSA. LUIZ GUSTAVO MEDEIROS (org.). **Estudo de competitividade de produtos.** Brasília, DF: SEBRAE, 2011. 56 p. Publicado em parceria com o Ministério do Turismo e FGV. Inclui bibliografia. ISBN: 978-85-7333-577-4

BARRETO, Margarita. **Planejamento responsável do turismo.** Campinas, SP: Papirus, 2005.

_____. **Manual de iniciação ao estudo do turismo.** Campinas - SP. Papirus. 2013

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo.** São Paulo: Senac/SP, 1998.

_____. **Sistema de Turismo - SISTUR: Estudo do Turismo face à moderna Teoria de Sistemas.** *Revista Turismo em Análise*, Brasil, v. 1, n. 1, p. 15-34, may 1990. ISSN 1984-4867. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63854/66610>>. Acesso em: 10 July 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v1i1p15-34>.

_____. **Política e Planejamento de turismo no Brasil.** São Paulo. Aleph, 2006

BERTRAND, Georges; BERTRAND, Claude. **Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades.** Maringá: Massoni, 2007.

_____. **Paisagem e Geografia Física Global: esboço metodológico.** Cruz, Olga (trad.). Cadernos de Ciências da Terra. São Paulo, USP-IGEOG, n° 43, 1972.

BEROUTCHACHVILI, N., BERTRAND, G. **Le Géosystème ou “Système territorial naturel”.** Revue Géographiques des Pyrénées et du Sud-ouest, Tome, 49, fasc.2, Toulouse, 167-180, 1978.

BEROUTCHACHVILI, N., CLOPES, J. M. P. **Tendencia actual de la ciencia del paisaje en la Unión Soviética: El estudio de los geosistemas en la estación de Martkopi (Georgia).** *Revista de Geografía*, Barcelona. v. 11, n. 1-2, p. 23-36, 1977.

BEROUTCHACHVILI N, MATHIEU J.L. **L'éthologie des géosystèmes.** In: Espace géographique, tome 6, n°2, 1977. pp. 73-84; doi : <https://doi.org/10.3406/spgeo.1977.1696> https://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1977_num_6_2_1696

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 24/11/18.

_____**Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 / Ministério do Meio Ambiente. – Brasília: MMA/SBF, 2011. Disponível em: https://www.mma.gov.br/images/arquivos/areas_protegidas/snuc/Livro%20SNUC%20PNAP.pdf. Acesso em: Setembro/2019.**

_____**DECRETO Nº 91.304, DE 03 DE JUNHO DE 1985.** Dispõe sobre implantação de área de proteção ambiental nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91304-3-junho-1985-441986-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: Setembro/2019.

_____**LEI Nº 9.097, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995.** Inclui o Município de São Bento do Sapucaí, Estado de São Paulo, na Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9097.htm. Acesso em: Setembro/2019.

_____**Plano de manejo e web Sig da APA da Serra da Mantiqueira produto. 6.2: Plano de Manejo da APASM. Curitiba / PR abril / 2018.**

_____**LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em 17 de set de 2019.

_____**DECRETO Nº 1.713, DE 14 DE JUNHO DE 1937.** Cria o Parque Nacional de Itatiaia. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1713-14-junho-1937-459921-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 de set de 2019

_____**DECRETO Nº 87.586, DE 20 DE SETEMBRO 1982**
Amplia a área do Parque Nacional de Itatiaia, criado pelo Decreto nº 1.713, de 14 de janeiro de 1937 e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/Atos/decretos/1982/D87586.html. Acesso em: 17 de set de 2019.

_____**LEI 11.771/2008.** Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências.

_____**DECRETO Nº 7.381/2010.** Regulamenta a Lei no 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências.

Altera o Decreto nº 45.403, de 18 de junho de 2010, que regulamenta o critério “turismo” estabelecido na Lei nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios.

CAMPOS, LCAM. **Administração de Hotéis.** Boletim técnico SEBRAE, São Paulo. Disponível em <http://www.angelfire.com/mac/jpedro/qualidade/hoteis.pdf> 1997 acesso em 29/05/18

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: A ciência, a sociedade e a cultura emergente.** São Paulo, Cultrix, 1982.

_____ **A teia da vida.** São Paulo: Cultrix. 1996.

CASTRO, H. **Mapa Transmantequeira.** Disponível no site <https://www.oeco.org.br/colunas/colonistas-convidados/voce-ja-ouviu-falar-na-tal-transmantequeira/>. Acesso em 16 de out de 2019.

CAVALCANTI, L. C. S.; CORRÊA, A. C. B. **Geossistemas e Geografiano Brasil.** Revista Brasileira de Geografia, v. 61, n. 02, p. 3-33, 2016.

CAVALCANTI. **Geografia e práticas de ensino.** Goiânia, GO: Alternativa, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 1983.

_____ **Administração nos Novos Tempos.** São Paulo: Makron Books, 1999.

CLAVAL, Paul. **História da Geografia.** Lisboa, 2006. Coleção biblioteca 70.

_____ **A Geografia Cultural.** 3 ed. Florianópolis: UFSC, 2007.

COOPER, Chris; FLETCHER, John; FYALL, Alan; GILBERT, David; WANHILL, Stephen. **Turismo: Princípios e Prática.** São Paulo. Bookman 2008.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Análise de Sistemas em Geografia.** São Paulo: Hucitec, 1979.

_____ **Modelagem de sistemas ambientais.** São Paulo. Edgard Bücher. 1999.

CRISTOFOLETTI, A. Sistemas dinâmicos: as abordagens da teoria do caos e da geometria fractal em geografia. In: GUERRA, A. J. T.; VITTE, A. C. (Org.). **Reflexões sobre a geografia física no Brasil.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p.89-110.

DERBY, Orville. **A denominação Serra da Mantiqueira.** RIHGSP, v.1, São Paulo, 1895.

DIAS, Reinaldo; AGUIAR, Marina Rodrigues de. **Fundamentos do turismo.** Campinas: Alínea, 2002.

_____ **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil.** São Paulo. Atlas, 2003. P120-143

EICHENBERG, Fábio Orlando; Silva, CHARLEI Aparecido da. “**Análise da atividade turística a partir da Teoria Geral dos Sistemas: a condição sistêmica como paradigma**”, Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, n. 27 (enero-marzo 2015). En línea: <http://www.eumed.net/rev/cccsc/2015/01/teoria-geral.html>

GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, J. R. Brent; MCINTOSH, Robert Woodrow. **Turismo: princípios, práticas e filosofias.** 8. ed Porto Alegre: Bookman, 2002.

GUIMARÃES, Gustavo Uchôas. **Presença de Indígenas no Município de Virgínia - Um Resgate da História Indígena Sul-Mineira**. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia. ISBN: 978-85-98711-18-8. 2017

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006.

Huxley, Aldous. **Admirável Mundo Novo**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

IBGE: **Anuário Estatístico do Brasil**, v.72, 2012.

_____. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 de out de 2019.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Turismo: teoria e prática**. 1ªed. São Paulo: Atlas, 2000.

LEIPER, N. **The framework of tourism: Towards a definition of tourism, tourist, and the tourist industry**. Annals of Tourism Research, 6(4). 1979

_____. **Partial industrialization of tourism systems**. Annals of Tourism Research, 17(4). 1990

LEONEL, W.; MERCANTE, M.A.; SABINO, J.; SILVA, M.H.S.S.; MARIANO, M.A.P. **Relação entre turismo e dinâmica da paisagem em Bonito (MS) na perspectiva do modelo GTP (Geossistema-Território-Paisagem)**. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.10, n.2, mai/jul 2017, pp.411-432.

LOHMANN, Guilherme; NETTO, Alexandre Panosso. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.

MACHADO, Sérgio Bacchi. **A ideologia de Marx e o discurso de Foucault: convergências e distanciamentos**. Sociologias, Porto Alegre, n. 23, p. 46-73, Apr. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222010000100004&lng=en&nrm=iso>. access on 21 Feb. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222010000100004>.

MARQUES NETO, Roberto. **O Horst da Mantiqueira Meridional: proposta de compartimentação morfoestrutural para sua porção mineira**. REVISTA BRASILEIRA DE GEOMORFOLOGIA, v. 18, p. 561-577, 2017.

_____. **As regiões montanhosas e o planejamento de suas paisagens: proposta de zoneamento ambiental para a Mantiqueira meridional mineira.**, Confins [Enlignee], 35 | 2018, mis enlignee 19 avril 2018, consulté 16 mai 2018. URL : <http://journals.openedition.org/confins/13070> ; DOI : 10.4000/confins.13070

MARTÍNEZ, A.J.J. Aproximação à Conceituação do Turismo a Partir da Teoria Geral de Sistemas 2005 p 109- 147 . In: TRIGO, Luiz Gonzaga. **Análises Regionais e Globais do Turismo Brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005

MATEO, J. M.; SILVA, E. V. 2007; CAVALCANTI, A.P. B. **Geocologia das Paisagens: uma Visão Geossistêmica da Análise Ambiental**, Edições UFC, Fortaleza.

MAXIMIANO, Liz Abad. **Considerações sobre o conceito de paisagem**. R. RA'E GA, Curitiba, n. 8, p. 83-91, 2004. Editora UFPR

METZGER, Jean Paul. **O que é ecologia de paisagens?** Biota Neotropica, Campinas/SP, v1, n1/2, ISSN 1676-0611, Dez.2001.

MINAS GERAIS. **DECRETO Nº 45.403, DE 18 DE JUNHO DE 2010**. Regulamenta o critério "turismo" estabelecido na Lei nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios.

_____**DECRETO ESTADUAL Nº 45.625/2011**. Altera o Decreto nº 45.403, de 18 de junho de 2010, que regulamenta o critério "turismo" estabelecido na Lei nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios.

_____**DECRETO ESTADUAL Nº 43.321/2003**. Dispõe sobre o reconhecimento dos Circuitos Turísticos e dá outras providências.

_____**DECRETO Nº 47.687, DE 26 DE JULHO DE 2019**. Dispõe sobre os circuitos turísticos como executores, interlocutores e articuladores da descentralização e da regionalização do Turismo do Estado.

MONTEIRO, Carlos Augusto Figueiredo. **Geossistemas: a história de uma procura**. São Paulo: Contexto, 2000.

MOLINA, S. **Turismo e ecologia**. Santa Catarina: Edusc, 2001.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 2ed. São Paulo: Instituto Piaget, 1990.

_____**O Método I: A natureza da natureza**. 2ª ed. Tradução: M. G. de Bragança. Portugal, Europa – América, 1977

MOSAICO DA SERRA DA MANTIQUEIRA. **Mapa**. <http://www.mosaicomantiqueira.org.br/site/mapas/> 2019. Acesso em outubro de 2019.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **A teoria das organizações nos Estados Unidos e na União Soviética: introdução a uma análise comparativa**. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 45-57, Apr. 1974. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901974000200003&lng=en&nrm=iso>. access on 10 July 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901974000200003>.

NETTO, A.P (2005). **Filosofia do Turismo: teoria e epistemologia**. São Paulo: Aleph.

NETTO, A. P.; NECHAR, M. C. **Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 8, n. 1, p. 120-144, 2014.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Ênio Sebastião Cardoso. **Os Índios dos Sertões: Os Puris de Campo Alegre na visão dos Memorialistas do Século XVIII e XIX.** XXVIII Simpósio Nacional de História. 2015. Florianópolis -SC

OLIVEIRA, Josildete Pereira de; VELASQUEZ, Guilherme Garcia. **O Sistema Flexível de Turismo: avanço na análise sistêmica do Turismo.** Revista Turismo, Visão e Ação,, [S.l.], v. Vol. 20, n. n. 2, p. 343-360, maio. [agosto]. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/13167/7517>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

OMT. **Educando os educadores em turismo.** São Paulo: Roca, 2001.

_____. **Compêndio de Estatísticas do Turismo.** Dados 2014 - 2018, Edição 2020 , OMT, Madri, DOI: <https://doi.org/10.18111/9789284421459>

PASSOS, Messias Modesto dos. **O modelo GTP (geossistema – território – paisagem). Como trabalhar?** Revista Equador (UFPI), Vol. 5, Nº 1, (2016). Edição Especial 1, p. 1 - 179. Publicação do livro: O MODELO GTP (Geossistema – Território – Paisagem): Como trabalhar? Home: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador>

PIRES, Marina Salim. **Turismo e Pós-Modernidade: Teoria, Cultura E Sustentabilidade.** Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Turismo da Universidade de Brasília. Brasília Julho/2009.

PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensões do Ecoturismo.** São Paulo: SENAC, 2002.

PISSINATI, Mariza C.; ARCHELA, Rosely S. **Geossistema Território e Paisagem - Método de Estudo Da Paisagem Rural sob a Ótica Bertrandiana.** Geografia- v. 18, n. 1, jan./jun. 2009 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/>

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia.** 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografiado poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil** Companhia das Letras..1995. São Paulo.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente.** Campinas, SP: Papirus, 1997.

SAINT-HILAIRE, A. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo.** Edição da COMPANHIA EDITORA NACIONAL, SÃO PAULO. 1822.

SANT'ANNA NETO, João Lima. **Decálogo da climatologia do sudeste brasileiro.** Revista Brasileira de Climatologia, Rio de Janeiro, v.1, p. 43-60, 2005

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: EDUSP, 2002.

_____ **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1998.p.61.

SANTOS FILHO, João dos. **Ontologia do Turismo**: estudo das causas primeiras. Caxias do Sul, RS: educs, 2005

SAUER, C. O. **A morfologia da paisagem**. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SCARAMELLA, Giovani. **Puri or not Puri? That's the question!** In: Revista de ciência & tecnologia / Universidade Iguazu, v.11, no2 (Dezembro 2011) Nova Iguazu - Rio de Janeiro: Gráfica Universitária, 2011.

SCHIER, R. A. **Trajatórias do conceito de paisagem na geografia**. R. RA'E GA, Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003. Editora UFPR

SCOLFORO, J.R.; OLIVEIRA, A.D.; CARVALHO, L.M.T.; MARQUES, J.J.G.; LOUZADA, J.N.; MELLO, C.R.; PEREIRA, J.R. REZENDE, J.B. & VALE. L.C.C. **Zoneamento ecológico-econômico do Estado de Minas Gerais**: zoneamento e cenários exploratórios, Edition: 1, Chapter: 1, Publisher: Editora UFLA, Editors: José Roberto Soares Scolforo, Antônio Donizette de Oliveira, Luís Marcelo Tavares de Carvalho, pp.7-20. January 2008

SOTCHAVA, V. B. **O estudo de geossistemas**. Métodos em Questão. São Paulo: IG-USP, n.16, 52p, 1977.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território**: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. – 6ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 77 – 116.

TRICART, Jean. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: Diretoria Técnica: SUPREN, 1977.

UNWTO World Tourism Barometer. **Solid growth in international arrivals in January-September 2019, though uneven across regions**. <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/wtobarometereng.2019.17.1.4> - Tuesday, January 14, 2020 12:00:02 PM - Ministério de Turismo de Brasil IP Address:189.9.52.34

URANO, Débora Goes. **Contribuições de Leiper, Wahab e Cuervo para a abordagem sistêmica do turismo**. Revista de Turismo Contemporâneo– RTC, Natal, v. 4, Ed. Especial, p. 77-95, abr. 2016.

Vitte, Antonio. (2016). **A Physische Geographie de Immanuel Kant**: descrição, história da natureza Terr@Plural, Ponta Grossa, v.10, n.2, p. 285-299, jul/dez. 2016. DOI: 10.5212/TerraPlural.v.10i2.0008

APÊNDICE A – Pesquisa aplicada aos frequentadores da Serra Fina

02/03/2020

A relação entre montanhistas e corredores de aventura

A relação entre montanhistas e corredores de aventura

Pesquisa sobre a relação entre montanhistas e corredores através de uma perspectiva territorial.

A seguinte pesquisa tem como objetivo obter informações para a dissertação de mestrado: PENSAMENTO GEOSISTÊMICO E TURÍSTICO: UMA PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO PARA O CIRCUITO DAS TERRAS ALTAS DA MANTIQUEIRA, SUDESTE DO BRASIL.

Autor: Luiz Henrique de Oliveira Santos
Turismólogo, Professor (licenciado em Geografia)
Mestrando em Geografia pela UFJF.

As informações também podem ser públicas em eventos e artigos científicos.

1. Você reside em qual localidade?

Marcar apenas uma oval.

- Mantiqueira
 outros lugares

2. Você se considera?

Marcar apenas uma oval.

- montanhista
 corredor de aventura
 montanhista e corredor de aventura
 Outro: _____

3. Qual o seu principal objetivo em visitar os picos da Serra da Mantiqueira (Serra Fina, Marins - Itaguarê, Parque Nacional de Itatiaia e etc)

4. Quem você acha que causa mais impactos (qualquer tipo de problema) na serra

Marcar apenas uma oval.

- montanhistas
 corredores de aventura
 os dois
 nenhum

5. Você acha que montanhistas e corredores de aventura têm os mesmos objetivos quando vão para a serra? Justifique

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

ANEXO A – Histórico dos municípios do Circuito Terras Altas da Mantiqueira

ALAGOIA

Histórico

A Região onde se localiza o município foi primitivamente habitada pelos índios Cataguás (ou Cataguases), dos quais foram encontrados vestígios. Sendo o território rico em ouro e pedras preciosas, sertanistas que por aí passavam acabaram se fixando, e, por volta do ano de 1730, Simão da Cunha Gago e o padre Joaquim Mendes de Carvalho fundaram uma povoação e construíram uma capela, filial da Matriz de Aiuruoca. Iniciava-se a implantação do núcleo de Alagoa.

Em 1752, foi levantada uma igreja construída por escravos, e seis anos depois, o local era elevado a Curato. A freguesia surgiu 1855, de um abaixo-assinado encaminhado à Assembléia Provincial que indicava a existência de 4.000 pessoas no curato e mais de 50 casas no arraial. Dentre esses moradores citam-se: Antônio Alcântara Guimarães, Joaquim Nogueira, Guarda-Mor Bento Chaves, Antônio Avelar Almeida, José Dias Carvalho e sua esposa Maria Luiza Mendes, o primeiro vigário, Padre Joaquim Inácio de Melo, o farmacêutico Cel. Porfírio Mendes e outros.

A mineração iniciou-se e a atividade agropecuária deu sequência ao desenvolvimento da localidade.

O topônimo deve-se à existência de uma grande lagoa, esvaziada pelos bandeirantes, para exploração de ouro e pedras preciosas. Para escoamento da água, foi aberto um canal em uma pedra, conhecida como “pedra furada”.

Gentílico: alagoense

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação de Alagoa, pela lei provincial nº 728, de 18-05-1855, e por lei estadual nº 2, de 14-09-1891, subordinado ao município de Aiuruoca. Pela lei estadual nº 843, de 07-09-1923, o distrito de Alagoa deixa de pertencer a Aiuruoca para ser anexado ao novo município de Itanhandu. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Alagoa figura no município de Itanhandu.

Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937.

Pelo decreto-lei estadual nº 148, de 17-12-1938, o distrito de Alagoa deixa de pertencer a Itanhandu para ser anexado ao novo município de Itamonte. Em divisão territorial datada de I-VII-1955, o distrito de Alagoa figura no município de Itamonte.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de I-VII-1960. Elevado à categoria de município com a denominação de Alagoa, pela lei estadual nº 2764, de 30-12-1962, desmembrado de Itamonte. Sede no antigo distrito de Alagoa. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-03-1963.

Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído do distrito sede.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007

Transferências distritais

Pela lei estadual nº 843, de 07-09-1923, transfere o distrito de Alagoa do município de Aiuruoca para o de Itanhandu.

Pelo decreto-lei estadual nº 148, de 17-12-1938, transfere o distrito de Alagoa do município de Itanhandu para o de Itamonte.

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/alagoa/historico>. Acesso em: outubro de 2019.

AIURUOCA

Histórico

As terras da região, onde hoje se localiza o município começaram a ser ocupadas no início do século XVIII, com o descobrimento de ouro, por João Siqueira Afonso oriundo de Taubaté, que fundou o arraial de Aiuruoca por volta de 1706.

O ouro atraiu para a região outros exploradores e em 1744 o paulista Simão da Cunha Gago fez erigir uma Capela dedicada a Nossa Senhora.

Com a escassez do ouro, a agricultura e a criação de gado tornaram-se uma necessidade à vida econômica do povoado e nestas atividades alguns garimpeiros ali se fixaram, definitivamente.

O topônimo do município deve-se à localização das cabeceiras de Rio Grande, situadas o penedo dos Juruocas (papagaios de encontro vermelho).

Gentílico: aiuruocano

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação de Aiuruoca, pelo alvará de 16-02-1724, e por lei estadual nº 2, de 14-09-1891.

Elevado à categoria de vila com a denominação de Aiuruoca, pela resolução de nº 17, de 14-08-1834, desmembrado do município de Baependi. Instalada em 7-09-1835.

Pela lei provincial nº 726, de 18-05-1855 e pela lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Bom Jesus do Livramento e anexado a vila de Aiuruoca.

Pela lei provincial nº 728, de 18-05-1855, e por lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Alagoa e anexado a vila de Aiuruoca.

Pela lei provincial nº 866, de 14-05-1858 e por lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Rosário da Bocaína e anexado ao município de Aiuruoca.

Elevado à condição de cidade com a denominação de Aiuruoca, pela lei provincial nº 1510, de 20-07-1868.

Pela lei provincial nº 2040, de 01-12-1873 e por lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Passa Vinte e anexado ao município de Aiuruoca.

Pela lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Guapiara e anexado ao município de Aiuruoca.

Pela lei provincial nº 184, de 03-04-1840, e por lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Bom Sucesso dos Serranos e anexado ao município de Aiuruoca.

Pela lei estadual nº 843, de 07-09-1923, o distrito de Bom Sucesso de Serranos passou a denominar-se Serranos.

Pela lei estadual nº 556, de 30-08-1911, o distrito de Guapiara tomou a denominação de Carvalhos.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município de Aiuruoca, se compõe de 7 distritos: Aiuruoca, Alagoa, Bom Jesus do Livramento, Carvalhos, Passa Vinte, Rosário da Bocaína e Bom Sucesso de Serranos.

Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1-IX-1920, o município aparece constituído de 7 distritos: Aiuruoca, Alagoa, Bocaína (ex-Rosário da Bocaína), Carvalhos, Livramento (ex-Bom Jesus do Livramento), Passa Vinte, Bom Sucesso de Serranos.

Pela lei estadual nº 843, de 7-09-1923, o distrito de Alagoa deixa de pertencer ao município de Aiuruoca para entrar na constituição do novo município de Itanhandu pela mesma lei supracitada o distrito de Livramento passa chamar-se Liberdade.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 6 distritos: Aiuruoca, Bocaína, Carvalhos, Liberdade ex-Livramento, Passa Vinte e Serranos ex-Bom Sucesso. .

Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937.

Pelo decreto-lei estadual nº 148, de 17-12-1938, desmembra do município de Aiuruoca os

distritos de Liberdade, Bocaina e Passa Vinte, para formar o novo município de Liberdade. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 3 distritos: Aiuruoca, Carvalhos e Serranos.

Pela lei estadual nº 336, de 27-12-1948, desmembra do município de Aiuruoca o distrito de Carvalhos. Elevado à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 2 distritos: Aiuruoca e Serranos.

Pela lei estadual nº 1039, de 12-12-1953, desmembra do município de Aiuruoca o distrito de Serranos. Elevado á categoria de município.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído do distrito sede.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/aiuruoca/historico>. Acesso em: outubro de 2019.

ITANHANDU

Histórico

Acerca do nome Itanhandu, que serve desde tempos remotos de denominação ao ribeirão que nasce no município e conflui com o rio Verde no mesmo limite, constam referências nos anais da Diocese de Campanha, datados do século XVIII.

Obscura é a origem do nome do ribeirão Itanhandu, único vestígio dos primórdios do núcleo inicial de longíqua era; quanto à toponímia, conhecidos tupinólogos fazem a seguinte definição: 'ita' (pedra) - 'nhandu' (ema): - pedra da ema ou pedra da avestruz, segundo tradução de Alfredo de Carvalho.

Existia então pequeno aglomerado, circundado por diversas fazendas, das quais sobressai, em virtude de suas dimensões, a fazenda da Barra, assim denominada por se achar situada próxima à confluência dos rios Passa Quatro e Verde, pertencendo a mesmo à família Caetano.

Das primeiras pessoas que se fixaram no município, somente ficou o registro das famílias Caetano, Monteiro, Joaquim de Almeida Campos, Jacob Zaroni, Pedro Guedes, José Carneiro Santiago, Nicolau Scarpa, Delfim Pereira Pinho, José Araújo Braga, Brasileiro Midões e José Lopes, por volta de 1870, em caráter definitivo.

Tomando o nome de Barra do Rio Verde, o então já o pequeno arraial contava com regular número de moradores, construindo Joaquim de Almeida Campos, sob suas expensas, uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, doando, bem assim, as terras para a formação de seu patrimônio.

A imagem de Nossa Senhora da Conceição, da igreja matriz de Itanhandu, é a efigie original que Joaquim de Almeida Campos doou à primitiva capela.

Correndo venturoso o ano de 1882, o promissor arraial da Barra do Rio Verde - mais tarde Estação de Capivari e, hoje Itanhandu - viu atendida uma das suas aspirações, assistindo festivamente à chegada das primeiras turmas de ferroviários, vindos para darem início aos trabalhos de construção das linhas da Estrada de Ferro Minas e Rio, hoje Rede Mineira de Viação.

Levada a construção a feliz término, foi o tráfego inaugurado em 1884 e a nova estação ferroviária denominada Estação do Capivari. Contando o arraial com regular número de moradores, foram estes construindo suas residências nas proximidades da Estação Férrea.

A 'Estação do Capivari' ficou servindo de escoadouro para o distrito de Santana do Capivari, ao qual pertencia o território do arraial da Barra do Rio Verde.

Em 1904, os moradores do arraial demudaram a denominação para Itanhandu, motivando a escolha desse nome à proximidade do ribeirão Itanhandu.

Embora sofrendo contínuos entraves, o crescente arraial se impôs nas esferas governamentais

sendo elevado a distrito, em 1911.

Hospedando um povo laborioso, o novo distrito progrediu rapidamente, sendo elevado à categoria de município em 7 de setembro de 1923.

Gentílico: Itanhanduense

Formação Administrativa:

O distrito foi criado pela Lei estadual nº 556, de 30 de agosto de 1911, figurando, na 'Divisão Administrativa de 1911' e nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1º-IX-1920, subordinado ao município de Pouso Alto.

A Lei estadual número 843, de 7 de setembro de 1923, que estabeleceu a divisão administrativa do Estado, criou o município de Itanhandu, o qual nessa divisão figura subdividido em 3 distritos: o da sede, o de São José do Picu, desanexado do município de Pouso Alto, e o de Alagoa, desligado do município de Aiuruoca.

A 9 de março de 1924, deu-se a instalação do município de Itanhandu, que, segundo o quadro da divisão administrativa relativo a 1933, os da divisão de 1936 e 1937, e o anexo ao Decreto-lei estadual número 88, de 30 de março de 1938, subdivide-se ainda em 3 distritos: Itanhandu, Alagoa e São José do Itamonte, que, desde 1933 figura com esse topônimo em substituição ao de São José do Picu.

Em razão do Decreto-lei estadual número 148, de 17 de dezembro de 1938, o município de Itanhandu adquiriu para o distrito desse nome, parte do território dos distritos-sedes dos municípios de Passa Quatro e Pouso Alto. Perdeu, por outro lado, para o recém-criado município de Itamonte, os distritos de Itamonte (ex- São José do Itamonte) e Alagoa.

Assim na divisão territorial do Estado, em vigor no quinquênio 1939-1943, e fixada pelo mencionado Decreto-lei estadual número 148, bem como na que o Decreto-lei estadual nº 1058, de 31 de dezembro de 1943, estatuiu para vigorar no quinquênio 1944-1948, o município de Itanhandu constituiu-se de um distrito apenas, - o da sede.

De acordo com a nova divisão aprovada pela Lei estadual número 1039, de 12 de dezembro de 1953, para vigorar no quinquênio 1954-1958, o município de Itanhandu figura ainda com um distrito: o da sede.

Formação Judiciária

Segundo os quadros de divisão territorial datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, e o anexo ao Decreto-lei estadual nº 88, de 30-III-1938, o município de Itanhandu é termo judiciário da comarca de Pouso Alegre.

Já na divisão judiciário- administrativa do Estado, em vigência no quinquênio 1939-1943, e fixada pelo Decreto-lei estadual número 148, de 17 de dezembro de 1938, foi criada a comarca de Itanhandu, cujo termo judiciário único se forma dos municípios de Itanhandu e Itamonte, este último instituído também pelo supracitado Decreto-lei.

Tal situação se mantém inalterada até a atual divisão, aprovada pela Lei estadual nº 1.039, de 12 de dezembro de 1953, para vigorar no quinquênio 1954-1958.

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/Itanhandu/historico>. Acesso em: outubro de 2019.

ITAMONTE

Histórico

ITAMONTE MINAS GERAIS Monografia - n.º 133 Ano: 1967

Perdem-se em lendas os começos de Itamonte. Supõe-se, no entanto, que se prendem à época do afluxo das bandeiras ao planalto das Gerais, nos meados do século XVII.

Antes, porém, suas terras já haviam sido palmilhadas pelos portugueses na terceira década que se seguiu ao descobrimento. Essas primeiras 'entradas' (1531/32), ordenadas por Martim Afonso de Souza, Comandante da Primeira Expedição Colonizadora e donatário da Capitania

de São Vicente, internaram-se pela floresta virgem e vadeando rios transpuseram as serras do Mar e da Mantiqueira, atingindo Minas Gerais pela região do atual Município de Itamonte, e demarcando a primeira vereda de penetração. Em 1601, Glimmer volta a palmilhar esse caminho.

Com a descoberta das minas, intensifica-se a afluência paulista às regiões auríferas. A antiga vereda do Capivari tornou-se estrada, com numerosos pousos que, com o correr dos tempos, se transformam em povoados e cidades. Um deles, colocado em posição de realce, no dorso da montanha, a cavaleiro da 'Pedra do Picu' (ou do Pico), ficou sendo conhecido como 'Pouso do Picu'. Após o declínio das minas, o antigo 'Pouso do Picu' não perdeu sua importância, tornando-se até 'de navegação mais intensa', na expressão tropeira. Com a construção de uma capela, sob a invocação de São José, passou a povoado e, depois freguesia, com a denominação oficial de 'São José do Picu'. Transformada esta, mais tarde, em São José do Itamonte com a autonomia administrativa, em 1938, converteu-se em Itamonte, simplesmente.

Gentílico: Itamontense

Formação Administrativa:

O distrito de São José do Picu, criado pela Lei provincial n° 1.659, de 14 de setembro de 1870, e mantido pela Lei estadual n° 2, de 14 de setembro de 1891, pertenceu aos municípios de Baependi, Pouso Alto e Itanhandu (Lei n° 843, de 7 de setembro de 1923), sucessivamente, até que, com o topônimo de São José do Itamonte (Lei estadual n° 955, de 4 de setembro de 1927), foi erigido em sede municipal, pelo Decreto-lei estadual n° 148, de 17 de dezembro de 1938, com a atual denominação, figurando com os distritos de Itamonte (sede) e Alagoa.

Pela Lei estadual n° 2.764, de 30 de dezembro de 1962, perdeu o distrito de Alagoa, que passou a Município, permanecendo só com o distrito-sede. Faz parte do Têrmo e Comarca de Itanhandu.

Fonte: ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/Itamonte/historico>. Acesso em: outubro de 2019.

PASSA QUATRO

Histórico

Quando os bandeirantes paulistas, Félix Jacques e Fernão Dias Paes, ingressaram em território mineiro, pela garantia do Embaú, caminhavam orientados pelo astrolábio, o que lhes ditava um rumo certo em linha reta, no percurso da qual venciam todos os obstáculos. Por isso mesmo, não seguiam o roteiro de rios, preferindo atravessá-los. Ao cruzarem o 'Embaú', toparam com um rio cuja sinuosidade cortava repetidas vezes a reta que vinham seguindo, obrigando-os a outras tantas travessias, antes de encontrarem um local propício para o estabelecimento do primeiro pouso. Quando enfim, encontraram-no a contendo, haviam atravessado o mesmo rio quatro vezes, donde a origem do topônimo, que assinala um dos mais antigos núcleos de povoação da terra mineira. Após a passagem dos bandeirantes, forasteiros vieram fixar-se no local. A tradição guardou o nome dos irmãos Ribeiro como dos primeiros a radicarem-se ali, por volta de 1700, sobressaindo entre eles o mais velho, apelidado 'Chapada', que, chegando, chamou de Portugal os demais irmãos, conseguindo-lhes sesmarias e encaminhando-os. Descendentes desses Ribeiros e de outras famílias radicadas no arraial é que construíram no local a primeira igreja, em 1860, mandando vir, de Portugal, as imagens de São Sebastião e de Nossa Senhora do Rosário, que ainda existem na Matriz local. O desenvolvimento do povoado foi lento, só adquirindo maior aceleração com a passagem da via férrea Minas e Rio (hoje Rede Mineira de Viação).

Durante as revoluções de 1842, de 1930 e de 1932, Passa Quatro, pela sua posição estratégica na ligação de Minas e São Paulo, desempenhou papel de relêvo ora ocupada por legistas, ora

por revolucionários, aquartelando forças, algumas comandadas por nomes que passaram à história, como Caxias, em 1842, mais tarde Duque e Patrono do Exército e Eurico Gaspar Dutra, então coronel, mais tarde general e Presidente da República.

Gentílico: Itamontense

Formação Administrativa:

Passa Quatro foi elevado à categoria de Distrito, como parte do município de Pouso Alto, pela Lei nº 893, de 24 de maio de 1854.

O município foi instalado em 1892.

Formação Judiciária

O termo Judiciário criado em 1815 pela Lei nº 663, de 18 de setembro do mesmo ano, e instalado em 12 de outubro de 1922.

A Comarca teve sua criação em 1935 e instalação em 1936.

Fonte: ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/passa-quatro/historico>. Acesso em: outubro de 2019.

POUSO ALTO

Histórico

A história do município de Pouso Alto está intimamente ligada à penetração das bandeiras de sertanistas e de aventureiros que demandavam os sertões das Minas Gerais em busca de riquezas. E como quase todos os municípios mineiros, também Pouso Alto, se formou em torno de um cruzeiro, símbolo da fé cristã dos desbravadores daquele tempo. Diz a tradição que, em 1692, os traficantes de gentio Antônio Delgado da Veiga, seu filho, João da Veiga e Manoel Garcia, paulistas de Taubaté, embrenharam-se nos sertão, recebendo de um silvícola aprisionada a confiança de que abundava o ouro nas socavas da grande serra, que se levanta ao sul de Minas Gerais, formando o limite natural entre este e os estados do Rio e de São Paulo. Seduzidos pela perspectiva de melhor negócio do que a submissão do gentio, empreenderam aqueles homens, acompanhados de índios mansos, a arribada através das encostas e cumes da Mantiqueira, percorrendo a região onde vivia livre o indígena. Ao transporem o Vale do Paraíba, encontraram um aldeamento de índios, no qual pernoitaram, levantando depois no cimo do morro, onde pousaram, um rancho de folhas de palmeira, denominando-o Pouso Alto. E no local do antigo rancho, ergue-se hoje a Igreja Matriz, em torno da qual se estende a bela e acolhedora cidade.

A capelinha primitiva foi constituída canonicamente em 1784, sendo dela encarregado o Revmº. Padre Vital Gomes Freire. Elevada a freguesia coletiva em 16 de janeiro de 1752, ficou criado o curato de Nossa Senhora da Conceição dos Pousos Altos, por Ordem régia de 02 de agosto do mesmo ano. O Decreto imperial de 14 de julho de 1832, elevou o curato de Nossa Senhora da Conceição dos Pousos Altos à categoria de freguesia, edificando-se a seguir a primeira Igreja Matriz, tendo por oráculo Nossa Senhora da Conceição. Constituído o distrito de Paz, em 1843, pela Lei nº 2.079, de 18 de dezembro de 1874, ficou criado a vila e município de Pouso Alto, elevada a cidade por força da Lei nº 2.461, de 19 de outubro de 1878. A Lei estadual nº 2, de 14 de setembro de 1891, manteve o distrito-sede do município de Pouso Alto, que, na 'Divisão Administrativa', em 1911', e nos quadros de apuração do Recenseamento Geral, realizado em 1º de outubro de 1920, se apresenta constituído por 4 distritos: Pouso Alto, Sant'Ana do Capivarí, São José do Picu e Itanhandú. Pelo disposto na Lei estadual nº 843, de 07 de setembro de 1923, o município de Pouso Alto cedeu ao de Itanhandú, recém-criado, o distrito dessa designação e o de São José do Picu. Adquiriu, por outro lado, do município de Silvestre Ferraz, (atual Carmo de Minas), o distrito de São Lourenço, ao que se anexou parte do território do distrito de Pouso Alto. Desse modo, na

'Divisão Administrativa do Estado', fixada pela citada Lei nº 843, o município em apreço apareceu composto de 3 distritos: Pouso Alto, Sant'Ana do Capivarí e São Lourenço. Em virtude do Decreto nº 7.562, de 1º de abril de 1927, o município perdeu parte de seu território com a qual se constituiu o município de São Lourenço. Figura, todavia, no quadra de divisão administrativa relativo a 1933, integrado por 3 distritos: Pouso Alto, Sant'Ana do Capivarí e São Lourenço, o último, porém com sede de Prefeitura e autonomia administrativa. De conformidade com os quadros de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem assim o anexo do Decreto-lei estadual nº 88 de 30 de março de 1938, o município de Pouso Alto era formado por 2 distritos: o de sede e o de Sant'Ana do Capivarí, assim permanecendo nas divisões territoriais do Estado, vigentes no quinquênio 1939-1943 e 1944-1948, e estabelecidos, respectivamente, pelos Decretos-lei estaduais nº 148, de 17 de dezembro de 1943. Nota-se que em razão do primeiro desses Decretos-leis, o distrito de Pouso Alto cedeu parte de seu território ao distrito-sede do município de Itanhandú. A Lei nº 336, de 27-12-1948, manteve a mesma composição distrital, somente alterada por força da Lei nº 1.039, de 12-12-1953, que criou o distrito de São Sebastião do Rio Verde, no povoado da Estação.

Formação Judiciária

A comarca de Pouso Alto, criada pela Lei Provincial nº 2.462, de 19 de outubro de 1878, abrange, consoante os quadros de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como o anexo, ao Decreto-lei estadual nº 88, de 30 de março de 1938, dois termos: o da sede (com os municípios de Pouso Alto, São Lourenço e Virgínia) e do Itanhandú.

Em razão do Decreto-lei estadual nº 148, de 17 de dezembro de 1938, que fixou a divisão judiciário-administrativa do estado, a vigorar no quinquênio 1939-1943, a comarca de Pouso Alto perdeu para Itanhandú, recém-criado, o termo desse nome. Nessa divisão, como também na em vigor no quinquênio 1944-1948, e estabelecida pelo Decreto-lei estadual nº 1.058, de 31 de dezembro de 1943, a comarca de Pouso Alto compreende unicamente o termo-sede, a que permanecem jurisdicionados os municípios de Pouso Alto, São Lourenço e Virgínia. As leis nºs 336, de 27-12-1948 e 1.039, de 12-12-1953, que estabeleceram novas divisões judiciário-administrativas do Estado, mantiveram subordinados aos termo e comarca de Pouso Alto os municípios de São Lourenço e Virgínia. Atualmente compõem-se dos distritos de Pouso Alto, Sant'Ana do Capivarí e São Sebastião do Rio Verde.

Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/pouso-alto/historico>. Acesso em: outubro de 2019.

SÃO SEBASTIÃO DO RIO VERDE

Histórico

O núcleo que deu origem ao município foi formado nas proximidades da antiga estação da Rede Mineira de Viação e se desenvolveu a partir da construção da capela, em 1891. O distrito foi criado em 1953, com sede no povoado denominado Estação de Pouso Alto. Nove anos depois, São Sebastião do Rio Verde emancipa-se, com seu território desmembrado de Pouso Alto.

Gentílico: Itamontense

Formação Administrativa:

Distrito criado com a denominação de São Sebastião do Rio Verde (ex-povoado), pela lei nº 1039, de 12-12-1953, subordinado ao município de Pouso Alto.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1955, o distrito de São Sebastião do Rio Verde figura no município de Pouso Alto.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960.

Elevado à categoria de município com a denominação de São Sebastião do Rio Verde, pela lei estadual nº 2764, de 30-12-1962, desmembrado de Pouso Alto. Sede no antigo distrito de São Sebastião do Rio Verde. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-03-1963.

Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído do distrito sede.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

Fonte: Assembléia Legislativa <www.almg.gov.br>

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-sebastiao-do-rio-verde/historico>. Acesso em: outubro de 2019.

VIRGÍNIA

Histórico

De acordo com a tradição, os primeiros desbravadores da região em que surgiu a cidade teriam sido portugueses interessados na descoberta de ouros e de pedras preciosas. Só encontraram, no entanto o solo fértil no qual resolveram fixar-se, dedicando-se à agricultura. Ao iniciar-se a segunda metade do século XIX, já havia com efeito estabelecimentos agrícolas próximos à localidade. E foi mais ou menos nessa época que aí chegou, com destino a Cristina, o Padre Custódio de Oliveira Monte Raso, natural de São João Del Rei, o qual, impressionado com a beleza topográfica e a suavidade de clima, manifestou o desejo de que em um sítio assim tão apraziável se erguesse uma capela à Nossa senhora da Conceição. A idéia foi bem acolhida pelos moradores existentes e dentre eles, Diogo José Laba Uchôas e Francisco Ribeiro Pires doaram um terreno de cinco alqueires no qual o Padre Custódio deu início à construção da capela, estabelecendo desde logo o conveniente traçado para o arruamento do povoado, o qual foi dado o nome de Virgínea, em homenagem à padroeira. Com o correr do tempo modificou-se a grafia desse nome para Virginia, tal como passou a figurar nos quadros da divisão territorial. Criado o distrito, pela Lei provincial nº 1.036, de 05 de novembro de 1866, pertencente ao município de Cristina, foi várias vezes e alternadamente transferido deste para o município de Pouso Alto, até que, pela Lei nº 556, de 30 de Agosto de 1911, conquistou a autonomia municipal, com o distrito único da sede e sempre subordinado à comarca de Pouso Alto.

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-sebastiao-do-rio-verde/historico>. Acesso em: outubro de 2019.